

Interfaces

Revista de Extensão da UFMG



Revista Interfaces

Revista de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais

Universidade Federal de Minas Gerais

Prof.^a Sandra Goulart Almeida
Reitora

Prof. Alessandro Fernandes Moreira
Vice-Reitor

Prof.^a Claudia Mayorga
Pró-Reitora de Extensão

Prof.^a Janice Henriques da Silva Amaral
Pró-Reitora adjunta de Extensão

Equipe Editorial

Prof.^a Natacha Rena
Editora chefe

Gabriela Braga Casali
Assistente Editorial

Prof.^a Sandra Bianchet
Revisão gramatical e de normas, orientadora

Ariane Soares Souza
Bolsista

Igor Aleksander Pereira
Bolsista

Izabela Pellucci Barreto Marotta
Bolsista

Projeto gráfico

Prof.^a Natacha Rena
Orientadora

Luis Augusto Menezes Costa
Bolsista

Conselho Editorial

Adriana Sena Orsini (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil), Adriano R. A. do Nascimento (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil), Alexandre Cardoso Tenório (Universidade Federal Rural de Pernambuco, Brasil), Alzira de Oliveira Jorge (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil), Angélica Espinosa Miranda (Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil), Benigna Maria de Oliveira (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil), Daniel Pansarelli (Universidade Federal do ABC, Brasil), Djenane Ramalho de Oliveira (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil), Dolores Galindo (Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil), Fernando Seffner (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil), Flávio Mattos (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil), João Frederico da Costa Azevedo Meyer (Universidade Estadual de Campinas, Brasil), José Manuel Sita Gomes (Universidade Onze de Novembro, Angola), Jupira Mendonça (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil), Kabengele Munanga (Universidade de São Paulo, Brasil), Karla Galvão Adrião (Universidade Federal de Pernambuco, Brasil), Leonardo de Oliveira Carneiro (Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil), Leticia Cardoso Barreto (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil), Luma Nogueira de Andrade (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Brasil), Lupicínio Iniguez-Rueda (Universitat Autònoma de Barcelona, Espanha), Mara Viveros Vigoya (Universidad Nacional de Colombia, Colômbia), Maria Aparecida Moura (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil), Marcella Guimarães Assis (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil), Mariana Chaves (Universidad Nacional de La Plata, Argentina), Marcos Vinicius Bortolus (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil), Paulo Sérgio Nascimento Lopes (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil), Regina Helena Alves Silva (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil), Rogelio Marcial Vázquez (El Colegio de Jalisco, México), Rosângela de Tugny (Universidade Federal do Sul da Bahia, Brasil) e Tonico Benites (Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil).

EDITORIAL

Urgente: é preciso fortalecer a extensão universitária 08

por Natacha Rena

ENTREVISTA

Entrevista com João Pedro Stédile, coordenador nacional do MST 20

por Cláudia Mayorga e Natacha Rena

TEXTOS

Contribuição da extensão na implementação da política de práticas integrativas no município de Blumenau 40 51

por Geórgia L. Martins, Karla F. Rodrigues, Alessandro Guedes, Ethna T. Unbenhaun

A educação do corpo por meio da dança: relatos de uma experiência no bairro de Botafogo no município de Igarapé-Açu/PA

por Clene Lisboa da Cruz

Arte e matemática - uma jornada interdisciplinar: experiências vividas na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia de 2017 65 80

por Tiago Dziekaniak Figueiredo

Projeto de extensão "Ações Formativas Integradas": relato de experiência e impacto sobre a comunidade de Patos de Minas

por Sabrina Nunes Vieira, Marcos de Souza Gomes, Lizandra Nunes Oliveira, Laura Luiza Ferreira Cavalcanti, Fernanda Cardoso da Silva, Fábio Silva Borges, Fernanda Farisco

Estratégias e intervenções educativas de enfermagem para o autocuidado de pessoas com doença falciforme 95 107

por Lorena dos Santos Araujo, Deise Oliveira Costa, Melissa Almeida Santos, Elionara Teixeira Boa Sorte, Eliene Almeida Santos, Sílvia Lucia Ferreira

Implementação de horta comunitária como laborterapia para usuários de um instituto de reabilitação psicossocial

por Paulo Rômulo Viana de Oliveira Filho, Kariane Gomes Cezario Roscoche, Renata Gomes Mota

Agronomia em movimento: um relato de experiência

por Rodrigo Ferraz Ramos, Jorge Atilio Benati

116 126

Ações de educação continuada com agentes comunitários de saúde do município de Pinheiro sobre diabetes mellitus e hipertensão arterial: relato de experiência

por Ariane Cristina Ferreira Bernardes Neves, Rafael Lima Soares, Eriko Bruno Costa Barros, Anne Karine Martins Assunção e Andrea Suzana Vieira Costa

Projeto de extensão Bioeduca e educação inclusiva: um desafio no ensino fundamental

por Daniela Hostin, Anna Júlia Laue Friske, Eduardo Augusto Lunkes, Gabriel Loes, Geórgia Backes da Luz Antonio, Manoelli Cardoso Lopes, Nathan Decker da Silva, Sabrina dos Santos, Simone Wagner

138 151

Prevenção de crimes virtuais contra crianças e adolescentes

por Rodrigo Pereira Moreira, Leonardo Martins Pereira, Suziani de Cássia Almeida Lemos, Roger Amandio Luz, Arianny Maria Gonçalves Vieira

Humanização na saúde: reflexões sobre as relações de trabalho por meio de ações extensionistas

por Kátia Lillian Sedrez Celich, Larissa Hermes Thomas Tombin, Jeane Barros de Souza, Valéria Silvana Faganello Madureira, Liane Colliselli, Sílvia Silva de Souza

162 173

Projeto Rondon - operação Tocantins: mamãe de primeira viagem e cuidados com o RN

por Camila Kuhn Vieira, Carine Nascimento da Silva, Luana Possamai Menezes

Estratégias de construção da paz numa escola quilombola

por Vanessa Cedraz dos Santos, Aisiane Cedraz Moraes, Sinara Lima Souza, Rosely Cabral Carvalho

182 197

Protocolo de pneumonia associada à assistência à saúde: educação em saúde com acompanhantes na atenção terciária

por Keila Maria de Azevedo Ponte, Joaquim Ismael de Sousa Teixeira, Isabelly Oliveira Ferreira, Paloma Macedo de Farias

Promoção de saúde multidisciplinar e a deficiência intelectual: interagindo com os indivíduos e seus cuidadores

por Pedro Walisson Gomes Feltosa, Teógenes Eufrazio Bezerra, Italo Constância de Oliveira, Sally de França Lacerda Pinheiro

207

EDITORIAL

Urgente: é preciso fortalecer a extensão universitária

Profa. Dra. Natacha Rena
Editora-chefe da Revista Interfaces
natacharena@gmail.com

(...) no início da década de 2000, a Extensão Universitária já havia adquirido significativa densidade institucional, no que se refere à Constituição de 1988, à legislação federal e regulamentações do FORPROEX. Estava superada a concepção de que a Extensão Universitária seria simplesmente um conjunto de processos de disseminação de conhecimentos acadêmicos por meio de cursos, conferências ou seminários; de prestações de serviços, tais como, assistências, assessorias e consultorias; ou de difusão de conhecimento e cultura por meio de eventos diversos e divulgação de produtos artísticos. A Extensão Universitária tornou-se o instrumento por excelência de inter-relação da Universidade com a sociedade, de oxigenação da própria Universidade, de democratização do conhecimento acadêmico, assim como de (re)produção desse conhecimento por meio da troca de saberes com as comunidades. Uma via de mão-dupla ou, como se definiu nos anos seguintes, uma forma de "interação dialógica" que traz múltiplas possibilidades de transformação da sociedade e da própria Universidade Pública (PNEU, 2012, p. 10).

Neste editorial vamos simplesmente resgatar, na íntegra, um dos mais importantes capítulos da Política Nacional de Extensão Universitária (PNEU), publicada em 2012 pelo Fórum de Pró-reitores de Extensão (FORPROEX). O Capítulo 6 - FORTALECIMENTO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - reforça, indubitavelmente, a importância da extensão para a afirmação da relação dialógica entre Universidade e sociedade com ênfase nos ideais de mais justiça social e mais democracia, em consonância com as definições presentes na Constituição de 1988, a qual preceitua a "indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão" (Artigo 207). Os grifos nossos, ao longo do texto, anunciam a importância da relação entre Universidade e Movimentos Populares, os quais são o âmago ético da Política Nacional de Extensão Universitária. Nesse sentido, o trecho seguinte retirado da PNEU já introduz a entrevista subsequente que inaugura a Seção Entrevista da Revista Interfaces.

6 FORTALECIMENTO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

O preceito constitucional de indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão e os institutos consagrados à Extensão Universitária na LDB e no PNE 2001-2010 denotam sua institucionalização no âmbito formal. Por seu caráter vinculatório, essas iniciativas representam a consolidação de uma etapa decisiva na construção da política de Extensão Universitária. Mas ainda há muito a ser feito para o fortalecimento dessa política, em termos de sua implantação e implementação.

Esta seção trata dos princípios norteadores das ações extensionistas que devem reger a caminhada rumo a esse fortalecimento, bem como dos desafios a serem enfrentados e ações políticas a serem desenvolvidas nessa trajetória.

6.1 Princípios Básicos

Os princípios norteadores das atividades extensionistas, pactuados no âmbito do FORPROEX, em 1987, são os seguintes:

1. A ciência, a arte e a tecnologia devem alicerçar-se nas prioridades do local, da região, do País;
2. A Universidade não pode imaginar-se proprietária de um saber pronto e acabado, que vai ser oferecido à sociedade, mas, ao contrário, exatamente porque participa dessa sociedade, ela deve ser sensível a seus problemas e apelos, sejam os expressos pelos grupos sociais com os quais interage, sejam aqueles definidos ou apreendidos por meio de suas atividades próprias de Ensino, Pesquisa e Extensão;
3. **A Universidade deve participar dos movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação da desigualdade e da exclusão social existentes no Brasil** (grifo nosso);
4. A ação cidadã das Universidades não pode prescindir da efetiva difusão e democratização dos saberes nelas produzidos, de tal forma que as populações, cujos problemas se tornam objeto da pesquisa acadêmica, sejam também consideradas sujeito desse conhecimento, tendo, portanto, pleno direito de acesso às informações resultantes dessas pesquisas;
5. A prestação de serviços deve ser produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do Ensino, Pesquisa e Extensão, devendo ser encarada como um trabalho social, ou seja, ação deliberada que se constitui a partir e sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social;
6. A atuação junto ao sistema de ensino público deve se constituir em uma das diretrizes prioritárias para o fortalecimento da educação básica através de contribuições técnico-científicas e colaboração na construção e difusão dos valores da cidadania.

À luz desses princípios, o fortalecimento da Extensão Universitária está diretamente relacionado com a compreensão das especificidades desse fazer acadêmico e de sua vinculação com o Ensino e a Pesquisa.

6.2 Desafios para a Extensão Universitária

A conjuntura atual, em geral favorável à expansão e consolidação da Extensão Universitária, é também desafiadora, na medida em que **suscita expectativas de criação de paradigmas contra-hegemônicos que se primem pelo espírito colaborativo** (grifo nosso). Dentre os inúmeros desafios, destacam-se os seguintes:

1. Redefinir e ampliar a chancela institucional das ações de Extensão Universitária, por parte das Universidades Públicas, de forma a imprimir a estas maior transparência, o que está em consonância com sua missão, tal como definida pelas mudanças correntes na educação superior;
2. Estimular, por meio da Extensão Universitária, o protagonismo estudantil no processo de mudança da educação superior, tanto em âmbito nacional quanto subnacional (estadual e mesmo municipal);
3. Garantir a dimensão acadêmica da Extensão Universitária, isto é, seu impacto na formação do estudante, superando certa tradição de desenvolvimento de ações isoladas – particularmente na área de prestação de serviços – que têm carecido dessa dimensão;
4. Exercitar o papel transformador da Extensão na relação da Universidade Pública com todos os outros setores da sociedade, no sentido da mudança social, de superação das desigualdades, eliminando, nesse exercício, ações meramente reprodutoras do status quo;
5. Fortalecer a relação autônoma e crítico-propositiva da Extensão Universitária com as políticas públicas por meio de programas estruturantes, capazes de gerar impacto social;
6. Estabelecer bases sólidas de financiamento da Extensão Universitária, imprimindo aos processos publicidade, transparência e continuidade, priorizando projetos vinculados a programas e, finalmente, superando a fragmentação e o caráter eventual dos recursos destinados às ações extensionistas;
7. Definir o papel dos editais, dos planos plurianuais e dos orçamentos autônomos das Universidades Públicas, em relação a uma política regional e nacional de financiamento das ações de Extensão Universitária;
8. Atualizar as áreas temáticas da Extensão Universitária, de forma a aumentar seu grau de consonância com os desafios contemporâneos e com as demandas inter e transdisciplinares;
9. Atualizar os sistemas de informação e de avaliação da Extensão Universitária vigentes, superando a prática de registro de dados isolados e construindo indicadores que incorporem as dimensões Política de Gestão, Infraestrutura, Relação Universidade-Setores Sociais, Plano Acadê-

mico e Produção Acadêmica;

10. Incorporar, ao leque de Indicadores de Avaliação da Extensão, aqueles referidos às dimensões acadêmica e qualitativa e aos impactos sociais da Extensão Universitária;

11. **Priorizar o desenvolvimento da Extensão Universitária enquanto produção de conhecimentos sistematizados, voltados para a emancipação dos atores nela envolvidos e da sociedade como um todo** (grifo nosso);

12. Assegurar o uso de tecnologias educacionais inovadoras e efetivas nas ações de Extensão Universitária, de forma a garantir seu fortalecimento;

13. **Contribuir para o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação, com destaque para as tecnologias sociais** produzidas na interação com a sociedade, visando à inclusão social e à melhoria das condições de vida (grifo nosso).

6.3 Ações políticas

As ações políticas que podem contribuir para o fortalecimento da Extensão Universitária, também pactuadas no âmbito do FORPROEX, são sua normatização e implementação no âmbito das Universidades Públicas, **o incremento da articulação das ações extensionistas com as políticas públicas, os movimentos sociais e os setores produtivos da sociedade e, por fim, o apoio às iniciativas de ampliação e democratização do ensino superior** (FORPROEX, 2007) (grifo nosso).

6.3.1 Normatização e implementação da Extensão Universitária

O fortalecimento da Extensão Universitária requer torná-la parte do pensar e do fazer cotidiano da vida acadêmica. Isto exige, por sua vez, a adoção efetiva das normas e regras já instituídas, destacadamente o preceito constitucional, os institutos estabelecidos pela LDB e PNE 2001-2010, assim como o conceito de Extensão Universitária, as diretrizes e os princípios, pactuados no âmbito do FORPROEX.

Se a Constituição de 1988, a LDB e a PNE 2001-2010 têm caráter vinculatório, imperativo, a atenção aos parâmetros pactuados no âmbito do FORPROEX tem por objetivo imprimir maior homogeneidade nacional às ações de Extensão Universitária e um direcionamento condizente com os anseios de grande parte da academia e da própria sociedade brasileira. Assim, esses parâmetros não prejudicam a autonomia das instâncias de deliberação superior das Universidades Públicas, especificamente a do Conselho Universitário, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (ou órgão similar), e, provavelmente, não contrariam decisões já formalizadas em Estatuto, Regimento Geral, Plano de Desenvolvimento Institucional, resoluções etc.

Nas discussões realizadas nos Encontros Nacionais do FORPROEX, concluiu-se que, entre os diversos aspectos da rotina acadêmica relacionados com a Extensão Universitária, devem ser construídos e normatizados, com prioridade, os seguintes:

- Processo de aprovação das ações de extensão;
- Processo de monitoramento e avaliação da extensão, inclusive com definição de indicadores;
- Formas de financiamento da Extensão Universitária;
- Programas de bolsa de Extensão para estudantes;
- Formas de participação do estudante nas ações de extensão;
- Flexibilização curricular;
- Integralização curricular de créditos em atividades extensionistas;
- Valorização da participação do docente nas ações extensionistas;
- Formas de participação de servidores técnico-administrativos nas ações extensionistas;
- Formas de participação da comunidade externa em processos decisórios relacionados com atividades extensionistas específicas.

6.3.2 Articulação da Extensão Universitária com as políticas públicas

A importância da articulação da Universidade Pública, em geral, e da Extensão Universitária, em particular, com as políticas públicas vai além da contribuição indireta das atividades extensionistas na produção do conhecimento e na formação de profissionais qualificados para a formulação, implementação e avaliação das políticas públicas, conforme tratado anteriormente (subseção 3.5). Essa articulação constitui-se também em iniciativa importante para o fortalecimento da própria Extensão Universitária.

Os efeitos positivos da articulação da Extensão Universitária com as políticas públicas podem advir, em primeiro lugar, de uma contribuição direta dos atores acadêmicos, por meio de suas ações extensionistas, na formulação, implementação e avaliação dessas políticas, especialmente as sociais, favorecendo, assim, o próprio fortalecimento das ações de extensão a elas vinculadas, em termos de financiamento, cobertura, eficiência e efetividade. Também nesse tipo de articulação, é importante ter claro que **a contribuição da Extensão Universitária deve estar pautada não apenas pela competência acadêmica, mas também pelo espírito crítico e pela autonomia. A Universidade não pode substituir as responsabilidades do Estado na garantia dos direitos de cidadania ou na provisão de bens públicos, mas, sim, somar-se aos seus esforços e subsidiá-lo, de forma crítica e autônoma, no desempenho dessas atribuições** (grifo nosso).

Em segundo lugar, a articulação da Extensão Universitária com as políticas

públicas, sob a forma de participação direta em sua formulação e implementação, apresenta potencial de **contribuição para a superação da fragmentação, setorialização, desarticulação e superposição de programas e projetos sociais**, bem como do caráter muitas vezes residual e temporário de seu financiamento (grifo nosso). Ao se incrementar o grau de coerência de políticas, programas e projetos públicos e se assegurar fontes estáveis para seu financiamento, garante-se também a sustentabilidade financeira e a continuidade das ações de Extensão Universitária a eles vinculadas.

Por fim, esta Política propugna, também conforme pactuado no âmbito do FORPROEX, que a **articulação da Extensão Universitária com as políticas públicas esteja orientada pelo compromisso com o enfrentamento da exclusão e vulnerabilidade sociais e combate a todas as formas de desigualdade e discriminação** (grifo nosso).

Com esse escopo e compromisso, a Extensão Universitária, em sua articulação com as políticas públicas, deve, conforme pactuado no âmbito do FORPROEX, estar pautada por três eixos integradores e ter como prioridade oito áreas de atuação.

Os eixos integradores são Áreas Temáticas, Território e Grupos Populacionais. O eixo Áreas Temáticas têm por objetivo nortear a sistematização das ações de Extensão Universitária em oito áreas correspondentes a grandes focos de política social. São elas: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, e Trabalho. Esse leque, obviamente, não esgota todos os focos de política social, e discussões sobre sua ampliação já estão na agenda do FORPROEX.

O eixo Território destina-se à promoção da integração, em termos espaciais, das ações extensionistas, assim como das políticas públicas com as quais elas se articulam. Essa integração faz-se necessária porque, como diz Brasil (2004), o território, em si mesmo, pode se constituir tanto em "matriz de reprodução de desigualdades sociais e de exclusão, vinculadas às condições precárias de vida urbana e às dimensões qualitativas de pobreza urbana para um contingente expressivo da população", quanto em espaço de "construção de representações sociais negativas (internas e externas)" (p. 54). A integração espacial de intervenções públicas surge como estratégia excelente para contra-arrestar esses efeitos negativos do território, especialmente se orientadas pela diretriz de interdisciplinaridade e interprofissionalidade.

O eixo Grupos Populacionais busca **promover a integração das ações extensionistas, assim como a das políticas públicas com as quais elas se articulam, em grupos populacionais específicos, especialmente os excluídos e aqueles em situação de vulnerabilidade social** (grifo nosso). Como no eixo Território, a integração de intervenções em grupos populacionais específicos

visa contra-arrestar a incidência simultânea de um conjunto de carências, de falta de capacidades, nos termos de Amartya Sen (2010), e deve estar ancorada, como no eixo anterior, na diretriz de interdisciplinaridade e interprofissionalidade.

As áreas de atuação prioritárias, na articulação da Extensão Universitária com as políticas públicas, são as seguintes:

- Preservação e sustentabilidade do meio ambiente;
- Ampliação da oferta e melhoria da qualidade da educação básica;
- Melhoria da saúde e da qualidade de vida da população brasileira;
- Melhoria do atendimento à criança, ao adolescente e ao idoso;
- Melhoria do programa nacional de educação nas áreas da reforma agrária;
- Promoção do desenvolvimento cultural, em especial a produção e preservação de bens simbólicos e o ensino das artes;
- Ampliação e fortalecimento das ações de democratização da ciência;
- Formação de mão-de-obra, qualificação para o trabalho, reorientação profissional e capacitação de gestores públicos.

A atuação nessas áreas prioritárias pode se beneficiar de contribuições da Extensão Universitária destinadas a fortalecer os espaços e fóruns de participação social estabelecidos no período pós-constitucional; por exemplo, os conselhos e as conferências. Isto porque esses fóruns participam do processo decisório relacionado às políticas públicas, definindo destinação de recursos, desenhos de políticas etc., assim como do controle dos atos das burocracias encarregadas de sua implementação. Entre as atividades extensionistas que podem contribuir para esse fortalecimento, estão os cursos de capacitação para conselheiros, que podem incrementar suas habilidades e capacidades.

6.3.3 Articulação da Extensão Universitária com os movimentos sociais

O fortalecimento da Extensão Universitária e seu compromisso com o enfrentamento da exclusão e vulnerabilidade sociais e o combate a todas as formas de desigualdade e discriminação também são favorecidos pela articulação das ações extensionistas com os movimentos sociais que organizam e expressam os interesses dos segmentos que se encontram nessas condições, sejam eles nacionais ou locais (grifo nosso).

Como na articulação com as políticas públicas, **a articulação da Extensão Universitária com os movimentos sociais também deve estar pautada pela competência, espírito crítico e autonomia, mas deve também buscar preservar a autonomia desses movimentos, estabelecendo com eles relações horizontais, de parceira, renunciando, assim, a qualquer impulso de condução ou cooptação. Esta é uma das esferas de Extensão Universitária em que a diretriz de interação dialógica adquire centralidade. Na intera-**

ção com os movimentos sociais, a Universidade apreende novos saberes, valores e interesses, os quais são importantes para a formação de profissionais mais capazes de promover um desenvolvimento ético, humano e sustentável. Ao mesmo tempo, a Universidade pode contribuir com os movimentos sociais oferecendo cursos de capacitação, atualização e ou de formação de lideranças e quadros. Exemplo de iniciativa nessa direção é a organização de seminários ou encontros destinados a estimular reflexões conjuntas sobre temas da realidade brasileira ou internacional (grifo nosso).

6.3.4 Articulação da Extensão Universitária com os setores produtivos

A articulação da Extensão Universitária com os **setores produtivos da sociedade** completa o leque de articulações que podem contribuir para o fortalecimento da Extensão Universitária. **Também aqui, a diretriz Interação Dialógica e o compromisso com enfrentamento da exclusão e vulnerabilidade sociais e o combate a todas as formas de desigualdade e discriminação adquirem centralidade** (grifo nosso).

Se essa centralidade não é autoevidente, ela não é, no entanto, difícil de ser percebida. Por meio da interação dialógica com os setores produtivos, possibilitada pelas ações extensionistas, a Universidade toma conhecimento dos problemas, desafios e interesses dos setores referidos ao processo de acumulação e, nesse processo, direciona seus esforços para contribuir com sua solução ou atendimento. Ao fazer isso, a **Universidade contribui diretamente para o desenvolvimento econômico do País, o qual, por sua vez, tem, em contextos democráticos, efeitos positivos na qualidade de vida da população, inclusive dos setores de renda mais baixa e dos excluídos** (grifo nosso).

Embora todos os setores produtivos devam ser contemplados, sem discriminação, alguns têm sido focos mais frequentes de ações extensionistas, em virtude de seu impacto mais direto sobre as condições de vida dos setores mais vulneráveis da população. Entre eles, **destacam-se aqueles comprometidos com a economia solidária e tecnologias sociais** (grifo nosso).

6.3.5 Apoio à ampliação e democratização do ensino superior

No Brasil, um dos grandes desafios atuais é superar o ainda restrito acesso dos jovens ao ensino superior, situado em patamares muito inferiores aos de outros países da América Latina. Partindo do entendimento de que o acesso universal a esse nível de ensino é um direito, o **FORPROEX apoia toda e qualquer iniciativa governamental que amplie e democratize esse acesso, como as que foram empreendidas na década de 2000**, assim como aquelas destinadas a diminuir a evasão dos estudantes, especialmente aqueles de classe baixa, que encontram maior dificuldade de conciliar trabalho e estudo (grifo nosso). Entre as iniciativas que podem contribuir para ampliar o acesso,

estão os cursos preparatórios para as provas de ingresso no ensino superior, que podem ser oferecidos pela Extensão Universitária; entre as que podem contribuir para diminuir a evasão, estão a disponibilização de bolsas de Extensão Universitária, que permitem aos estudantes de menor renda dedicarem mais tempo aos estudos, e as monitorias, que os auxiliam a superar deficiências de conteúdo (PNEU, 2012, p. 21-28).

REFERÊNCIA

FORPOREX. Política Nacional de Extensão Universitária, 2012. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2019.



ENTREVISTA

Entrevista com João Pedro Stédile, coordenador nacional do MST

Entrevistadoras:

Profa. Dra. Cláudia Mayorga
Pró-reitora de Extensão da UFMG
mayorga.claudia@gmail.com

Profa. Dra. Natacha Rena
Editora-chefe da Revista Interfaces
natacharena@gmail.com

Transcrição:

Luis Augusto Menezes Costa
Bolsista de graduação da Revista Interfaces
laugmenezes@gmail.com

Fotos:

Lucca Gonzales Mezzacappa
Colaborador da Revista Interfaces
lucca.gonzales@icloud.com

“A principal bandeira de esquerda e dos movimentos populares hoje, nessa luta de classes contemporânea, é a luta contra a desigualdade social. Não há ninguém, de qualquer crença religiosa, etnia ou mesmo partido político que possa dizer ‘eu sou a favor da desigualdade’.” (STÉDILE, 2019)



INTRODUÇÃO

Esta entrevista¹ foi realizada especialmente para estreitar a nova Seção da Revista Interfaces. Escolhemos conversar com João Pedro Stédile², economista e coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)³, considerado um dos maiores movimentos sociais do mundo, abrangendo por volta de 500 mil militantes junto à Frente Brasil Popular⁴.

Diversos temas discutidos ao longo da nossa conversa remetem à importância da Universidade⁵ como colaboradora das transformações sociais

1. A entrevista está disponível no canal do Youtube da Revista Interfaces. A conversa ocorreu no dia 17 de setembro de 2019 quando Stédile ministrava um dos módulos do Curso de Realidade Brasileira (CRB) que aconteceu no Sindicato dos Petroleiros (SINDIPETRO), em Belo Horizonte. O link para entrevista no Youtube está disponível em: <<https://youtu.be/SdgL6UZ-93s>>. Acesso em: 10 dez. 2019. O link pra entrevista postada na fanpage da Revista Interfaces, no Facebook, está disponível em: <<https://www.facebook.com/317262692390013/posts/523839771732303?sfns=mo>>. Acesso em: 10 dez. 2019. A entrevista foi gravada e editada pelos bolsistas Proex: Lucca Mezzacappa e Luis Augusto Menezes.

2. João Pedro Stédile é graduado em economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, pós-graduação pela Universidade Nacional Autônoma do México e coordenador nacional Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Stédile fez parte da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e participa, desde 1979, das atividades da luta pela reforma agrária no País, pelo MST e pela Via Campesina. É autor e co-autor, de diversos livros, como: *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1999, com Bernardo Mancano Fernandes; *Classes sociais em mudança e a luta pelo Socialismo*, com Francisco de Oliveira e José Genoíno. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2000; *Ruy Mauro Marini: vida e obra*, com Roberta Traspadini. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005; *A questão agrária no Brasil: o debate tradicional - 1500-1960*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005; *A questão agrária no Brasil: o debate na Esquerda - 1960-1980*. São Paulo: Expressão Popular, 2005; *A questão agrária no Brasil: programas de Reforma Agrária - 1946-2003*. São Paulo: Expressão Popular, 2005; *Leituras da Crise*, com Marilena Chauí, Leonardo Boff et al. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2006. Texto extraído da Wikipédia, disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_Pedro_St%C3%A9dile>. Acesso em: 10 dez. 2019.

3. Site do MST, movimento fundado em 1984. Conteúdo sobre o movimento disponível em: <<https://mst.org.br/>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

4. Segundo o site da Frente Brasil Popular, participam da Frente Brasil (siglas em ordem alfabética): Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT); Movimento dos Assalariados Rurais (Adere); A Marighella; Associação Nacional de Agroecologia (ANA); Associação de Advogados da União pela Democracia; Associação Nacional dos Pós-Graduandos (ANPG); Ainda MG; Associação dos Trabalhadores de Franca (ATRAF); Barão de Itararé; Comissão Brasileira de Justiça e Paz (CBJP); Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES); Centro Brasileiro de Solidariedade e Luta pela Paz (CEBRAPAZ); Central de Movimentos Populares (CMP); Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM); Movimento Nacional dos Quilombolas (CONAQ); Confederação Nacional de Entidades Negras (CONEN); Consulta Popular; Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); Central Única dos Trabalhadores (CUT); ESTOPIM; FETRAF Brasil; Fora do Eixo; Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC); Fórum Político Interreligioso; Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB); Federação dos Metalúrgicos do RS; Fórum 21; Federação Única dos Petroleiros (FUP); Grupo ACONTECE – Arte e Política LGBT; INESC; Igrejas; Instituto Nacional do Meio Ambiente (INMA); Juventude Revolução; Levante Popular da Juventude; Marcha Mundial das Mulheres; Mídia Ninja; Movimento Camponês Popular (MCP); Movimento das Trabalhadoras e dos Trabalhadores por Direitos (MTD); Movimento de Luta por Terra (MLT); Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Movimento Nacional Contra Corrupção e pela Democracia (MNCCD); Movimento Nacional de Luta Contra o Neoliberalismo e Pelo Socialismo (MNLCLN); Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST); Movimento dos Trabalhadores Urbanos (MOTU); Movimento Nacional Pela Soberania Popular Frente à Mineração (MAM); Movimento Nacional de Rádios Comunitárias; Movimento da Reforma Sanitária Brasileira; Movimento das Pescadoras e Pescadores do Brasil; Movimento Fé Brasil; Nação Hip Hop Brasil; Pastorais Sociais; Rede de Médicas/os Populares; Rede Nacional de Advogados Populares (RENAP); Sindesp SP; Sindicato dos Eletricitários de Minas (Sindieletrô MG); Sindicato dos Engenheiros do Estado – RJ (SENGE-Rio); Sindicato Único de trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sindute MG); União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES); União Brasileira de Mulheres (UBM); União da Juventude Socialista (UJS); União de Negros Pela Igualdade (UNEGRO); União Nacional de Estudantes (UNE); União Nacional por Moradia Popular (UNMP); Via campesina. Ainda, participam da Frente Brasil parlamentares e dirigentes de diversos partidos e correntes partidárias, como: PT, PCdoB, PSB, PMDB, PCO, PCML, Refundação Comunista e PDT. E também diversos intelectuais e jornalistas que atuam em diferentes espaços da mídia popular, e compartilham desse esforço. Frente Brasil Popular. Disponível em: <<http://frentebrasilpopular.org.br/>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

5. FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária, 2012. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renew/images/documentos/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>>. Acesso em:

includentes, o que nos leva a retomar aqui as diretrizes extensionistas⁶, com destaque para a diretriz Interação Dialógica que:

orienta o desenvolvimento de relações entre Universidade e setores sociais marcadas pelo diálogo e troca de saberes, superando-se, assim, o discurso da hegemonia acadêmica e substituindo-o pela ideia de aliança com movimentos, setores e organizações sociais. Não se trata mais de "estender à sociedade o conhecimento acumulado pela Universidade", mas de produzir, em interação com a sociedade, um conhecimento novo. Um conhecimento que contribua para a superação da desigualdade e da exclusão social e para a construção de uma sociedade mais justa, ética e democrática.

Esse objetivo pressupõe uma ação de mão dupla: da Universidade para a sociedade e da sociedade para a Universidade. Isto porque os atores sociais que participam da ação, sejam pessoas inseridas nas comunidades com as quais a ação de Extensão é desenvolvida, sejam agentes públicos (estatais e não estatais) envolvidos na formulação e implementação de políticas públicas com as quais essa ação se articula, também contribuem com a produção do conhecimento. Eles também oferecem à Universidade os saberes construídos em sua prática cotidiana, em seu fazer profissional ou vivência comunitária.

Para que a interação dialógica contribua nas direções indicadas é necessária a aplicação de metodologias que estimulem a participação e a democratização do conhecimento, colocando em relevo a contribuição de atores não-universitários em sua produção e difusão. São necessárias também a apropriação e a democratização da autoria dos atores sociais, assim como sua participação efetiva em ações desenvolvidas nos espaços da própria Universidade Pública. Por se situar no campo das relações, pode-se dizer que a diretriz Interação Dialógica atinge o cerne da dimensão ética dos processos de Extensão Universitária (PNEU, 2012, p. 17-18).

ENTREVISTA⁷

INTERFACES: Qual é a leitura que você e o MST fazem da crise que nós vivemos no Brasil e também no mundo atualmente?

STÉDILE: Como vocês podem imaginar, nós temos muitas relações internacionais e com amigos acadêmicos, com movimentos e com espaços de encontros internacionais. Hoje há um consenso entre todos que estamos vivendo uma

10 dez. 2019.

6. Interação Dialógica, Interdisciplinaridade e interprofissionalidade, indissociabilidade entre Ensino-Pesquisa-Extensão, Impacto na Formação do estudante e Impacto e Transformação Social.

7. Na transcrição desta entrevista, nós reduzimos o conteúdo das perguntas para darmos destaque à fala do entrevistado.

grave crise estrutural do modo de produção capitalista. Não é apenas uma crise cíclica de algum setor ou de um país. Com relação a essa crise estrutural, sua origem e seu tempo, tudo indica, na minha opinião, que ainda há polêmicas sobre a sua natureza. Ela já vinha se ensejando desde o final do século passado e eclodiu em 2008, no centro, por aquela especulação imobiliária, e, como uma espécie de onda, chegou na periferia do sistema, eclodindo no Brasil em 2012. Como vocês sabem, desde 2012, a economia brasileira não cresce. Mas isso ocorre em todo mundo. Ela não cresce justamente porque é uma crise estrutural de todo o modo de produção capitalista e, por ser estrutural, em nossa leitura, ela superou a própria natureza econômica e se transformou numa crise social, porque o peso que os capitalistas estão jogando sobre as costas da classe trabalhadora para se salvarem é impressionante. Isso gerou o aumento da desigualdade social em todo o mundo. Uma coisa é você ficar desempregado na época do capitalismo industrial, em que havia o desemprego cíclico e que ainda havia a maior parte da população no meio rural. Era fácil as famílias se protegerem. Agora, com a maior parte da população de todo o mundo morando nas cidades, o desemprego é um flagelo. E nós nunca tivemos índices de desemprego tão elevados como agora. Nós nunca tivemos índices de migrações como agora.

Os jovens, sobretudo do Hemisfério Sul, estão migrando para o Norte: os africanos e os asiáticos vão pra Europa e os latino-americanos vão pros Estados Unidos. Também há sinais contundentes de que a crise econômica se transformou numa crise política. E, de novo, não é apenas pelo fato de os governos perderem representatividade para enfrentarem crises com novas políticas econômicas. O que nós achamos é que há uma crise do regime político ou do Estado burguês. Aquela forma de Estado de bem-estar social, de democracia burguesa, na qual tudo se resolvia pelo voto, fracassou. Fracassou por obra dos capitalistas, que não querem se submeter a uma lógica da maioria, pois sabem que para se salvarem precisam ter um Estado de exceção. Um Estado de exceção é: leis/normas que só beneficiam eles próprios e que jogue para a marginalidade a ampla maioria da população. Nesse contexto, como fruto dessas três crises – econômica, social e política – nós temos uma crise ambiental. Os capitalistas e as suas empresas se apropriam dos bens da natureza sem nenhum controle e isso gera enormes contradições físicas.

Eu estava lendo ontem sobre como nunca tínhamos tido antes um verão tão quente no hemisfério Norte (não só na Europa, mas em todo o hemisfério Norte). Isso já é o efeito das mudanças climáticas resultantes da agressão da natureza, seja pela apropriação dos bens da natureza, seja pela poluição gerada pelos descontroles que os capitalistas provocam. Por último, a nossa leitura é de que há também, resultante disso, uma crise de valores civilizatórios. A nossa geração, ao longo do século XX, foi educada, mesmo por essa hegemonia burguesa, sob a ótica de que as pessoas, para terem dignidade e progredirem na vida, e para resolverem os seus problemas na família, deveriam estudar e trabalhar. Então, todo pobre, todo trabalhador se dedicava a isso: a estudar e trabalhar. Agora não! O capitalismo, nessa fase de crise dominada

pelo capital financeiro, nem sequer precisa mais explorar a mão de obra, pois vive do rentismo. Então, o trabalho foi desdenhado. O trabalho virou coisa de otário. O trabalho foi precarizado. O trabalho só é apropriado no setor de serviços, ou seja, já na esfera da circulação dos bens e não na produção. Então, gerou-se uma hegemonia ideológica a qual é pregada para os pobres, para os jovens, para todo mundo, de que agora só se salva na base do individualismo e do egoísmo, e que você só vai ser feliz se consumir. Então, (o sistema) reduz as relações humanas ao consumo, a comprar mercadoria, e isso é gravíssimo, porque há um reducionismo da própria existência humana. É como se nós passássemos por esse planeta para comprar alguma coisa. Não, nós passamos pelo planeta para conviver com outros seres humanos, para ter uma vida harmônica. Claro, atendendo às necessidades materiais, mas vivendo bem, em harmonia com outras (pessoas). Se você começa a pregar o individualismo, o egoísmo e o consumismo, que são valores, falsos valores, anti-sociais, estes desagregam. Esse é o cenário do contexto histórico que nós estamos vivendo hoje.



INTERFACES: Como você analisa o papel dos movimentos camponeses nesse contexto sócio-histórico atual?

STÉDILE: Eu acho que há dois aspectos: o primeiro diz respeito às populações que vivem ainda no meio rural, não só no Brasil, mas em todo o mundo. Nem todas são camponesas. Aqui no Brasil nós temos os povos indígenas, os quilombola e temos também outros setores da sociedade que não se identificam com a produção agrícola. O segundo aspecto diz respeito aos camponeses como classe. Todos eles estão na primeira trincheira do conflito com o capital, porque os capitalistas, para se salvarem da sua crise, tomam medidas, como

se apropriarem dos bens da natureza, visto que esses bens são os únicos que possibilitam aquilo que o capital faz: se apropriar de uma renda extraordinária que não é fruto do trabalho.

Então, a água está lá na natureza. Tem valor pela teoria da economia política, visto que não é fruto do trabalho humano. Porém, quando uma empresa vai lá, aprisiona essa água, bota dentro de uma garrafinha de plástico que custa "1 centavo", transforma essa água em mercadoria e vende por R\$5. Você percebe que só a água pode dar essa venda extraordinária de 0 para R\$ 5,00 com um custo mínimo da embalagem e do transporte? Esse exemplo pode ser aplicado para o petróleo, que, aqui no Brasil, dá 240% de lucro. Também para o minério de ferro, que a taxa de lucro envolve o custo de uma tonelada da Vale, que custa US\$15, e agora está sendo vendida a U\$100 cada tonelada de ferro que a empresa toma de vocês mineiros, sem deixar quase nada para a sociedade de Minas Gerais e do Brasil. Então, nenhuma fábrica de automóveis consegue obter tanto lucro. Por isso os capitalistas correram para os bens da natureza, para, com essa renda extraordinária, tentar acumular capital e sair da crise, não se importando com os efeitos devastadores para a população.

No auge da crise e do golpe que deram na Dilma, o ministro do Exército – General Villas Bôas – escreveu um artigo para o Valor Econômico e disse: "a crise brasileira se assemelha ao Titanic: nós estamos afundando e sem comando", quase que justificando o golpe. Escrevi um outro artigo, claro que o ministro não leu, mas completando essa metáfora. Eu disse: "não, general, você tem razão. Tá acontecendo igual ao Titanic, mas lembre-se que no Titanic, a primeira classe, a burguesia, se apoderou dos botes para se salvar e a segunda e a terceira classes morreram afogadas." É isso o que está acontecendo no Brasil. O que é a burguesia pegando os botes? É pegando os recursos da natureza, é pegando o Estado brasileiro, os recursos públicos, as estatais. Isso é o bote para ela se salvar.

Bom, então voltando à origem da sua pergunta: quem está lá, há séculos, há décadas, vivendo no meio da natureza? As populações locais, os camponeses. Então eles estão na primeira linha da ofensiva do capital. Aqui no Brasil, na África e na Ásia, os principais conflitos sociais acontecem justamente com essas populações. No caso da África, é justamente dessa população que os mais jovens fogem para a Europa, fogem na falta de alternativa. No caso brasileiro é mais patético, já que agora, com o capital patrocinado e protegido pelo governo Bolsonaro... isso agride as populações indígenas, agride as populações quilombolas. Assim, fruto dessa ofensiva, cria-se um barril de pólvora nessas áreas em todo mundo. No caso dos camponeses, há outros dois tensionamentos os quais estamos enfrentando que dizem respeito ao modelo de produção agrícola.

O agronegócio reproduz, de forma moderna, o que foi a plantation: grandes extensões de terra, monocultivo e commodities. No período colonial, eles tinham a escravidão. Agora, substituíram a mão de obra pelo agrotóxico e pela máquina. Mas isso não é o futuro. Primeiro porque não se produz alimento, é produzida uma mercadoria cheia de veneno. Segundo, pois não produz renda

para a sociedade local, porque é igual à plantation: é um modelo que se impõe a um território, extrai tudo o que pode e vai embora. Esse modelo entra em confronto com a visão do mundo camponês, do mundo camponês. É o que costumamos dizer: o agronegócio é um tipo de agricultura sem agricultores. Bom, a história da humanidade e da civilização é a produção de alimentos pelos agricultores, aqueles que sabem cultivar o agro. Se você rompe essa cadeia, no futuro, não haverá mais agricultores. Então, quem produzirá os alimentos? A máquina? O veneno? Então, há esse conflito de paradigma, de futuro, de visão de mundo. E há esse conflito, que se extrapola para toda a sociedade, do uso de agrotóxicos.

O agrotóxico não é uma necessidade agronômica. Eles dizem: "é necessário colocar agrotóxico no Brasil porque aqui a gente tem uma agricultura dos trópicos". Ah é? E por que os Estados Unidos e a China, que são países de clima temperado e frio, usam agrotóxicos? É o modelo que é assim, não é a temperatura ou o bioma. Então eles usam o agrotóxico para substituir a mão de obra. Mas tem uma contradição grave: o agrotóxico, além de desequilibrar o meio ambiente, pois mata, mata todos os seres vivos, menos a soja, menos o milho, menos o algodão. E ao matar toda a biodiversidade que há naquele território, a terra se desequilibra, visto que o regime de chuvas, a temperatura dos territórios são determinados pelos seres vivos, pelos vegetais, pelos animais que coabitam o território. São eles que determinam esse equilíbrio. Se você mata a toda biodiversidade e só deixa a soja, desequilibra o território. Assim como desequilibra a água. A água tem o mesmo volume em todo o planeta, porém ela se desloca (pela chuva, pela evaporação ou dentro do grão). E com o modelo do agronegócio está havendo uma transposição compulsória de bilhões de litros de água potável. E há territórios imensos que deixam de ter possibilidade de vida humana porque não tem mais água: na África, na Ásia e até aqui mesmo, no Brasil.

Vocês se lembram do conflito em Correntina? Qual foi a causa daquele conflito? Ele explodiu pois uma empresa do agronegócio de origem japonesa, com seus poços artesianos, estava secando o lençol freático e acabou com a água da cidade. Daí a população se rebelou. Então, os camponeses estão enfrentando, com o agronegócio, a forma de produzir os alimentos. A nossa sorte é que o modelo do agronegócio é contraditório, pois destrói a biodiversidade, e porque dentro do alimento produzido irá uma dose cada vez maior de veneno. O veneno, pelo que os biólogos e médicos nos explicam, vai se acumulando sistematicamente no organismo, provocando a formação de tumores, câncer. Por isso o câncer tem aparecido na juventude, em crianças. Antigamente, o câncer era um tipo de doença que só acometia pessoas mais idosas, visto que as células envelhecem e não se regeneram. Agora, todo mundo tem câncer, fruto da ação do glifosato – fato comprovado por pesquisas em universidades européias –, que é a matéria-prima de todos os venenos. Por isso, vários países já proibiram o uso do herbicida. Existe um acordo firmado pela União Europeia para eliminar, em 7 anos, em toda a Europa, o seu uso. Bom, o que as indústrias estão fazendo? Estão transferindo os estoques, ainda existentes, para o Brasil,

para as Américas, para poderem lucrar.

O meu modo de entender, hoje, o conflito maior do campesinato com o capital e o com agronegócio não é mais apenas a disputa pela propriedade da terra, o que balizou o conflito no século XX. O movimento camponês, diante disso, tem também que se atualizar. Como nós dizemos: no período do século XX, a palavra de ordem que simbolizou a luta camponesa foi: terra para quem nela trabalha. Aqui no Brasil, foi trazida inclusive pela CPT, pela igreja católica. O sentido da luta era: eu preciso de terra para trabalhar, para manter minha família. Isso foi no século XX. Agora, os camponeses têm que lutar pela terra não como propriedade, não como trabalho, mas sim lutar pela terra para conseguir produzir alimentos saudáveis para a sociedade. Do contrário colocamos em risco a vida humana em várias regiões do território brasileiro, das grandes cidades e do planeta. Nesse sentido, há uma mudança paradigmática. Nós do MST dizemos: vamos continuar lutando pela terra, mas com o objetivo principal de produzir alimentos saudáveis, e não pela terra somente para trabalhar.



INTERFACES: Como você compreende a experiência da relação entre universidade e os movimentos sociais, como o MST?

STÉDILE: Primeiro, uma crítica: a universidade brasileira é muito elitizada. Isso muito por sua história. Enquanto em outros países da colônia espanhola nós tínhamos universidade desde o século XVI, XVII, aqui, no Brasil, as primeiras universidades datam do século XX. A primeira universidade pública foi inaugurada somente em 1930. Uma vergonha. A nossa universidade já nasceu elitista. Nasceu voltada para formar uma elite, não para formar os trabalhadores, a população em geral. Então, há um DNA intrínseco à forma das universidades

atuarem e olharem o povo que está aquém da sua missão histórica. Há uma segunda crítica: a universidade, por esse DNA, nunca conseguiu se universalizar. O máximo que a burguesia se predispos foi universalizar o Ensino Fundamental. Estamos quase universalizando também o Ensino Médio. Eu mesmo só estudei porque a minha geração foi fruto do, talvez, principal governo de esquerda que nós já tivemos no país: o governo do Leonel Brizola, de 1958 a 1962. Ele universalizou o Ensino Fundamental em todo o Rio Grande do Sul. Eu levava 8 km para ir à escola, à cavalo. Quando chovia, não dava pra ir. O governo Brizola botou uma escolinha em todas as comunidades. Foi uma redenção. Desapareceu o analfabetismo no Rio Grande do Sul. Isso foi a base da possibilidade de uma sociedade mais democrática.

O paradigma principal da relação com a universidade é a missão de universalizar os conhecimentos, pois estes são fundamentais para a democracia. Não é o voto, é o conhecimento. Como dizia José Martí no início do século XX: só o conhecimento liberta as pessoas. Se você não tem conhecimento, você vai ficar dependente de alguém até pra votar. Foi o que aconteceu inclusive nas últimas eleições, quando milhões de brasileiros foram manipulados através do WhatsApp, pelo pastor, pela Globo etc. Os brasileiros votaram contra si mesmos. É óbvio que nós, dos movimentos camponeses – falando do meu campo, sabendo também que isso pode se estender para movimentos populares no sentido genérico –, nas últimas décadas, ou pelo menos nos últimos dez anos, incorporamos em nosso programa a luta pela educação, a luta pelo conhecimento. Nesse sentido, aí está o papel da democratização da universidade. Na atualização do programa camponês, além da luta pela terra, pelo alimento, incorporamos a luta pela educação, em todos os níveis. Claro, em alguns estados já está universalizado o ensino fundamenta. Porém, temos estados como Maranhão em que 60% dos camponeses são analfabetos. E esse também é um problema para a universidade. Para mais ser justo, é um problema do MEC. Mesmo no governo Lula e Dilma, o MEC, com sua tradição elitista, foi um ministério da educação superior. Ao invés de MEC deveria ser MES, Ministério da Educação Superior, pois esse ministério não se preocupa com os mais pobres. Quantas reuniões nós tivemos com Haddad para fazermos um programa de alfabetização? Mas não essas merrecas de ONG. Um programa que se propõe a erradicar, em 4 anos, o analfabetismo no Brasil. Isso tem que se dar na forma de campanha, como sonhava o Paulo Freire: mobilizar milhões de pessoas, de educadores. A universidade deveria se dedicar a isso: a desenvolver métodos, preparar professores e monitores.

Na época de Paulo Freire – já que as novas gerações não acompanham –, em março de 1964, ele chegou a fazer uma reunião em convênio com a UNE, no Maracanã, na qual participaram 80 mil estudantes que estavam se candidatando a serem monitores da alfabetização. Ora, isso é o que promove uma revolução educacional, mobilizar 80 mil monitores. A universidade, quando se trata de alfabetização, não se pronuncia. A universidade pode e deve cumprir um papel na reconstrução do país. O conhecimento, a educação serão fundamentais para a construção de uma sociedade igualitária.

Porém, pra ser possível organizar uma sociedade baseada na igualdade dos seres humanos ou na igualdade dos cidadãos, todos devem ter acesso ao conhecimento, educação em todos os níveis. A universidade foi a que menos se universalizou. Mesmo no governo Lula, saltamos de 4 para 12% da população juvenil em idade universitária. Não é preciso socialismo para chegar a isso. É uma questão de democracia. Na Coréia do Sul, 97% da população tem acesso à universidade. Mesmo na Bolívia, 60% da população juvenil em idade universitária está na universidade. No México, quase 100%, pois a universidade é pública e não tem vestibular. Sendo assim, as pessoas entram para a universidade. No Uruguai, a mesma coisa. Então, não estamos pedindo revolução, estamos pedindo democracia.

No período Lula e Dilma – pra ser justo, começando com o Fernando Henrique – conseguimos implementar vários programas que tinham a intenção de democratizar o acesso à educação, com esse perfil particular que diz respeito ao nosso movimento: garantir que o jovem, filho de camponês, chegasse à universidade. Visto que essa é a nossa missão. Avançamos em vários programas que, na minha opinião, até pelo curto prazo de tempo e pela falta de recursos, se transformaram apenas em projetos-piloto. Nesse particular, inclusive, não quero fazer nenhuma injustiça, pois vocês aqui de Minas deram uma contribuição muito importante. Vários desses projetos-piloto, que se ampliaram depois em outras universidades, tiveram seu berço aqui: o Pronera, a pedagogia da terra, os cursos de CRB e os cursos de especialização latino-americana para camponeses, em Juiz de Fora, com a então reitora Margarida Salomão que nos ajudou muito na época, também a experiência de vocês com a licenciatura para os povos indígenas, que é exemplar.

Infelizmente, com o golpe contra a Dilma, não foi possível universalizar, mas eu acredito que nós já temos o conhecimento, pelo menos metodológico, de como fazer certo quando tivermos um outro tipo de governo no país, para, então, universalizar o que foi o Pronera, o que foram essas licenciaturas, e outras áreas que também não conseguimos avançar tanto. A universidade está em dívida conosco, como, por exemplo, na área de pesquisa tecnológica. Às empresas não interessa pesquisar máquina para camponês, visto que hoje estão voltadas ao modelo do agronegócio. E para esse modelo é a escala que importa. Sendo assim, vão aumentando o tamanho das máquinas: colheitadeiras de algodão do tamanho de uma casa, no Mato Grosso, substituem trezentos trabalhadores, tratores com 300HP de força etc. Na safra de cana deste ano, a Volvo experimentou um caminhão que transporta, sem motorista, 60 toneladas de cana. O caminhão é dirigido no escritório, como se fosse um videogame. Então, para isso que são voltadas as pesquisas do agronegócio.

O que precisamos é do desenvolvimento da mecanização agrícola, o que é importante para diminuir o sacrifício humano e aumentar a produtividade do trabalho. Porém, desenvolver uma mecanização agrícola voltada para as unidades camponesas. É o que fazem, por exemplo, a Alemanha e a China. São esses os dois países do mundo que possuem mais máquinas desenvolvidas para camponeses. Aqui no Brasil temos alguma coisinha lá no Sul, até porque

a sociedade da região é mais minifundiária. Esse também é o papel que cabe à universidade, visto que não há instituições de pesquisa suficientes no Estado brasileiro. A própria EMBRAPA não tem a linha da mecanização. Em um novo ciclo, teríamos despendido muita energia, muito recurso humano para desenvolver a mecanização agrícola voltada para a agricultura familiar e camponesa. Todas as operações humanas na agricultura, pela experiência que já estamos vendo na Alemanha e na China, são possíveis de serem mecanizadas. Aqui mesmo, no Sul de Minas, a Stihl adaptou uma máquina que na Alemanha é usada pelos camponeses para colher abóbora. Eles trouxeram e adaptaram pra colher café. Só que por aqui é utilizada pelo agronegócio, substituindo a mão de obra. Esse é o tipo de máquina que o pequeno agricultor deveria ter, pois proporciona a ampliação da sua lavoura de café com a mesma família. Por que o pequeno produtor não aumenta o cultivo de café? Porque problemas surgem na hora da colheita. Não possui mão de obra para colher uma lavoura grande (10 hectares de café). Então, ele só reduz. Note como uma máquina produz uma mudança na organização do trabalho, mesmo do camponês.

INTERFACES: Continuando essa questão da relação entre universidade e movimentos sociais, gostaríamos que você falasse do projeto Brasil Popular.

STÉDILE: O Projeto Popular para o Brasil é um sonho que várias correntes dos movimentos populares e partidos dos movimentos de esquerda alimentamos: a construção de um programa baseado no conhecimento científico e baseado nas necessidades da população. Qual é o dilema que enfrentamos? Os programas no Brasil são afetados por duas enfermidades: a primeira é que os partidos só pensam em programa na hora da eleição. Acabada a eleição, os programas são guardados na gaveta de novo. Não há um compromisso real do programa com a política. O segundo problema que enfrentamos, de outras forças de esquerda é a confusão que se estabelece entre o programa e a doutrina do partido. A doutrina do partido é justa, legítima e necessária para orientar ideologicamente seus militantes para o tipo de sociedade com a qual você sonha. Porém, um projeto de país tem que responder às necessidades atuais, imediatas, que ajudem a organizar a população para enfrentá-las. Temos que superar também essas duas enfermidades que acometeram a esquerda: a de não cair no oportunismo pragmático da eleição, nem no doutrinarmismo: só o socialismo salva. Bom, isso até Jesus Cristo dizia, mas não resolveu, né?

Pensar em um projeto para o Brasil é uma tarefa difícil, pois não é uma tarefa somente intelectual. Ela tem que se basear em conhecimento científico que nos ajude a entender a realidade, as contradições, o núcleo das causas dos problemas e, ao mesmo tempo, apresentar soluções, sabendo que as soluções só virão, de novo, com a conjugação desse conhecimento com a mobilização popular. Ou seja, a implementação de um projeto de país não depende de um governo. É claro que o Estado terá que se mobilizar, mas se não houver uma mobilização popular para a implementação do projeto, ele não acontece. Então, nós estamos nesse exercício, meio idealista às vezes, lutando contra os

cata-ventos, mas é uma energia necessária para ir acumulando conhecimentos e convencimentos para que, em determinado tempo histórico, quando as massas se mobilizarem para fazer mudança no Brasil, poderemos conjugar a mobilização popular com o conhecimento que foi sendo acumulado. Esse é o esforço de dezenas, centenas de intelectuais orgânicos, que têm compromisso com o povo, estão em ação em todo o Brasil, procurando entender a nossa realidade, procurando elaborar propostas programáticas que possam resolver o problema estrutural da sociedade brasileira. Às vezes avançamos um pouquinho mais, às vezes recuamos.

Partindo da crítica que fiz sobre os períodos eleitorais, nos quais deveria ser muito mais fácil discutir programas, o projeto de país recua, porque querem discutir programas eleitorais. Mas a contradição para quem só pensa nisso se dá pela data restrita do período eleitoral. No mês de novembro inteiro a pauta de um projeto para o país volta, pois os programas eleitorais terminam em outubro.

Estamos tentando acumular conhecimento e aglutinar pensamento crítico, que é o que falta na nossa sociedade, até que um tempo histórico das mobilizações populares coloque na ordem o tipo de projeto que queremos. Foi assim na história do Brasil: só se discutiu projetos no auge de crises e sob mobilização popular. Foi assim no auge da mobilização com a Coluna Prestes, até 1935, depois, no pós-guerra, depois 1964, 1980 a 1989. Temos que ter um pouco de paciência, porque um projeto de país não acontece somente por meio de elaboração teórica. É a construção coletiva na sociedade que é mais demorado. Mesmo na universidade é difícil, vocês sabem disso.

“Eu tenho a obrigação de dizer isso, porque não serão homens com mais de sessenta, branquelos e com pouco cabelo como eu que farão as mudanças. É tudo o contrário. Será a juventude com cor, da periferia, feminina, que fará as mudanças” (STÉDILE, 2019)

Tentamos fazer um acordo com a Andifes e eles se dividiram. No final, o projeto foi pra votação e nós perdemos. Qual era a nossa proposta? Que os reitores assumissem esta tarefa: discutir coletivamente, construir um pensamento crítico para sair da crise que não é só brasileira. Se as reitorias abraçassem essa causa, facilitaria a mobilização do corpo docente e o envolvimento por parte dos estudantes, mas não foi possível, pois na época que propomos o acordo com a Andifes, período eleitoral estava se aproximando. Alguns disseram que existia um partido por trás. Assim, como respeitar os reitores? Agora, estou com uma pequena esperança, visto que o período eleitoral terminou, e o novo presidente da Andifes é uma pessoa simpática a esse tipo de debate – João Carlos

– acredito que pode gerar um clima favorável. O governo Bolsonaro também vai nos ajudar, porque esse ataque à educação e às universidades vai levar com que os reitores percebam: ou pensamos o país de uma forma diferente ou as universidades estarão ameaçadas, não somente pela disputa de verbas.

INTERFACES: 12 de agosto 2019, Marcha das Margaridas: mais de 100.000 trabalhadoras rurais nas ruas. Como você pensa mobilizações como essas articuladas com as lutas maiores?

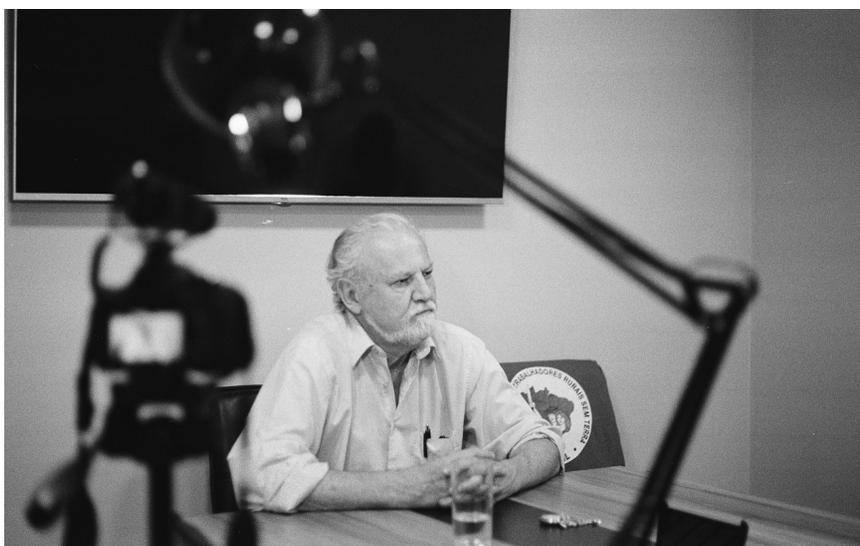
STÉDILE: Primeiro vou começar com uma frase de efeito, como diria o Darcy Ribeiro e o Milton Santos: as mudanças brasileiras serão mulatas. Têm cor, não serão branqueadas. A imensa maioria do nosso povo é mestiça, existe uma pluralidade étnica. Segundo, diante dessa crise que envolveu a classe trabalhadora, sobretudo a classe fabril, e diante de tantas contradições que misturam a crise e esses dilemas civilizatórios, emergiu, como um poder, um ator rebelde, as mulheres, em todo mundo. Possivelmente, as próximas revoluções serão também femininas, pelo menos com o protagonismo das mulheres. E, por último, como uma reflexão geral: é sempre a juventude que faz as mudanças. Eu tenho a obrigação de dizer isso, porque não serão homens com mais de sessenta, branqueados e com pouco cabelo, como eu, que farão as mudanças. Pelo contrário, será a juventude de cor, da periferia, feminina, que fará as mudanças.

A esquerda tem que atualizar seus modos de organizar a população. Essa semana fiquei muito contente de ler uma entrevista que o Márcio Pochmann deu para o Portal da Unisinos. Ele disse: nós temos que repensar as formas de organização⁸, pois as formas com que a esquerda se desenvolveu nos últimos 20 anos eram para uma sociedade fabril, com o protagonismo do operário metalúrgico, da Fiat, que hoje até saiu do sindicato. Na última visita que eu fiz aqui, alguém me disse que 5% dos trabalhadores da Fiat são filiados ao sindicato. É uma vergonha, até porque lá em Turim, que representava uma base comunista importante, 98% dos operários da Fiat são sindicalizados e filiados ao partido. Aqui vemos o inverso. Bom, são tempos históricos diferentes, né? Só quis comparar com Turim não porque na Europa é melhor, mas porque quando surgiu a Fiat, havia essa base operária organizada com partidos, que disputava a hegemonia. Quando a empresa veio para o Brasil, já estávamos sem entender essa mudança estrutural da classe trabalhadora.

Temos esse desafio: pensar novas formas, novos atores, estimular novos protagonistas. Olhando para a realidade a gente enxerga que a população é negra, mestiça, jovem, mulher. Então, se as mudanças são feitas pelas majorias, serão eles que farão. Porém, vamos ser honestos, eles ainda estão desorganizados. A Marcha das Margaridas, que é uma manifestação importante, foi construída historicamente pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, pela mulher na

8. MÁRCIO POCHMANN. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/592901-em-40-anos-brasil-tem-duas-decadas-perdidas-entrevista-especial-com-marcio-pochmann>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

agricultura familiar. Depois de alguns anos, a Marcha Mundial das Mulheres se incorporou, digamos, no feminismo urbano familiar, mas ainda de uma forma subalterna. O que me admirou esse ano é a amrcha não ter pauta, pois não tinha com quem negociar. Então elas foram obrigadas a politizar a luta. A principal bandeira que vi não agradou a todos e a todas, mas claro, a principal bandeira democrática da Marcha esse ano foi "Lula Livre", e também os direitos da previdência, que atingiu diretamente as mulheres do campo. Então foi politizada. Distanciou-se da marchinha, uma pauta com 38 pontos para entregar para o governo. Este promete que irá fazer, depois engaveta as reivindicações, e as mulheres vão embora. Acredito que a marcha desse ano teve um componente de politização muito importante. Mais do que politização – que é uma palavra mal utilizada pela esquerda – teve um componente de elevação educacional dessas massas, visto que não se reúnem 100.000 pessoas todos dias.



INTERFACES: De fato a mobilização popular é fundamental em momentos como o período atual. Você considera possível a construção de frentes e de uma organização internacional?

STÉDILE: Não só é possível, como é necessária. Há uma metamorfose nas articulações internacionais. No século XX, o capitalismo industrial, as formas de articulação do povo eram mobilizadas por categorias. Os operários se organizavam, os partidos se organizavam, as mulheres se organizavam, os estudantes se organizavam. Agora, estão todas misturadas pelo capital. O capitalismo agora deixou de ser industrial para se financeiro e globalizado. Este cenário exige novas formas de articulação, que nós ainda estamos Tateando. Havia a organização dos movimentos camponeses de uns 100 países. Ainda estamos sob a última do período anterior, que foi em 1996, e é a primeira desse período.

Nunca antes os camponeses tiveram a necessidade de uma articulação internacional. Agora, você pergunta: quem é o inimigo principal dos camponeses na Índia? A Monsanto. Nos EUA? A Monsanto. No Brasil? A Monsanto, a Nestlé, a Bayer, a Basf. Os inimigos capitalistas são os mesmo em todo o mundo e isso obrigou os camponeses a se juntarem. Da mesma forma que antes, não digo como crítica, pois teve seu papel, a Federação Internacional Democrática das Mulheres era uma articulação, mas digamos que mais burocrática. Agora, nós precisamos de um feminismo popular atuante. Não basta fazer eventos internacionais. Qual é o dia da mobilização contra as mudanças climáticas? Qual é esse evento que ninguém deu bola: a Greve das Mulheres de um dia? Isso é fantástico. Na Argentina, elas estão ainda mais politizadas que nós, e fazem mobilização das mulheres com muita gente, todos os anos. Nós estamos nessa etapa, construindo articulações que perpassem pelas categorias, e, ao mesmo tempo, consigam dar respostas sobre o enfrentamento com capitalismo financeiro e globalizado.

Claro que sempre há tensões, porque tem gente que ainda quer continuar como antigamente, e muitos não sabem o que pode acontecer, nós também. Ninguém sabe qual é a melhor forma. A forma não importa, o que importa é a necessidade de construirmos articulações internacionais, para a luta. Temos que superar aquele burocratismo de só fazer evento, o que acabava configurando turismo sindical ou turismo político. Agora, não adianta mais realizar somente conferências. Foi isso que inclusive esgotou o processo do Fórum Social Mundial. O evento, do qual o MST é um dos promotores, desde a sua origem, teve um papel ideológico importante no confronto com neoliberalismo, mas não teve capacidade de dar o passo seguinte: o de pensar o que fazer em conjunto. Agora, estamos tentando com a articulação latino-americana que chamamos de Alba⁹, tentando com a Assembleia Internacional dos Povos, mas são tentativas. Se vai dar certo, não sabemos, mas sabemos que existe essa necessidade. Assim também acontece nos meios de comunicação. É preciso interligar mais os meios de comunicação que estão sobre a hegemonia da classe trabalhadora. Não é mais possível cada um ter seu boletim sindical, porque uma luta no Haiti tem tudo a ver com a luta da classe trabalhadora brasileira. O problema do Haiti não se resolvendo, os migrantes vão disputar trabalho nos frigoríficos com os operários brasileiros, como já fizeram. Os dois serão explora-

9. O link para o site do Alba Movimentos é: <http://www.albamovimientos.org/?fbclid=IwAR3551D_svN8VD5v7y3Ac-MkV6UtzXw1QA2qTLTfCCTXsgfozCLX_nzfvXfo>. Segundo texto no próprio site:

"La Articulación de Movimientos Sociales y Populares hacia el ALBA - ALBA Movimientos- es una plataforma de organizaciones unidas detras de integración continental y la construcción de un proyecto político emancipatorio para los pueblos de la Patria Grande que represente toda la riqueza que es la diversidad de la lucha anticapitalista, antiimperialista, anticolonialista, antirracista, feminista, ecosocialista por un socialismo indo-afro nuestro americano. Esta iniciativa tiene como referente el emerger de las resistencias sociales en los años noventa contra los ensayos neoliberales y las políticas propagadas por el Consenso de Washington, así como la campaña contra el Área de Libre Comercio de las Américas (ALCA). Ese proceso motivó la alianza entre diversos actores en nuestros países y abrió el camino a la superación de las luchas sectoriales y temáticas para el impulso de la integración desde abajo, basada en proyectos solidarios entre nuestros pueblos, que representen una alternativa al capitalismo.". Fanpage do ALBA Movimentos no Facebook, disponível em: <https://www.facebook.com/pg/albamov/about/?ref=page_internal>. Acesso em: 10 dez. 2019.

dos, pois o salário vai abaixar. Então, o Haiti não é um problema de etnia, é um problema da classe trabalhadora, do povo. Trata-se de um grande movimento internacional de solidariedade. Sem a colaboração de forças internas, é impossível eles romperem (isso como ilustração). Já os meios de comunicação têm que dar notícia do Haiti, têm que dar notícia de tudo. Os meios de comunicação que estão sob nossa influência têm que se internacionalizar também, e esse é esforço é o Tricontinental¹⁰, um instituto de pesquisa que aglutina pesquisadores do Hemisfério Sul. Por que do Hemisfério Sul? Há uma intencionalidade: o pensamento crítico na Europa e nos Estados Unidos ruiu, ou foram influenciados pelo pós-modernismo, ou foram influenciados pelo individualismo. Então é difícil contar, ainda que exista, com David Harvey, os marxistas da escola, historiadores britânicos que nos ajudam muito, mas como continente, o Hemisfério Norte, não tem produção de pensamento crítico de forma articulada. Sendo assim, nosso esforço, pelo menos no primeiro momento, é estimular a interação entre esses pesquisadores comprometidos, que queiram mudanças pós-capitalistas. E tivemos essa bela descoberta desse grande intelectual que é o Vijay Prashad, de origem indiana, marxista, que se propôs a ajudar a organizar essa articulação.

“Eu espero que ressurja um poderoso movimento de massas que consiga, então, alavancar um novo projeto de país que resolva os problemas fundamentais da nossa população, seja de trabalho, de moradia, de terra, de educação.” (STÉDILE, 2019)

INTERFACES: Para concluir, gostaríamos de te ouvir sobre os movimentos na história brasileira e uma reflexão sobre persistência e a esperança nas lutas sociais.

STÉDILE: Esses fenômenos fazem parte desse período histórico de uma crise profunda, a qual afeta toda a vida social. Porém, o que nos salva é que ainda que o capital tenha imposto, em vários países, governos de extrema direita, como Bolsonaro e Macri, como Salvini, na Itália, e outros países, isso já é a demonstração do fim da linha. As propostas dos governos de extrema direita não são para a sociedade, não são progressistas. Eles representam o símbolo do atraso, e, por isso, esses métodos são métodos do atraso. Eles não conseguem galvanizar a maioria da sociedade, em parte alguma, e, por isso, tenho certeza

10. O Instituto Tricontinental de Pesquisa Social é uma instituição internacional, orientada pelos movimentos populares, focada em estimular o debate intelectual para o serviço das aspirações do povo. Disponível em: <<https://www.thetricontinental.org/pt-pt/>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

absoluta, por toda a minha militância, por tudo o que eu já li, que será um governo muito efêmero. Não se assustem, isso vai passar, como diria Chico Buarque. Então, não podemos perder a esperança, cair no desespero, ficarmos reclusos em nosso egoísmo.

Temos uma tarefa permanente, que é a de fazer disputa ideológica em todos os espaços que convivemos, denunciar esse plano do capital, fazer trabalho de base, que significa convencer os trabalhadores, organizar lutas de massas. Tenho certeza que esse governo, com essa natureza, passará muito rápido. Como você mesmo já citou, parecia que a Argentina, que realizou um processo eleitoral inclusive muito mais democrático do que o nosso, sem fake news, eles já deram o troco. A eleição que vai se confirmar em outubro, dos peronistas¹¹, vai alterar a correlação de forças na América Latina. A eleição de López Obrador, nas barbas do capital, alterou a correlação de forças na América Central. Também há a resistência do povo da Venezuela, eles estão enfrentando tudo e não conseguem os derrotar. Isso demonstra que há energias populares resistindo, e que vamos ser vencedores. Porque, ao contrário do pós-guerra, em que o capitalismo sinalizava melhorias para a classe trabalhadora, agora ele não tem nada a oferecer. Nem sequer quer nos explorar com o trabalho, com o emprego. Diante disso, não tenho dúvida nenhuma que esse tipo de política, esse tipo de burguesia, que assaltou os estados, terá uma vida útil muito curta e será jogada na lata de lixo logo logo. Espero que ressurgam um poderoso movimento de massas que consiga, então, alavancar um novo projeto de país que seja capaz de resolver os problemas fundamentais da nossa população, seja de trabalho, de moradia, de terra, ou de educação. Então, não desanimem, que o futuro a nós pertence.

11. Alberto Fernández e Cristina Kichner venceram as eleições na Argentina no final de outubro de 2019. Um mês após a entrevista.

REFERÊNCIAS

ALBA MOVIMENTOS. Disponível em: <http://www.albamovimientos.org/?fbclid=IwAR3551D_svN8VD5v7y3AcMkV6UtzXw1QA2qTLtFcCTXsgfozCLX_nzf-VXf0>. Acesso em: 10 dez. 2019.

FORPOREX. Política Nacional de Extensão Universitária. 2012. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

FRENTE BRASIL POPULAR. Disponível em: <<http://frentebrasilpopular.org.br/>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

FORPOREX. Política Nacional de Extensão Universitária. 2017. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

INSTITUTO TRICONTINENTAL. Disponível em: <<https://www.thetricontinental.org/pt-pt/>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

MST. Disponível em: <<https://mst.org.br/>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

POCHMANN, MÁRCIO. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/592901-em-40-anos-brasil-tem-duas-decadas-perdidas-entrevista-especial-com-marcio-pochmann>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

TEXTOS



Contribuição da extensão na implementação da política de práticas integrativas no município de Blumenau

Extension contributions to the implementation of integrative practices in Blumenau city

Geórgia L. Martins
Departamento de Ciências Farmacêuticas, Universidade Regional de Blumenau
georgia_martins@hotmail.com.br

Karla F. Rodrigues
Departamento de Medicina, Universidade Regional de Blumenau
karla@furb.br

Alessandro Guedes
Departamento de Ciências Farmacêuticas, Universidade Regional de Blumenau
aleguedes@furb.br

Ethna T. Unbenhaun
Secretaria de Promoção da Saúde de Blumenau
ethna@blumenau.sc.gov.br

RESUMO

As Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) estão implementadas desde 2006. Conta atualmente com 29 possibilidades terapêuticas e sua utilização encontra-se em franca expansão em todo país. O objetivo desse relato é apresentar a experiência do Observatório de Integração Ensino, Serviço e Comunidade (OBIESC) por meio das PICS. Entre 2018 e 2019, o projeto executou diversas atividades voltadas para a política de PICS e para a formação e expansão dos cenários de práticas no município de Blumenau. Nossas metodologias ativas envolvem desde atendimentos diretos à comunidade, até rodas de conversa e acompanhamento da política municipal de PICS. Durante o primeiro ano do projeto, 430 pessoas foram atendidas diretamente pela equipe, porém, estima-se que pelo menos o dobro desse número seja atendido indiretamente. Acredita-se que o projeto tem mantido seu impacto através, tanto da atenção à comunidade quanto à assessoria aos profissionais que têm praticado e difundido as PICS.

Palavras-chave: Medicina tradicional; Saúde pública; Políticas públicas.

ABSTRACT

The Integrative and Complementary Practices in Health (PICS) have been implemented since 2006. It currently has 29 therapeutic possibilities and its use is in quick expansion throughout the country. The objective of this report is to present the experience of the Observatory of Integration Teaching, Service and Community (OIESC), through the PICS. Between 2018 and 2019, the project carried out many activities focused on the PICS policy and for the training and expansion of the practice scenarios in the city of Blumenau. Our active methodologies range from direct assistance to the community, to talk and follow-up of PICS municipal policy. During the first year of the project, 430 people were served directly by the team, however, it is estimated that at least twice that number will be met indirectly. It is believed that the project has maintained its impact through both the attention to the community and to the advice to professionals who have practiced and disseminated the PICS.

Keywords: Traditional medicine; Public health; Public politics.

INTRODUÇÃO

As Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) foram implementadas no SUS a partir de 2006, com o intuito de estimular os mecanismos naturais de prevenção de agravos e recuperação da saúde. Tudo isso por meio de tecnologias eficazes e seguras, com ênfase na escuta acolhedora, no desenvolvimento do vínculo terapêutico e na integração do ser humano com o meio ambiente e a sociedade (BRASIL, 2006b).

A utilização de práticas tradicionais nos cuidados básicos de saúde, mesmo com a medicina moderna, ainda é reconhecida nos países em desenvolvimento, sendo reiterada na Conferência de Alma Ata de 1978 e Assembleia Mundial de Saúde em 1987. A ampliação da ação dessas terapias se concretizou na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares do SUS - PNPICS (BRASIL, 2006a). Também com sua ampliação em 2014 (BRASIL, 2014).

A área das Medicinas Tradicionais Complementares (MTC) é reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como serviço de qualidade, com segurança e eficácia comprovadas. Além promove sua integração, regulação e supervisão que fortaleçam o papel que a medicina tradicional desempenha na manutenção de populações saudáveis (OMS, 2013).

Houve um crescimento significativo à procura da MTC, desde países subdesenvolvidos aos mais desenvolvidos. Mais de 100 milhões de europeus são atualmente usuários da medicina alternativa e complementar, e há muitos mais usuários de MTC na África, Ásia, Austrália e Américas (OMS, 2013). Acredita-se que os motivos que levaram a esse aumento estejam relacionados com o aumento de doenças crônicas, o aumento do custo dos serviços de saúde, a insatisfação com os serviços de saúde existentes, o ressurgimento do interesse por um cuidado holístico e preventivo às doenças e os tratamentos que ofereçam qualidade de vida quando não é possível cura (AMADO, 2017).

Com a expansão do acesso aos produtos e aos profissionais, consequentemente houve um aumento significativo na produção da matéria médica chinesa. Em 2012, estima-se que as PICS movimentaram cerca de 83,1 bilhões de dólares, um aumento de mais de 20% em relação ao ano anterior (OMS, 2013).

Os princípios da humanização na saúde e da educação popular em saúde desenvolvidos na obra de Vasconcelos são citados por Gomes e Merhy (2014) como um movimento social de profissionais, técnicos e pesquisadores empenhados no diálogo entre o conhecimento técnico-científico. Onde também o conhecimento oriundo das experiências e lutas da população pela saúde, direcionaram a concretização das propostas locais no Núcleo de Estudos e Práticas Integrativas e Complementares em Saúde - NEPICS.

Por meio de editais de extensão, o Núcleo desenvolveu ações voltadas às plantas medicinais, yoga, auriculoterapia, Reiki, massagem terapêutica, do-in, dança circular e Tai Chi Chuan. Também contribuiu para a construção da política de práticas integrativas e complementares no SUS local, agregando vários docentes da Universidade de diferentes projetos como PROFISC, Toque Tera-

pêutico e Bem-Estar, os quais desenvolveram em paralelo outras experiências terapêuticas complementares.

Essa integração de práticas tem suporte teórico na concretização de uma nova racionalidade médica, alcunhado pelo Ministério da Saúde como racionalidade em saúde. Diferente da biomédica ocidental, esta tem aspectos de integradora e vitalista, termo designado por Madel Luz em 1995, o qual postula um sistema terapêutico complexo que engloba uma cosmologia, uma morfologia, uma dinâmica vital, uma doutrina médica, um sistema de diagnose e uma terapêutica (TESSER, 2008). As práticas integrativas e complementares têm em si a potencialidade de gerar novas possibilidades de promover o contato e o aprendizado de novas formas de se pensar o corpo, a saúde e a doença, viabilizando ações promotoras de saúde (CINTRA, 2010).

Com relação às PICS como uma Política Pública a ser instalada a nível local, priorizou-se a mobilização e o controle social. Com relação a esse último, o NEPICS participou e incentivou, em 2017, a participação popular nas reuniões dos conselhos regionais de saúde divulgando as PICS, e, na articulação da política, apoiando a coordenadoria de PICS da Secretaria de Promoção da Saúde de Blumenau, recém-criada.

A realidade local em Blumenau e no Brasil ainda é de poucos trabalhadores capacitados, insuficiente financiamento para a maioria das práticas e poucos espaços institucionais para o desenvolvimento de novas práticas e serviços, além de uma frustrada integração das PICS à biomedicina.

O acúmulo de experiências do NEPICS vai de encontro aos objetivos do milênio, o qual impacta nos objetivos: qualidade de vida e respeito pelo meio ambiente, onde todos os projetos têm interface comunitária de cuidado ambiental; e todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento, onde as atividades visam também a formação permanente dos profissionais da educação e da saúde (SANTA CATARINA, 2011).

O objetivo desse artigo é apresentar a experiência do NEPICS por meio de seu projeto OBIESC: Observatório de Integração Ensino Serviço Comunidade, apoio a política municipal de PICS e suas metodologias ativas aplicadas na construção da política local de promoção das PICS. A comunidade acadêmica, os profissionais dos serviços de saúde e comunidade em geral, atuam de alguma forma, como articuladores da nova política municipal de práticas integrativas e complementares.

A natureza dos conhecimentos aqui compartilhados se constitui a partir de práticas intersetoriais e transdisciplinares incorporadas nas relações eco-gossociais do homem com o ambiente, visando o bem-estar, a qualidade de vida e a sustentabilidade, a partir de políticas públicas sustentadas pela participação e o controle social.

Como estratégias de promoção de saúde, o grupo opta pela teoria e conceitos de Saúde Ambiental onde podemos citar como princípios: a) estabelecer políticas públicas integradas; b) promover a responsabilidade social; c) criar ambientes saudáveis que apoiem o bem-estar humano; d) influenciar políticas de desenvolvimento econômico que favoreçam ganhos em saúde; e)

fortalecer a ação social participativa para a saúde; f) estimular o desenvolvimento das capacidades e dos potenciais de indivíduos e grupos populacionais (empoderamento social); g) utilizar os meios de comunicação como veículo para a prevenção e a promoção da saúde; e h) reorientar as práticas de saúde, contemplando também a promoção da saúde (MINAYO, 2002).

A maior parte dos movimentos sociais e das práticas integrativas tem o foco na saúde, não na doença e busca o equilíbrio, adota uma postura vitalista, uma vez que se fundamenta no indivíduo como um todo.

A CONTRIBUIÇÃO DO NEPICS

Em 2008, inicia-se o programa de extensão Liga de Saúde Coletiva, que introduziu várias possibilidades de intervenções e vivências junto à comunidade. Com o passar dos anos, entradas e saídas de integrantes, passamos a conceber um Núcleo de Estudos que tem como agregador as práticas integrativas e complementares em saúde.

Em 2017, em parceria com os projetos de extensão da FURB: Toque Terapêutico, PROFISC e Bem-Estar, com as instituições SESC, a Coordenação Municipal de PICS, o Conselho Municipal de Saúde e Escola Técnica de Saúde do SUS de Blumenau, construímos uma proposta pedagógica de curso de PICS para Blumenau (RODRIGUES, 2018). Devido à impossibilidade momentânea de formação pedagógica com todo o grupo, optamos por desenvolver uma proposta de curso introdutório de PICS na atenção básica, uma das ferramentas para a construção da política local de PICS. Foram cento e vinte horas de curso envolvendo seis docentes e cinco discentes da FURB, profissionais do SESC e Secretaria de Saúde e trinta inscritos. Ao final, vinte e sete foram aprovados e três não tiveram aproveitamento. Estes formandos constituem atualmente os projetos e a comissão de PICS no município de Blumenau.

Foram considerados aspectos facilitadores: as parcerias existentes anteriormente entre os profissionais envolvidos, que possibilitou a execução do curso; a assessoria inicial da equipe técnica da ETSUS no desenvolvimento e estruturação da proposta para o curso; a disponibilização dos espaços físicos; a procura dos profissionais pela qualificação ofertada; a permanência e assiduidade dos participantes do curso; o envolvimento dos alunos durante as aulas ministradas; o compromisso dos organizadores do curso; e as ações de PICS desenvolvidas pelas unidades em concomitância a realização do curso.

Aspectos dificultadores: observamos o desconhecimento e informações inadequadas por parte da gestão pública acerca das PICS e dos recursos necessários ao desenvolvimento das mesmas na rede de saúde; recursos parcos para o desenvolvimento de uma proposta mais completa de qualificação; tempo inadequado para um melhor planejamento e desenvolvimento do curso; e desconhecimento e/ou inexperiência dos alunos no manejo de sistemas informatizados de educação permanente.

A avaliação do desempenho foi realizada a partir do portfólio reflexivo, tutoria direta, onde cada professor fez a tutoria de três alunos, execução dos exercícios realizados em sala de aula, avaliações práticas e a frequência. A partir desse curso, os profissionais de saúde passaram a desenvolver seus projetos locais de PICS.

O OBIESC/PICS foi a última proposta do grupo aos editais de extensão da FURB, um projeto com verba do FUMDES o SIPEX 445/2018, uma forma de fomento e apoio por meio da extensão a consolidação da Política Municipal de Práticas Integrativas e Complementares na saúde de Blumenau. O primeiro ano do projeto teve como metas acompanhar a comissão de implantação das PICS ao mesmo tempo que mantinha a formação e disponibilização de práticas como a auriculoterapia.

METODOLOGIA

O NEPICS/OBIESC/PICS desde a sua criação demandou uma diversidade e originalidade em suas metodologias, as quais passamos a apresentar.

Utilização massiva das rodas de conversa, entendidas como disposição circular e homogênea dos atores no momento do diálogo sobre as PICS, geralmente abertas de 10 a 20 participantes. São propostas tanto para os encontros internos do grupo gestor do Núcleo, como para os encontros junto à comunidade, por meio de seminários e therashop.

As oficinas, direcionadas a divulgar e apresentar as PICS para a comunidade, principalmente as unidades de saúde da família, apresenta sempre de uma a três terapias. É realizada em forma de roda, onde cada terapia é apresentada e, ao fim, propõe-se uma vivência nas terapias, voltada para 20 participantes com cerca 2 horas de duração.

Os seminários, são encontros direcionados à comunidade interna e externa onde serão debatidos os temas mais pertinentes à política de PICS, direcionados a cerca de 40 a 60 participantes, utilizando sempre das mesas semicirculares com debate e diálogo direto com o público.

O therashop, proposta de workshop de práticas integrativas, disponibilização de várias práticas para divulgação das mesmas e da política de PICS. São destinados a até 200 participantes em um período mais prolongado, onde as práticas são ofertadas em estações pelas quais o público pode circular de acordo com sua trilha escolhida, dura em média um dia.

Para o fortalecimento da participação popular, o NEPICS utiliza de construção de fóruns deliberativos, participa ativamente das reuniões das comissões de PICS e das reuniões dos conselhos locais, regionais e municipal de saúde para divulgação e debate da política de PICS e integração ensino serviço e comunidade.

As metodologias propostas nos aproximaram como extensionistas que compartilham suas atividades, diferentes realidades e projetos. A relação entre

extensão, ensino e pesquisa se deu por meio de um conjunto de ações, tais como a inserção de estudantes de graduação como bolsistas e voluntários, orientação de Trabalhos de Conclusão de Cursos (TCCs) dos diversos cursos na área das PICS, assim como na formação de profissionais por meio da educação permanente em práticas de PICS.

Com metodologias ativas e participação popular espera-se também ter uma maior inserção curricular nos diferentes cursos da saúde. Para o NEPICS todas as atividades e iniciativas devem procurar atender as necessidades da comunidade atendida. Assim, a extensão aparece como nosso carro chefe, uma interação profícua com a mesma, em formatos variados e sempre abertos para o novo que ela possa nos trazer.

As atividades do projeto estão voltadas para os seguintes públicos: trabalhadores das unidades de saúde e usuários do SUS, comunidade interna da FURB, coletivos organizados do movimento social e comunidade em geral. Como forma de avaliação, nos eventos com menos de 30 pessoas, distribuímos um formulário com levantamento da impressão das atividades e sugestões de melhoria. Para os eventos com mais de 31 participantes são empregados formulários simplificados de satisfação utilizando 5 caricaturas. Priorizou-se neste ano o acompanhamento das ações realizadas nas comunidades atendidas junto aos egressos do curso introdutório de PICS de 2017, visando a divulgação da política e das práticas, formação, vivência, colaboração, criação de uma nova política que venha da base da comunidade de Blumenau.

Figura 1: Metodologias utilizadas durante o projeto. Oficina de Acupuntura e Auriculoterapia na ESF Jovino Inácio Cardoso I (A); Oficina de Plantas Medicinais administradas pelo professor Alessandro Guedes (B); Fórum Municipal de Práticas Integrativas (C); Implantação da horta de Plantas Medicinais no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (E); e reuniões mensais com a equipe da OBIESC (F).





Fonte: acervo dos autores.

RESULTADOS

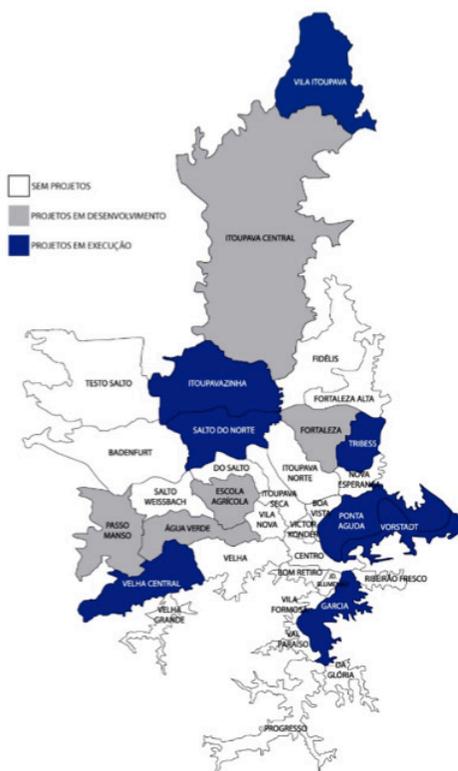
Na cidade de Blumenau vinte e três unidades de saúde estão com atividades voltadas as PICS, sendo que vinte já possuem projeto ou estão em desenvolvimento e três não possuem projetos, porém já contam com o apoio do NEPICS por meio do projeto Observatório de integração ensino serviço em PICS, o PROFISC e a Coordenação Municipal de PICS. O intuito é ampliar a oferta nas unidades de saúde, assim auxiliando no acesso à saúde de qualidade.

A partir do que foi iniciado pelo NEPICS, foi possível mapear as regiões de Blumenau e identificar zonas que demandam mais atenção por parte da coordenação de PICS do município. De acordo com o mapa da figura 2, as regiões em azul correspondem a unidades de saúde da família que possuem algum tipo de prática integrativa e complementar em andamento, aos cuidados de um profissional capacitado. As regiões em cinza correspondem a unidades que estão com projetos em desenvolvimento, seja na etapa da construção, ou de execução. E por fim, as regiões em branco são as que ainda não possuem nenhum projeto, o que nos permite avaliar e planejar novas técnicas para a implantação das práticas.

Neste um ano de projeto, foram realizadas 40 rodas interdisciplinares, com práticas de auriculoterapia voltadas à comunidade, profissionais de saúde do SUS e estudantes da Universidade; 10 oficinas, abrangendo os temas: Acupuntura, Auriculoterapia e Plantas Medicinais; 2 seminários, organizados na I Conferência Municipal de PICS e no I Fórum Municipal de PICS de Blumenau; 1 therashop de Práticas Integrativas; e acompanhamento mensal das reuniões da comissão.

Durante o primeiro ano de atendimentos (de maio de 2018 a maio de 2019), 430 pessoas foram atendidas diretamente pela equipe, através de oficinas, rodas de conversa, therashop, conferências e atendimentos individuais. Porém, além dos atendimentos diretos, estima-se que pelo menos o dobro desse número seja atendido indiretamente, por meio de indicação e/ou replicação do que foi visto nas atividades por meio das redes sociais.

Figura 2: Mapeamento das Práticas Integrativas em Blumenau.



Fonte: acervo dos autores.

CONCLUSÃO

O NEPICS tem como atividade de extensão da FURB uma grande aceitação e impacto nos projetos de PICS no município. As vivências, conhecimentos e experiências novas e partilhadas por todos os atores da saúde e educação de Blumenau foi impactante na construção e instalação da Política Municipal de PICS e no desenvolvimento do NEPICS institucionalmente.

REFERÊNCIAS

ALMA-ATA, U. R. S. S. Conferência internacional sobre atención primaria de salud. Alma-Ata. URSS, p. 6-12, 1978.

AMADO, Daniel Miele et al. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde 10 anos: avanços e perspectivas. JPMHC| Journal of Management & Primary Health Care| ISSN 2179-6750, v. 8, n. 2, p. 290-308, 2017.

BRASIL. Subsídios para construção da Política Nacional de Saúde Ambiental. 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS-PNPIC-SUS. 2006a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS: atitude de ampliação de acesso. 2006b.

CINTRA, Maria Elisa Rizzi; FIGUEIREDO, Regina. Acupuncture and health promotion: possibilities in public health services. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 14, n. 32, p. 139-154, 2010.

DE ANDRADE, Gabriela R. B.; VAITSMAN, Jeni. Apoio social e redes: conectando solidariedade e saúde. Ciência & saúde coletiva, v. 7, p. 925-934, 2002.

FRENKEL, Moshe A.; BORKAN, Jeffrey M. An approach for integrating complementary-alternative medicine into primary care. Family practice, v. 20, n. 3, p. 324-332, 2003.

LUZ, M. T. Racionalidades médicas e terapêuticas alternativas. Cadernos de Sociologia, 7:109-128, 1995.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; MIRANDA, Ary Carvalho de. Saúde e ambiente sustentável: estreitando nós. Editora Fiocruz, 2002.

RODRIGUES, Karla Ferreira; SOUZA, Daniela Maisa de; PINTARELLI, Katia Lucia Brasil; DANIELSKI, Kellin. Práticas Integrativas e Complementares no SUS: Uma Parceria de educação permanente entre Escola Técnica do Sistema Único de Saúde Blumenau/Secretaria de Promoção da Saúde e Universidade Regional de Blumenau. Frutos dos Movimentos de Educação Permanente em Saúde ee Santa Catarina: Caminhos e Oportunidades, 1ª ed. Porto Alegre: Unida, 2018.

STOTZ, E. Enfoques sobre educação popular e saúde in Brazil. Caderno de Educação Popular e Saúde. Brasília: Ministério da saúde, 2007. p 46-57.

STOTZ, Eduardo Navarro; DAVID, H. M. S. L.; WONG-UN, Julio Alberto. Educação popular e saúde: trajetória, expressões e desafios de um movimento social. Rev APS, v. 8, n. 1, p. 49-60, 2005.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Razões da desordem. Rio de Janeiro: Rocco, v. 3, 1993.

SANTA CATARINA. Caderno: Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Odilon Luís Faccio, org. Florianópolis, 2ª edição, 2011.

TESSER, Charles Dalcanale; LUZ, Madel Therezinha. Racionalidades médicas e integralidade. Ciência & Saúde Coletiva, v. 13, p. 195-206, 2008.

World Health Organization. Traditional Medicine Strategy: 2014-2023. Hong Kong: WHO; 2013. 76 p.

GOMES, Luciano Bezerra. MEHRHY, Emerson Elias. A educação popular e o cuidado em saúde: um estudo a partir da obra de Eymard Mourão Vasconcelos. Interface (Botucatu) [online]. 2014, vol.18, suppl.2, pp.1427-1440. ISSN 1414-3283.



A educação do corpo por meio da dança: relatos de uma experiência no bairro de Botafogo no município de Igarapé-Açu/PA

Body education through the dance: reports about an experience in Botafogo neighborhood, Igarapé-Açu/PA

Clene Lisboa da Cruz
Graduada do curso de Licenciatura em Dança e discente do curso técnico em dança da UFPA
clenelisboa10@hotmail.com

RESUMO

A dança, mais precisamente no que se refere ao processo de criação, se constrói e desenvolve ao longo do tempo através de experimentações, laboratórios de investigação e pesquisas. Neste sentido, atualmente desenvolvo um trabalho alicerçado no tripé ensino, pesquisa e extensão da Universidade Federal do Pará, no município de Igarapé-Açu, através do projeto EDUCADANÇA, o qual tive a oportunidade impar de poder levar aos jovens de minha comunidade a dança que transforma e oportuniza uma educação que liberta, a dança como objeto de pesquisa e aprendizagem. Importante esclarecer que estes jovens são pessoas que nunca tiveram contato com a dança acadêmica. Estamos desenvolvendo processos de conhecimentos que necessitam ser um pouco mais aprofundados, mas vamos desenrolando de acordo com os pocket's aplicados.

Palavras-chave: Educação; Dança; Experimentações.

ABSTRACT

Dance, more precisely in regard to the process of creation, is built and developed over time through experimentation, research laboratories and research. In this sense, I am currently developing a work based on the tripod of teaching, research and extension of the Federal University of Pará, in the municipality of Igarapé-Açu, through the Educadança project, which I had the odd opportunity to be able to take to the youth of my community the dance that transform and provide an education that liberates, dance as an object of research and learning. Important to clarify that these young people are people who have never had contact with academic dance. We are developing knowledge processes that need to be a bit more thorough, but we will roll out according to the applied pocket's.

Keywords: Education; Dance; Experiments.

INTRODUÇÃO

A dança, mais precisamente no que se refere a processo de criação, se constrói e desenvolve ao longo do tempo através de experimentações, laboratórios de investigação e pesquisas. Neste sentido, atualmente desenvolvo um trabalho alicerçado no tripé ensino, pesquisa e extensão da universidade, tendo como foco alunos que estudam dança a partir de experimentações aplicadas por meio do projeto de extensão EDUCADANÇA¹ no município de Igarapé-Açu, Pará. A pesquisa deste trabalho deve levar em consideração dois aspectos importantes: a educação e a dança como área de conhecimento, de maneira que atenda as proposta do projeto EDUCADANÇA.

Igarapé-Açu, município no nordeste do Estado do Pará, tem sua história marcada a partir da construção da extinta estrada de ferro de Bragança em 1897, foi construída com o objetivo de escoar a produção da região bragantina até a capital Belém. Consequentemente, ocorreu a ocupação regional das diversas localidades desse município, por agricultores principalmente na zona rural. Diante dessas circunstâncias, Igarapé-Açu recebeu imigrantes de diversas localidades do Brasil e fora do Brasil, como nordestinos e espanhóis. Tal município é cercado de igarapés, o rio Igarapé-Açu que corta o município de uma ponta a outra, é afluente do rio Marapanim, daí a origem do nome que na língua Tupi "Igarapé" significa "rio" e "Açu" significa "grande".

Quanto às manifestações culturais na década de 70, o folclore de Igarapé – Açu tinha muitos cordões de pássaros², boi-bumbá³, entre outros, mas com um diferencial, já que os bois podem ser encontrados em lugares diversificados, com a mesma história, porém com uma maneira diferente de representar, já os cordões de pássaros, assim como os de bichos como onças, macaco, borboleta, entre outros, são do contexto paraense, inclusive já fizeram parte das manifestações folclóricas de Igarapé-Açu.

João Freire, filho de Igarapé-Açu, tem um livro escrito à mão de sua autoria falando a respeito de lendas Igarapé-açuense, o qual não permite acesso

1. Desde o ano de 2014, sob a coordenação da prof^a. ME Luiza Monteiro e Souza, a Escola de Teatro e Dança da UFPA, por meio dos projetos de pesquisa e extensão "Escola, Dança e Educação" (pesquisa – 2014 até o presente momento, / extensão – 2014 até 2015) vem fomentando a produção do conhecimento em dança a partir de diversas frentes de atuação, dentre as quais se destaca a elaboração de conteúdos e estratégias metodológicas para o ensino da dança na escola. Com efeito, o Projeto EDUCADANÇA, iniciado em janeiro de 2017, tem por finalidade abrir uma frente de diálogo através da circulação de uma triade de ações na área da Dança para alunos do ensino médio de escolas da rede de ensino de Belém, públicas e/ou privadas.

2. Uma dança dramática, que conta a história de uma ave que é ferida ou morta por caçador. Durante a brincadeira, ocorre encenações da cura e salvação, onde o pássaro revive o cordão. Os primeiros registros de Cordões e Pássaros Juninos são do século XIX e início do século XX. Trata-se de uma brincadeira teatral e musicada, que ocorre principalmente no período das festas juninas. Nelas, são encenadas histórias que tratam de diversos temas, de disputas familiares a narrativas amorosas, através de personagens como matutos, nobres e índios.

3. É uma das festas folclóricas mais tradicionais do Brasil. Nessa encenação, semelhante a um auto, misturam-se danças, músicas, teatro e circo. A encenação tem como base uma lenda (Mãe Catirina que por estar grávida deseja comer a língua de um boi e Pai Francisco, que mata o boi mais bonito de seu patrão para satisfazer o desejo de sua esposa. Ao saber da morte do animal, o dono entristecido convoca curandeiros e pajés que conseguem ressuscitar o animal, o que vira uma grande comemoração.) que se passa em uma fazenda às margens do rio São Francisco. Ela retrata a configuração social do período da escravatura, mostrando o tipo de relação de poder entre escravos e senhores e as crenças religiosas da época.

por outras pessoas, posto que ainda não está publicado. João Freire é professor aposentado de geografia e amante das culturas regionais, vivenciou e fez parte de cordões, conta que desde a época de seu pai, os cordões eram organizados com intuito de pagar promessas ou agradecer por uma graça alcançada, pois tudo tinha haver com o religioso, por tanto girava em torno dos santos (Santo Antônio, São João e São Pedro).

Pode-se dizer que atualmente o município não dispõe de grupos organizados que representem o patrimônio da cultura popular, mas eventualmente ainda realiza apresentações de carimbó⁴, o que também constantemente tem presença marcante no município.

Sou moradora de Igarapé-Açu há 11 anos, onde constituir família, sempre almejei desenvolver trabalhos relacionados à dança e diante da realidade mencionada anteriormente, vi a necessidade de ser desenvolvido em minha comunidade projetos que pudessem contribuir para a construção educacional e cidadã da juventude ali presente. Tendo como base uma pesquisa realizada no primeiro semestre do curso de Licenciatura em Dança da Universidade Federal do Pará, para a disciplina História da Arte, acerca da cultura do município de Igarapé-Açu, me veio à inquietação de poder realizar alguma ação que pudesse despertar na juventude o interesse pela a dança, assim como aprender sobre dança, não a "dancinha de festas comemorativas", mas a dança enquanto área de conhecimento, vista como realidade educacional diferenciada e transformadora diante da sociedade. Assim, poder levar a mesma onde poucos a conhece de maneira que através do projeto EDUCADANÇA, tive a oportunidade de estar realizando este propósito, não apenas em minha vida, mas também na vida de outras pessoas.

Atrelada a isso, observei em minha comunidade, bairro Botafogo, no município de Igarapé-Açu/PA, o qual já passou por situações complicadas, crianças desde cedo se envolvendo com a criminalidade sem nenhuma possibilidade de experimentar outras soluções viáveis a sua existência, sem expectativa alguma de uma vida melhor e isso foi muito impactante, posto que tenho a dança como possibilidade de construção artística, cidadã e profissional. Por esta razão elegi um bairro do interior, Bairro Botafogo, com o objetivo de oportunizar uma comunidade em processo de organização a conhecer a arte como área de conhecimento, e nesse caso, a dança.

Atualmente, enquanto graduanda do Curso de Licenciatura em Dança pela Escola de Teatro e Dança da UFPA, participante do projeto ESCOLA, DANÇA E EDUCAÇÃO⁵ e bolsista PIBEX pelo projeto de extensão EDUCADANÇA: Interconexões em Dança no contexto escolar; vejo a necessidade de divulgar ainda mais a importância da dança na escola. Através do projeto EDUCADANÇA tive a oportunidade ímpar de poder levar aos jovens de minha comunidade a dança que transforma e oportuniza com uma educação diferenciada, a dança

4. A denominação da "Dança do Carimbó" vem do título dado pelos indígenas aos dois tambores de dimensões diferentes que servem para o acompanhamento básico do ritmo. Na língua indígena "Carimbó" - Curi (Pau) e mbó (Oco ou furado) significa pau que produz som.

como objeto de pesquisa e aprendizagem, um conhecimento que ainda se insere nas mãos de poucos.

Importante esclarecer que estes jovens são pessoas que nunca tiveram contato com a dança, tanto no ensino formal quanto informal, dentro do processo que visa à linha de trabalho do projeto de extensão EDUCADANÇA, alguns dançaram por meio do programa MAIS EDUCAÇÃO⁶ do governo federal, mas destacam o diferencial de ensino-aprendizado, assim como poucos já participaram também de danças de comemoração escolar, mas sem oportunidade de aprofundamento deste conhecimento.

Ressalto que minha trajetória também perpassa pela mesma realidade de muitos, pois comecei meus trabalhos em dança quando ainda tinha 08 anos de idade e pouco era valorizado, não tinha o conhecimento necessário sobre o que fazia e criar movimentos era como um hobby que me levou a conhecer outros horizontes muito marcantes a minha trajetória, não tive apoio necessário e muito menos quem pudesse me ensinar, mas fui tentando, criando, imaginando, sonhando. No entanto, o que mais me estimula enquanto futura docente de dança é acreditar que posso ser a porta de alguém e que posso contribuir para o diferencial na vida de outra pessoa, alargando conhecimentos e oportunidades na área da dança.

Diante do exposto, relatarei algumas minúcias de minha pesquisa iniciada em 01 de abril de 2017, na UNIDADE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSOR RAIMUNDO CARLOS MARTINS, localizada na Rua Cezarino Doce, município de Igarapé-Açu, Pará; onde por meio das ações do projeto EDUCADANÇA estou desenvolvendo aulas de dança a partir dos conteúdos pesquisados no projeto de pesquisa ESCOLA, DANÇA E EDUCAÇÃO junto a 24 alunos do ensino público, entre eles jovens e crianças da comunidade contemplada, com idades que variam entre 10 anos e 19 anos.

DESENVOLVIMENTO

O Projeto ESCOLA, DANÇA E EDUCAÇÃO é um projeto de pesquisa que estuda maneiras de aplicar e desenvolver a dança nas escolas públicas ou privadas no ensino básico, neste contexto, os participantes do projeto que são alunos da graduação em dança da UFPA e alunos formados por este curso,

5. O presente projeto em sua versão 2017 pretende aprofundar e dar continuidade às pesquisas desenvolvidas no ano de 2014 e 2015, as quais priorizarão estudos acerca da tríade escola, dança e educação dentro do curso de Licenciatura em Dança da Universidade Federal do Pará em diálogo com docentes licenciados em dança da UFPA e instituições de ensino da rede pública e privada da cidade de Belém, na perspectiva de contribuir para a construção de um currículo para o ensino da dança nas escolas e, sobretudo, esboçar e elaborar propostas metodológicas e plurais para a operacionalização destes conteúdos dentro da sala de aula, dentre outras metas proposta pelo projeto.

6. Criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para indução da construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino que amplia a jornada escolar nas escolas públicas, para no mínimo 7 horas diárias, por meio de atividades optativas nos macrocampos: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica.

elaboram pocket's⁷, dentre outros documentos, a partir dos conhecimentos em dança desenvolvidos ao longo de sua formação acadêmica.

Quando começamos a divulgação do projeto no bairro, os alunos tinham um pensamento diferenciado do que seria o EDUCADANÇA, para eles tratava-se de aprender alguns ritmos de seus interesses como forró, brega, funk, entre outros. O primeiro contato desses alunos com o projeto EDUCADANÇA foi realizado como de costume: apresentação do projeto e seus objetivos já citados anteriormente, apresentação do professor responsável, neste caso de minha pessoa e dos alunos.

O projeto de extensão EDUCADANÇA é voltado para jovens do ensino médio, no entanto, os alunos atendidos pelo projeto em Igarapé-Açu, como já foi citado anteriormente, estão em faixa etária mista quanto à idade e conseqüentemente nas séries escolar, temos um participante que faz graduação de Geografia pela Universidade Estadual do Pará – UEPA, este aluno sempre comenta a satisfação de poder participar de um projeto de dança que valoriza realmente seu aluno e realiza um trabalho muito belo dentro da comunidade.

Tais alunos são jovens e crianças que almejam um futuro digno para suas vidas, a maioria são de família humilde, observei que eles tinham uma perspectiva muito grande em relação ao projeto e que esperavam de mim aulas para ensinar ritmos diferenciados como forró, por exemplo, não foi muito difícil o primeiro contato com esses educandos, pois a maioria faz parte do grupo de jovens da comunidade, o São Gabriel, do qual sou animadora (coordenadora) e dos poucos que não havia tido contato antes, notei em seus olhares que me viam como a professora de dança detentora do conhecimento de todas as danças, algo que já foi esclarecido desde o princípio.

Em cada aula que realizamos percebo que cada um desses alunos tem um potencial muito bom e que precisa ser oportunizado, uma vez ou outra conseguem realizar uma crítica de maneira que beneficie o colega com dificuldades e que por esta razão é essencial ter seu espaço na sociedade para assim serem visto vestido em sua arte, sua dança, segundo Marques (2003, p. 24) "o fazer-sentir dança enquanto arte nos permite um tipo diferenciado de percepção, discriminação e crítica da dança, de suas relações conosco mesmo e com o mundo." Para tanto é importante mostrar para nossos educandos que é indispensável à seriedade de cada trabalho e a entrega por completa ao executá-lo.

No segundo momento utilizei duas caixinhas, momento em que os alunos escrevem perguntas e afirmações acerca da dança, como mostra a foto 01, na "caixa A" foram depositadas afirmações dos alunos acerca do que seria dança de acordo com seus conhecimentos e na "caixa E" foram depositadas perguntas sobre o que lhes interessava saber sobre a dança. Em seguida realizei a leitura das caixinhas para darmos início a um bate-papo legal, importante esclarecer que os alunos ainda não se identificam por não terem segurança em si para se expressarem em palavras, por esta razão tanto as perguntas quanto

7. Resumo de plano de aula, contendo todas as etapas que serão desenvolvidas com os alunos.

as afirmações não terão nomes dos autores, mas pseudônimos para identificar perguntas, afirmações e impressões referentes às aulas.

Imagem 01 – Alunos escrevendo perguntas e afirmações a respeito da dança.



Fonte: Acervo da autora.

Da caixinha A, selecionei três afirmações que julguei serem interessantes para os alunos. A primeira afirmação da aluna Maria dizia respeito à dança como liberdade e coragem “Dança é inspiração, coragem, liberdade. Dança é a vontade de ser o que você quer ser sobre a dança, as coisas que você faz no dia-a-dia, você joga na dança, então a dança é livre para todos”. Após cada leitura convidava a todos para dialogarmos e juntos construirmos considerações sobre o que estava escrito nos papéis. Nos comentários voltados a esta afirmação, os alunos mencionaram a liberdade de sentimentos, por exemplo, se estamos tristes e dançamos, nos libertamos, se estamos com raiva na explosão de movimentos também nos libertamos e mencionaram também a coragem, por acreditarem não ter medo de se expor e fazer com amor e dedicação a dança.

Imagem 02 - Roda de conversa a respeito das perguntas e afirmações.



Fonte: Acervo da autora.

A segunda afirmação do aluno José estava ligada à dança como arte: “Para mim, dança é uma forma de arte que movimenta o corpo para desenvol-

ver mais e mais coisas (musculatura e o aprendizado)." Nas considerações dos alunos foi colocado que, para desenvolver um movimento, é necessário pensar bem, assim se exercita o cérebro, atrelado a isso vem o trabalho corporal, que ajuda os músculos a serem exercitados também, podemos perceber que nossos alunos já sabem a importância que dançar tem para o corpo como um todo, de modo que precisam apenas ser estimulados a seguirem em suas pesquisas paralelas ao projeto.

A terceira afirmação selecionada do aluno João se refere a habilidades e saúde: "Dança vai além de a tradução de ritmos através de movimentos. É uma forma de desenvolver habilidades motoras, equilíbrio, elasticidade e muito mais. Contudo, algo de muita importância: saúde". Dentre os comentários, foi citado para esta afirmação que a partir do momento que o indivíduo se dedica a fazer dança e aperfeiçoá-la, está ganhando habilidades corporais ao passo que aumenta sua resistência no organismo, cuidando também da própria saúde. A dança pode proporcionar bem estar à saúde do indivíduo, uma vez que, dezenas de músculos são movimentados com apenas um gesto.

Da caixa E surgiram várias perguntas interessantes, mas tivemos uma do aluno Antônio que se destacou entre as demais e foi direcionada a minha pessoa, que foi a seguinte: "Clene, você acha que a dança deveria ser incluída nas disciplinas escolares?" Antes de responder, e por ser suspeita a responder esta pergunta assim de imediato lancei a pergunta de volta: "E vocês acham que a dança deve ser inserida no contexto escolar?" Algumas respostas foram claras e diretas, no sentido de apontar o ensino da dança como possibilidade de uma educação de qualidade, ou seja, é importante que se volte o olhar para esta questão, já que tem muito a contribuir para o ensino regular na educação básica. Assim, em algumas de minhas considerações afirmei aos alunos que a dança deve ser inserida no currículo escolar quanto área de conhecimento, de forma que a dança só tem a contribuir para a educação de qualidade e de transformação social.

A escola pode, sim, fornecer parâmetros para a sistematização e apropriação crítica, consciente e transformadora dos conteúdos específicos da dança e, portanto, da sociedade. A escola teria, assim, o papel não de construir conhecimento em/ por meio da dança com seus alunos, pois ela é forma de conhecimento, elemento essencial para a educação do ser social.(MARQUES, 2003 p. 23-29).

Não podemos negligenciar a importância da dança na escola como objeto de pesquisa e com subsídios que revolucionem a ampliação do conhecimento humano, mas isso só será possível se os futuros professores e pesquisadores em dança, além da sociedade como um todo, contribuírem para a concretização desse objetivo, não basta dizer que é bom, temos que se unir nessa luta constantemente, para que assim a dança possa estar conquistando seu espaço nas salas de aula como mediadora de conhecimentos.

O terceiro momento é a aplicação do pocket, momento em que será de-

envolvida uma prática em dança a partir da seleção de um conteúdo específico desta área, sendo que o mesmo já foi aplicado e revisado anteriormente dentro do projeto EDUCADANÇA, tanto por alunos atuantes no projeto, quanto por alunos não atuantes, neste caso alunos de outras Licenciaturas em Dança.

O pocket utilizado foi o da turma de 2014, o qual tem como tema PESO e TEMPO, esta aula foi bem tranquila e bem aceita pelos alunos, pois tive o cuidado necessário de deixá-los bem à vontade, não era de meu interesse impactar os futuros alunos do projeto, princípio o plano de aula foi explicado como aconteceria, seguido das experimentações que foram realizadas em duas etapas: a primeira etapa eles concretizavam de acordo com seu entendimento e a segunda etapa de acordo com a proposta do pocket, conseguimos extrair momentos bem descontraídos.

Figura 01 - Pocket Peso e tempo: Indicativo a construção de coreografia.

POCKET I	Turma: 2014	31/03/2017
Tema: Peso e tempo: Indicativo a construção de coreografias.		
Conteúdo: Peso e tempo		
Faixa Etária: Ensino Médio – a partir de 15 anos		
<p>Metodologia: Inicialmente os alunos caminharão pela sala, experimentando velocidades diferentes da caminhada, a partir do comando do professor, o qual citará e alternará as velocidades: lento, moderado e rápido. Em seguida, todos farão uma fila diagonal e caminharão a partir de duas sensações:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Caminhar como se o corpo tivesse o peso de um chumbo (peso: forte) 2. Andar na lu (peso: leve) 		
<p>Após o exercício, a turma será dividida em dois grupos. O professor ensinará a mesma sequência aos dois, porém mudando a intenção do peso, tempo e do movimento.</p>		
<p>Es¹: Grupo I: aprenderá a sequência rápido e leve.</p> <p>Es²: Grupo II: aprenderá a sequência forte e lento.</p>		
<p>Depois um grupo mostrará ao outro a sequência aprendida e o grupo espectador elencará as características presentes na sequência assistida, tendo como base os fatores peso e tempo. A posição dos grupos irá inverter-se.</p> <p>Por fim, os dois grupos aprenderão a versão da sequência que ainda não sabem (grupo I aprenderá a sequência do grupo II, e vice-versa) e dançando a sequência juntos.</p>		

Fonte: Projeto de Extensão EDUCADANÇA: Interconexões em Dança no Contexto escolar. (2017)

Durante a aplicação do pocket, os alunos começaram a entender como será o processo nas demais aulas, sendo que alguns estavam ansiosos por uma coreografia pronta, outros animados para terem uma aula de forró e outros ainda almejando uns passinhos de funk. Segue abaixo modelo do pocket aplicado no primeiro dia de aula aos alunos do projeto EDUCADANÇA em Igarapé-Açu:

O modelo do pocket foi inserido neste texto de maneira detalhada, para que, assim, facilite a compreensão do leitor acerca do que vem sendo descrito aos alunos em sala de aula, através deste pequeno pocket que foi desenvolvida a primeira atividade com os alunos do projeto EDUCADANÇA em Igarapé-Açu.

Neste primeiro contato dos alunos com esta modalidade diferenciada de aprender a dança, percebi que para eles era algo muito estranho, de modo que eles se divertiram com o processo, mas ficaram curiosos para compreender como aprenderiam a dançar dessa forma, mesmo já tendo explicado que eu não estava ali para coreografar, mas para levar conhecimento através da dança.

Imagem 03 - Aula prática do segundo momento do pocket, aprendendo a sequência de movimentos.



Fonte: Acervo da autora.

Durante a aplicação do pocket, de acordo com as experimentações, eu fazia as explicações de cada passo para que os alunos fossem absorvendo cada etapa do processo, aquecimento foi de muitas risadas como já foi citado antes, tudo era novo para os alunos e nas dificuldades eram bastante sinceros em admitir que não estavam acompanhando uma coisa ou outra da aula e, assim, começamos nos entendendo bem, os alunos ainda não compreendem a importância da concentração nas aulas para abarcarem a dinâmica da aula, mas será algo trabalhado nas aulas.

No momento de aprenderem as sequências, como mostra a foto 03, os educando não tiveram tantas dificuldades, surgiram no momento de atenderem a proposta do pocket peso e tempo, no instante de usar o peso relacionado ao processo lento e forte, para os alunos era mais fácil, buscavam até estar sincronizados, mas ao realizar a mesma sequência no fator tempo relacionado à rapidez e a leveza, os alunos não conseguiam acompanhar e acabam se perdendo, mas até brincavam uns com os outros.

Através desse processo os alunos começaram a entender como serão desenvolvidas as atividades dentro dessa metodologia de descobertas, acredito que teremos bons resultados nos próximos trabalhos.

No quarto e último momento realiza-se a terceira caixinha, onde os alunos relataram suas considerações a respeito do trabalho realizado. Desta caixa selecionei três considerações, que ainda são em poucas palavras, posto que esse fosse o primeiro contato; aluna Ana relatou o seguinte: "Eu gostei muito e vi uma oportunidade boa no projeto", a oportunidade a qual Ana se refere está condicionada ao aprendizado em dança, pois a mesma nunca havia dançado antes e o projeto veio em boa hora para sua formação. O aluno Francisco destacou que: "Eu achei que nossa aula foi muito inspiradora pra mim, eu coloquei muita energia", o aluno se refere a sua força de vontade por nunca ter tentado dançar antes e por ser algo que para o mesmo exige muito do corpo. A aluna Raimunda se achava muito incapaz de realizar algo de diferente para sua vida, dançar

não estava em seus planos, mas, a convite de suas vizinhas, resolveu tentar e tem se destacado muito bem nas aulas e por esta razão relatou o seguinte: "Eu gostei muito porque descobri que tenho coordenação motora".

A partir das colocações dos alunos depositadas nas caixinhas do projeto, observei como eles estão se descobrindo dentro do processo, o pocket aplicado surpreendeu os alunos, pois os mesmos esperavam uma coreografia pronta para a realização dos trabalhos, é muito comum para esses alunos que só aprendemos dança quando sabemos aprender uma coreografia pronta, uma vez que a maneira de aprender a dança através do método mecanizado, ou seja, aprender coreografias prontas se difere do método em que o aluno é instigado a realizar a criação de seus próprios movimentos. Além de ter sido a primeira aula do projeto EDUCADANÇA em Igarapé-Açu e o primeiro contato com dança para alguns educandos, estes ainda foram instigados a criar os seus movimentos, e isso para eles foi uma surpresa.

Os alunos não imaginavam que em algum momento lhes fosse proposto criar uma célula coreográfica⁸, tão pouco sabiam o que significava a frase célula coreográfica. Ao estimular o aluno a usar sua criatividade extraímos de cada um, trabalhos muito bons, além de transmitir segurança ao aluno, de maneira a contribuir posteriormente ao desenvolverem a dança de forma mais educativa e diferenciada, sabendo trabalhar corpo e mente.

Para que se possa compreender e desfrutar estética e artisticamente a dança, portanto, é necessário que nossos corpos estejam engajados de forma integrada com o seu fazer-pensar. Essa é uma das grandes contribuições da dança para a educação do ser humano – educar corpos que sejam capazes de criar pensando e re-significar o mundo em forma de arte. (MARQUES, 2003 p.24)

A partir do momento que a dança passa a ser internalizada pelo aluno através do uso de seu corpo e mente, simplifica a ação de abarcar dança como ensino-aprendizagem, uma vez que o ser em construção instruir-se a desenvolver sua maneira de pensar e/ou criticar transforma suas inquietações em movimentos, uma arte muito bem desenvolvida na dança.

O que me chama a atenção, enquanto participante do projeto ESCOLA, DANÇA E EDUCAÇÃO E EDUCADANÇA, são as múltiplas possibilidades de ressignificação de movimentos para a criação em dança. Ao longo desses meses observei várias coisas que são muito diferenciadas fora da graduação quando sugerido uma proposta para compor uma coreografia, notei que esses educandos têm um estilo peculiar de fazer, com traços rústicos que se tornam a dos próprios educandos, o que pode estar ligado a realidade a qual estão inseridos, assim, procuram desenvolver da melhor maneira possível seus movimentos sem medo de errar ou parecer estranho para os outros. Quanto que na gra-

8. Conjunto de movimentos que podem ser extraídos de uma composição coreográfica completa ou criados para algum momento específico.

duação, os corpos, apesar de estarem em constante aprendizagem, tendem a expor em seu processo de criação movimentos similares ao da proposta.

O primeiro contato dos alunos com o trabalho realizado no projeto EDUCADANÇA foi favorável por despertar o interesse e a curiosidade de saber e aprender mais a respeito da dança e suas possibilidades, são alunos com grandes possibilidades que precisam ser estimulados a desenvolverem sua própria dança de maneira que sejam moldados numa entrega maravilhosa ao momento.

Outro fator que também despertou o interesse dentro do projeto foram as apresentações artísticas e as criações dos próprios alunos, algo que abordarei em outro momento, daí a importância de se valorizar a dança como meio de transformação educacional e social, uma variação que começa e deve ser inserida no contexto escolar:

A escola pode, assim, o papel não de "soltar" ou de reproduzir, mas sim de instrumentalizar e de construir conhecimento em/por meio da dança com seus alunos, pois ela é forma de conhecimento, elemento essencial para a educação do ser social. (MARQUE, 2003 P. 23-24)

A importância da dança na escola, não pode ser negligenciada como objeto de pesquisa, pois, a mesma agrega subsídios categóricos à ampliação do conhecimento humano e de suas histórias socioculturais, mas isso só será possível se os futuros professores e pesquisadores em dança ocuparem os espaços educativos como mediadores desses conhecimentos.

A dança por si só causa um efeito de modificação muito intensa na vida de quem a pratica e sendo esta de extrema importância para o desenvolvimento de um trabalho dentro das escolas, pode assim estar contribuindo com a educação, possibilitando ser um elo entre a realidade dos alunos e uma instrução que pode acarretar em uma qualidade de vida diferenciada, descobrindo através da dança grandes profissionais, seja para qual área for.

Estamos desenvolvendo processos de conhecimentos que necessitam ser um pouco mais aprofundados, mas vamos desenrolando de acordo com os pocket's aplicados. Os alunos tinha uma preocupação quanto ao término de minha bolsa PIBEX⁹, indagavam como eles ficariam se depois disso, eles seriam deixados de lado. Fiquei inquieta com tal situação, então, em uma roda de conversa informal, relatei aos alunos o sonho de realizar um projeto social e o meu desejo de poder realizá-lo no bairro onde resido, para que desse modo possa estar oportunizando crianças e adolescentes a conhecerem uma nova porta de conhecimento contendo um leque de oportunidades que visam à formação social desse público alvo. Este futuro projeto chamaria de Arte na Veia, os educandos gostaram da ideia e desde então nos intitulamos como participantes do

9. Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária da UFPA.

projeto em dupla EDUCADANÇA - Arte na Veia.

Imagino que não seja benéfico para uma comunidade ver os projetos entrando e saindo e na maioria das vezes não pensam no depois, o projeto EDUCADANÇA vem colaborando para que possa semear uma sementinha em minha comunidade e me proporciona imensa satisfação em poder estar levando minha dança para jovens e crianças, posto que mudanças acontecem quando resolvemos arregaçar as mangas, é por meio da dança que pretendo continuar dando minha contribuição para a formação educacional dos que pouco ensejo tem.

Já consigo perceber alunos se destacando, tanto em liderança, quanto em criatividade, e que a todo instante as ideias estão fluindo, pois a cada encontro já pensam em desenvolver trabalhos mais elaborados, utilizam indutores de criação sem perceberem o quanto estão sendo audaciosos em suas produções.

Quanto futura professora de dança anseio e devo proporcionar a meus alunos, um leque de oportunidades, de modo a instigar cada um para que possam ser criativos e serem excelentes profissionais, além de ajudá-los a se descobrirem acerca do tipo de profissional que aspiram ser. Em uma das aulas que ministrei o aluno Joaquim relata em suas considerações o seguinte: "a aula de hoje foi muito legal, não sabia que era capaz de ensinar alguém ou de criar, nem conhecia esse meu lado, o projeto tem me ajudado bastante". Sempre falo a esses alunos que podemos fazer a diferença, mas precisamos sempre ir à busca de conhecimento, pesquisar e se permitir para evoluir a cada criação, principalmente em dança.

Fazendo minhas observações, durante as aulas no projeto EDUCADANÇA, descobri finalmente os rumos de minha linha de pesquisa para fins de conclusão de curso. Instigar a criação e estudar o processo de composição coreográfica me chamou muito a atenção, desta forma levarei em consideração as criações nas aulas do projeto, assim como as criações de minhas vivências anteriores e atuais em composição coreográfica.

Estar desenvolvendo esse trabalho, especialmente no município onde resido, tem sido uma experiência muito diferente e muito produtiva, por se tratar de um público diferenciado e sedento pela aprendizagem através da dança.

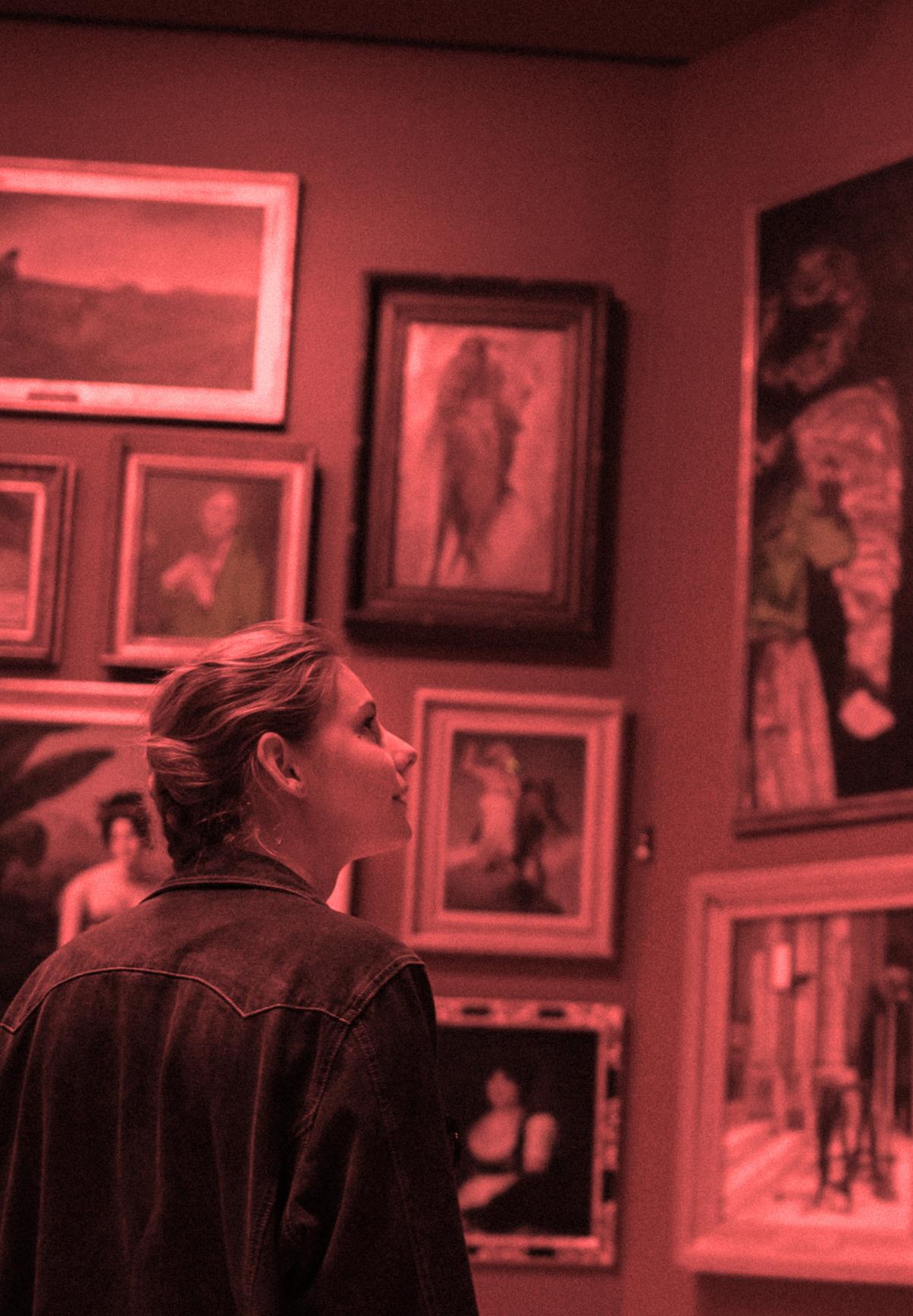
Tenho a oportunidade de alargar minha criatividade, e, assim como observo a troca de experiências e aprendizagem, levo aos alunos meus conhecimentos acadêmicos e minhas experiências de vida quanto dançarina e coreógrafa e os alunos trazem a inovação do aprendizado que absorvem das aulas ministradas, além de suas pequenas experiências adquiridas ao longo de sua trajetória de vida. Todo esse jogo de descobertas e experimentações se tornam gratificantes por desvendar valiosos trabalhos, que estão gerando ótimos frutos, não apenas para o projeto, mas também aos alunos e a educação de um modo geral.

REFERÊNCIAS

BOI-BUMBÁ: disponível em: <http://bumba-meu-boi.info/>. Acessado em: 28/08/2017.

CARIMBÓ, disponível em: <http://www.cdpara.pa.gov.br/carimbo.php>. Acessado em: 28/08/2017.

MARQUES, Isabel A. Dançando na escola/ Isabel A. Marques – São Paulo: Cortez, 2003.



Arte e matemática - uma jornada interdisciplinar: experiências vividas na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia de 2017

Art and mathematics - an interdisciplinary journey: experiences lived in the 2017 National Week of Science and Technology

Tiago Dziekaniak Figueiredo
Doutor em Educação – Professor Adjunto da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD
tiagofigueiredo@ufgd.edu.br

RESUMO

O trabalho apresenta a proposta e algumas considerações sobre a realização das atividades do Grupo de Pesquisa Tecnologias na Educação Matemática – GPTEM/CNPQ durante a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – SNCT no ano de 2017 que tinha como tema geral "A matemática está em tudo" e como tema proposto pelo Grupo "Arte e Matemática: uma jornada interdisciplinar". A proposta foi aprovada no âmbito da chamada MCTIC/CNPq N° 02/2017 e contemplada com recursos para a realização de atividades nas cidades de Dourados/MS, Rio Brilhante/MS e Fátima do Sul/MS. Durante a SNCT foram desenvolvidas oficinas em escolas da rede pública de ensino dos três municípios citados, além de atividades na Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. A ação contou com a participação de alunos e professores e potencializou a criação de espaços de discussão sobre a interdisciplinaridade, o ensino de matemática e de arte, além de estreitar os laços entre Comunidade-Escola-Universidade.

Palavras-chave: Articulação, participação, colaboração.

ABSTRACT

The paper presents the proposal and some considerations about the activities of the Research Group Technologies in Mathematics Education - GPTEM / CNPQ during the National Science and Technology Week - SNCT in the year 2017 that had as its general theme "Mathematics is in everything" And as theme proposed by the Group "Art and Mathematics: an interdisciplinary journey". The proposal was approved under the so-called MCTIC / CNPq No. 02/2017 and contemplated with resources to carry out activities in the cities of Dourados / MS, Rio Brilhante / MS and Fátima do Sul / MS. During the SNCT, workshops were held in public schools of the three municipalities mentioned above, as well as activities at the Federal University of Grande Dourados - UFGD. The action counted on the participation of students and professors and potentiated the creation of spaces of discussion on the interdisciplinarity, the teaching of mathematics and art, besides strengthening the bonds between Community-School and University.

Keywords: Articulation, participation, collaboration.

INTRODUÇÃO

Recorrendo às palavras de Barco (2005), ao dizer que "o homem fez arte usando a Matemática e construiu a matemática observando as Artes" foi que buscamos estabelecer aproximações entre ambas as áreas na busca por evidenciar que sim, "A matemática está em tudo". Com este tema, a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia - SNCT de 2017, o qual faz parte do Biênio da Matemática no Brasil (2017-2018), foi marcada pela reflexão de que tudo o que fazemos realmente envolve a matemática, e não teria como ser diferente pois a matemática teve sua origem exatamente para nos dar respostas sobre o que nos questionamos.

Ao elaborar a proposta para concorrer ao edital do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq para a realização de atividades durante a SNCT, vinculamos diretamente o tema às atividades que desenvolvíamos relacionando a Matemática com a Arte de forma interdisciplinar. Foi então que surgiu a proposta vinculada ao Grupo de Pesquisa Tecnologias na educação Matemática – GPTM da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, que visa potencializar pesquisas relacionadas ao uso das mais diversificadas tecnologias digitais ou não digitais para o ensino da Matemática nos distintos espaços educativos, intitulada "Arte e Matemática: uma Jornada Interdisciplinar".

A ação propunha-se a constituir um espaço de reflexão e cooperação entre a formação inicial e continuada de professores, buscando em um trabalho conjunto desenvolver atividades que possibilitem (re)pensar as práticas pedagógicas e construir aprendizagens significativas a todos os envolvidos, (re)afirmando a postura do professor como um articulador de aprendizagens, surgindo, assim, a possibilidade de acoplar diferentes áreas do conhecimento por meio da participação efetiva na busca por meios de evidenciar que a Matemática está em tudo e que ela não está sozinha, mas engendrada nos mais diferentes aspectos do cotidiano.

Delineando assim o papel da universidade com base nas novas demandas sociais pautadas pela sociedade, compreendendo a educação como parte fundamental na constituição de sujeitos críticos e autônomos, não podendo estagnar no tempo, devemos caminhar junto com as mudanças e consequentemente continuarmos sendo capazes de formar professores para que atuem com os sujeitos que necessitam aprender e se desenvolver cientificamente, pautando na extensão universitária possibilidades de ampliação dos espaços formativos.

Nesta perspectiva que surgiu a motivação para desenvolver um trabalho fundamentado pela metodologia interdisciplinar, ou seja, um trabalho que venha ao encontro de criar novas e diferentes possibilidades para a educação, uma vez que o fato de que falar sobre interdisciplinaridade não é estabelecer modelos, mas sim construir possibilidades que se iniciam no pesquisado e transformam-se a partir dele (FAZENDA, 2011). Favorecendo através da realiza-

ção deste projeto o fortalecimento da relação Escola-Comunidade-Universidade, vislumbramos um outro olhar e a projeção de diferentes possibilidades para a melhoria da qualidade do ensino em nossas escolas.

A APROVAÇÃO DA PROPOSTA E AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Ao receber a notícia de que a proposta havia sido aprovada, um turbilhão de sentimentos começou a se manifestar em nós. Ao elaborar o projeto intitulado “Arte e Matemática: Uma jornada Interdisciplinar” e submeter a avaliação do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, tive esperança de que ele fosse aprovado, uma vez que a proposta era voltada exatamente para a temática da SNCT “A matemática está em tudo”, entretanto era conhecida também a grande quantidade de propostas que seriam submetidas.

Após receber a notícia, foi então momento de elaborar o logotipo que representasse a proposta (Figura 1) e visitar as escolas das cidades escolhidas para acertar os detalhes para execução das atividades.

Figura 01 - Logotipo da proposta



Fonte: Acervo do autor.

Em todas as escolas fomos muito bem recebidos e, principalmente nas escolas de fora de Dourados/MS, percebi o quanto são necessárias estas parcerias entre a escola e a universidade, uma vez que por ficarem distantes das sedes das Instituições de Ensino Superior (IES), muitas atividades que essas instituições desenvolvem não chegam a estas escolas.

O ato de estabelecer parcerias é fundamental para o pleno desenvolvimento das atividades, em especial de atividades com foco interdisciplinar, uma vez que,

a parceria, pois, como fundamento da interdisciplinaridade surge quase como condição de sobrevivência do conhecimento educacional. Na medida em que acreditamos que o educador precisa estar sempre se apropriando de novos e múltiplos conhecimentos, verificamos que o tempo

para isto é curto, assim como curta é a vida. A vida, entretanto, prolonga-se na confluência das outras tantas vidas, que também são curtas, que também são breves, mas que na sua confluência podem se alongar, se eternizar (FAZENDA, p 85, 2011).

Quando se trabalha na perspectiva interdisciplinar, é indispensável que se compreenda que, "a parceria, pois, como fundamento da interdisciplinaridade surge quase como condição de sobrevivência do conhecimento educacional" FAZENDA, 2011, p. 85).

É importante destacar que propor um trabalho dentro de um espaço autônomo como é o das escolas necessita ser muito bem planejado e que venha ao encontro das perspectivas e necessidades destas instituições. Embora muito se fale em atividades interdisciplinares e estudos como os de Ivani Fazenda desde os anos 60, e apesar das diretrizes curriculares para o Ensino Médio Parecer CEB/CNB nº 15/98, instituídas pela resolução nº 4/98, entre outras disposições, observa-se a dificuldade e a preocupação dos educadores em definir que os currículos se organizem em áreas de conhecimentos

Desta forma, qualquer atividade fundamentada neste tipo de metodologia deve ser muito bem planejada, uma vez que qualquer ação de intervenção na escola, seja de qual nível for, que não parta do que já existe, que procure romper com o passado das práticas realizadas, que desorganize, que desconsidere os conteúdos tradicionalmente trabalhados tende à falência, rompe com o movimento natural da história (FAZENDA, 2011).

É importante ressaltar que o foco direcionado da ação tem em vista que falar sobre Arte e Matemática de forma interdisciplinar é, antes de mais nada, compreender que "a interdisciplinaridade é uma exigência natural e interna das ciências, no sentido de uma melhor compreensão da realidade que elas nos fazem conhecer" (FAZENDA, 2011, p. 91), ou seja, a interdisciplinaridade é algo natural no ato de perceber nosso contexto, nossa realidade.

Com este acoplamento, destacamos o que Fainguerlernt & Nunes (2006) afirmam que a riqueza dos detalhes de trabalhos artísticos oferece grandes vantagens didático pedagógicas para o estudo da Matemática, possibilitando também a criação de novas propostas envolvendo outras ciências. Assim, destacamos que a Arte, por sua vez, aparece de forma espontânea na relação entre as formas que constituem o estudo da Matemática, surgindo a possibilidade de agregar estas duas áreas do conhecimento na busca por promover aprendizagens mais contextualizadas e significativas para a vida de cada sujeito, os quais terão condições de explorar suas potencialidades artísticas agregadas a situações de provocação e instigação na construção de conhecimentos matemáticos.

Para Brasil (2002, p. 88):

A relação entre as disciplinas tradicionais pode ir da simples comunicação de ideias até a interação mútua de conceitos diretores, da epistemologia, da termi-

nologia, da metodologia e dos procedimentos de coleta e análise de dados. Ou pode efetuar-se, mais singelamente, pela constatação de como são diversas as várias formas de conhecer. Pois até mesmo essa 'interdisciplinaridade singela' é importante para que os alunos aprendam a olhar o mesmo objeto sob perspectivas diferentes.

Na ação, foram realizadas 25 oficinas pedagógicas em 5 escolas da rede pública das cidades de Dourados/MS, Rio Brilhante/MS e Fátima do Sul/MS, e para isso, foram 10 oficinas pedagógicas diferenciadas e voltadas aos alunos do sexto ao nono ano do Ensino Fundamental. Em cada escola foram realizadas 5 oficinas interdisciplinares envolvendo os conceitos da Arte e da Matemática de forma interdisciplinar. Os alunos poderiam escolher a oficina que gostariam de fazer conforme o Quadro 1.

Quadro 01 - Oficinas propostas

1. Arte e Matemática: a matemática na arte arquitetônica

Alguns assuntos abordados: Conceitos de polinômios, área, escala, sistemas de medida e questões referentes à arquitetura e planta baixa, conhecendo um pouco das obras/construções de Oscar Niemeyer.

Objetivo: A oficina tem como objetivo possibilitar situações de aprendizagens a partir de construções de maquetes. No decorrer do encontro poderão ser abordados conceitos matemáticos e artísticos necessários para a criação de uma planta baixa, bem como a biografia e algumas obras do Arquiteto Oscar Niemeyer.

2. Arte e Matemática: o movimento cubista revelado nas formas da geometria espacial

Alguns assuntos abordados: Nesta oficina, será explorado o movimento cubista, apresentando a vida e a obra "Fábrica de Horta del Ebro" (1909) do artista Pablo Picasso. Partindo da obra, será abordada a construção de sólidos, com a possibilidade de classificá-los e destacar os conceitos de face, aresta, vértice, ponto e reta.

Objetivo: A oficina tem como objetivo promover um espaço de discussão sobre conteúdos matemáticos relacionados com o trabalho do artista Pablo Picasso.

3. Arte e Matemática: explorando as formas geométricas nas obras de Geraldo de Barros

Alguns assuntos abordados: Nesta oficina será trabalhado Movimento Concretista através da vida e das obras da série "Jogo de Dados" do artista Geraldo de Barros, a representações dos sólidos no plano e as relações de ponto e reta.

Objetivo: A oficina tem como objetivo promover um espaço de discussão sobre conteúdos matemáticos relacionados com trabalhos do artista Geraldo de Barros.

4. Arte e Matemática: Construindo formas, transformando cores

Alguns assuntos abordados: Conceitos de polinômios, área, escala, sistemas de medida e questões referentes à arquitetura e planta baixa para conhecer um pouco das obras/construções de Oscar Niemeyer.

Objetivo: A oficina tem como objetivo possibilitar situações de aprendizagens a partir de construções de maquetes. No decorrer do encontro serão abordados conceitos matemáticos e artísticos necessários para a criação de uma planta baixa, bem como a biografia e algumas obras do Arquiteto Oscar Niemeyer.

5. Arte e Matemática: o tangram do bi ao tridimensional.

Alguns assuntos abordados: Nesta oficina serão exploradas questões referentes ao cálculo de áreas, volumes, perímetro, figuras no plano e no espaço (bi e tridimensionalidade), luz e sombra.

Objetivo: A oficina tem como objetivo promover um espaço de discussão sobre conteúdos matemáticos relacionados às questões de luz e sombra em várias perspectivas.

6. Arte e Matemática: o tempo de Dalí refletido nos ângulos.

Alguns assuntos abordados: Serão destacados conceitos de ângulo reto, agudo e obtuso, congruência entre dois ângulos, bissetriz, ângulos complementares e suplementares. Poderá ser apresentado aos alunos questões sobre a vida e obra do artista Salvador Dalí, bem como características do movimento Surrealista.

Objetivo: A oficina tem como objetivo promover um espaço de discussão sobre conteúdos matemáticos relacionados com trabalhos

do artista Salvador Dali.

7. Arte e Matemática: o paper toy na construção e na exploração de escalas

Alguns assuntos abordados: Nesta oficina serão explorados alguns aspectos do processo artístico de construção dos Toy art e a abordagem de relações de proporcionalidade, semelhanças, ampliação e redução de figuras.

Objetivo: A oficina tem como objetivo promover um espaço de discussão sobre conteúdos matemáticos relacionados com o Toy art.

8. Arte e Matemática: explorando a simetria na ilusão de ótica de Escher

Alguns assuntos abordados: Nesta oficina serão exploradas questões relativas ao movimento artístico Op Art e as obras do artista Maurits Cornelis Escher, evidenciando suas relações com os conceitos de eixos de simetria, bidimensionalidade e tridimensionalidade no desenho, retas paralelas e transversais, vértices, faces e polígonos.

Objetivo: A oficina tem como objetivo promover um espaço de discussão sobre conteúdos matemáticos relacionados ao trabalho do artista Maurits Cornelis Escher e do movimento artístico Op Art.

9. Arte e Matemática: as formas geométricas que formam e se transformam

Alguns assuntos abordados: Conceitos de triângulos, quadriláteros, círculos e o movimento neoconcreto.

Objetivo: A oficina tem como objetivo explorar as figuras geométricas planas (triângulos e quadriláteros), nas quais são abordados os conceitos de áreas e perímetros, bem como sua visualização e utilização no movimento neoconcreto.

10. Arte e Matemática: do mais ao menos em movimento

Alguns assuntos abordados: Reta numérica, folclore, operações em

Z, pintores brasileiros, reciclagem.

Objetivo: A oficina tem como objetivo explorar as questões relacionadas a reta numérica por meio da ludicidade evidenciando também a questão do movimento do corpo.

Fonte: Acervo do autor.

Para a realização das atividades, foi composta uma equipe com dois professores da UFGD, dez alunos do curso de matemática da mesma instituição, quatro alunos bolsistas do GPTEM que são estudantes do Ensino Médio e quatro professores(as) visitantes do Rio Grande do Sul que trabalham na perspectiva da proposta conforme a Figura 2.

Figura 02 - Parte da equipe proponente.



Fonte: Acervo do autor.

Com o início das atividades programado para o dia 23 de outubro de 2017, nossa primeira ação foi em uma escola rural de Dourados/MS. A escola funciona em apenas um período e é multisseriada contando com poucos alunos. Nessa escola, desenvolvemos a oficina intitulada "Arte e Matemática: construindo formas, transformando cores". Na oficina são explorados diversos conceitos que não só são abordados na Matemática como também na Arte, por exemplo: ponto, retas, planos, etc. assim como também conceitos mais específicos da arte como cores e da matemática como frações, como pode ser observado nas Figuras 3 e 4.

Figura 03 - Desenvolvimento das atividades pelos alunos.



Fonte: Acervo do autor.

Figura 04 - Alunos trabalhando com tintas.



Fonte: Acervo do autor.

A cada dobra de papel foi possível dar significado ao que realmente é o "Ato de ensinar" e o quanto isso é gratificante. Por muitas vezes passei em frente àquela escola indo para universidade e sempre quis entrar ali para saber como aquela escola funciona, como se organiza enquanto instituição de ensino. Através da SNCT isso foi possível, pude conhecer, mesmo que de forma tão superficial, um pouco daquele espaço e perceber a necessidade de formar bons professores, professores dignos de estarem naquela sala de aula e fazerem do ato de educar algo único, valioso, motivador e transformador.

Dando continuidade ao desenvolvimento das atividades, fomos para uma escola estadual do município de Rio Brillhante/MS, uma na cidade de Fátima

do Sul/MS e outras duas na cidade de Dourados/MS. Nestas escolas realizamos diversas atividades com diversos alunos do 6º ao 9º ano. Os contextos das escolas eram bem diferentes, uma vez que possuíam ambientes amplos e bibliotecas bem equipadas com muitas obras disponíveis aos alunos. Nestas escolas, foram trabalhados diversos assuntos como, por exemplo, a planificação de sólidos com foco em obras do artista Pablo Picasso, a ilusão de ótica por meio das obras de Geraldo de Barros, entre outros conforme Figuras 5 e 6.

Figura 05 - Desenvolvimento das atividades pelos alunos.



Fonte: Acervo do autor.

Figura 06 - Trabalhos produzidos pelos alunos.



Fonte: Acervo do autor.

Ao propormos e desenvolvermos as atividades, não buscamos em momento algum impor regras aos alunos ou estabelecer modelos, tendo em vista do que Fazenda (2011, p. 65) aponta ao expressar que “falar de movimento interdisciplinar não é, pois, dizer de modelos, mas de possibilidades, que se iniciam no pesquisado e a partir dele podem se transmutar em múltiplas formas e atos”,

mas sim evidenciar elementos que nos fazem perceber a matemática em nosso contexto.

Não era nosso objetivo pontuar o que era arte e o que era matemática em cada atividade que desenvolvemos, mas sim fazer com que os alunos identificassem tais situações de forma espontânea. Uma vez que, desta forma, ao estabelecer naturalmente conexões entre as áreas, se potencializa uma atitude interdisciplinar (TOMAZ; DAVID, 2013).

Realizamos também um encontro na UFGD (Figura 7), no qual os alunos das escolas foram convidados a participarem. Neste encontro realizamos atividades voltadas às questões de bi e tridimensionalidade. Entretanto, nosso maior objetivo era a questão da socialização entre os alunos, bem como potencializar a aproximação destes com a universidade, na busca pelo incentivo de despertar neles a essência de estarem no âmbito acadêmico, de compreenderem este espaço como deles também.

Figura 07 - Visita dos alunos à UFGD.



Fonte: Acervo do autor.

Também realizamos conversas com alunos da Pós-Graduação em Educação Matemática, Ensino de Ciências e com os graduandos do curso de Matemática da UFGD. Nestas rodas de conversa foi possível compartilhar relatos de experiência sobre as atividades desenvolvidas durante a semana, bem como as experiências profissionais das palestrantes convidadas (Figuras 8 e 9).

Figura 08 - Atividades com alunos da graduação.



Fonte: Acervo do autor.

Figura 09 - Atividades com alunos da pós-graduação.



Fonte: Acervo do autor.

Ao longo da SNCT, pensar o ensino de matemática envolvido com a arte em uma perspectiva interdisciplinar fez com que pudéssemos abrir um leque de ideias para exploração pedagógica.

O movimento causado pelas atividades mostrou-se bastante significativo tendo em vista a necessidade de fazer da universidade um espaço aberto, plural e significativo tanto para os professores quanto aos alunos da universidade e da escola, evidenciando a importância da articulação entre os sujeitos nos mais diferentes níveis de ensino.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Com o trabalho buscou-se estabelecer o estreitamento dos laços entre Escola-Comunidade-Universidade na tentativa de potencializar práticas dife-

reenciadas nos espaços educativos por meio de atividades interdisciplinares que relacionam duas áreas do conhecimento. O pensamento interdisciplinar poderá criar uma rede de aprendizagem capaz de compreender as relações entre a Arte e a Matemática no contexto em que vivem na busca pela significação da ciência.

O trabalho possibilitará a construção de um espaço de discussão sobre a importância da conexão entre distintas áreas do saber, evidenciando que o conhecimento humano não é disciplinar, mas interligado. A atividade a ser desenvolvida também possibilitará a valorização da escola como espaço que produz e dissemina ciência.

Experimentar outra realidade pode mudar nosso olhar sobre a educação uma vez que transitamos por espaços educativos diferenciados com uma lógica de funcionamento desconhecida que pode ampliar e favorecer o processo de formação para a docência pela possibilidade de compreender a escola através de outro olhar mais atento e voltado para as demandas de cada sujeito. Através de práticas pedagógicas distintas sejamos capazes de criar espaços de convivência onde educadores e educandos irão se transformar de forma congruente (MATURANA, 1993).

Enquanto atuais ou futuros professores, precisamos nos questionar sobre para onde está indo a ciência que produzimos? Pois em algumas escolas ainda não chegou. Como pode uma escola tão próxima de um campus universitário não ter sequer livros disponíveis aos seus alunos para que os mesmos sejam incentivados à leitura? Como no Século XXI ainda temos escolas sem laboratórios de informática e acesso a internet? Escolas sem um único computador? Percebemos que há muito ainda o que aprender para que sejamos capazes de falar sobre a escola.

Questionar e buscar promover situações de cooperação entre a formação inicial e continuada de professores é fundamental para a formação do futuro professor, uma vez que estará inserido em seu campo de atuação e contemplando as bases curriculares dos cursos de graduação, na realização de atividades complementares.

No coletivo os sujeitos envolvidos poderão aprender a construir significados, formas de expressão e representação de conhecimentos numa relação de interações que lhes permita dar visibilidade aos espaços de convivência, seja no grupo, na escola ou na comunidade.

Perceber as características de cada instituição de ensino nos fez perceber a multiplicidade de situações em que a aprendizagem pode ocorrer, despertando em nós a necessidade de compreender mais sobre o contexto em que formamos nossas crianças no Brasil. Conhecer a escola de verdade, a escola que forma, a escola que ensina nossas crianças, jovens e adultos todos os dias. A escola que está em nosso caminho de passagem, a escola para qual formamos professores.

REFERÊNCIAS

BARCO, L. Série Arte e Matemática. In: TVE/ Rede Brasil, 2005

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa. Campinas, SP: Papyrus, 2011.

BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental Parâmetros Curriculares Nacionais Terceiro e Quarto ciclos do Ensino Fundamental: Matemática 1 ed Brasília: MEC / SEF, 1998, 148p.

-----, Ministério da Educação. Secretária de Educação Média e tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio Brasília: Ministério da Educação, 2002.

FAINGUELERNT, E. K; NUNES, K. R. A. Fazendo arte com a matemática. 1ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

MATURAMA, H. Uma nova concepção de aprendizagem. In: Dois pontos, v 2, nº 15, 1993.

TOMAZ, Vanessa Sena; DAVID, Maria Manuela Martins Soares. Interdisciplinaridade e aprendizagem da matemática em sala de aula. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.



MUTU BACA
YANG
NGAT
MIM

U-20 DR. Scandary,
KAMPUS HIL, Ibu refkor,
Klatik Surab,
Ibu fanyas.

Handwritten notes and cards on the table, including a card that says "U-20 DR. Scandary, KAMPUS HIL, Ibu refkor, Klatik Surab, Ibu fanyas."

Projeto de extensão “Ações Formativas Integradas”: relato de experiência e impacto sobre a comunidade de Patos de Minas

Extension project “Integrated Training Actions”: Report of experience and impact on the community of Patos de Minas

Sabrina Nunes Vieira
Professora Doutora em Química pela Universidade Federal de Uberlândia
sabrina@ufu.br

Marcos de Souza Gomes
Professor Doutor da Universidade Federal de Uberlândia - UFU/Patos de Minas.
marcosopq@gmail.com

Lizandra Nunes Oliveira
Graduada em Engenharia Eletrônica e de Telecomunicações da Universidade Federal de Uberlândia
lizandrafu@gmail.com

Laura Luiza Ferreira Cavalcanti
Graduada em Engenharia de Alimentos da Universidade Federal de Uberlândia
lauraluca@gmail.com

Fernanda Cardoso da Silva
Mestranda em Biotecnologia da Universidade Federal de Uberlândia
fernanda.cardoso95@yahoo.com

Fábio Silva Borges
Graduando em Engenharia Eletrônica e de Telecomunicações da Universidade Federal de Uberlândia
fabio.silva.borges@gmail.com

Fernanda Farisco
Graduada em Biotecnologia da Universidade Federal de Uberlândia
fefarisco@gmail.com

RESUMO

Este texto relata a experiência de execução do projeto piloto da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), campus Patos de Minas, do Programa “Ações Formativas Integradas”, no segundo semestre de 2016. Tal projeto ofereceu um cursinho pré-ENEM gratuito, para alunos de baixa renda da cidade e região, oriundos de escolas da rede pública, proporcionando uma preparação de qualidade para o exame. Deste modo, a UFU Patos de Minas exerce de forma efetiva o seu papel de bem público, servindo à comunidade, e atuando de forma efetiva no desenvolvimento de ações inclusivas e de grande impacto para a comunidade na qual está inserida. Sendo assim, toda a estrutura do projeto desenvolvido é descrita, bem como o perfil social e educacional do aluno cursista recebido, os resultados das aprovações obtidas ao final do programa e o impacto sobre a comunidade.

Palavras-chave: Ações Formativas Integradas; Cursinho pré-ENEM; UFU Patos de Minas.

ABSTRACT

This text reports the experience of the pilot project of the Federal University of Uberlândia (UFU), Patos de Minas campus, of the Integrated Training Actions Program, in the second half of 2016. This project offered a free pre-ENEM course low income students from the public system of the city and region, providing a quality preparation for the exam. In this way, UFU Patos de Minas effectively exercises its role of public good, serving the community, and acting effectively in the development of inclusive actions and of great impact for the community in which it is inserted. Thus, the entire structure of the project developed is described, as well as the social and educational profile of the student received, the results of the approvals obtained at the end of the program and the impact on the community.

Keywords: Integrated Training Actions; Pre-ENEM course; UFU Patos de Minas.

INTRODUÇÃO

A universidade atua em três frentes distintas de igual relevância, que são o ensino, a pesquisa e a extensão, ressaltando, assim, o compromisso dessas instituições tanto com o âmbito educacional quanto com o social. No âmbito educacional, o ensino e a pesquisa contribuem para a formação acadêmica dos graduandos. E no âmbito social, ao contrário do que muitos discentes acreditam, os projetos de extensão possibilitam a produção, a socialização e a democratização do conhecimento, levando-os à comunidade e possibilitando que os universitários angariem experiências e conhecimentos com os não universitários, que vão além do que os livros oferecem (MENEGON et al., 2015).

As vantagens para a Universidade que desenvolve projetos de extensão são inúmeras, sendo algumas delas: a aquisição de conhecimento sobre a realidade da comunidade na qual está inserida a universidade; a facilitação da integração que deve existir entre ensino-pesquisa-extensão; o fornecimento de atividades importantes para o aprimoramento curricular; a criação e a elaboração de novos cursos que vão ao encontro da necessidade da comunidade; a assistência à comunidade; e a aquisição de subsídios para a melhoria na estrutura e diretrizes da própria universidade (SCHEIDEMANTEL; KLEIN; TEIXEIRA, 2004).

A Universidade Federal de Uberlândia (UFU) está vinculada ao Ministério da Educação (MEC), é uma fundação pública, que foi autorizada a funcionar pelo Decreto-lei n. 762, de 14 de agosto de 1969, e federalizada em 1978 pela Lei n. 6.532, nessa época era denominada Universidade de Uberlândia (UnU). A UFU apresenta sete campi, inclusive um na cidade de Patos de Minas, de onde iniciaram-se as suas atividades no ano de 2011. Ainda, as atividades administrativas e acadêmicas acontecem em ambientes cedidos à Universidade, devido à ausência de um espaço físico próprio para o campus (PORTAL UFU, 2016).

A instalação do campus em Patos de Minas foi paralisada em junho de 2012, quando a Justiça Federal determinou a suspensão da obra. Segundo a ação proposta pelo Ministério Público Federal (MPF), a doação do antigo terreno foi feita de forma irregular. O novo terreno foi confirmado em maio de 2014, pela Comissão de Licitação da UFU e as obras iniciadas em 2016. Em julho de 2017, foi interrompida mais uma vez por falta de verba. (ALMEIDA, 2018). As obras iniciadas há 7 anos, têm somente 20% do cronograma concluído. (ARAUJO, 2018).

Desde a criação da UFU Campus Patos de Minas, alunos e profissionais da instituição enfrentam algumas dificuldades, sendo a maioria, relacionado à falta de visibilidade da UFU no município. Portanto, existia-se a necessidade de um encontro da comunidade com a Universidade, e ao criar projetos de extensão, há o envolvimento maior dos cidadãos de Patos de Minas nas atividades desenvolvidas na instituição, demonstrando a grande importância da UFU para o município, trazendo grandes benefícios para a região.

As universidades públicas brasileiras apresentam uma situação alarman-

te: baixo ingresso de pessoas de baixa renda. E mesmo com a criação das cotas sociais e raciais, acredita-se que mais de 95% dos jovens continuarão sem ingressar na universidade, e muitos estudiosos explicam que o grande problema não está na universidade, mas sim na educação básica (GOULART, 2012).

Esse problema já havia sido diagnosticado a muitos anos e isso estimulou, desde 1990, a criação de cursinhos comunitários pelas instituições privadas e universidades públicas por todo o país, buscando ofertar de forma gratuita, ou de baixo custo, um cursinho preparatório de qualidade (ZAGO, 2008).

O projeto de ensino e extensão denominado Programa "Ações Formativas Integradas" (AFIN) foi criado em meados de 2015 pela Universidade Federal de Uberlândia, em Minas Gerais, mas só teve início no município de Patos de Minas em agosto de 2016. O público-alvo desse projeto são estudantes e egressos do ensino médio da rede pública de ensino da cidade de Patos de Minas e região e o projeto inclui a disponibilização de aulas presenciais das disciplinas cobradas em vestibulares e no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Esse cursinho é gratuito e ofertado nas cidades de Uberlândia, Monte Carmelo, Patos de Minas e Ituiutaba (TANCREDI, 2016).

A realização do Programa AFIN na cidade de Patos de Minas contou com alguns objetivos e metas, como aumentar a visibilidade da UFU no município, realizar possíveis eventos para a divulgação dos cursos de graduação disponibilizados pela Universidade e preparar jovens e adultos para a realização do Exame Nacional do Ensino Médio e terem um bom desempenho.

Além da UFU, outras universidades e instituições particulares possuem projetos de extensão que objetivam a disponibilização de cursinhos comunitários, como: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Fundação Getúlio Vargas (FGV), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), dentre outras (ESTUDANTE, 2012).

Esses cursinhos comunitários têm se mostrado efetivos e têm trazido vantagens para a Universidade e para a sociedade. Portanto, os cursos pré-vestibulares comunitários podem ser considerados movimentos sociopolíticos de empoderamento, cidadania ativa e diversidade cultural, reconhecidos pela luta por ações inclusivas no ensino superior (CARVALHO, 2006).

Dessa forma, o objetivo do presente relato é ressaltar o impacto do Programa "Ações Formativas Integradas" realizado em Patos de Minas, para a comunidade local, expondo as opiniões dos próprios alunos que tiveram a oportunidade de participar do programa.

DESCRIÇÃO DO PROJETO

O Programa AFIN se desenvolveu no Campus Patos de Minas da Universidade Federal de Uberlândia com duração de 13 semanas, com início no dia 08 de agosto de 2016 e término no dia 03 de novembro do mesmo ano. No total,

11 (onze) disciplinas foram oferecidas no projeto de extensão, que contou com 11 alunos bolsistas previamente selecionados dentre os alunos de graduação dos cursos de Biotecnologia, Engenharia Eletrônica e de Telecomunicações e Engenharia de Alimentos, que correspondem aos cursos ofertados pela instituição, para lecionar as disciplinas. Além dos 11 bolsistas professores, 1 bolsista foi selecionado para assumir o cargo administrativo do projeto, sendo este responsável pela secretaria e coordenação do programa. O processo de seleção foi realizado ao final do 1º semestre de 2016, e, surpreendentemente, dado o caráter tecnológico dos cursos do campus, obteve grande procura por parte dos alunos. As disciplinas compreendidas foram: Português, Literatura, Inglês (não houve edital para a seleção de professor da disciplina de Espanhol, porém simulados foram aplicados normalmente para essa disciplina), Matemática, Geografia, História, Sociologia, Filosofia, Química, Física e Biologia.

Durante a organização do projeto, visando abranger a maior quantidade de alunos possível, levando em consideração as rotinas heterogêneas dos alunos e a disponibilidade de espaço físico, foram programadas duas turmas de 45 (quarenta e cinco) alunos cada, uma no turno da tarde e outra no turno da noite, compreendendo quatro horários de 1 (uma) hora para cada matéria. A seleção dos alunos foi realizada segundo critérios socioeconômicos, avaliados de acordo com o edital de seleção. Desta forma, este projeto de extensão procurou atender a população de baixa renda com o desejo de ingressar na universidade pública.

As aulas do Programa AFIN foram ministradas no Palácio dos Cristais, uma das localizações da UFU Campus Patos de Minas. Este local foi escolhido devido à disponibilidade de salas no campus, e, também, devido à sua posição central na cidade, facilitando o acesso aos alunos. A sala disponibilizada era equipada com Datashow e quadros, os quais foram utilizados em conjunto para exposição do conteúdo e resolução de exercícios. Além disso, recursos advindos da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (PROEXC) permitiram a aquisição de toners e folhas sulfite, resultando em disponibilidade considerável de fotocópias. Este fato possibilitou a aplicação de 4 (quatro) simulados durante o período de realização das aulas, testes estes que foram aplicados em horários extras aos sábados em datas previamente divulgadas. A aplicação de simulados foi um importante recurso durante o projeto, e a avaliação da evolução dos alunos durante esses simulados foi feita para garantir que um feedback fosse dado, tanto para os alunos, quanto para os professores, possibilitando que uma adaptação e melhoria dos métodos de ensino e estudo fossem realizados.

Os métodos de ensino utilizados foram escolhidos de acordo com as disciplinas e suas necessidades, de forma em que cada um dos bolsistas tivesse um orientador (docente/técnico do campus) para auxiliá-los, mas eles possuíam total liberdade no planejamento das aulas e na escolha sequencial do conteúdo. De acordo com os eixos cognitivos expostos pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) (INEP, 2015), as matrizes de referência foram organizadas de forma em que os conteúdos

de maior peso, como Português e Matemática, tivessem maior carga horária durante a semana. As outras disciplinas foram distribuídas segundo o mesmo critério, sendo Literatura, Física, Química, Biologia, Geografia e História com carga horária mais elevada do que as disciplinas de Sociologia, Filosofia e Língua Inglesa.

Além disso, em sábados previamente programados foram ministradas aulas de dúvidas das disciplinas mais solicitadas, bem como palestras envolvendo assuntos acadêmicos. Estas palestras foram ministradas por convidados selecionados pela bolsista responsável pela administração do programa, e envolveram temas como "A vida de estudante", ministrada pelo discente em Engenharia Eletrônica e de Telecomunicações Rodrigo Romão França, "Coragem", ministrada pela psicóloga da UFU em Patos de Minas Joana D'Arc dos Santos, e "Oportunidades dentro da universidade", apresentada pela Assistente Social da UFU Campus Patos de Minas Carolina Poswar de Araújo. Além das palestras supracitadas, realizou-se uma roda de conversa envolvendo os estudantes do cursinho pré-ENEM e discentes da UFU Campus Patos de Minas, com o objetivo de esclarecer a atuação dos cursos do campus. Estiveram presentes duas alunas do curso de Engenharia de Alimentos, Ana Flávia e Janaina Martins, um aluno do curso de Biotecnologia, Felipe Teles, e um aluno do curso de Engenharia Eletrônica e de Telecomunicações, Rodrigo Romão França.

PERFIL DO ALUNO RECEBIDO

Como já mencionado, a seleção de alunos para o programa AFIN foi realizada através de chamamento público de amplo acesso via edital, o qual foi divulgado nas principais escolas públicas da cidade, redes sociais, sites, TV e rádios locais. As inscrições foram realizadas entre os dias 25 e 29 de julho de 2016 e obteve um total de 182 inscritos. Entretanto, foram disponibilizadas apenas 90 vagas distribuídas igualmente em duas turmas. Desta forma, para a seleção dos alunos foram pontuados os seguintes critérios apresentados no Quadro 1. Puderam participar prioritariamente os alunos do 3º Ano do Ensino Médio ou egressos do Ensino Médio, oriundos de escolas públicas, que se enquadraram nos critérios mostrados abaixo; ou o maior número dos mesmos; ou cujo rendimento familiar per capita não superou 1,5 salário mínimo (um salário mínimo e meio). Embora o público alvo tenha sido dado como prioritário, os alunos que não se encaixaram nos critérios citados, mesmo assim puderam concorrer ao processo seletivo, porém, não pontuando na seleção referente ao critério não correspondido.

Quadro 01 – Critérios utilizados para a seleção de estudantes cursistas AFIN.

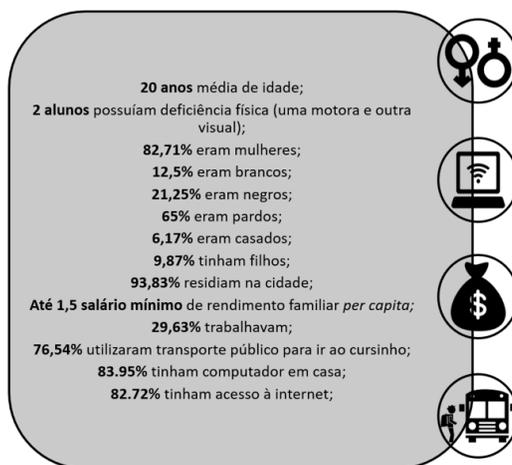
Descrição do critério de seleção	Pontuação
Integrar o Programa de Cadastro Único	10
Participar do Programa Bolsa Família do Governo Federal	10
Ser beneficiário do Programa Federal de Habitação “Minha Casa, Minha Vida”	5
Ter pessoas com deficiência na família	5 por pessoa
Raça/etnia (negros, pardos e indígenas)	5
Ensino médio cursado em escola pública	5 por ano
Rendimento familiar per capita não superior a 1,5 salário mínimo	5

Fonte: Acervo dos autores.

Dado o número expressivo de inscrições recebidas, uma lista de espera foi formada, sendo ordenada pela pontuação obtida pelos candidatos, de modo que as vagas oriundas de desistências durante o desenvolvimento do projeto fossem ocupadas. Foram feitas seis chamadas públicas para a ocupação de tais vagas até aproximadamente um mês e meio para o término do programa.

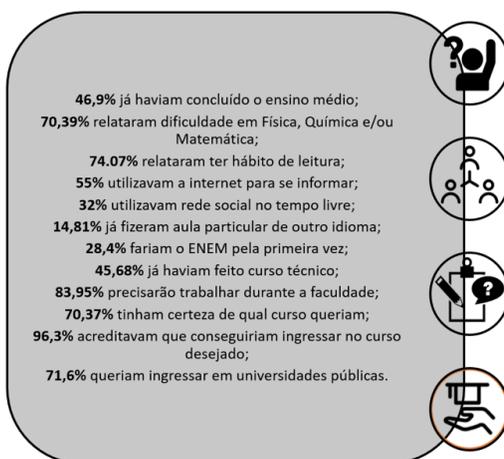
O perfil do estudante recebido no Programa AFIN foi melhor conhecido e caracterizado através de um questionário socioeconômico feito no início do mês de setembro. Os alunos presentes no dia escolhido para aplicação do mesmo responderam voluntária e individualmente as perguntas pertinentes. Dessa forma, as Figuras 1 e 2 mostram as principais características dos estudantes.

Figura 01 - Perfil Social do aluno AFIN



Fonte: Acervo dos autores.

Figura 02 - Perfil Educacional do aluno AFIN



Fonte: Acervo dos autores.

O questionário aplicado foi respondido por 81 alunos cursistas do Programa AFIN. Dentre as características encontradas, algumas chamaram atenção: quase 83% dos alunos ofertados pelo programa eram mulheres; a maioria se autodeclarou pardo(a); aproximadamente 70% relatou dificuldade em alguma disciplina do eixo das exatas (Física, Matemática ou Química); quase 80% dos alunos foram beneficiados pelo Decreto nº 3.845/2014 (PATOS DE MINAS, 2014), cuja finalidade é oferecer transporte gratuito para todos os estudantes da cidade, garantindo a gratuidade do transporte público para os alunos cursistas do

Programa, já os demais alunos, por residirem nas proximidades da instituição, não usufruíram do benefício; quase metade eram egressos do Ensino Médio; apesar da média de idade ser de aproximadamente 20 anos, as turmas eram bastante mistas, havendo estudantes entre 17 e 45 anos; apenas 14,83% dos cursistas tiveram acesso à aulas particulares de outros idiomas até então; mais de 80% tinham acesso à Internet e possuíam computador em casa; 55% utilizam a Internet como o meio de acesso à informação; 46,83% já haviam feito ou estavam fazendo algum curso técnico.

DISCUSSÃO

As características dos alunos recebidos pela Universidade através do Programa AFIN, mostra bastante similaridade com o perfil da população brasileira, tanto no aspecto social, quanto no aspecto educacional. O acesso à Internet e a computadores, por exemplo, são atualmente ferramentas imprescindíveis para o desenvolvimento das pessoas nos processos de educação, o acesso à informação e ao mercado de trabalho. No Brasil, 89% dos jovens possuem smartphone, 80% têm notebook e 72% possuem computador de mesa (CNDL, 2017), números que são bem próximos aos encontrados no perfil do estudante recebido pelo Programa AFIN.

A comunidade da região de Patos de Minas conta com mais de 10 escolas públicas de Ensino Médio, dentre escolas estaduais e municipais. Desta forma, tem-se um número considerável de egressos do Ensino Médio público, população que, geralmente, não dispõe de condições para arcar com os cursinhos pré-vestibulares disponíveis na região, muitas vezes cruciais para a entrada de alunos na Universidade via ENEM. Sendo assim, a UFU, através do Programa AFIN, ofereceu a oportunidade para que, de acordo com a viabilidade do projeto, uma quantidade significativa de vestibulandos pudesse ampliar e solidificar os conhecimentos necessários para a realização dessa avaliação, necessária para o acesso à educação superior e gratuita. Além disso, outra influência do Programa AFIN foi a divulgação da UFU na região, tendo em vista que uma grande parcela da comunidade desconhece ou pouco sabe sobre a existência e a atuação da Universidade no local, referindo-se ao campus Patos de Minas. Dessa forma, o projeto de extensão envolvendo o cursinho comunitário teve impacto, tanto para o pessoal envolvido no projeto, quanto para a comunidade local, visto que, além do fato de os alunos terem passado por um preparo considerável para a realização do ENEM, a Universidade pôde ser exteriorizada e parte do seu conhecimento democratizado.

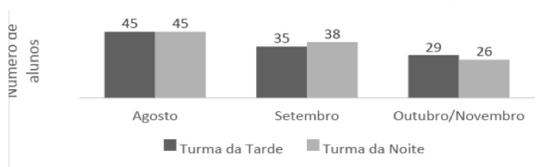
Durante o Programa, uma pesquisa de satisfação foi realizada com os alunos para que se pudesse verificar o andamento do cursinho, bem como encontrar possíveis melhorias a serem realizadas. Dentre os pontos positivos listados pelos alunos, é relevante destacar a boa relação entre os professores e os alunos do cursinho, e dado que todos os professores já tinham passado

pela experiência do ENEM, puderam relatar as suas experiências reais, além do direcionamento de cada disciplina. Ainda segundo os alunos, apesar do curto espaço de tempo, o cursinho conseguiu ser objetivo nos principais pontos, e suficientemente revisional no restante do conteúdo. Com relação aos aspectos negativos pontuados, foram listados, principalmente, o reduzido espaço de tempo disponível para o curso, a falta de material de apoio impresso, e a falta de interesse de alguns alunos que, por vezes, atrapalhou o andamento das aulas.

Quando questionados sobre as dificuldades que tiveram durante o período do curso, grande parte dos alunos relatou que conciliar os horários de estudo com o curso e o trabalho foi o maior empecilho, o que justifica parcialmente o alto índice de evasão por parte dos alunos. Além disso, muitos alunos listaram o curto espaço de tempo do curso como um fator dificultante, pois o tempo de revisão fora da sala de aula também foi reduzido. Nesta pesquisa foi destacado que, em ambas as turmas, cerca de 50% dos alunos se autoavaliaram em um desempenho de 80 (de 0 a 100), e cerca de 30% se autoavaliaram com um desempenho de 90.

Durante a execução do Programa, um aspecto negativo que chamou atenção foi a evasão. Mesmo com as chamadas da lista de espera que foram realizadas decorrentes das desistências, ao final do cursinho havia pouco mais da metade do número de alunos iniciais em cada uma das turmas. O Gráfico 1 mostra a variação do número de alunos durante os meses de execução do referido Programa, em que fica clara a evasão e a necessidade de se criar artifícios para diminuí-la em futuras edições.

Gráfico 1 - Número de alunos durante os meses de execução do Programa AFIN.



Fonte: Acervo dos autores.

Dentre os motivos causadores das desistências, os mais relatados foram: trabalho, dificuldade de conciliar horários, filhos e excesso de atividades a serem realizadas durante a semana. Analisando o índice de desistência, cerca de 40% do número de alunos, é possível deduzir que, de fato, conciliar o curso com o trabalho e as atividades domiciliares foram os maiores causadores das desistências, dado que 30% dos alunos trabalhavam e 10% tinham filhos. Estes números refletem claramente a realidade brasileira, dado que de acordo com uma pesquisa feita pelo Ministério da Educação (MEC), Organização dos Estados Interamericanos (OEI) e a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), apenas 45,3% dos jovens brasileiros, entre 15 e 29 anos, se dedicam exclusivamente aos estudos quando cursam o Ensino Médio da rede pública, o que afeta fortemente a permanência da juventude na escola (ABRAMOVAY,

MIRIAM. et al., 2015).

Levando em consideração o feedback dado pelos alunos, o projeto de extensão teve resultado satisfatório no que diz respeito à evolução dos alunos, nas 13 semanas de curso, e na atuação da Universidade na comunidade. Ao abranger indivíduos de diferentes escolas e cidades da região, o curso permitiu que a Universidade tivesse um contato íntimo com a comunidade, trocando experiências pessoais e conhecimentos gerais. Desta forma, os vestibulandos puderam criar uma ideia do âmbito acadêmico e das oportunidades disponíveis, uma vez inseridos neste meio, tais como bolsas assistenciais e de iniciação científica, geralmente desconhecidas por indivíduos externos à Universidade. Por desconhecerem oportunidades como as citadas, muitas pessoas não se prontificam a cursar o Ensino Superior por terem que trabalhar para suprir as suas necessidades básicas de moradia e alimentação. Nessa questão, o Programa AFIN ofereceu a oportunidade para que os alunos e os bolsistas pudessem trocar experiências e esclarecerem dúvidas sobre a vida acadêmica, juntamente com as suas dificuldades e oportunidades, podendo, possivelmente, atrair discentes, tanto para a UFU, campus Patos de Minas, quanto para as outras Universidades da região, acrescentando o conhecimento científico para a região e para o país.

APROVAÇÕES

O levantamento das aprovações dos alunos cursistas AFIN 2016 foi realizado através de um questionário elaborado na plataforma digital Google Forms. Apesar de não ter ocorrido a taxa total de respostas, foi possível observar uma média de aprovações, bem como os cursos e instituições.

Foram diversos alunos aprovados em cursos do Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM), Faculdade de Patos de Minas (FPM), Fundação Noroeste de Minas (FINOM), Universidade de Santo Amaro (UNISA) e Instituto Presbiteriano Mackenzie. Dentre essas instituições, pode-se destacar aprovações nos cursos de Odontologia, Psicologia, Medicina Veterinária, Jornalismo, Direito, Arquitetura e Urbanismo, Agronomia, Ciências Contábeis e Engenharia Mecânica, muitos deles com aprovações de bolsas integrais pelo PROUNI.

Obteve-se também muitas aprovações em Universidades Federais, dentre elas podemos destacar a Universidade Federal de Uberlândia (UFU), com aprovações nos cursos de Engenharia Eletrônica e de Telecomunicações, Música, Design e Agronomia; a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com aprovação em Engenharia Química; e o Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), com aprovação em Ciências Biológicas. Destaca-se ainda que uma aluna foi aprovada no curso de Medicina em duas importantes e concorridas universidades do país, a Universidade Federal de Goiás (UFG) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A Tabela 2 representa resumidamente as informações colhidas. Além das

universidades citadas, houve aprovações em outras Universidades Federais, como a Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), o Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade Estadual de Santa Catarina (UESC), bem como um número elevado de cursistas AFIN aprovados nas faculdades privadas da região.

Quadro 2 - Aprovações alunos AFIN Patos 2016

	Aprovações	Instituição	Cursos
Vestibular	51,9%	UNIPAM, FPM, FINOM, Mackenzie.	Nutrição, Odontologia, Medicina Veterinária, Letras, Engenharia Química, Direito, Ciências Contábeis, Arquitetura e Urbanismo, Farmácia, Engenharia de Produção.
SISU	25,9%	UFU, UFTM, IFTM, UFMG, UESC, UFG, UFSC, IFMG, UFRGS.	Medicina, Psicologia, Dança, Design, Engenharia Eletrônica e de Telecomunicações, Engenharia Química, Artes Visuais, Música, Agronomia, Ciências Biológicas.
PROUNI	18,5%	UNIPAM, FINOM, UNISA.	Odontologia, Letras, Psicologia, Direito, Engenharia de Produção, Logística, Jornalismo, Agronomia, Ciências Contábeis, Engenharia Mecânica.

Fonte: Acervo dos autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o que foi exposto, conclui-se que o Programa Ações Formativas Integradas (AFIN) teve um impacto muito positivo na comunidade, pois, como mostrado, por meio dele foi possível oferecer um cursinho preparatório para o ENEM, totalmente gratuito para a população de baixa renda, de forma a aumentar as chances dessas pessoas a ingressarem no Ensino Superior. Além disso, aumentar a visibilidade da Universidade Federal de Uberlândia, na cidade de Patos de Minas - MG, onde o projeto foi realizado.

Ainda, de acordo com a avaliação dos próprios alunos, é relevante ressaltar a importância de se terem professores e materiais de estudo mais

acessíveis aos estudantes, conforme ocorrido durante o Programa, e que foi relatado como um ponto positivo do mesmo. Outro fator importante é o relato dos alunos de que as 13 semanas de duração do cursinho não foi totalmente suficiente, diante da grande quantidade de conteúdo a ser abordado e revisado, demonstrando, assim, a importância em rever o período em que serão administradas as aulas.

Além disso, a evasão dos alunos antes do término do cursinho indica um problema enfrentado pelos alunos, seja devido à dificuldade de conciliar os estudos com o trabalho e a família, ou devido à falta de interesse de alguns alunos para com o cursinho. Diante desses problemas, deve-se buscar incentivar a permanência dos alunos e ressaltar a importância dessa preparação para o ENEM, pois um bom desempenho nessa avaliação poderá fornecer inúmeras oportunidades de melhoria na qualidade de vida.

Sendo assim, o projeto de extensão foi de grande importância para os alunos, para a comunidade, para os graduandos envolvidos no Programa e para a Universidade como um todo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. et al. Juventudes na escola, sentidos e buscas: Por que frequentam? Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2015/11/LIVROWEB_Juventudes-na-escola-sentidos-e-buscas.pdf>. Acesso em: Abr. 2017.

ALMEIDA, Bárbara. UFU recebe cerca de R\$ 4 milhões para retomar obras do campus de Patos de Minas. 07 ago. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2018/08/07/ufu-recebe-cerca-de-r-4-milhoes-para-retomar-obras-do-campus-de-patos-de-minas.ghtml>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

ARAÚJO, Débora. Obras da UFU em Patos de Minas devem ser retomadas nos próximos dias. 07 ago. 2018. Disponível em: <<https://www.patosja.com.br/noticias/patos-de-minas/educacao/obras-da-ufu-em-patos-de-minas-devem-ser-retomadas-nos-proximos-dias>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

CARVALHO, J. C. B. Os cursos pré-vestibulares comunitários e seus condicionantes pedagógicos. Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 128, p. 299-326, Maio/Ago. 2006.

CNDL. 82% dos jovens brasileiros contribuem para o sustento de casa. 2017. Disponível em: <<http://www.cndl.org.br/noticia/82-dos-jovens-brasileiros-contribuem-para-o-sustento-da-casa/>>. Acesso em: Abr. 2017.

ESTUDANTE, GUIA. Guia de cursinhos populares de todo o Brasil. Disponível em: <<http://guiadoestudante.abril.com.br/universidades/guia-de-cursinhos-populares-de-todo-o-brasil/>>. Acesso em: Abr. 2017.

GOULART, N. 'Cota não resolve problema da educação. Ela cria ilusão'. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/educacao/cota-nao-resolve-problema-da-educacao-ela-cria-ilusao/>>. Acesso em: Jan. 2017.

INEP. Edital nº 10, de 14 de abril de 2016. Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM 2016. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/edital/2016/edital_enem_2016.pdf>. Acesso em: Jan. 2017.

MENEGON, R.R. et al. A importância dos projetos de extensão no processo de formação inicial de professores de educação física. In: Jornada do Núcleo de Ensino de Marília, 14, 2015, Marília. Anais... Marília, 2015, 12 p.

PATOS DE MINAS. Prefeitura Municipal de Patos de Minas. Decreto de Lei nº 3.845/2014. Disponível em: <http://www.passarobranco.com.br/Decreto%203845_2014%20Regulamenta%20a%20Lei%206890_2014%20gratuidade%20>

e%20beneficios.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2017.

PORTAL UFU. Universidade Federal de Uberlândia: Conheça a UFU. Disponível em: <<http://www.ufu.br/institucional>>. Acesso em: 09 abr. 2017.

SCHEIDEMANTEL, S. E.; KLEIN, R.; TEIXEIRA, L. I. A Importância da Extensão Universitária: o Projeto Construir. In: Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, 2, 2004, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte, 2004, 6 p.

TANCREDI, S. Cursinho Afin da UFU. Disponível em: <<http://vestibular.mundoe-ducacao.bol.uol.com.br/cursinhos-comunitarios/cursinho-afin-ufu.htm>>. Acesso em: 09 abr. 2017.

ZAGO, N. Cursos pré-vestibulares populares: limites e perspectivas. Perspectiva, Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 149-174, Jan./Jun. 2008.



Estratégias e intervenções educativas de enfermagem para o autocuidado de pessoas com doença falciforme

Nursery interventions related to the selfcare of people with sickle cell disease

Lorena dos Santos Araujo
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Patologia - Instituto Gonçalo Moniz
lory.18araujo@hotmail.com

Deise Oliveira Costa
Residente do Programa de Residência em Enfermagem Obstétrica - Universidade Federal da Bahia
deiseocosta26@hotmail.com

Melissa Almeida Santos
Residente em Saúde Cardiovascular pelo Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia
melissa.saude@yahoo.com.br

Elionara Teixeira Boa Sorte
Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Enfermagem - Universidade Federal da Bahia
naratbsorte@gmail.com

Eliene Almeida Santos
Mestre pelo Programa de Pós Graduação em Enfermagem - Universidade Federal da Bahia
elienemac.enf@gmail.com

Silvia Lucia Ferreira
Professora Doutora Titular da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia
silvialf100@gmail.com

RESUMO

O presente relato de experiência visa descrever a experiência de estudantes de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia durante as atividades educativas realizadas em um projeto de extensão que visa auxiliar pessoas com doença falciforme, através da informação e incentivo às práticas de autocuidado. As atividades foram desenvolvidas durante as reuniões da Associação Baiana das Pessoas com Doença Falciforme e na sala de espera de um Ambulatório especializado, através do uso de variadas metodologias. As pessoas se sentiam estimuladas a realizar práticas de autocuidado, pois as atividades eram trabalhadas de maneira dinâmica para que pudessem compreender a importância de cuidar de si. Através dessas atividades, há compartilhamento de experiências e conhecimentos que podem favorecer na realização de práticas de autocuidado e estímulo à promoção da saúde das pessoas com doença falciforme.

Palavras-chave: Educação em saúde; Autocuidado; Anemia falciforme; Promoção da saúde; Enfermagem em Saúde Comunitária.

ABSTRACT

The present experience report aims to describe the experience of Nursing students of the Federal University of Bahia during the educational activities carried out in an extension project that intends to assist people with sickle cell disease by providing information and encouraging self-care practices. The activities were developed during the meetings of the Bahian Association of People with Sickle Cell Disease and in the waiting room of a specialized Ambulatory, through the use of various methodologies. People felt encouraged to engage in self-care practices because activities were dynamically worked out so they could understand the importance of caring for themselves. Through these activities, there is a sharing of experiences and knowledge that can favor the realization of self-care practices and encouragement to the health promotion of people with sickle cell disease.

Keywords: Health education; Self-care; Sickle cell anemia; Health promotion; Community Nursing.

INTRODUÇÃO

A doença falciforme (DF) é uma das alterações genéticas e hereditárias mais comuns no mundo, ocasionada por uma mutação no gene que produz a hemoglobina (Hb) A, originando a hemoglobina S, uma herança recessiva. Há outros tipos de hemoglobinas mutantes como: C, D, E etc. Essas hemoglobinas em associação com a Hb S, constituem um grupo denominado de DF: anemia falciforme (HbSS), S/Beta talassemia (S/ β Tal.), as doenças SC, SD, SE e outras mais raras, apresentando especificidades que as diferenciam, mas têm manifestações clínicas e hematológicas similares (BRASIL, 2015).

Do conjunto das hemoglobinopatias S, a anemia falciforme (HbSS) é a doença hereditária monogênica mais comum do Brasil, ocorrendo predominantemente entre afrodescendentes, distribui-se heterogeneamente e sendo mais frequente nos estados Norte e Nordeste. Estima-se que cerca de 4% da população geral brasileira e entre 6% a 10% dos afrodescendentes possuem o traço falciforme (Hb AS) (SIMÕES et. al 2010).

Segundo o Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN), do Ministério da Saúde, nascem no Brasil 3.500 crianças por ano com Doença Falciforme e 200.000 com Traço Falciforme, estima-se também que 7.200.000 pessoas sejam portadoras do traço falcêmico (HbAS) e entre 25.000 e 30.000 tenham DF (FELIX; SOUZA; RIBEIRO, 2010). Além disso, dados do PNTN mostram que, no estado da Bahia, a incidência da doença falciforme é de 1:650, enquanto a do traço falciforme é de 1:17, entre os nascidos vivos (SIMÕES et. al, 2010). A característica epidemiológica da doença falciforme evidencia que é um problema de saúde pública e necessita de políticas públicas eficientes para contemplar as necessidades das pessoas com a doença.

A sintomatologia pode ser variada a depender do tipo de hemoglobina mutante, desde uma doença grave a uma condição quase assintomática, como é o caso de um diagnóstico acidental (LEAL et al., 2016), durante os exames de triagem pré-natal, por exemplo. Ademais, o quadro fisiopatológico pode ser descrito por uma anemia hemolítica crônica, fenômenos vaso-oclusivos, crises dolorosas, alterações imunológicas, suscetibilidade à infecções e comprometimento multissistêmico (CARVALHO; ESPIRÍTO SANTO; ANJOS, 2015).

Assim, a realização de atividades educativas é essencial para estimular a prática do autocuidado, pois permite que a pessoa com Doença Falciforme torne-se participante ativa do processo saúde-doença, favorecendo o seu empoderamento nas decisões relacionadas à sua situação de saúde e possibilitando a melhoria da qualidade de vida, levando à diminuição da mortalidade precoce.

No entanto, estudos apontaram o conhecimento precário de profissionais de saúde (SANTANA; CORDEIRO; FERREIRA, 2013; TORRES; GUEDES, 2015) com relação à doença, suas manifestações clínicas e especificidades no cuidado à pessoa em diversas fases da vida, incidindo negativamente na qualidade da assistência prestada às pessoas com doença falciforme.

A educação em saúde para o autocuidado é eficaz na prevenção e pro-

moção da saúde, sendo a enfermeira a principal profissional de saúde no âmbito da Atenção Básica, responsável pelas atividades de cuidado e realização de práticas educativas para a promoção, prevenção e recuperação da saúde. Para Gurgel e colaboradores (2015) falar sobre promoção da saúde inclui ações de caráter educativo, de comunicação e mobilização social, que resultam na formação de sujeitos ativos, isto é, empoderando-os para o cuidado de si próprios.

Em um estudo realizado por Cordeiro, Ferreira e Santos (2014), com 17 pessoas adultas com diagnóstico de anemia falciforme, que teve como objetivo conhecer as experiências de adoecimento de pessoas com anemia falciforme e as estratégias de autocuidado, foi identificado que tais ações são realizadas a partir da aquisição de experiência e estão mergulhadas na prática cotidiana e têm como sentido manter a vida o mais próxima possível da normalidade. Essas ações são desenvolvidas para o enfrentamento do adoecimento crônico e que, muitas vezes, vão além do cuidado com o corpo; sendo necessário, cuidar também da fé e da espiritualidade.

A construção de um modo de cuidar deve ser planejada, recorrendo-se a processos capazes de incentivar a autonomia do indivíduo e sua responsabilidade diante do processo saúde-doença, estimulando as pessoas com doença falciforme a se tornarem sujeitos ativos, independentes e colaborativos no cotidiano saúde/doença. Assim, a educação para o autocuidado constitui-se como uma ferramenta importante para o desenvolvimento do cuidado integral na atenção às necessidades individuais dessas pessoas (SANTANA; CORDEIRO; FERREIRA, 2013).

O estímulo para a prática do autocuidado sem dúvida possibilita a adoção de hábitos saudáveis, o conhecimento das necessidades do próprio corpo e a tomada de decisões que levam à melhoria da qualidade de vida e do bem-estar.

Assim, objetiva-se neste estudo descrever a experiência de estudantes do curso de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia durante as atividades educativas realizadas em um projeto de extensão que visa auxiliar pessoas com doença falciforme através da informação e incentivo às práticas de autocuidado.

MÉTODO

Trata-se de um estudo descritivo, que relata a experiência de estudantes da graduação e de pós-graduação da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia (EEUFBA) no projeto de extensão intitulado "Práticas de Autocuidado na Doença Falciforme", sob a coordenação e supervisão de uma docente da referida escola.

O objetivo do projeto de extensão foi realizar atividades educativas que auxiliassem as pessoas com doença falciforme no empoderamento e intervenção no processo de saúde-doença, através da prática contínua do autocuidado.

Foram utilizadas diferentes técnicas como jogos, bingos, tabuleiros, cartazes participativos, como também a formação de grupos interativos por meio de redes sociais que proporcionem de forma prazerosa e responsável, um ambiente de trocas.

As atividades educativas foram realizadas em dois locais: a) na sala de espera de um ambulatório especializado no tratamento de doenças hematológicas de um Hospital Universitário, direcionadas às pessoas que aguardavam consulta, todas as segundas-feiras das 12:00 às 13:00 horas. Como recurso, utilizava-se um álbum seriado, visando informar e elucidar sobre os principais aspectos da doença falciforme; b) nas reuniões mensais da Associação Baiana das Pessoas com Doença Falciforme (ABADFAL) que ocorriam na sede do Serviço Social do Comércio (SESC) do Aquidabã, com as pessoas participantes da ABADFAL; ambas as instituições localizadas no município de Salvador- BA. Trata-se de projeto permanente registrado na UFBA, mas o presente relato compreende o período de dezembro de 2012 a setembro de 2014.

As atividades educativas na sala de espera foram realizadas da seguinte maneira: 1) momento de interação com questionamento sobre o conhecimento da doença falciforme, a fim de ter uma maior aproximação com o público, quando relatavam as próprias experiências e informações a respeito da doença falciforme; 2) explanação dos temas guiados pelo álbum seriado; 3) momento de elucidação das possíveis dúvidas; 4) distribuição de folders e folhetos sobre a doença e informações da Associação Baiana de Pessoas com Doença Falciforme (ABADFAL).

Devido à reforma estrutural ocorrida no ambulatório, o público que compõe a sala de espera ficou diversificado e além de pessoas com hemoglobinopatias também aguardam pessoas com outras patologias. Nesse ambulatório foram realizadas palestras rápidas com esclarecimento de dúvidas sobre práticas de autocuidado na Doença Falciforme, O que é a Doença Falciforme, Sinais e Sintomas, Cuidados com a Criança, Cuidados com o Adolescente, Gravidez na Doença Falciforme e Saúde Bucal.

Atividades educativas também foram realizadas na ABADFAL, uma organização social sem fins lucrativos. Criada em 2001, quando pessoas com a doença, familiares e profissionais de saúde decidiram se unir e lutar não pela doença, mas sim pelas pessoas com doença falciforme. A organização luta pela conquista dos direitos das pessoas com Doença Falciforme como a informação adequada, acesso aos serviços de saúde, assistência de qualidade e, principalmente, a uma vida digna sem preconceitos.

Nessa associação as atividades ocorreram da seguinte forma: 1) Momento de exposição de demandas, onde as(os) participantes explanam os assuntos de interesse vinculados à doença falciforme para serem abordados nas reuniões; 2) Realização da atividade de educação em saúde que fortaleça o vínculo com a Associação e proporcione trocas de conhecimentos para melhor adesão do autocuidado e divulgação de saberes sobre a doença falciforme; 3) Roda de conversa como método avaliativo sobre a ação educativa e discussão ampliada sobre o tema abordado; 4) avaliação e troca de experiências através de gru-

po criado no aplicativo whatsapp; e 5) comentários na página do facebook da ABADFAL.

RESULTADOS

Na Associação, foram realizadas cinco oficinas direcionadas ao público presente nas reuniões: pessoas com a doença falciforme, familiares, amigos(as), profissionais de saúde, estudantes, utilizando-se diferentes metodologias participativas, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 – Distribuição de atividades educativas realizadas na Associação Baiana das Pessoas com Doença Falciforme. Salvador/BA, 2017

Atividade	Tema	Recurso	Nº de participantes
1º	Origem / O que é a Doença Falciforme	Cordão	12
2º	Sinais e sintomas / Manifestações clínicas da Doença Falciforme	Papel metro/ofício	17
3º	Cuidados relacionados às manifestações clínicas que podem ocorrer nas pessoas com Doença Falciforme	Papel metro	16
4º	Alimentação Saudável e Doença Falciforme	Bola de soprar, papel ofício e música	15
5º	Direitos da/o cidadã/cidadão Direitos das pessoas com Doença Falciforme	Papel ofício e música	33

Fonte: Diário de campo do projeto.

Na 1ª oficina foi utilizado um cordão onde cada participante ao pegá-lo passava imediatamente para outro/a participante, tendo como produto final uma teia. Essa atividade teve como objetivo demonstrar que as pessoas unidas estão interconectadas, mostrando de forma lúdica como ocorrem as interações genéticas. Após essa dinâmica, foi feito o questionamento às pessoas participantes sobre "O que é a doença falciforme?" e a partir daí, foi discutida a definição dessa patologia, os grupos populacionais que possuem maior incidência e o seu mecanismo fisiopatológico.

Na 2ª oficina foi elaborado um mural com papel metro, contendo as manifestações clínicas que podem ocorrer na Doença Falciforme e em pequenos pedaços de papel alguns sinais e sintomas. O objetivo dessa atividade era fazer com que os/as participantes relacionassem os sinais e sintomas nos papéis

com as principais manifestações clínicas registradas no mural. Foram formados pequenos grupos os papéis de ofício contendo os sinais e sintomas foram entregues. Após a discussão do grupo, foram convidados/as a se levantarem e a colar os sinais e sintomas que consideravam mais adequados para as manifestações clínicas, em seguida, ocorreu a discussão acerca da construção do mural.

Na 3ª oficina foram construídos dois murais com papel metro, um contendo sinais, sintomas e cuidados que devem ser realizados às pessoas com a Doença Falciforme, e no outro uma cruzadinha. O objetivo foi identificar através das dicas (sinais, sintomas e cuidados) quais manifestações clínicas relacionadas estavam na cruzadinha.

Na 4ª oficina foram utilizadas bolas de soprar, já cheias, que continham pequenos pedaços de papel com informações sobre alimentação adequada. As pessoas fizeram um círculo à espera de uma música começar. Uma vez iniciada a canção, uma bola era passada entre os/as participantes e ao parar a música, a pessoa que estava com a bola seria responsável por estourá-la e classificar a afirmativa como verdadeira ou falsa. Logo após foi aberta a discussão acerca das respostas relatadas.

Na 5ª oficina foi utilizado papel ofício contendo as seguintes palavras: educação, emprego, saúde, lazer, moradia, alimentação. Essas palavras foram distribuídas entre os/as participantes da reunião, sendo orientados/as a circularem na sala à medida que a música era tocada. Ao parar a música, os/as participantes tinham que ficar como estátuas e tentar tocar o número máximo de pessoas ao seu redor. A estudante responsável pela coordenação da atividade pedia para que uma pessoa por vez falasse a palavra que estava com ela, enquanto as outras permaneciam imóveis. A partir daí, foi feita a correlação entre os direitos das pessoas e qual a influência da palavra retirada sobre as outras palavras que permaneciam com as pessoas ainda presentes na dinâmica, mas imóveis. Discutiu-se a postura (estátua) com a passividade e o não envolvimento das pessoas para resolverem seus problemas. Após essa atividade, a discussão girou em torno dos direitos das pessoas com a doença.

A realização das atividades na Associação e no sala de espera do Ambulatório foram bastante produtivas, pois a partir da interação dos (as) participantes com as estudantes foi possível discutir de maneira mais ampla os aspectos relacionados as práticas de autocuidado na Doença Falciforme, estimulando o público a desenvolver hábitos mais saudáveis, visto que a adoção dessas ações influencia diretamente na melhoria da qualidade de vida das pessoas com essa patologia.

As trocas de informações entre profissionais/estudantes de outras áreas como psicologia, terapia ocupacional, farmácia, biomedicina, além das experiências / vivências relatadas pelos (as) associados (as) trouxeram contribuições de forma significativa, uma vez que possibilitou a multidisciplinaridade e a disseminação do conhecimento.

Com relação à experiência das estudantes envolvidas no projeto pôde-se observar maior aproximação com o/a (s) participantes da ABADFAL, amadure-

cimento acadêmico e pessoal visível através da forma de apresentação e fala das estudantes, além de desenvolver habilidades de comunicação, utilizando linguagem acessível, com objetivo de intervir nos relatos, a fim de elucidar possíveis dúvidas.

DISCUSSÃO

As metodologias participativas são instrumentos para propiciar a tomada de decisões, iniciar e encerrar atividades ou projetos, possibilitando operacionalizar a participação, no entanto, a sua aplicação, por si só, não garante a qualidade da participação dos sujeitos (BROSE, 2010). Streck (2016) complementa que nessas metodologias os sujeitos da pesquisa são considerados coprodutores de conhecimento. Um estudo realizado na cidade de São Paulo, com gestores e gerentes de saúde de uma Comissão Intergestora Regional, evidenciou que as metodologias participativas estimularam os sujeitos para a busca por respostas a questões de interesse direto (ALMEIDA; TANAKA, 2016).

Os temas que foram discutidos nas oficinas foram elencados mediante necessidade de conhecimento sobre a doença falciforme para a efetivação da promoção do autocuidado, abarcando temas como a etiologia, manifestações clínicas, medidas de autocuidado para evitar complicações, hábitos de vida saudável, além de direitos da pessoa com doença falciforme. Isto se faz necessário, uma vez que após o nascimento, a criança e a família devem ser devidamente preparadas para o autocuidado com o objetivo de contribuir para a mudança da história natural da doença falciforme no Brasil, reduzindo as taxas de morbiletalidade e promoção da longevidade com melhora da qualidade de vida (BRASIL, 2015).

Diante disso, as pessoas com doença falciforme e seus familiares tornam-se empoderados para o exercício do autocuidado e da cidadania, uma vez que o conhecimento sobre a doença falciforme pode fundamentar ações de autocuidado além de fundamentar as reivindicações por políticas públicas efetivas relacionadas à doença falciforme (BARSAGLINI; PAZ; LEMOS, 2015).

Nesse sentido, sendo a doença falciforme uma doença prevalente na população negra, um dos motivos de sua invisibilidade perante a atenção do governo, é recente a elaboração e implementação de políticas públicas destinadas à doença. No Brasil, só em 2005 foi implantado a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias (PNAIPDF), mas o acesso da população aos serviços tem se mostrado de forma tímida na Bahia, que tem o maior número de casos de doença falciforme e traço falciforme do país, estando as ações de saúde mais centralizadas na capital baiana (ARAÚJO et al., 2013).

Não obstante, nos últimos anos tem-se notado grandes avanços no que diz respeito às políticas públicas sociais e econômicas que norteiam as ações de saúde à pessoa com doença falciforme. No estudo de Carvalho, Espírito

Santo e Anjos (2015) foi possível identificar que a enfermeira desempenha um papel de educadora, independentemente do nível de atenção em que esteja atuando, contribuindo para que o conviver da pessoa e familiar da pessoa com doença falciforme seja menos traumático.

A participação de profissionais e discentes de vários cursos possibilitou uma visão interdisciplinar e multiprofissional do cuidado à pessoa com doença falciforme. Um estudo de revisão mostrou a necessidade de uma abordagem biopsicossocial e multidisciplinar no cuidado à pessoa com doença falciforme e, sendo multidisciplinar, colabora de forma coordenada para abordar os fatores físicos, psicológicos e sociais (CROSBY; QUINN; KALINYAK, 2015). Assim, a abordagem multidisciplinar proposta tem o intuito de proporcionar um cuidado holístico, centrado na pessoa e não na doença.

A realização das intervenções educativas possibilitou a formação de vínculo com as pessoas com doença falciforme, tão importante para a sensibilização de mudança de comportamento e adoção de medidas de autocuidado. Nesse sentido, o vínculo entre a enfermeira e pessoa com doença falciforme é essencial para um atendimento de qualidade, e, por meio desse, é possível promover uma escuta qualificada, conhecer suas emoções, bem como valorizar as ideias da paciente (RENNÓ; CAMPOS, 2014).

Há que se mencionar que as oficinas realizadas pelas discentes de Enfermagem contribuíram para a promoção do cuidado e autocuidado de pessoas que convivem com a doença falciforme. Sobre isso, Orem (2001) reforça que a Enfermeira é a profissional de saúde de referência para a realização dessas ações, sendo ela responsável pelo cuidado e desenvolvimento de atividades educativas que possibilitem o enfrentamento dos déficits de autocuidado.

As intervenções educativas que foram realizadas por meio de oficinas fazem parte de um conjunto de práticas extensionistas vinculadas ao Centro de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres, Gênero, Saúde e Enfermagem (GEM) que desde 2006 vem desenvolvendo pesquisas relacionadas com a doença falciforme, envolvendo alunas de graduação e pós-graduação em Enfermagem, obedecendo aos pilares da Universidade Pública, Ensino, Pesquisa e Extensão.

Referente às práticas extensionistas, essas contribuem para a formação política, social e cidadã de discentes de graduação e pós-graduação, uma vez que ao aproximar e atuar com populações em vulnerabilidade social e desigualdades no Brasil, possam ser sensibilizados do seu papel de cidadão/cidadã, além de ser um espaço propício para o fortalecimento do exercício profissional no âmbito do Sistema Único de Saúde (ARAÚJO et al., 2013).

CONCLUSÃO

A realização das atividades educativas proporcionaram trocas de informações, considerando os saberes, experiências/vivências das pessoas sobre os processos de adoecimento. Além disso, permite que haja a ampliação do

conhecimento com relação ao tema discutido, tendo em vista que a doença falciforme ainda é uma patologia desconhecida pela população em geral.

A sala de espera é um espaço onde profissionais de enfermagem podem construir momentos de ensino/aprendizagem e desenvolver habilidades de comunicação e interação, utilizando linguagem acessível, além de refletir sobre os relatos, para elucidar possíveis dúvidas.

Os relatos das reuniões, tanto nos grupos criados no whatsapp como na página da ABADFAL no facebook, descritos pelas pessoas participantes fortaleceram a percepção de que o conhecimento traçado no processo educativo para a prática do autocuidado os estimula a desenvolver hábitos mais saudáveis.

A cada vivência, as estudantes aperfeiçoam-se nas técnicas e habilidades para o desenvolvimento de atividades educativas, desenvolvendo e compartilhando experiências e conhecimentos que podem favorecer na realização de práticas de autocuidado e estímulo à promoção da saúde das pessoas com doença falciforme.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA,C.A.L.; TANAKA, O.Y. Avaliação em saúde: metodologia participativa e envolvimento de gestores municipais. Rev Saúde Pública, v.50, n.45, p.1-10, 2016.

ARAÚJO, E.M.; ALVES, R.J.C.; CARVALHO, E.S.S.; SOUZA, I.M.; XAVIER, A.S.G. Atuação de um núcleo de pesquisa e extensão junto à população com doença falciforme na segunda maior cidade do estado da Bahia. Rev Extendere, v.2, n.1, p.48-60, 2013.

BARSAGLINI, R.A.; PAZ, K.M.; LEMOS, P.L. Qualidade de vida e cuidado às pessoas com doença falciforme. Interface (Botucatu), v. 19, n. 52, p. 195-200, 2015 .

BRASIL. Ministério da Saúde. Doença Falciforme: Atenção Integral à Saúde das Mulheres. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Doença falciforme: diretrizes básicas da linha de cuidado. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BROSE, M. Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos. 2. ed. Porto Alegre : Tomo Editorial, 2010.

CARVALHO, E.M.M.S.; ESPIRITO SANTO,F.H; ANJOS, C. Doença falciforme nas pesquisas em Enfermagem: uma revisão integrativa. Revista Baiana de Enfermagem, v. 29, n.1, p.86-93, jan./mar. 2015.

CORDEIRO, R.C.; FERREIRAS.L.; SANTOS, A.C.C. Experiências do adoecimento de pessoas com anemia falciforme e estratégias de autocuidado. Acta Paul Enferm, v.27, n.6, p.499-504, 2014.

CROSBY, L.E.; QUINN, C.T.; KALINYAK, K.A. A Biopsychosocial Model for the Management of Patients With Sickle-Cell Disease Transitioning to Adult Medical Care. Adv Ther., v.32, n.4, p.293-305, 2015.

FELIX, A.A.; SOUZA, H.M.; RIBEIRO, S.B. Aspectos epidemiológicos e sociais da doença falciforme. Rev. Bras. Hematol. Hemoter., v.32, n.3, p. 203-208, 2010.

GURGEL, P.K.F.G.; SANTOS, A.D.B.; MONTEIRO, A.I.; LIMA, K.Y.N. Promoção da saúde e prevenção de agravos: o conhecimento dos alunos de enfermagem. Rev enferm UFPE on line., v.9, n.1, p.368-75, 2015.

LEAL, A.S.; MARTINS, P.R.J.; BALARIN, M.A.S.; PEREIRA, G.A.; RESENDE, G.A.D. Haplotypes s-globin and its clinical-haematological correlation in patients with

sickle-cell anemia in Triângulo Mineiro, Minas Gerais, Brazil. *J Bras Patol Med Lab*, v.52, n.1, p.5-10, February, 2016.

OREM, D. E. *Nursing: concepts of practice*. 6. ed. St Louis: Mosby, 2001.

RENNÓ, C.S.N.; CAMPOS, C.J.G. Comunicação interpessoal: valorização pelo paciente oncológico em uma unidade de alta complexidade em oncologia. *Rev Min Enferm.*, v.18, n.1, p.106-115, 2014.

SANTANA, C.A.; CORDEIRO, R.C.; FERREIRA, S.L. Conhecimento de enfermeiras sobre educação para o autocuidado na anemia falciforme. *Revista Baiana de Enfermagem*, v. 27, n. 1, p. 4-12, jan./abr. 2013.

SIMÕES, B.P. et al. Consenso brasileiro em transplante de células-tronco hematopoiéticas: comitê de hemoglobinopatias. *Rev. Bras. Hematol. Hemoter.*, v.32, n.1, p. 46-53, 2010.

STRECK, D.R. Participatory research methodologies and popular education: reflections on quality criteria. *Interface (Botucatu)*, v.20, n.58, p.537-47, 2016.

TORRES, C.; GUEDES, C. Triagem neonatal, anemia falciforme e serviço social: o atendimento segundo profissionais de saúde. *Argumentum*, v. 7, n. 2, p. 271-287, 2015



Implementação de horta comunitária como laborterapia para usuários de um instituto de reabilitação psicossocial

Implementation of communitary herb garden as work therapy for users of a psychosocial rehabilitation institute

Paulo Rômulo Viana de Oliveira Filho
Enfermeiro, Centro Universitário Estácio do Ceará. Especialista em Enfermagem Clínica e Cirúrgica.
promulovof@gmail.com

Karlane Gomes Cezario Roscoche
Doutora em Enfermagem e Professora Adjunta da Universidade Federal do Paraná.
karianeroscoche@ufpr.br

Renata Gomes Mota
Enfermeira, Centro Universitário Estácio do Ceará. Enfermeira do Hospital Municipal do Eusébio-Ceará.
renatamota_moa@hotmail.com

RESUMO

A partir da proposta da reforma psiquiátrica brasileira, surgem novos métodos terapêuticos objetivando a reinserção do paciente psiquiátrico na sociedade, desse modo, a laborterapia atua na potencialização das habilidades dos usuários e contribui na sua ressocialização. Com este trabalho, busca-se descrever o processo de criação e implementação de uma horta comunitária, como alternativa laborterapêutica. Trata-se de um relato de experiência realizada em instituição de reabilitação psicossocial no município de Fortaleza, Ceará. A implantação envolveu usuários, coordenação da instituição, docentes e acadêmicos de Enfermagem. Usuários participaram de modo ativo nos cuidados diretos com o solo e com a inserção das plantas, efetivando o desejo de construir uma horta no serviço. Durante oito semanas foi realizado o acompanhamento e incentivo à participação nos cuidados da horta. Observou-se o interesse e envolvimento crescentes na atividade laborterapêutica. Com o seguimento e envolvimento dos usuários, observou-se o fortalecimento na disciplina e autocontrole dos usuários, além de fortalecer as trocas de experiências e o relacionamento interpessoal entre os alunos, professor e usuários do serviço. A ação reforçou a implementação de medidas que favoreçam a inclusão e atividades que promovam autonomia entre pessoas com adoecimento psíquico.

Palavras-chave: Saúde Mental; Terapêutica; Jardinagem; Centros de Reabilitação.

ABSTRACT

From the proposition of the Brazilian psychiatric reform, new therapeutic methods aiming the reintegration of the psychiatric patient into society, in this way, labor therapy acts in the potentialization of the users abilities in their resocialization. With this work it is aimed to describe the process of the creation and implementation of a community garden, as an alternative therapeutic work. It is an experience report made in a psychosocial rehabilitation institution in the city of Fortaleza, Ceará. The implantation involved users, coordination of the institution, instructors and nursing academics. The users actively participated in the direct care with the soil and with the insertion of the plants, making the desire to build a vegetable garden in the service. The monitoring and incentive to the participation in the care of the vegetable garden was carried out during eight weeks. The increasing interest and involvement in the laboratorapeutic activity was observed, and, with the the development of the activities and involvement of the users, made possible the fortification in the discipline and self-control of the users. besides that, it fortified the exchange of experiences and the interpersonal relationship between the students, teacher and users of the service. The action reinforced the implementation of measures that favor inclusion and activities that promote autonomy among people with psychic illness.

Keywords: Mental Health; Therapeutics; Gardening Rehabilitation Centers.

INTRODUÇÃO

Os antecedentes da reforma psiquiátrica brasileira envolveram a ruptura da lógica manicomial em todos os seus aspectos teóricos, práticos, políticos e ideológicos, visto que o modelo vigente era caracterizado por excluir as pessoas com transtorno psíquico da sociedade. A partir da década de 1970 passou-se a trabalhar a ideia de inclusão, por meio da ressocialização e reabilitação, (J. P. Costa, Jorge, de Lima Coutinho, Costa, & Holanda, 2016) tendo como experiências internacionais exitosas a Psiquiatria Democrática Italiana de Franco Basaglia, propondo a compreensão do adoecimento mental, englobando aspectos culturais, sociais e humanísticos (Rameh-de-Albuquerque, Lira, Costa, & Nappo, 2017).

Apesar da nova perspectiva e dos avanços já conseguidos nos últimos 30 anos, a saúde mental no Brasil e no mundo ainda é cercada pelo estereótipo do adoecimento psíquico relacionado à agressividade e irracionalidade, ou seja, perpetuando uma visão distorcida do adoecimento e do sofrimento psíquicos. (Ribeiro, 2012) Perante esse estigma, os centros de inclusão social, buscam trabalhar a inserção do de seus usuários na comunidade de modo integrativo, ao ampliar a visão sobre a pessoa humana que, entre suas distintas experiências de vida, pode adoecer psiquicamente (Chan, Evans, Chiu, Huxley, & Ng, 2014).

Nesse contexto de inclusão social, a laborterapia objetiva evidenciar as reais possibilidades que pessoas com transtorno psíquico podem exercer na vida social, tendo acesso aos seus direitos de forma autônoma. Para tanto, essa abordagem terapêutica atua descaracterizando o antigo pensamento exclusivo e delirante, sendo o profissional de saúde responsável por criar práticas direcionadas à vida diária (Silva, Santos, Nogueira, & Malfitano, 2015).

Entre as práticas inclusivas destacam-se a jardinagem e horticultura, as quais proporcionam bem-estar, sentimento de satisfação e ajudam significativamente na reabilitação psicossocial. Além de tornarem-se funcionais, os usuários aprendem a manusear os materiais e a terra, com melhora da coordenação motora, flexibilidade física, memória visual, melhora da percepção e pode revelar novas habilidades (Ferezin, Castilho, & Aliberti, 2013).

Portanto, ao compreender que a laborterapia é um pilar fundamental na inclusão social de pessoas com adoecimento psíquico e que, os profissionais de saúde, diante de sua demanda, têm a capacidade para trabalhar essa técnica, o presente estudo objetiva descrever, por meio de relato de experiência, a criação de uma horta comunitária como alternativa laborterapêutica.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Configura-se como um relato de experiência, de natureza descritiva, acerca da implantação de uma horta comunitária em um serviço de reabilitação

psicossocial localizado no município de Fortaleza-Ceará. O serviço funciona desde 2005 e atende em torno de 30 pessoas com transtornos psiquiátricos graves e persistentes, fora do período de crise e vinculados ao centro de atenção psicossocial de seus respectivos territórios domiciliares. A instituição tem como finalidade promover oficinas terapêuticas, atividades artísticas e labor-terapia como práticas inclusivas de reabilitação. Os usuários se inserem nas atividades conforme projeto terapêutico durante os dias úteis da semana. A equipe multiprofissional é composta por psiquiatra, enfermeira, terapeuta ocupacional, psicóloga, técnica de enfermagem e profissionais de serviços gerais e administrativo.

A ideia de implantação da horta comunitária surgiu durante a realização de atividades do Projeto de Extensão O Pequeno Grande, vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão do Centro Universitário Estácio do Ceará. O referido projeto, desenvolvido entre 2015 e 2017, teve como seu objetivo principal a realização de ações na promoção da saúde mental em contextos comunitários diversos. O mesmo era coordenado por professora enfermeira e especialista em Saúde Mental e contava com a participação de acadêmicos de enfermagem, com ações desenvolvidas semanalmente. Durante o ano de 2015 desenvolveu ações em uma unidade de abrigo de crianças; em 2016 suas ações se direcionaram a adolescentes em situação de vulnerabilidade social vinculados a um centro juvenil comunitário, e, em 2017, as ações giraram em torno da promoção da saúde mental de adultos com transtornos psíquicos graves e persistentes.

A princípio, observou-se o perfil dos usuários e seu contexto para a compreensão do processo saúde-doença. Os acadêmicos, sob supervisão de enfermeira docente, viabilizaram esse momento mediante outras ações de cuidado, como o Relacionamento Terapêutico e a coordenação de grupos operativos. Através de relatos dos usuários e da coordenação do serviço foi possível identificar a necessidade de implantação de uma horta e, em seguida, a possibilidade de locação da mesma. Nesse sentido, observou-se as condições físicas do ambiente, integridade do solo e manutenção hídrica.

Em seguida, após o levantamento das informações e análise das condições, foi necessário realizar um aprofundamento teórico-prático para reafirmar a construção da horta. Para isso, realizou-se uma visita a uma instituição pública que ofertava serviços especializados em cultivo de plantas e os funcionários forneceram algumas informações a respeito dos requisitos para a implantação de mudas de plantas, como o tipo e manejo do solo. Logo adiante, foi possível elaborar um plano de ação com os fundamentos estudados.

O plano de ação foi apresentado à comissão responsável pela instituição e aprovado pela equipe. Após isso, foi exposto aos demais profissionais e aos pacientes durante a reunião do grupo. A partir disso, todos os usuários demonstraram satisfação e alegria e alguns manifestaram-se para participar ativamente no processo de implantação das mudas e organização da horta.

A compra dos materiais necessários foi custeada pela equipe idealizadora do projeto. O encontro dos alunos para discussão dos custos e análise

dos materiais adquiridos eram realizados em pelo menos três dias da semana por duas semanas consecutivas. Além disso, discutia-se também a situação clínica de cada paciente que decidiu participar da execução do projeto para o entendimento da importância da horta terapêutica no processo saúde-doença.

Os materiais necessários para o desenvolvimento do projeto foram: 3 sacos de 10kg de adubo orgânico, 6m de tela de nylon, ferramentas para jardinagem (pazinha, regador e ancinho), 6 estacas de madeira para fixar tela, mudas de plantas medicinais para chás (boldo, erva cidreira, capim santo).

Após o planejamento, iniciou-se a implantação da horta, dividida em dois dias: no primeiro dia foi realizada a limpeza do local e retirada de entulhos e no segundo dia a colocação do cercado e plantação das mudas. Foi possível contar com a participação dos usuários do serviço, durante todo o processo de implantação, os quais aderiram à atividade e compartilharam a responsabilidade de construir a horta.

As atividades realizadas pelos usuários e acadêmicos de enfermagem durante a implantação foram a retirada de entulhos, remoção de excesso de terra do local da horta e aguação do terreno, colocação de adubo, plantação das mudas e coleta de pedras para ornamentação do cercado. As tarefas foram divididas entre eles e executadas conforme orientado.

Após a implantação da horta, pactuou-se que os usuários do serviço interessados ficariam responsáveis pelos cuidados de manutenção da horta sob a supervisão da coordenação da instituição e dos próprios acadêmicos de enfermagem durante o semestre 2017.1. Realizou-se, assim, o acompanhamento dos cuidados das plantas e duas semanas após a implantação da horta, realizou-se roda de conversa objetivando receber o feedback dos usuários sobre as vivências nos cuidados da horta comunitária.

Os usuários deram retorno positivo, afirmando que a horta proporcionou mais uma tarefa para fazerem no instituto, já que em alguns momentos ficavam ociosos. Demonstraram satisfação com a ideia de cultivar plantas medicinais, pois em breve estariam colhendo para fazer chás e usar como condimentos, adicionando mais uma alternativa à alimentação durante os momentos na instituição.

Alguns usuários também relataram que tinham ou já tiveram cuidado de horta em algum momento da vida, e que estavam contentes e dispostos em poder contribuir para a implementação da horta do instituto, dando uma perspectiva de crescimento da mesma, com o aumento das espécies existentes ou mesmo com a chegada de novas mudas.

No decorrer das semanas foi possível observar o crescimento da horta, bem como o interesse dos usuários no cultivo adequado das plantas. Em virtude do término do período de atividades do semestre na instituição, a equipe do projeto decidiu reunir os usuários para fornecer orientações e esclarecer dúvidas em relação aos devidos cuidados com a horta, técnicas de cultivo, manejo e a importância de mantê-la, visto que vai ao encontro com os objetivos do serviço. O período total de implantação e acompanhamento do desenvolvimento inicial da horta contemplou seis semanas.

DISCUSSÃO

Evidencia-se que, para a implementação e efetivação da horta comunitária terapêutica, é necessário que o processo seja executado por etapas preparatórias, a partir do interesse da gestão do instituto e de seus usuários, estabelecimento de metas a serem superadas, análise de espaço e levantamento de material necessário para a construção da horta.

O enfermeiro precisa estar atento às necessidades de sua clientela, perceber a amplitude de suas competências, aumentando a capacidade da escuta terapêutica, de maneira a compreender a conjuntura da rotina da unidade. O Planejamento Estratégico que viabilizou a implantação da horta foi essencial para a previsão de custos, gestão dos recursos humanos necessários e priorização do enfoque essencial da estratégia enquanto laborterapia (Junges, Barbiani, Zoboli, & Campos, 2015).

A inserção dos usuários na construção da horta enriqueceu ainda mais a experiência. Um dos cuidados realizados nesse momento foi a avaliação do estado mental dos envolvidos e a prevenção de acidentes mediante a não exposição a instrumentos com potencial perfurocortante. Uma vez que o estado mental está relacionado às situações diárias que possam de alguma maneira causar estresse, podendo interferir no enfrentamento e no autocontrole do indivíduo, a promoção da segurança foi prioritária nesse contexto. (Avelino et al., 2015)

Um fator importante foi a participação dos usuários na escolha das mudas a serem plantadas, opinando e escolhendo entre as elencadas previamente junto à coordenação do serviço, entre as quais algumas plantas medicinais e condimentos. O empoderamento e a participação ativa na construção do projeto terapêutico contribuem no processo de reabilitação, sendo esse aspecto fundamental para atingir as metas da Reforma Psiquiátrica.

Após a construção da horta, realizou-se uma roda de conversa, uma vez que o método que viabiliza a expressão de anseios, opiniões e desabafos, proporcionando o desenvolvimento singular ou plural das pessoas. (R. R. de O. Costa, Bosco Filho, Medeiros, & Silva, 2015) O feedback foi positivo em relação à implementação da horta na unidade, além do interesse em contribuir na manutenção da mesma.

Durante as seis semanas de acompanhamento foi realizado o acompanhamento e incentivo à participação nos cuidados da horta, com o intuito de criar o hábito e inserir na rotina de laborterapia dentro do contexto das atividades do serviço. Enquanto um era responsável por regar, outro cuidava da limpeza da terra, outro por limpar ao redor e assim por diante.

No caminhar do processo foi possível observar que um usuário, cujo quadro clínico denotava isolamento social e embotamento afetivo, mostrou-se interessado em participar, agiu espontaneamente e apresentou melhora na comunicação durante as atividades. O embotamento afetivo pode ser trabalhado por meio de Treinos de Habilidades Sociais e tais habilidades são estimuladas

ao proporcionar ao indivíduo atividades que venham a gerar satisfação(Esteves & dos Santos, 2016).

A implementação da horta é um exemplo de uma atividade que auxilia no treinamento de habilidades sociais e através desta, foi possível observar a melhora do quadro clínico de um usuário que apresentava baixa tolerância à frustração e momentos de agressividade. O processo de manutenção da horta tornou-se uma rotina diária do serviço e as atividades exercidas gerou grande satisfação para este usuário, mostrando-se bastante motivado no desenvolvimento das habilidades.

Os usuários puderam efetivar o desejo que tinham de construir uma horta no serviço e, a partir disso, promoveu-se a laborterapia. Tal prática vai ao encontro dos objetivos da Reforma Psiquiátrica Brasileira, por meio do resgate da socialização, autoestima e dignidade do indivíduo através de atividades de manutenção que promove o bem-estar dos residentes do serviço(Correio, Soares, Guerra, & Ferreira, 2017).

Além disso, o enfermeiro exerce um papel facilitador no que tange à implementação de medidas que favoreçam a inclusão de pessoas com transtornos psíquicos na sociedade e estabelecimento de atividades que promovam autonomia. No entanto, é necessário que esse profissional conheça o ambiente em que está inserido, defina as necessidades e estabeleça um relacionamento terapêutico junto à sua clientela. A partir da interação e das intervenções propostas pelo enfermeiro, o usuário pode obter resultados positivos(Maftum, da Silva, de Oliveira Borba, Brusamarello, & Czarnobay, 2017)

Considera-se que a implantação e implementação da horta comunitária atingiu o objetivo da laborterapia, uma vez que os usuários do serviço puderam contribuir ativamente nesse processo, sendo possível melhorar a autodisciplina e autocontrole, tendo o trabalho como valor social importante para a reinserção de pessoas com transtornos psíquicos na sociedade (Lussi & Pereira, 2013).

Verifica-se, portanto, os benefícios da laborterapia no tratamento em saúde mental quando planejado e utilizado de forma correta, visto que um número considerável de pessoas inseridas em comunidades terapêuticas tem histórico de trabalho deficiente ou pouca capacidade de trabalho e sentimento de incompetência no que se refere ao desempenho em atividades(Santos, 2014).

Nesse estudo, pode-se concluir que a implantação da horta comunitária cumpriu com os objetivos iniciais propostos. Compreende-se que a análise prévia da clínica de cada paciente e o planejamento de acordo com a realidade exposta permitiu a consolidação da prática de construção e implementação da horta e promovendo o empoderamento dos pacientes, contribuindo para a reabilitação dos mesmos. O projeto apresentou-se também como um fortalecedor na troca de experiências, favorecendo o relacionamento interpessoal entre instituição de ensino, serviço de saúde e usuários.

REFERÊNCIAS

Avelino, D. C., de Castro Silva, P. M., Costa, L. de F. P., de Azevedo, E. B., Saraiva, A. M., & Filha, M. de O. F. (2015). Trabalho de enfermagem no centro de atenção psicossocial: estresse e estratégias de coping. *Revista de Enfermagem Da UFSM*, 4(4), 718–726. <https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/14163/pdf>

Chan, K., Evans, S., Chiu, M. Y.-L., Huxley, P. J., & Ng, Y.-L. (2014). Relationship between health, experience of discrimination, and social inclusion among mental health service users in Hong Kong. *Social Indicators Research*, 124(1), 127–139.

Correio, E. B. B., Soares, J. R., Guerra, J. A., & Ferreira, D. F. (2017). Assistência da Enfermagem na Intervenção ao Uso Abusivo de Substâncias Psicoativas. *Revista Enfermagem e Saúde Coletiva-REVESC*, 1(2), 2–14.

Costa, J. P., Jorge, M. S. B., de Lima Coutinho, M. P., Costa, E. C., & Holanda, Í. T. A. (2016). A reforma psiquiátrica e seus desdobramentos: representações sociais dos profissionais e usuários da atenção psicossocial. *Psicologia e Saber Social*, 5(1), 35–45. <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/view/15855>

Costa, R. R. de O., Bosco Filho, J., Medeiros, S. M. de, & Silva, M. B. M. da. (2015). As rodas de conversas como espaço de cuidado e promoção da saúde mental. *Revista de Atenção à Saúde (Antiga Rev. Bras. Ciên. Saúde)*, 13(43).

Esteves, L. M., & dos Santos, M. F. R. (2016). O treino de habilidades sociais como intervenção psicoterapêutica na esquizofrenia hebefrênica: uma revisão bibliográfica. *Revista Transformar*, 9, 203–213. <http://www.fsj.edu.br/transformar/index.php/transformar/article/view/85/81>

Ferezin, D. F. P., Castilho, R. M. M. de, & Aliberti, R. (2013). Projeto Jardinagem como terapia ocupacional na recuperação de pacientes do CERDIF. In *Congresso de Extensão Universitária* (p. 9697). Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Junges, J. R., Barbiani, R., Zoboli, P., & Campos, E. L. (2015). Planejamento Estratégico como exigência ética para a equipe e a gestão local da Atenção Básica em Saúde. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, 19(53). <https://www.scielo.org/article/icse/2015.v19n53/265-274/>

Lussi, I. A. de O., & Pereira, M. A. O. (2013). Concepções sobre trabalho elaboradas por usuários de saúde mental envolvidos em projetos de inserção laboral. *Revista de Terapia Ocupacional Da Universidade de São Paulo*, 208–215. <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/140712>

Maftum, M. A., da Silva, Â. G., de Oliveira Borba, L., Brusamarello, T., & Czarnobay, J. (2017). Mudanças ocorridas na prática profissional na área da saúde mental frente à reforma psiquiátrica brasileira na visão da equipe de enfermagem. Changes in professional practice in the mental health area against brazilian psychiatric reform in the vision of t. *Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online*, 9(2),309–314. http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/3626/pdf_1

Rameh-de-Albuquerque, R. C., Lira, W. L., Costa, A. M., & Nappo, S. A. (2017). Do descaso a um novo olhar: a construção da Política Nacional de Atenção Integral aos Usuários de Álcool e Outras Drogas como conquista da Reforma Psiquiátrica Brasileira. O caso de Recife (PE). *Psicologia Em Pesquisa*, 11(1), 1–2.

Ribeiro, B. V. D. (2012). Pode o Louco Falar? Subjetividade, Saúde Mental e Mídia. *Representações Sociais e Comunicação: Diálogos Em Construção*, 45–63.

Santos, M. P. G. dos. (2014). Comunidades terapêuticas no Brasil: contornos, funções e objetivos. http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6782/1/BAPI_n6_comunidades.pdf

Silva, C. R., Santos, C. N., Nogueira, J. N., & Malfitano, A. P. S. (2015). Mapeamento da atuação do terapeuta ocupacional nos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS ad) do interior do estado de São Paulo/Mapping of occupational therapy practice in the psychosocial Care Centers of Alcohol and Drugs In Sao Paulo sta. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 23(2). <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/941/613>



Agronomia em movimento: um relato de experiência

Agronomy in motion: an experience report

Rodrigo Ferraz Ramos
Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciência do Solo (PPGCS)
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
rodrigoferrazramos@gmail.com

Jorge Atilio Benati
Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Agronomia (PPGA)
Universidade Federal de Pelotas (UFPeL)
jorgeatiliobenati@hotmail.com

RESUMO

O presente relato explana sobre as experiências vivenciadas pelos membros da Coordenação Nacional (CN) da Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), durante a gestão de 2015/2016. Destacamos que o conjunto dos estudantes do movimento estudantil da agronomia conglobam diversas iniciativas de caráter acadêmico e popular, em defesa da agroecologia, democracia e de uma formação profissional de caráter emancipatório. Defendemos que as diferentes estratégias adotadas pelos estudantes representam uma pluralidade de ações que, no âmbito do movimento estudantil, traduzem-se em um locus profícuo para o exercício da cidadania e da defesa de uma formação profissional eminentemente emancipatória.

Palavras-chave: Agroecologia; Ciência Agrônômica; Formação Profissional.

ABSTRACT

The present report explores the experiences of members of the "Coordenação Nacional" (CN) of the "Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil" (FEAB) during the management of 2015/2016. We emphasize that all the students of the agronomy student movement encompass several initiatives of academic and popular character in defense of agroecology, democracy and a professional formation of emancipatory character. We argue that the different strategies adopted by the students represent a plurality of actions that at the heart of the student movement translates into a useful locus for the exercise of citizenship and the defense of eminently emancipatory professional formation.

Keywords: Agroecology, Agronomic Science; Professional qualification.

INTRODUÇÃO

O movimento estudantil destaca-se enquanto um espaço para o surgimento das expressões do protagonismo juvenil, apresentando-se como uma possibilidade de inserção e atuação política para uma parcela dos estudantes (MESQUITA, 2003). Em nível nacional, a Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) representa um importante segmento do movimento estudantil, sendo uma entidade organizada por estudantes de graduação em Agronomia que promovem encontros entre estudantes em nível regional e nacional, com o intuito de articulá-los e de abordar reflexões que permeiam a formação profissional de Agronomia (RAMOS et al., 2017a).

Entre os principais temas que se encontram no âmago dos debates do movimento estudantil da Agronomia destaca-se a discussão acerca da formação profissional e da agroecologia. Para além dos espaços acadêmicos, o movimento estudantil estabelece relações de reciprocidade com movimentos sociais do campo e da cidade. Ainda, devido à sua dinâmica e coesão, a militância estudantil consagra-se enquanto uma organização com cunho educativo, onde o movimento estudantil manifesta-se enquanto um espaço formativo que contribui na formação profissional, além do exercício da democracia e cidadania.

No presente manuscrito objetivamos conduzir um breve relato acerca das experiências vivenciadas durante o período de gestão da coordenação nacional da Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) ocorrida durante o período que abrange o segundo semestre do ano de 2015 e o primeiro semestre do ano de 2016.

O CAMINHO PERCORRIDO

Anualmente, durante o Congresso Nacional dos Estudantes de Agronomia (CONEA) realiza-se a eleição para a Coordenação Nacional (CN) da FEAB e definem-se as “deliberações” para a próxima gestão. A CN é composta por um conjunto de estudantes integrantes de uma mesma universidade e a eleição ocorre através de votos de delegados. Os delegados são estudantes eleitos pelos Diretórios Acadêmicos (DA's) e Centros Acadêmicos (CA's) do curso de Agronomia nas diferentes Universidades do Brasil.

As deliberações são um conjunto de propostas que representam uma linha estratégica para a articulação da federação em nível nacional. Assim, a CN durante a sua gestão possui o compromisso de articular nacionalmente as deliberações propostas durante o CONEA. Entre as principais deliberações do 58° CONEA, realizado em julho de 2015, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), destaca-se a obrigatoriedade, por parte da CN, de organizarem espaços de debate acerca das “campanhas” abordadas pelo conjunto da federação.

As campanhas correspondem aos temas que os estudantes de Agronomia consideram prioridade a serem debatidos em nível nacional pela federação. Através destas, elabora-se um plano estratégico com métodos e metas a serem cumpridas pela federação, tendo como protagonista de suas diretrizes à Coordenação Nacional. As campanhas que foram consideradas prioritárias denominavam-se: a) "Pra que(m) serve teu conhecimento?"; b) "Campanha permanente contra os agrotóxicos e pela vida" e, c) "Sem prática não dá, extensão universitária nos currículos já".

Durante o 58º CONEA, estudantes do curso de Agronomia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) campus Cerro Largo – RS, foram eleitos para compor CN da federação. Ao total, oito (08) alunos da respectiva instituição assumiram a CN durante o período de Agosto de 2015 até Julho de 2016. Após a realização do congresso, a coordenação nacional realizou o planejamento das atividades a serem executadas durante a gestão. Posteriormente, os integrantes da CN responsabilizaram-se por executar tarefas, estar presente e dialogar com os estudantes, movimentos sociais e entidades de pesquisa, ensino e extensão, cada qual em diferentes regiões do Brasil. O deslocamento dos membros da CN para as diferentes universidades e o período em que permaneceram realizando as atividades, denominou-se de "passadas".

Diante do exposto, o presente manuscrito relatou as experiências vivenciadas pelos acadêmicos da CN da FEAB durante a gestão do ano de 2015/16, além de realizar uma análise sobre os principais temas abordados pela federação.

UMA ANÁLISE DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

Durante a gestão, os membros da CN estiveram presentes em diferentes universidades no território nacional que possuíam o curso de Agronomia. Observou-se a existência de três situações distintas em relação ao movimento estudantil. A primeira situação, era das universidades que possuíam núcleos do movimento estudantil de Agronomia em plena atividade, ou seja, havia a existência de grupos de estudantes que se identificavam enquanto militantes da federação, e assim, atuavam na organização de eventos e espaços de diálogo com os Diretórios Acadêmicos (DA's), Grupos de Agroecologia (GA's) e outras organizações estudantis. Nessas Universidades, a CN realizou o repasse das atividades realizadas pela gestão e reforçou a discussão acerca das campanhas deliberadas durante o congresso nacional.

Em outra situação, encontravam-se aquelas universidades que não apresentavam núcleos do movimento estudantil. Nestas, a CN realizou espaços de discussão com todos os acadêmicos do curso de Agronomia que se dispuseram a participar, apresentando um histórico acerca da formação profissional de

Agronomia, bem como, apresentando a inserção da FEAB nesse debate, objetivando demonstrar a importância da federação no debate acerca da formação profissional e das questões inerentes a agricultura. Essa prática é comumente adotada pela FEAB para a aproximação dos acadêmicos à dinâmica do movimento estudantil nacional, sendo observado na literatura, relatos de experiência que destacam o papel da FEAB na estruturação de núcleos do movimento estudantil atuantes em diferentes universidades (TREVISAN et al., 2013; RAMOS et al., 2017b)

Ainda, havia as universidades com núcleo do movimento estudantil desativado, ou seja, havia um conjunto de estudantes que participavam anteriormente da militância da FEAB, contudo, por motivos diversos, haviam desativado a participação local. Para essa situação, a CN objetivou a reaproximação dos acadêmicos a dinâmica do movimento estudantil, incentivando a organização de espaços para debates relacionados à formação profissional, bem como à participação em eventos regionais e nacionais promovidos pelo movimento estudantil.

Entre as campanhas em nível nacional, destacamos a campanha denominada "Para que(m) serve o teu conhecimento?", a qual versava sobre a formação e atuação dos profissionais da ciência agrônoma, bem como, questionava sobre o papel social das universidades e da educação. Essa campanha foi o tema central das discussões de diversos espaços de debate durante os encontros dos estudantes de Agronomia, como ocorrido na Universidade de Brasília (UnB) (FEAB, 2016b). Além dos estudantes do movimento estudantil de agronomia, a campanha também foi dirigida pela Associação Brasileira de Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF), com o intuito principal de aprofundar a discussão sobre a formação profissional do Engenheiro Florestal, em especial no âmbito da extensão universitária (ABEEF, 2016). Ainda, a Executiva Nacional dos Estudantes Serviço Social (ENESSO) abordou uma campanha semelhante, denominada de "A quem serve o seu conhecimento", cujo objetivo era suscitar a discussão acerca do papel social da universidade, bem como, o debate sobre a extensão universitária na formação profissional de Assistência Social (ENESSO, 2015).

A "campanha permanente contra os agrotóxicos e pela vida" objetivava denunciar os efeitos dos agrotóxicos e do agronegócio para a população e anunciar alternativas de modelo de organização de alimentos saudáveis baseados na Agroecologia (TYGEL et al., 2014). Para abordar o assunto com os estudantes, a CN organizou cinedebates, que são espaços onde discute-se o conteúdo cinematográfico de documentários. Em relação a temática dos agrotóxicos, os documentários "O veneno está na mesa" e "O veneno está na mesa 2" de Sílvio Tendler eram comumente debatidos (RAMOS et al., 2018). Observou-se que essa temática despertava grande interesse por parte dos estudantes. Essa campanha também é defendida pelos movimentos sociais do campo e da cidade no Brasil, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Via Campesina.

Ainda, a campanha "sem a prática não dá, extensão universitária curricu-

lar, já" objetivava discutir o papel da extensão universitária na formação profissional de Agronomia, defendendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão no ensino superior. Comumente a FEAB aborda esse tema em seus espaços de discussão, pois acredita que a extensão, inserida na dinâmica social, possibilita ao futuro profissional o exercício político da relação teoria-prática-vivência, favorecendo o conhecimento do outro e de si mesmo, além da formação de valores e atitudes de solidariedade (MARTINS, 2008).

Para além das passadas nas universidades, a CN participou ativamente em diversos eventos em nível regional e nacional que abordassem temas relacionados a agroecologia, extensão e formação profissional. Assim, membros da CN estiveram presentes no IX Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) na cidade de Belém/PA no ano de 2015. Nesse evento, a FEAB estava inserida na programação, realizando um espaço de discussão sobre "Juventudes e Agroecologia – desafios ao protagonismo juvenil", tendo a presença de lideranças da Rede de Grupos de Agroecologia (REGA) e da Pastoral da Juventude Rural (PJR) (FEAB, 2015a). Nesse espaço, a discussão centrou-se na questão da permanência da juventude no meio rural. Na literatura, essa questão é analisada pela perspectiva das dificuldades enfrentadas pelos jovens no campo, como o acesso à escola, trabalho e as dificuldades de ordem econômica enfrentadas pelos produtores familiares, bem como pela atração do jovem pelo estilo de vida urbano (CASTRO, 2009). Nesse sentido, a FEAB defendeu que a Agroecologia seria um caminho para a promoção de um desenvolvimento rural sustentável, pois fornece alternativas para a juventude do campo obter renda devido à valorização dos produtos oriundos dos sistemas de produção de base ecológica.

Durante o IX CBA, realizou-se uma plenária com os estudantes de Agronomia que estavam participando do evento (FEAB, 2015b). O objetivo era reunir os estudantes do curso de Agronomia que estavam participando do congresso e apresentar a federação. O espaço tornou-se um momento chave durante a gestão, pelo fato de que diversos estudantes eram de universidades onde a FEAB ainda não haviam núcleos de organização do movimento estudantil, sendo o primeiro momento de aproximação e integração de diversos estudantes à dinâmica do movimento estudantil nacional.

No período de gestão da federação, a CN auxiliou também nos debates e estruturação das temáticas de alguns eventos organizados pela FEAB em nível regional, como II Encontro Regional de Agroecologia (ERA) Amazônico, realizado em Balsas/MA em abril de 2016 (FEAB, 2016c). No evento, discutiu-se sobre o papel da Agroecologia para a Agricultura Camponesa, destacando-se a importância da agricultura familiar na produção de alimentos. Os eventos organizados pela FEAB possuem, em sua programação, um dia reservado para intervenções públicas, ao qual, objetivam realizar um diálogo com a sociedade local sobre temas debatidos durante os encontros (RAMOS et al., 2017a). Nesse sentido, realizou-se, concomitantemente ao evento, uma feira de exposição e comercialização de produtos alimentares e artesanais oriundos da agricultura familiar, com o propósito de aproximar os estudantes da realidade dos agricultores camponeses.

Além do ERA Amazônico, ocorreu o XVIII Encontro Regional dos Estudantes de Agronomia Sul (EREA) na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) em Lages/SC no mês de abril de 2016, cuja temática central era a "Ciência e a Tecnologia na Agronomia". Durante o evento, ocorreu diversas discussões relacionados a formação profissional, soberania alimentar e segurança nutricional, agroecologia e extensão (FEAB, 2016d). Destaca-se que a agroecologia se encontra no centro das discussões acerca da formação profissional durante os encontros regionais de estudantes de Agronomia, como ocorrido anteriormente durante o XVI EREA-Sul ocorrido na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) em Cerro Largo/RS, onde a extensão universitária e agroecologia na formação profissional de agronomia foram os temas centrais do evento (RAMOS et al., 2017b).

Ocorreu a participação da FEAB durante o I Congresso Nacional do Movimento de Pequenos Agricultores, realizado em São Bernardo do campo/SP, cuja temática era "Plano camponês, aliança camponesa e operária, por soberania alimentar" (FEAB, 2015c). Observa-se que, para além de espaços estritamente acadêmico, o movimento estudantil se insere na dinâmica dos movimentos sociais do campo, representando assim, uma conexão entre a vida universitária e as discussões inerentes a sociedade em geral.

Em relação à conjuntura nacional, a FEAB demonstrou-se atenta aos debates de cunho político e econômico, suscitando discussões em seus espaços deliberativos e manifestando-se publicamente em relação a alguns temas que se inseriram no âmago dos conflitos de interesse e correlações de força na sociedade. Destaca-se, por exemplo, a expressiva contestação da FEAB durante o processo de impeachment da Ex-Presidente da República Dilma Rousseff, na qual, a FEAB manifestou-se contrariamente, argumentando que o processo de impeachment representava uma tentativa de execução de "golpe de Estado" e assim, um "golpe" a democracia nacional (FEAB, 2016a).

Independente da pluralidade de interpretações suscitadas quanto ao processo de impeachment, destaca-se o fato de que a entidade representa um locus profícuo para o exercício da cidadania e da defesa da democracia. Ainda, esse fenômeno de manifestação acerca do debate da política nacional e demais temas inerentes à sociedade é uma característica intrínseca ao movimento estudantil, deveras o fato que, numa sociedade democrática, o movimento estudantil organiza-se em torno da discussão geral e execução de tarefas inerentes ao porvir dessa sociedade, onde esse porvir ganha formulação num conjunto de desejos, antecipações, "utopias" (AMARAL, 2005). E a "utopia" do movimento estudantil é a busca pelo exercício da cidadania e o reconhecimento do movimento estudantil enquanto um locus para o exercício e a defesa de uma sociedade democrática.

A atividades da gestão encerrou-se durante o 59º CONEA, que ocorreu na Universidade Federal do Ceará (UFC) em Fortaleza/CE em julho de 2016. A temática do evento era "A história são os povos que a fazem: América Latina, Universidade e Formação Profissional na construção de uma nova agronomia". O evento fez alusão a uma formação profissional de Agronomia de caráter

emancipatório, na qual o profissional da ciência agrônoma consiga inserir-se amplamente no âmago das correlações de forças da sociedade em prol da defesa de uma agricultura plenamente sustentável.

Finalmente, destacamos o principal resultado observado durante a gestão: a solidariedade. Durante a gestão, os recursos da federação eram escassos, mas durante as passadas nas universidades sempre ocorreu o acolhimento por parte dos estudantes de agronomia e de professores que dispuseram para a CN alojamento, alimentação, bem como, auxílio no transporte de deslocamento dos membros para outras instituições. Essa ideia do apelo à solidariedade está intimamente relacionada à questão do reconhecimento e da identidade coletiva de seus participantes, sendo esta, portanto, a capacidade dos atores em se reconhecerem e serem reconhecidos como parte da mesma unidade social (MESQUITA, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento estudantil nacional de agronomia congrega diversas iniciativas acadêmicas e populares em defesa da agroecologia, democracia e de uma formação profissional emancipatória, sendo que, a militância da federação amplia a sua atuação para além dos debates estritamente acadêmicos, conglorando assim, iniciativas populares que se encontram no âmbito das reivindicações dos movimentos sociais do campo e da sociedade. Ainda, a pluralidade de iniciativas e ações suscitadas pelo movimento estudantil nacional de Agronomia, contribui concomitantemente para a formação de profissionais sensíveis a realidade do campo brasileiro e, contribuindo assim, para o desenvolvimento de uma agricultura sustentável.

REFERÊNCIAS

ABEEF, Associação Brasileira de Estudantes de Engenharia Florestal. Seminário de Planejamento da Gestão 2015/2016. Informativo CN ABEEF 2015/2016, v. 1, ed. 3, 2016. 6 p.

AMARAL, R. O movimento estudantil brasileiro e a crise de utopias. Alceu, v. 6, n. 11, p. 195-205, 2005. Disponível em <http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/Alceu_n11_Amaral.pdf>. Acesso em Fevereiro de 2019.

CASTRO, E. G. Juventude Rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, v. 7, n. 1, p. 179-208, 2009. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/35215546.pdf>>

ENESSO, Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social. A quem serve o teu conhecimento?. 2015. Disponível em: <<https://enessooficial.files.wordpress.com/2015/08/a-quem-serve-teu-conhecimento-enesso-2015.pdf>>. Acesso em Fevereiro de 2019.

FEAB, Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil. (29 de setembro de 2015). Começou o XI Congresso Brasileiro de Agroecologia. 2015a. Disponível em <<https://feab.wordpress.com/2015/09/29/comecou-o-ix-congresso-brasileiro-de-agroecologia/>>. Acesso em Fevereiro de 2019.

FEAB, Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil. (30 de setembro de 2015). Plenária de estudantes de Agronomia é realizada no XI CBA. 2015b. Disponível em <<https://feab.wordpress.com/2015/09/30/plenaria-de-estudantes-de-agronomia-e-realizada-no-ix-cba/>>. Acesso em Fevereiro de 2019.

FEAB, Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil. (19 de outubro de 2015). FEAB participa do primeiro Congresso Nacional do Movimento de Pequenos Agricultores. 2015c. Disponível em <<https://feab.wordpress.com/2015/10/19/feab-participa-do-i-congresso-nacional-do-movimento-de-pequenos-agricultores/>>. Acesso em Fevereiro de 2019.

FEAB, Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil. (19 de abril de 2016). Nota da FEAB pela democracia e contra o golpe. 2016a. Disponível em <<https://feab.wordpress.com/2016/04/19/nota-da-feab-pela-democracia/>>. Acesso em Fevereiro de 2019.

FEAB, Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil. (5 de maio de 2016). Coordenação Nacional faz passada na Universidade de Brasília. 2016b. Disponível em <<https://feab.wordpress.com/2016/05/05/coordenacao-nacional-faz>>

-passada-na-universidade-de-brasilia/>. Acesso em Fevereiro de 2019.

FEAB, Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil. (02 de maio de 2016). II ERA Amazônico é realizado em Balsas/MA. 2016c. Disponível em <<https://feab.wordpress.com/2016/05/02/ii-era-amazonico-e-realizado-em-balsasma/>>.

FEAB, Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil. Lages sedia o XVIII EREA Sul. Informativo Especial CONEA, 3 ed. 2016. 6 p.

MARTINS, E. F. Extensão como componente curricular: oportunidade de formação integral e de solidariedade. *Ciência e Cognição*, v. 13, n. 2, p. 201-209, 2008. Disponível em: <<http://www.cienciasecognicao.org/revista/index.php/cec/article/view/232/131>>. Acesso: fev. 2019.

MESQUITA, M. R. Cultura e política: a experiência dos coletivos de cultura no movimento estudantil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 81, p. 179-207, 2008.

MESQUITA, M. R. Movimento estudantil brasileiro: práticas militantes na ótica dos novos movimentos sociais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 66, p. 117-149, 2003.

RAMOS, R. F.; ANDRIOLI, A. I.; BETEMPS, D. L. Agrotóxicos e transgênicos: uma crítica popular. *Revista Extensão em Foco*, n. 17, p. 40-53, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/ef.v0i17.58250>

RAMOS, R. F.; MACHADO, J. T. M.; TONIN, J.; SOBUCKI, L.; BETEMPS, D. L. Agroecologia e extensão: o movimento estudantil em defesa de uma nova agronomia. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, v. 8, n. 3, p. 135-142, 2017a. DOI: <https://doi.org/10.24317/2358-0399.2017v8i3.4779>

RAMOS, R. F.; SOBUCKI, L.; TONIN, J.; MACHADO, J. T. M.; ROHRIG, B.; BETEMPS, D. L.; SCHNEIDER, E. P. Experiências didático-pedagógicas em agroecologia na Região Noroeste do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, v. 8, n. 1, p. 15-22, 2017b. DOI: <https://doi.org/10.24317/2358-0399.2017v8i1.4762>

TREVISAN, R.; HAIDUK, F.; LAZZARETTI, M.; BETTO, J.; BERTIN, R. A experiência prática do Grupo de Agroecologia e Extensão Kaiowá. *Cadernos de Agroecologia*, v. 8, n. 2., p. 1-5, 2013.

TYGEL, A. F.; FOLGADO, C.; CASTRO, F. P.; CASTILLERO, I. T. A.; MELGAREJO, L.; WINNIE, L. W. Y.; SILVA, M. T.; SOUZA, N. A.; SILVA, N. R.; AGUIAR JÚNIOR, P. C.; DORNELES, R. Campanha permanente contra os agrotóxicos e pela vida: construção da resistência brasileira ao avanço do capital no campo. *Agriculturas*, v. 11, n. 4, p. 38-42, 2014.



Ações de educação continuada com agentes comunitários de saúde do município de Pinheiro sobre diabetes mellitus e hipertensão arterial: relato de experiência

Education acts with community health agents from the city of Pinheiro about diabetes mellitus and arterial hypertension: experience report

Ariane Cristina Ferreira Bernardes Neves
Enfermeira. Doutora em Saúde Coletiva. Docente da Universidade Federal do Maranhão
ariane.bernardes@ufma.br

Rafael Lima Soares
Acadêmico de Medicina da Universidade Federal do Maranhão
soares.ufma@gmail.com

Eriko Bruno Costa Barros
Acadêmico de Medicina da Universidade Federal do Maranhão
eriko.barros@gmail.com

Anne Karine Martins Assunção
Bióloga. Mestre em Ciências da Saúde. Docente da Universidade Federal do Maranhão
karine.assinka@gmail.com

Andrea Suzana Vieira Costa.
Enfermeira. Mestre em Saúde Materno-Infantil. Docente da Universidade Federal do Maranhão
asvcosta@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo visa descrever duas ações voltadas à educação permanente de agentes comunitários de saúde, do município de Pinheiro - MA sobre diabetes mellitus e hipertensão arterial sistêmica. A metodologia que orientou a ação foi o Arco de Maguerez e a execução, palestra. O primeiro momento tratou sobre hipertensão e o segundo contemplando os mesmos tópicos no contexto do diabetes. As capacitações eram precedidas de aplicação de questionário, que era reaplicado ao fim da atividade formativa, para constatar a consolidação de conhecimento. Evidenciou-se desconhecimento sobre aferição da pressão arterial e dos fatores de não adesão ao tratamento, assim como sobre complicações microvasculares e diabetes gestacional. Verificou-se necessidade de uma política de capacitação dos ACS que abranja a prevenção secundária. Foi percebido pelo grupo que o uso de palestras se mostrou pouco eficaz na transmissão de conhecimentos, sendo necessária a busca de metodologias ativas para se trabalhar com os agentes de saúde.

Palavras-chave: Educação em saúde. Agentes Comunitários de Saúde. Diabetes Mellitus. Hipertensão.

ABSTRACT

This article aims to describe two actions aimed at the permanent education of community health agents (ACS), from the city of Pinheiro-MA on diabetes mellitus (DM) and systemic arterial hypertension (SAH). The methodology that guided the action was the Arch of Maguerez and the execution, lecture. The first moment was about the SAH and the second contemplated the same themes in the context of the DM. The training was preceded by the application of a questionnaire that was reapplied to the end of the training activity, in order to verify the consolidation of knowledge. Knowledge about blood pressure measurement and factors of non-adherence to treatment, as well as on microvascular complications and gestational diabetes, were evidenced. There was a need for a training policy for CHWs covering secondary prevention. It was noticed by the group that the use of lectures was not very effective in transmitting knowledge and practices, and it was necessary to search for active methodologies to work with health agents.

Keywords: Health Education. Community Health Workers. Diabetes Mellitus. Hypertension.

INTRODUÇÃO

Paulo Freire, Patrono da Educação Brasileira, já caracterizava a educação como prática social que se manifesta em meio a expectativas, desejos, frustrações e que implica na utilização de processos e técnicas voltados para a aprendizagem, esta sempre diretiva, pois possui caráter político, mesmo que tacitamente (FREIRE, 2007). Em nosso país, repleto de mazelas e discrepâncias de condições de vida entre as classes sociais, a proposta de um Sistema Único de Saúde (SUS) universal, equânime, com atenção resolutiva e integral e controle social elege a educação como constituinte indispensável, seja na formação dos profissionais de saúde ou no cuidado aos usuários. Denomina-se esse processo de educação em saúde (VASCONCELOS; GRILO; SOARES, 2009)

A educação em saúde é construída através do diálogo entre profissionais e usuários que permite a construção de conhecimentos e aumenta a autonomia das pessoas no seu cuidado. É também ferramenta que possibilita o debate entre comunidade, gestores e trabalhadores, a fim de potencializar o exercício do controle social sobre as políticas e os serviços de saúde, alcançando-se assim uma atenção de saúde de acordo com as necessidades da população, incentivando a gestão social da saúde (BRASIL, 2009).

O fortalecimento do controle social, no âmbito local, é fundamental para a consolidação da Estratégia de Saúde da Família (ESF). O território social de abrangência das equipes de saúde da família constitui o cenário em que os usuários do SUS podem ter primeiro contato com uma assistência longitudinal e integral. Por essa razão, a ESF é contexto privilegiado para a prática educativa, que se frutifica em promoção da saúde e prevenção de doenças (MENDES, 2012).

Dentre os profissionais das equipes de ESF destaca-se aqui o papel dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS). Dentre a ampla extensão de serviços de saúde desenvolvidos nas comunidades por esse profissional, ressalta-se sua responsabilidade em ações de prevenção de agravos e promoção da saúde, pautados principalmente por ações de educação em saúde e pelo vínculo de confiança desenvolvido pela convivência ao longo dos anos entre o ACS e a população assistida, através do acompanhamento contínuo em visitas domiciliares individuais ou coletivas. A atuação desse profissional também é caracterizada pela mobilização comunitária para melhorias no meio ambiente, com participação em ações de mapeamento da área de abrangência dos serviços de saúde (microárea) e saneamento básico, informando os moradores acerca dos serviços de saúde disponíveis e do modo de utilizá-los. (COSTA SM et al., 2013).

Ações educativas que permitam a aquisição de conhecimentos por meio de métodos formais, vivências, experiências e participação dentro ou fora do âmbito institucional estimulam esse profissional a iniciar um processo de reflexão/ação de sua prática, possibilitando-lhe uma postura mais autônoma, aumentando sua bagagem metodológica e sua possibilidade de escolher ade-

quadamente a didática oportuna para cada assistência. Apesar das limitações existentes na execução do trabalho realizado por este profissional de saúde, a educação contínua constitui-se como ferramenta importante no seu aprimoramento. Na medida em que se observa a constante preocupação e necessidade de estar bem atualizado no contexto da Atenção Básica na área da saúde, o profissional precisa estar preparado para melhor atender a população (GUERRA; MELO JR; FROTA, 2018).

METODOLOGIA

Visa descrever ações de projeto de extensão, voltadas à educação permanente de agentes de saúde sobre diabetes mellitus e hipertensão arterial sistêmica. A ação foi orientada por duas professoras, de formação pautada em Saúde Pública, e contou com dois alunos da graduação em medicina que desenvolveram as atividades no Prédio da Saúde, Campus de Pinheiro. Contou com a presença de agentes de saúde que desenvolvem suas atividades no município e foi realizada em dois momentos distintos. A metodologia que orientou a escolha dos temas, das ações e o planejamento das atividades a serem realizadas é o Arco de Charles Maguerez e a que orientou a execução das ações de educação continuada foi palestra.

O projeto Ações Interdisciplinares de Educação em Saúde em uma Comunidade Próxima a UFMA de Pinheiro desenvolve suas atividades na zona urbana de Pinheiro, em praças, escolas, associações de moradores, unidades básicas de saúde, salas de espera em centro de especialidades médicas, desde 2016 e conta com seis graduandos, quatro de medicina e dois de enfermagem. Quatro docentes vinculadas a Universidade Federal do Maranhão orientam o referido projeto.

O Arco de Maguerez é descrito na literatura como metodologia ativa voltada para a problematização de uma realidade, ou recorte de realidade, que se orienta no sentido de levar a equipe a exercitar a cadeia dialética de ação-reflexão-ação, tendo como ponto de partida e de chegada do processo o próprio contexto inicialmente analisado. Tal metodologia foi escolhida principalmente por voltar-se para o desenvolvimento do exercício crítico que torna o indivíduo consciente de seu mundo, atuando intencionalmente para transformá-lo, mobilizando o potencial social, político e ético daqueles que se dedicam ao estudo científico (BERBEL, 1998).

Esta metodologia se dá por meio de cinco etapas: Observação da Realidade; Pontos-Chave; Teorização; Hipóteses de Solução e Aplicação à Realidade (prática).

Na primeira etapa, a equipe do projeto marcou encontro com a equipe da Unidade Básica de Saúde (UBS) João Castelo para que um levantamento das demandas e necessidades em saúde da comunidade que vive nas áreas adstri-tas pudesse ser realizado. Neste encontro, realizado no dia 13 de novembro de

2018, se fizeram presentes oito agentes e uma enfermeira, responsáveis pelo gerenciamento da unidade. Dentre os temas apontados pela equipe presente, aquele mais enfatizado foi relacionado à má adesão ao tratamento e ao desconhecimento de possíveis complicações do Diabetes Mellitus e Hipertensão Arterial Sistêmica.

O Diabetes Mellitus (DM) e a Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) são doenças frequentes, de prevalência crescente no Maranhão, no Brasil e no mundo. Hoje se configuram como importantes causas de morbimortalidade e incapacidades, atingindo as pessoas em plena vida produtiva, sendo responsável por um alto custo para o sistema de saúde, bem como para a sociedade, famílias e indivíduos. Em virtude disso, a prevenção do DM e da HAS e de suas complicações devem ser consideradas prioridades em saúde pública (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016).

A esse respeito, sabe-se que a prevalência referida de hipertensão na população brasileira na faixa etária de 15 anos ou mais é de 18%, e de diabetes, de 3,6%. No município de desenvolvimento do projeto, a prevalência estimada de HAS em indivíduos nessa faixa etária é de 13,1%, o que representa 10.790 doentes em Pinheiro (MA). Quanto ao diabetes, a estimativa para a mesma população é de 3,3%, que equivale a 2.718 diabéticos em Pinheiro (MA) (IBGE, 2017).

Na elaboração dos pontos-chave que correspondem à segunda fase do Arco de Maguerez, a equipe do projeto se reuniu nas dependências da Universidade Federal do Maranhão para refletir criticamente a respeito dos prováveis fatores que estabeleceriam relação causal com a existência do panorama descrito pelos agentes de saúde. Com as informações que dispunham, a equipe do projeto pôde perceber que os problemas de saúde não podem ser considerados à parte de sua ordem social (educação, cultura, relações sociais etc.) e por essa razão são complexos e geralmente multideterminados. Tal complexidade sugeriu um estudo mais atento, mais criterioso, mais crítico e mais abrangente do problema, em busca de formas de interferir na realidade para solucioná-lo ou empreender passos nessa direção.

Com as pesquisas que orientaram a quarta etapa do Arco de Maguerez, chegou-se à conclusão que o objetivo das intervenções junto aos pacientes com DM e HAS deve ser orientado à obtenção das metas de controle satisfatório dos valores glicêmicos e pressóricos ao longo da vida. No entanto, isso representa um grande desafio: por tratar-se de condições crônicas, que exigem modificação do estilo de vida (MEV) que por sua vez está intrinsecamente ligada à vida de familiares e amigos, esse controle acaba excedendo os limites do que se imagina ser uma escolha individual. Dessa forma, e considerando que a maioria dos cuidados diários necessários ao tratamento dessas doenças crônicas são realizados pelo paciente ou familiar, a educação assume importância fundamental na terapêutica e na integração destes pacientes na sociedade, como reconhece a Organização Mundial da Saúde (OMS) (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011).

Considerando a necessidade de adesão ao tratamento e de educação do paciente com DM e/ou HAS, o seu atendimento deve ser realizado por equipe

multidisciplinar, que necessita estar capacitada e atualizada ao prestar assistência (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006a; 2006b).

A ESF possui agentes que prestam serviço desde o início da implantação do Programa Saúde da Família (PSF) no município de Pinheiro, há cerca de 30 anos. Na admissão, os ACS recebem o curso de formação, contudo, no decorrer do exercício da profissão, poucas capacitações são oferecidas para oportunizar a educação continuada. Embora a formação técnica do ACS preveja etapas formativas de capacitação, tanto para a aquisição de competências técnicas, quanto para a elevação de sua escolaridade, essa formação técnica não tem se efetivado na maior parte dos contextos de aplicação do programa, em função principalmente da oposição dos gestores do SUS (BRASIL, 2004; MOROSINI, 2010). No encontro, realizado na primeira etapa da ação, muitos ACS dividiram suas insatisfações em relação à frequência dos treinamentos realizados e suas inseguranças em orientar a comunidade ao rastreamento e autocuidado, esclarecendo dúvidas e crenças advindas do senso comum.

Dessa forma, a hipótese de solução escolhida para a transformação da realidade encontrada foi o planejamento de ações em educação continuada direcionada aos agentes comunitários de saúde. A educação continuada pode ser definida como o conjunto de atividades educativas que objetivam melhorar e atualizar a prática laboral do indivíduo, oportunizando o desenvolvimento do trabalhador, assim como sua participação eficaz no cotidiano do lugar onde ele desempenha sua função (CUNHA & MAURO, 2010).

A ação prática idealizada, correspondendo à última etapa do Arco de Maguerez, se traduziu em dois momentos planejados de forma a propiciar aprimoramento profissional e da assistência prestada pelos ACS: o primeiro momento versando sobre atualizações no rastreamento, complicações e prevenção da HAS e o segundo contemplando os mesmos temas no contexto da DM. As capacitações eram precedidas de aplicação de questionário que era reaplicado ao fim da atividade formativa, a fim de constatar de forma objetiva a construção e consolidação de conhecimento acerca do tema trabalhado. Os treinamentos foram ministrados por alunos da graduação que integram o projeto, nas dependências da UFMA, nos dias 04 e 18 de Dezembro de 2018, e teve como base a interdisciplinaridade e a interação com o público de agentes comunitários, propiciando aquisição e intercâmbio de conhecimentos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Oficina 1: Educação continuada sobre Hipertensão Arterial voltada aos ACS

O primeiro encontro, que contou com a participação de 30 profissionais em sala do Prédio da Saúde no campus Pinheiro da Universidade Federal do

Maranhão, objetivou antes de tudo sensibilizar os ACS quanto aos seus papéis de educadores na comunidade, resgatando suas autoestimas como profissionais e proporcionando reflexão sobre suas importâncias no contexto da promoção da saúde. Antes do início do treinamento, a equipe, o projeto e a proposta da ação foram apresentados de forma clara ao público.

A ação teve início com aplicação de um questionário a fim de avaliar o nível de conhecimento prévio sobre aspectos clínicos de prevenção e controle da HAS. O questionário tinha algumas questões básicas sobre hipertensão que seriam abordadas na oficina – ressalta-se que a aplicação desse teste funcionou também como um instrumento para despertar o interesse pela elucidação das dúvidas que emergiram das questões propostas.

A metodologia escolhida foi palestra, mediada por dois alunos da graduação em Medicina, na qual foram tratados aspectos como conceituação da patologia, fatores de risco da HA, aferição da pressão arterial, prevenção e busca ativa dos hipertensos, além de estratégias para adesão ao tratamento. Após foi aplicado novamente o questionário, com as mesmas questões, a fim de se mensurar a efetividade da ação.

Os questionários demonstraram os seguintes resultados:

Quadro 1 – Comparação das taxas de acerto entre o pré-teste e pós-teste sobre Hipertensão.

Questão	Taxa de acertos: pré-teste	Taxa de acertos: pós-teste
Conceito	65,2%	90%
Técnica de aferição da pressão arterial	34,7%	74%
Fatores de risco	65,2%	90%
Prevenção da HAS	100%	100%
Tratamento	56,5%	82,6%
Fatores de não adesão ao tratamento	34%	78%

Fonte: acervo do autor.

Observou-se que os ACS demonstram bastante conhecimento prévio sobre os fatores de risco (65,2%) e sobre medidas de prevenção (100%), essenciais ao seu trabalho de prevenção primária, todavia o desconhecimento da técnica de aferição da pressão arterial e sobre os fatores de não adesão ao tratamento, ambos evidenciados nas taxas de acerto no pré-teste - 34,7% e 34%, respectivamente- evidencia a necessidade de novas oficinas acerca destes conceitos, visto que, focalizando nesses aspectos, pode-se maximizar a qualidade da atenção dada aos hipertensos das áreas adstritas desses trabalhadores.

Com relação à aferição da Pressão Arterial (PA), os profissionais mais

próximos da realidade dos pacientes – técnico de enfermagem e agente de saúde– cumprem papel importante na diferenciação entre a hipertensão factual e o efeito do “jaleco branco”: “Sempre que possível, a medida da PA deverá ser realizada fora do consultório médico para esclarecer o diagnóstico e afastar a possibilidade do efeito do avental branco no processo de verificação” (SOCIEDADE BRASILEIRA DE HIPERTENSÃO; SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA; SOCIEDADE BRASILEIRA DE NEFROLOGIA, 2010).

Cumpram ressaltar o papel primordial dos ACS na adesão ao tratamento, visto que atualmente uma das principais estratégias para prevenção e/ou controle de fatores de risco e incentivo à adesão ao tratamento da HAS é a educação em saúde, que favorece a “desalienação, a transformação e a emancipação” dos indivíduos envolvidos e permite ao portador de hipertensão reflexão e a percepção da saúde como um direito social (DIAS; SOUSA; MISHIMA, 2016)

A necessidade de ampliar os conhecimentos destes profissionais é corroborada por Roecker (2017) que diz “O ACS tem acesso em praticamente todos os domicílios e, estando capacitado, pode participar ativamente ajudando na identificação de pacientes com maior risco para a doença, além de viabilizar o acesso para a avaliação médica ou de enfermagem quando indicado”.

Oficina 2: Educação continuada sobre Diabetes Mellitus voltada aos ACS

Tratou-se de novo treinamento desenvolvido nas dependências do campus, contando com a presença de 38 Agentes Comunitários de Saúde atuantes em Pinheiro. A capacitação, novamente, foi mediada por dois alunos de Medicina e versou sobre temas como etiologia, fatores de risco, prevenção do DM, diabetes gestacional, complicações microvasculares e cuidados com o pé diabético.

A atividade teve início com a aplicação de um pré-teste, com algumas questões referentes aos temas relacionados ao diabetes. Após a coleta dos pré-testes respondidos foi iniciada palestra, de linguagem simples utilizando a dinâmica dos ‘mitos e verdades’ relacionados à doença. Novamente foi aplicado questionário a fim de se medir o nível de assimilação das informações após a palestra e a efetividade da ação.

Nessa oficina obtiveram-se os seguintes resultados com o questionário:

Quadro 2 – Comparação das taxas de acertos entre pré-teste e pós-teste sobre Diabetes Mellitus

Questão	Taxa de acertos: pré-teste	Taxa de acertos: pós-teste
Conceito	66%	84%
Fatores de risco	52%	78%
Prevenção do diabetes	67%	95%
Pé diabético	62%	96%
Complicações microvasculares	12%	67%
Diabetes Gestacional	16%	58%

Fonte: acervo do autor.

Nesse contexto, percebe-se elevado desconhecimento prévio sobre os temas complicações microvasculares (12%) e diabetes gestacional (16%). Tal circunstância pode ser fator limitador na identificação e orientação da comunidade por parte das equipes de saúde quanto ao surgimento desses agravos, especialmente quando se pensa que o ACS é o elo entre a população e a Atenção Básica em Saúde, responsável não só pela marcação de consultas e outros serviços disponíveis na UBS, como também apresenta forte participação no contexto da transmissão de conhecimentos e identificação precoce das demandas de saúde na comunidade apresentadas pelas famílias, relacionadas ao Diabetes.

Segundo Brasil (2013) "a detecção de retinopatia, nefropatia, neuropatia e pé diabético deve ser realizada em tempo oportuno, com definição de responsabilidades compartilhadas entre a Atenção Básica e os demais níveis de atenção, para acompanhamento e seguimento do caso" evidenciando a necessidade de se trabalhar o tema das complicações microvasculares, a fim de que os ACS possam não só realizar o trabalho de educação em saúde sobre a prevenção primária, como também na prevenção secundária e no encaminhamento à consulta médica.

No que diz respeito ao diabetes gestacional, é imprescindível a capacitação do profissional da atenção básica, visto que a linha de cuidado adotada é diferente daquela proposta à mulher com diabetes diagnosticado durante a gravidez. Dessa forma, Brasil (2013) adota os seguintes conceitos para tais condições: "Diabetes gestacional é um estado de hiperglicemia, menos severo que o diabetes tipo 1 e 2, detectado pela primeira vez na gravidez. Geralmente se resolve no período pós-parto e pode frequentemente retornar anos depois. Hiperglicemias detectadas na gestação que alcançam o critério de diabetes para adultos, em geral, são classificadas como diabetes na gravidez, independentemente do período gestacional e da sua resolução ou não após o parto".

Dessa forma, urge a necessidade de uma política efetiva de capacitação dos ACS, que em conjunto com os municípios e instituições de ensino se mostre adequada aos desafios das transições epidemiológica e populacional vividas.

Para a Gestão do Trabalho no SUS, é ressaltada a política de recursos humanos como um eixo estruturante, a qual deve buscar a valorização do trabalho e dos trabalhadores, o tratamento dos conflitos e a humanização das relações de serviço. Além disso, é reforçada a implementação da Política Nacional de Educação Permanente, já que esta é parte essencial de um sistema de formação e desenvolvimento dos trabalhadores para a qualificação do SUS, devendo contemplar diferentes metodologias e técnicas inovadoras de ensino-aprendizagem. (UNIVERSIDADE FEDERAL MARANHÃO, 2016).

Uma das reflexões do grupo que compõem o projeto foi o uso de palestras, que conforme estudado apresenta-se pouco eficaz na transmissão de conhecimentos e práticas, sendo necessária a busca de metodologias ativas para se trabalhar não só com o público em geral, como também com os agentes de saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se que as capacitações são peças fundamentais para o aprimoramento dos Recursos Humanos em saúde e por isso devem ser sempre estimuladas. O projeto Ações interdisciplinares de Educação em Saúde em uma Comunidade Próxima a UFMA de Pinheiro busca, através de suas atividades, contribuir com o fortalecimento da atenção básica, a promoção da saúde e a prevenção dos agravos. Nesse contexto, mostra-se fundamental repensar a formação do ACS e também valorizá-los enquanto vínculo entre o binômio sistema de saúde-comunidade.

Deve-se ressaltar o ganho apresentado ao projeto com o compartilhamento de toda uma vasta experiência e a possibilidade de se ter um panorama sobre o diabetes e a hipertensão arterial através do olhar desses trabalhadores da atenção básica.

REFERÊNCIAS

BERBEL, Nan. A problematização e a aprendizagem baseada em problemas: diferentes termos ou diferentes caminhos? Interface: comunic, saude, educ. [periódico on-line]. 1998 fev; [citado 2009 dez 03]; 2(2).

BRASIL. Ministério da Saúde e Ministério da Educação. Referencial Curricular para o Curso de Formação de Agentes Comunitários de Saúde. Brasília; 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Diabetes Mellitus. Brasília: Ministério da Saúde, 2006a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Hipertensão Arterial Sistêmica para o Sistema Único de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2006b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Glossário temático: gestão do trabalho e da educação na saúde. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: diabetes mellitus / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2013

BRASIL. Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico/Vigitel,2015. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, 2016.

COSTA, S.M.; ARAÚJO, F.F.; MARTINS, L.V.; NOBRE, L.L.F; ARAÚJO, F.M.; RODRIGUES, C.A.Q. Agente Comunitário de Saúde: elemento nuclear das ações em saúde. Ciência & Saúde Coletiva, 18(7):2147-2156, 2013.

CUNHA, A. C.; MAURO, M. Y. C. Educação continuada e a norma regulamentadora 32: utopia ou realidade na enfermagem? Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, v. 35, n. 122, p. 305- 313, 2010

DIAS, Ernandes Gonçalves; SOUZA, Erleiane Lucinária Santos; MISHIMA, Silvana Martins. Contribuições da Enfermagem na adesão ao tratamento da hipertensão arterial: uma revisão integrativa da literatura brasileira. Revista de Epidemiologia e Controle de Infecção, Santa Cruz do Sul, v. 6, n. 3, jul. 2016. ISSN 2238-3360
FREIRE, P. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 14. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

GUERRA, H.S.; MELO JR, C.A.C.; FROTA, R.S. Educação continuada para agentes comunitários de saúde: uma visão acadêmica. R. Eletr. de Extensão, ISSN 1807-0221 Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 101-107, 2018.

MENDES, E.V. O cuidado das condições crônicas na atenção primária à saúde: o imperativo da consolidação da estratégia da saúde da família. Brasília/DF: Organização Pan-Americana da Saúde, 2012.

MILECH, Adolfo...[et. al.]; organização José Egidio Paulo de Oliveira, Sérgio Venício . Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes (2015-2016) São Paulo: A.C. Farmacêutica, 2016.

MOROSINI, M. V. Educação e trabalho em disputa no SUS: a política de formação dos agentes comunitário de saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2010.

Organização Panamericana da Saúde. Doenças crônicas não transmissíveis: estratégias de controle e desafios para os sistemas de saúde. Ministério da Saúde. Brasília, DF: 2011.

ROECKER, Simone. A educação para o autocuidado no Diabetes Mellitus tipo 2 na Estratégia Saúde da Família: trabalho, percepção e vivência de agentes comunitários de saúde/ Simone Roecker.- Botucatu,2017.

Sociedade Brasileira de Cardiologia / Sociedade Brasileira de Hipertensão / Sociedade Brasileira de Nefrologia. VI Diretrizes Brasileiras de Hipertensão. Arq Bras Cardiol 2010; 95(1 supl.1): 1-51

Sociedade Brasileira de Cardiologia. 7ª Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial. Arq Bras de Cardiol. 2016; Supl. 3, 107(3).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. UNA-SUS/UFMA. Gestão pública em saúde: o processo de trabalho na gestão do SUS/Célia Regina Rodrigues Gil;

Isaias Cantóia Luiz; Maria Cristina Rodrigues Gil. - São Luís, 2016.

VASCONCELOS, M.; GRILO, M.J.C.; SOARES, S.M. Práticas pedagógicas em atenção primária à saúde: tecnologias para abordagem ao indivíduo, família e comunidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.



Projeto de extensão Bioeduca e educação inclusiva: um desafio no ensino fundamental

Bioeduca extension project and inclusive education: a challenge in primary school

Daniela Hostin
Bolsista de extensão do projeto Bioeduca da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB)
danhostin.bnu@gmail.com

Anna Júlia Laue Friske
Bolsista do PET/Biologia/FURB do Programa de Educação Tutorial da SESu/MEC

Eduardo Augusto Lunkes
Bolsista do PET/Biologia/FURB do Programa de Educação Tutorial da SESu/MEC

Gabriel Loes
Bolsista do PET/Biologia/FURB do Programa de Educação Tutorial da SESu/MEC

Geórgia Backes da Luz Antonio
Bolsista do PET/Biologia/FURB do Programa de Educação Tutorial da SESu/MEC

Manoelli Cardoso Lopes
Bolsista do PET/Biologia/FURB do Programa de Educação Tutorial da SESu/MEC

Nathan Decker da Silva
Bolsista do PET/Biologia/FURB do Programa de Educação Tutorial da SESu/MEC

Sabrina dos Santos
Bolsista do PET/Biologia/FURB do Programa de Educação Tutorial da SESu/MEC

Simone Wagner
Tutora do PET/Biologia/FURB e coordenadora do projeto Bioeduca da FURB
simone@furb.br

RESUMO

A reflexão acerca da educação inclusiva no contexto brasileiro faz-se vital para o contínuo processo de aperfeiçoamento da prática pedagógica. Assim, o projeto de extensão Bioeduca da Universidade Regional de Blumenau (FURB), durante análise das aulas práticas de ciências propostas à EBM Machado de Assis, se deparou com a realidade da educação inclusiva. A fim de aprimorar o processo de ensino-aprendizagem voltado para educandos com necessidades educacionais especiais, esse artigo objetiva analisar a atuação do projeto através da experiência da aluna Larissa, 13 anos. Dessa forma, foi solicitado à estudante a elaboração de um texto reflexivo descrevendo suas experiências, destacando o que mais lhe agradou e sugerindo mudanças. A partir das reflexões feitas, concluímos que aulas compreensíveis e inclusivas foram executadas, mas que é necessário refletir ainda mais sobre a preparação dos educadores, assim como sobre materiais didáticos em braille.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Projeto de extensão. Prática pedagógica. Reflexão.

ABSTRACT

The reflection about inclusive education in Brazilian context is vital for the continuous process of the teaching practice improvement. Therefore, the extension project Bioeduca from Universidade Regional de Blumenau (FURB), during the analysis of practical science classes proposed to EBM Machado de Assis, faced the reality of inclusive education. In order to improve the teaching-learning process for students with special education needs, this article aims to analyze the practice of the project through the experience of 13-year-old student Larissa. For this, the student was asked to develop a small reflective text describing her experiences in the project, highlighting what she liked best and also suggesting changes for the scholarship holders. From our reflections, it was possible to notice that the project could take the student's class comprehensive and inclusive classes, otherwise it is necessary to turn back to some important details, as the scholarship holders' preparation and braille courseware.

Keywords: Inclusive Education. Extension Project. Teaching practice. Reflection.

INTRODUÇÃO

Segundo Alencar, Alves, Silva, Santos e Castro (2016), a educação inclusiva pode ser confundida com educação especial, porém os dois termos têm diferentes significados. Educação inclusiva é definida como a incorporação de estudantes com deficiências no sistema de educação comum, sendo responsabilidade das instituições de ensino garantir o aprendizado de todos os alunos de modo igual; enquanto isso, na educação especial os estudantes com necessidades educacionais especiais (N.E.E.) são encaminhados a instituições especializadas, havendo, portanto, uma segregação desses educandos (Alencar et al., 2016).

De acordo com Oliveira, Ziesmann e Guilherme (2017), um estudante com N.E.E. pode possuir limitações físicas ou cognitivas, porém, quando realmente incluído, deixa de dar atenção à sua dificuldade e assim é capaz de melhor desenvolver-se em suas habilidades. Além disso, a educação inclusiva tem sua importância como ferramenta de superação de preconceitos e questionamento de paradigmas, promovendo o debate da igualdade e respeito às diferenças (Mantoan, 2003; Oliveira, Ziesmann & Guilherme, 2017). Para a efetivação dessa prática, é necessário para Sassaki (1997, p.17) adotar novos princípios: "celebração das diferenças, direito de pertencer, valorização da diversidade humana, solidariedade humanitária, igual importância das minorias e cidadania com igualdade de vida".

Não obstante, a educação inclusiva é questionada por Rozek (2009), onde é feita a discussão sobre os princípios filosóficos da própria educação. Segundo a autora, em seu fundamento, a educação já é inclusiva; porém, durante a história, foi paulatinamente distorcida por princípios morais que desviaram sua real forma: uma instituição que se propõe a assumir e reconhecer a pluralidade da natureza humana. Por fim, abstrai-se que é necessária uma mudança drástica na percepção e atuação dos profissionais da educação, assim como na comunidade em geral (Mantoan, 2003; Rozek, 2009; Sassaki, 1997).

Sabe-se que a educação brasileira é frágil e dependente do investimento do governo, esse que, em dados de 2009, estava atrás de países como Argentina e Chile, desde a educação infantil até o ensino médio (Franca, 2013). Algumas problemáticas geradas por esse descaso cercam a educação inclusiva, como a falta de profissionais especializados, ausência de salas multifuncionais e estrutura física/arquitetônica das instituições. Além de problemas estruturais, as instituições de ensino se deparam também com outros desafios: carência de discussão sobre o tema, principalmente na formação, singularidade de cada aluno, multiplicidade de necessidades educacionais especiais e ainda a insegurança dos profissionais da educação frente às dificuldades (Dias & Campos, 2013; Nunes, Santos, Sá, Alves & Soares, 2016; Oliveira, Ziesmann & Guilherme, 2008; Rocha, 2017; Silva, 2015; Silva & Gaia, 2013).

Observando-se essa realidade, o projeto de extensão Bioeduca da Universidade Regional de Blumenau (FURB) vivenciou a educação inclusiva ao

longo de sua jornada. O projeto nasceu da ambição do Programa de Educação Tutorial (PET) Biologia da FURB em contribuir com uma mudança de paradigmas do ensino de ciências. Assim, o Projeto Bioeduca se propôs a planejar, aplicar e avaliar aulas práticas de ciências no ensino fundamental. No ano de 2018, o grupo de bolsistas pôde estar em contato direto com a educação inclusiva através do ensino prático para alguns estudantes com diferentes deficiências. Neste artigo, pretendemos analisar a atuação do projeto através da experiência da Larissa, 13 anos, uma das estudantes com deficiência.

MATERIAIS E MÉTODOS

A escola

A EBM Machado de Assis, atualmente com 113 anos, é uma escola histórica fundada pela comunidade alemã e que conta com mais de 1500 alunos, sendo uma das maiores escolas municipais de Blumenau (<https://www.blumenau.sc.gov.br>, recuperado em 18, fevereiro, 2019). Conta ainda com um espaço privilegiado, dispendo de amplo laboratório de ciências e sala multifuncional, além de uma equipe de profissionais dedicados ao atendimento dos estudantes com N.E.E.

Quanto à turma da Larissa, foi possível notar que todos demonstravam grande respeito por sua condição e muitos educandos a ajudavam em tarefas simples. Uma característica notável foi o silêncio da turma na maior parte do tempo, às vezes havendo um murmúrio baixo, mas nada que afetasse gravemente a atenção da estudante, na maior parte das aulas. Assim, a empatia, ou seja, "a arte de se colocar no lugar do outro por meio da imaginação, compreendendo seus sentimentos e perspectivas e usando essa compreensão para guiar as próprias ações" (Krznaric, 2015, p. 10) torna-se ferramenta indispensável para consolidar práticas inclusivas e também uma habilidade a ser desenvolvida durante o processo educativo.

A educanda

A educanda Larissa, 13 anos, é deficiente visual com perda total da visão desde sua infância. Segundo Nunes e Lomônaco (2010), a deficiência visual da estudante pode ser definida como cegueira, que os autores destacam como não sendo um termo pejorativo, mas sim descritivo e congênito. A deficiência visual abrange desde a cegueira até a baixa visão, cada qual exigindo do profissional da educação diferentes estratégias de estimulação sensorial, destacando a importância das experiências táteis e sinestésicas juntamente com a linguagem como ferramentas fundamentais para o desenvolvimento dos estudantes (Nunes & Lomônaco, 2010). Ressalta-se aqui que a participação da

estudante no presente artigo foi autorizada pelos pais por meio de termo de consentimento livre e esclarecido.

O projeto

O projeto de extensão teve por objetivo levar às escolas municipais de Blumenau aulas práticas mensais, em ciências, usando metodologias ativas, com a atuação de bolsistas de extensão e do PET/Biologia/FURB. Para tanto, a cada início de semestre foi realizada uma reunião com o professor de ciências das turmas atendidas para delinear as ações do projeto. Tais reuniões foram de suma importância para que ocorresse uma conversa entre comunidade escolar e comunidade acadêmica, ambas com suas possibilidades, necessidades e limitações, promovendo um diálogo e um crescimento coletivo das partes envolvidas (Pinheiro & Almeida, 2014).

No caso da turma envolvida, no início do ano de 2018 foi realizada a reunião apenas com a professora de ciências, não sendo possível fazê-la em conjunto com a professora de apoio permanente (PAP) responsável. Fomos informados sucintamente da N.E.E. da educanda e assim procuramos planejar atividades que fossem adequadas.

Ao longo do ano, foi estabelecido um diálogo com a Larissa e com a PAP responsável, ambas sempre muito receptivas quanto à participação no projeto. No segundo semestre do ano, foi possível realizar uma reunião pedagógica em conjunto com a professora de ciências e também com a PAP, ocasião na qual ocorreu uma conversa muito enriquecedora buscando desenvolver práticas para o ensino de ciências que tornassem as experiências mais inclusivas. Enriquecedora pois, apesar da disciplina de ciências ser explicitamente visual e, automaticamente, de difícil compreensão para a estudante Larissa, a prática pedagógica inclusiva se fez possível e com uma diversidade de possibilidades (Roos & Voos, 2017).

A partir disso, por meio do diálogo, o projeto de extensão pôde compreender melhor a necessidade da educanda de tatear materiais, desenvolvendo o discernimento tátil, através da utilização de colas coloridas para deixar jogos em alto relevo, o que não atrapalha os demais estudantes, pelo contrário, tornando o material ainda mais interessante. Tal atividade faz-se essencial para o desenvolvimento do estudante cego, uma vez que promove a interpretação e assimilação das informações de forma concreta (Brasil, 2001). Além disso, foi possível notar a grande dificuldade que circunda o processo de ensino-aprendizagem sem resumos em braille, fato esse que motivou o projeto a lutar por ferramentas adaptadas. Por fim, foi sugerido compreender que, além de toda a preparação citada, é preciso ceder o tempo necessário, normalmente um pouco mais longo do que o disposto para os demais estudantes, para que o discente cego manipule o material (Ferreira, 2009). Em vista disso, pode-se dizer que essa experiência demonstra o quanto o planejamento e diálogo são peças-chave para o amadurecimento de ideias e práticas inclusivas (Silva, n.d.).

Aulas práticas

As aulas práticas são definidas por Andrade e Massabni (2011, p. 840) como “tarefas educativas que requerem do estudante a experiência direta com o material presente fisicamente, com o fenômeno e/ou com dados brutos obtidos do mundo natural ou social”. Assim, as aulas práticas do projeto de extensão Bioeduca levavam em conta também o conceito de práxis de Vasquez (1968) que consiste de uma prática pedagógica não apenas centrada na atividade prática, mas numa atividade prática sustentada na reflexão e na teoria.

Com esses conceitos em mente, levando em consideração a teoria construtivista de Piaget (1969) e os princípios para uma educação verdadeira de Freire (2011), foi delineado um método que buscou englobar as teorias mencionadas. Dessa forma, no início do ano letivo, o grupo de bolsistas se apresentou para os estudantes, visando uma socialização a fim de demonstrar a possibilidade de diálogo entre bolsistas e estudantes. Esse diálogo possibilitou um melhor processo de ensino-aprendizagem, já que incluiu o corpo discente na busca de uma (re)construção de saberes (Neves, 2014).

Em seguida, para cada atividade, os educandos foram questionados sobre o tema da aula prática, com a intenção de promover a participação e revelar a importância de seus conhecimentos prévios para a elaboração de novos conhecimentos (Freire, 2011; Piaget, 1969). Com a intenção de revisar e pontuar alguns conceitos importantes, realizava-se uma breve explicação teórica, uma vez que a prática não deve ser desconexa da teoria (Vasquez, 1968). Ao longo de toda a revisão, perguntas eram direcionadas aos estudantes para que os próprios se indagassem quanto a alguns aspectos apresentados, usando a pedagogia da pergunta (Freire & Faundez, 1985).

Enfim, dava-se início à parte prática, com a exposição dos materiais e métodos e, após a atividade, a discussão dos resultados. Por fim, para avaliar a eficácia da aula, foi entregue ao grupo de estudantes um breve questionário que revisava tanto a parte teórica quanto prática. Em reunião conjunta entre a coordenadora do projeto, bolsistas do PET/Biologia/FURB e bolsista extensionista, também foram realizadas avaliações quanto às ações adotadas, buscando aperfeiçoar esse contínuo processo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto acompanhou o período letivo, encerrando-se em dezembro de 2018. Portanto, após o período de férias escolares, em fevereiro de 2019, entramos em contato com a educanda Larissa para que ela, por meio de um breve texto, expusesse suas opiniões e percepções acerca das aulas práticas do projeto de extensão Bioeduca, a seguir expressas:

"O meu nome é Larissa, eu tenho 13 anos. No oitavo ano eu tive a oportunidade de participar das aulas do Projeto Bioeduca. Foram realizadas aulas sobre Biologia Celular, Sistema Digestório, Sistema Respiratório, Sistema Endócrino, etc. A aula que eu mais gostei foi sobre sistema endócrino. Achei que foi bastante inclusivo, consegui compreender todas as aulas. Os momentos em que mais me senti incluída foi na aula de sistema respiratório. Para tornar mais inclusivo os questionários deveriam vir adaptados. Nos trabalhos em grupo foi muito inclusivo; algumas das aulas poderiam ter sido mais inclusivas como por exemplo a aula sobre biologia celular." (Larissa, 13 anos)

A partir da experiência da aluna Larissa, alguns questionamentos foram feitos, apesar de compreendermos que o projeto cumpriu, em boa parte, sua missão de levar aulas práticas compreensíveis e inclusivas como destacado na passagem "Achei que foi bastante inclusivo, consegui compreender todas as aulas" (Larissa, 13 anos). Assim, mesmo tendo a preocupação com a adequação do projeto às necessidades educacionais especiais da educanda, ainda há pontos a serem aprimorados, pois uma das falhas relatadas foi a ausência de materiais adaptados para o braille, uma vez que é uma ferramenta que favorece e dinamiza o processo de ensino-aprendizagem (Balsanelli & Treviso, 2015).

Conforme o relato da educanda, a aula que necessita de maior atenção e mudança é a aula de biologia celular. O planejamento dessa aula se deu a partir das experiências anteriores do projeto de extensão que se baseia na confecção e observação de lâminas didáticas. Para que a prática se tornasse mais inclusiva, a proposta era utilizar concomitantemente massa de modelar para representar o que os alunos visualizavam no microscópio. Portanto, a prática se fundamentou em um trabalho de grupo, onde uma parte observava as lâminas e confeccionava um modelo com massa de modelar, enquanto parte não observava as lâminas e buscava extrair informações com base nesse modelo utilizando somente sua sensibilidade tátil. No entanto, é necessário destacar que esta foi a primeira aula na qual o grupo de extensionistas teve contato com a Larissa e que a turma estava inquieta. Portanto, provavelmente devido ao nervosismo e inexperiência da equipe de bolsistas em lidar com essa nova situação, a aula prática se tornou desorganizada e barulhenta, o que justifica a reação da aluna Larissa. "Eles poderiam ser mais quietinhos, porque às vezes tem uma pessoa explicando e uma pessoa atrás de você falando, aí você não consegue prestar atenção nem na conversa das outras pessoas, nem no que estão explicando [...] É complicado" (Larissa, 13 anos).

Dessa forma, a primeira aula aplicada foi quando os bolsistas, todos estudantes de graduação de diversas fases do curso de Ciências Biológicas, foram expostos, pela primeira vez, à educação inclusiva na prática, revelando uma fragilidade na própria formação (Nunes et al., 2016; Oliveira, Ziesmann & Guilherme, 2008; Silva & Gaia, 2013). O aspecto emocional/afetivo na docência ficou muito evidente nessa aula, demonstrando que o docente, além de ser um gestor de conhecimentos, deve também ser um gestor de emoções (Novais & Fernandez, 2017). Além disso, vale lembrar que os estudantes cegos necessi-

tam de uma experiência tátil e sinestésica adequada para seu desenvolvimento (Brasil, 2001; Ferreira, 2009; Nunes & Lomônaco, 2010; Roos & Voos, 2017) e que consequentemente essa aula não foi eficiente nesse aspecto. Portanto, tal experiência com a aluna nos levou a realizar mais discussões entre os integrantes de nosso grupo, a amadurecer ideias e emoções que envolvem a educação inclusiva, evidenciando o projeto de extensão como parte importante da formação humana no ensino superior (Manchur, Suriani & Cunha, 2013).

As aulas de sistema respiratório e endócrino foram aulas que a educanda destacou como sendo aquela em que mais se sentiu incluída e a melhor aula, respectivamente. Para avaliar os motivos pelos quais essas aulas foram escolhidas como as melhores pela Larissa, é necessário relembrar que toda a metodologia estipulada pelo projeto de extensão se inspirou em preceitos teóricos que fogem à Pedagogia Tradicional, como a visão construtivista de Piaget (1969), a pedagogia da autonomia de Freire (2011), a práxis de Vásquez (1968), o estímulo do diálogo defendido por Neves (2014) e também a pedagogia da pergunta de Freire e Faundez (1985).

Na aula de sistema respiratório, os temas abordados foram as trocas gasosas e sua relação com o esforço físico utilizando a solução de fenolftaleína, que é um indicador de pH. A prática consistia em assoprar a solução até que a cor mudasse, cronometrando quanto tempo seria necessário: em um primeiro momento com o estudante em repouso e no segundo, após uma breve corrida. A atividade deveria ser realizada em duplas onde um seria responsável por assoprar e o outro por cronometrar. Nessa oportunidade, a discente em questão ficou responsável por assoprar em repouso e após atividade física, ou seja, assumindo o protagonismo na prática. A questão da atividade física foi comentada pela educanda: "A gente correu, essa parte foi bem legal também" (Larissa, 13 anos). A partir dessa atitude, a estudante deficiente realizou-se como agente ativa e autônoma na sua própria aprendizagem, deixando de lado suas limitações (Oliveira, Ziesmann & Guilherme, 2008; Freire, 2011). Paralelamente, o educando com N.E.E. percebe, através de ações como essa, que o pertencimento é um direito e não um status a ser conquistado (Sasaki, 1997).

Quanto à aula de sistema endócrino, o principal objetivo era relacionar os hormônios produzidos no corpo com suas respectivas funções através de um jogo da memória. Para a organização do jogo, a turma foi dividida em pequenos grupos, onde o grupo da aluna Larissa possuía um jogo adaptado em braille. O mesmo tinha a tradução para a língua portuguesa promovendo a interação entre estudantes videntes e não-videntes. Sobre a aula, a estudante ainda apontou: "Como foi um jogo, o jogo estava em braille, eu pude participar com a turma, foi em grupo, foi mais inclusivo" (Larissa, 13 anos). Como destacado por Coelho (2010), os jogos são ferramentas pedagógicas que auxiliam no crescimento intelectual, social, cultural e emocional dos educandos, sendo uma atividade prazerosa e estimulando a motivação do corpo discente pela atividade. Por fim, vale ressaltar a capacidade dos jogos em propiciar espaços para integração, socialização e superação de obstáculos, ao mesmo tempo

que desenvolve a criatividade, raciocínio e investigação (Valle, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessas experiências, percebemos que, apesar de requererem especial dedicação do profissional da educação, essas atividades práticas proporcionaram um ensino mais dinâmico e efetivo, gerando um crescimento tanto para o educador quanto para os educandos. Sabe-se que ainda é necessário que se invista tanto na formação inicial e continuada dos profissionais, quanto na própria educação básica para que haja condições dignas para a inclusão de fato, fortalecida por políticas públicas efetivas.

Ainda, é válido destacar o quanto a extensão é uma ferramenta fundamental para a construção de uma universidade mais presente e de uma comunidade mais esclarecida, sensível e empática, proporcionando um desenvolvimento conjunto. Por fim, é necessário um último apelo à comunidade em geral, tanto acadêmica quanto escolar, para voltar-se a Freire (2011): "Mudar é difícil, mas é possível" e, dessa forma, buscar a real transformação da sociedade para a inclusão e aceitação da diversidade humana.

AGRADECIMENTOS

Nossos mais sinceros agradecimentos à EBM Machado de Assis, por ter abraçado a ideia do projeto Bioeduca desde 2016 e por todo o apoio do corpo docente.

Em especial, gostaríamos de agradecer à prof.^a Jucélia de Fátima Paim Wolframm, que nos acolheu em sua sala de aula e nos auxiliou nessa caminhada. Seu olhar crítico e acompanhamento sempre nos instigaram a melhorar o projeto.

A todos os professores de apoio permanente (PAP's) e também à Coordenadoria de Assuntos Estudantis (CAE) da FURB que nos iluminaram sobre práticas inclusivas durante a atuação do projeto. Sem a ajuda de pessoas tão especiais não teríamos conseguido alcançar nossos objetivos.

APOIO

Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), pelos recursos logísticos e financeiros que tornaram esse projeto de extensão possível.

Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC), pelo custeio as bolsas do PET/Biologia/FURB.

REFERÊNCIAS

Andrade, M. L. F., & Massabni, V. G. (2011). O desenvolvimento de atividades práticas na escola: um desafio para os professores de ciências. *Ciência & Educação*, 17(4), 835-854. Recuperado em 27 de outubro, 2018, de <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v17n4/a05v17n4.pdf>.

Alencar, D. N. F., Alves, C. D. N., Silva, C. O., Santos, R. C. S., & Castro, P. A. (2016). Educação Inclusiva, Política Educacional e Direitos Humanos: Uma Reflexão sobre a Legislação Brasileira. *Anais do III Congresso nacional de educação*, Natal, RN, Brasil.

Balsaneli, H. M., & Treviso, V. C. (2015). Crianças com deficiência visual e o braille. *Cadernos de educação: Ensino e sociedade*. 2 (1), 155-168. Recuperado em 16 fevereiro, 2019 de <http://unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/caderno-deeducacao/sumario/35/06042015200406.pdf>.

Brasil. (2001). Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental: deficiência visual. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial.

Castilho, E. W. V. (2009). O papel da escola para a educação inclusiva. In LIVIANU, R., coord. *Justiça, cidadania e democracia* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social.

Coelho, V. M. (2010). O Jogo como Prática Pedagógica na Escola Inclusiva. Monografia (Especialização) - Curso de Especialização em Educação Especial, Universidade Federal de Santa Maria, Conselheiro Lafaiete, MG, Brasil.

Fernandez, C., & Novais, R. M. (2017). Dimensão afetiva da docência: a influência das emoções na prática e na formação de professores de Química. *Educação Química En Punto de Vista*, 1(2), 82-96.

Ferreira, T. I. C. (2009). Participar para ver: as interações sociais nas aulas de ciências da natureza, como uma prática inclusiva de alunos cegos, no 2º ciclo do ensino básico. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade de Lisboa, Lisboa, Distrito de Lisboa, Portugal.

Franca, M. P., & Novais, R. M. (2013). Perspectiva do investimento público em educação: é possível alcançar 10% do PIB. *CEDE-Centro de Estudos sobre desigualdade e desenvolvimento*, 1-24.

Freire, P. (2011). *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa*. São Paulo: Paz e Terra.

Freire, P., & Faundez, A. (1985). *Por uma pedagogia da pergunta*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Krznicaric, R. K. (2015). *O poder da empatia: a arte de se colocar no lugar do outro para transformar o mundo* (Borgues, M. L. X. A., Trad.). Rio de Janeiro: Zahar (Obra original publicada em 2014).

Manchur, J., Suriani, A. L. A., & Cunha, M. C. (2013). A Contribuição de Projetos de Extensão da Formação Profissional de graduandos de Licenciaturas. *Conexão UEPG*, 9(2), 334-341. Recuperado em 07 de janeiro, 2019 <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/conexao/article/view/5522/3672>.

Mantoan, M. T. E. (2003). *Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna.

Neves, C. (2014). *AS RELAÇÕES DE INTERAÇÃO E DIÁLOGO COMO MEIO DE FAVORECER A APRENDIZAGEM (Especialização)*. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ.

Nunes, T., Santos, M., Sá, T., Alves, W., & Soares, M. (2016). Educação Inclusiva no ensino de Ciências: Intervenções do PIBID Biologia em escolas públicas do município de Florianópolis – PI. In III Congresso Nacional de Educação (CONEDU). Natal.

Nunes, S. & Lomônaco, J. F. B. (2010). O aluno cego: preconceitos e potencialidades. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, 14(1), 55-64.

Oliveira, J., Ziesmann, C., & Guilherme, A. (2017). Educação inclusiva: (re)pensando a formação de professores. In 1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA (pp. 306 - 323). Porto Alegre: EdIPUCRS. Recuperado em 22 de fevereiro, 2019, de <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/i-seminario-luso-brasileiro-de-educacao-inclusiva/assets/artigos/eixo-4/completo-5.pdf>

Pinheiro, D. (2014). Reuniões Pedagógicas: Uma interpretação da Comunidade Escolar em torno desse espaço. In FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA. Santa Maria: Realize. Recuperado em 20 de Fevereiro, 2019, de http://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/Modalidade_1datahora_25_05_2014_16_23_49_idinscrito_1541_99e7c37798a434b24e8944bad1c674ca.pdf.

Rocha, A. B. O. & Novais, R. M. (2017). O Papel do professor na Educação Inclusiva. *Ensaios Pedagógicos*, 7(2), 1-11. Recuperado em 19 de Fevereiro, 2019, de <http://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n14/n14-artigo-1-O-PAPEL-DO-PROFESSOR-NA-EDUCACAO-INCLUSIVA.pdf>.

Roos, J., & Voos, I. (2017). O Ensino de Ciências da Natureza para Estudantes Cegos: Uma Análise nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS (pp. 1-18). Florianópolis. Recuperado em 19 de Fevereiro, 2019, de <http://www.abrapecnet.org.br/enpec/xi-enpec/anais/resumos/R1713-1.pdf>.

Rozek, M. & Novais, R. M. (2009). A Educação Especial e a Educação Inclusiva: Compreensões Necessárias. *Revista Reflexão e Ação*, 17(1). Recuperado em 22 de Novembro, 2018, de <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/g18>.

Sassaki, R. K. (1997). *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA.

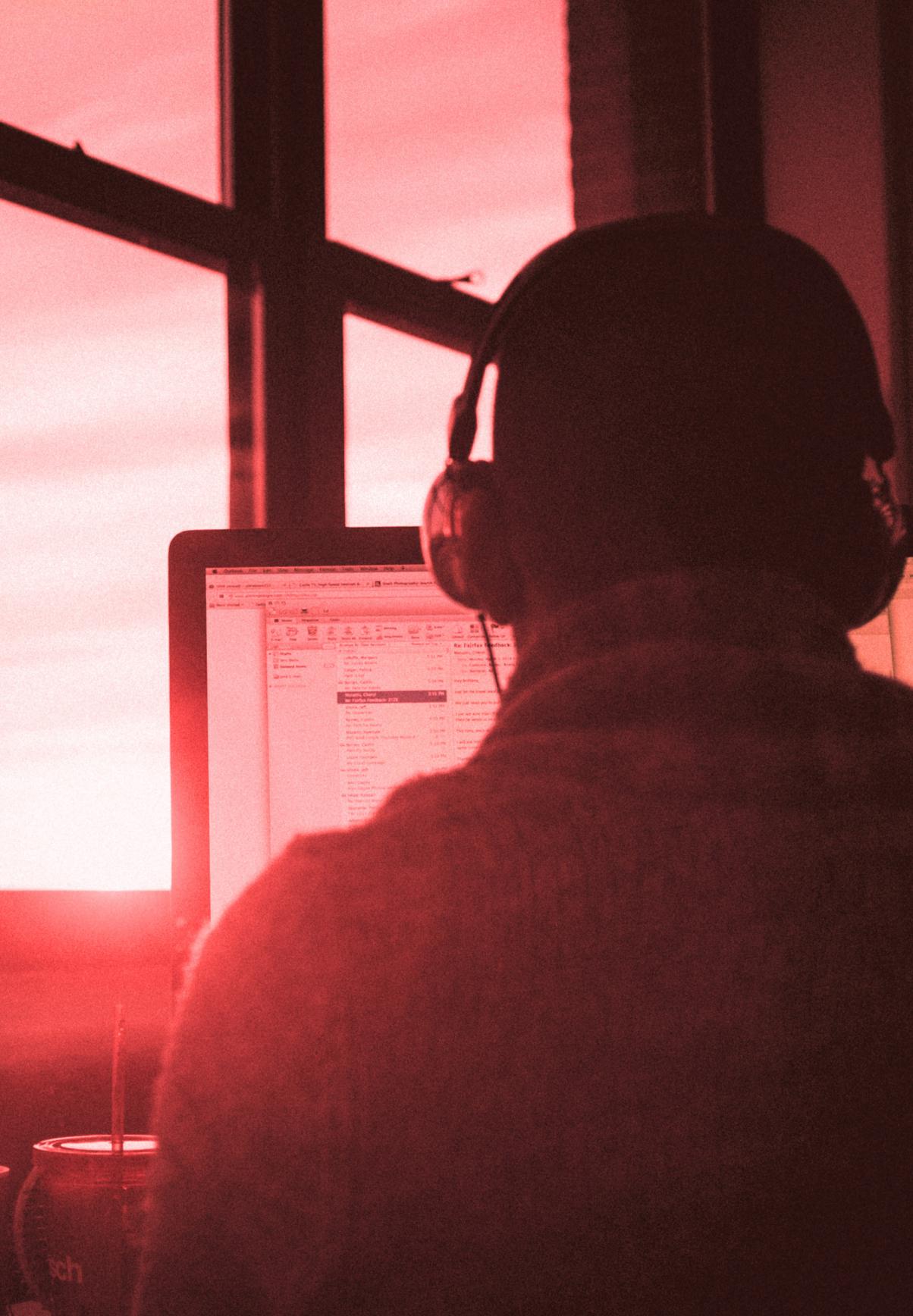
Silva, O. C. (n. d.) O planejamento escolar e sua importância para o processo de inclusão integração com pessoas com necessidades especiais. Recuperado em 27 de Fevereiro, 2019, de http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170411123749.pdf.

Silva, C. F., & Gaia, M. C. M. (2013). *Educação Inclusiva e o ensino de Ciências*. Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix.

Silva, O. C., & Novais, R. M. (2017). O planejamento escolar e sua importância para o processo de inclusão integração com pessoas com necessidades especiais. *Tema*. Recuperado em 20 de Fevereiro, 2019, de http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170411123749.pdf.

Valle, T. G. M. Práticas educativas: criatividade, ludicidade e jogos. In: Capellini, V. L. M. F. (org.). (2008). *Práticas em educação especial e inclusiva na área da deficiência mental*. Bauru: MEC/FC/SEE.

Vasquez, A. S. (1968). *Filosofia da práxis*. Tradução de Luiz Fernando Cardoso. Rio de Janeiro: Paz e Terra.



Software interface showing a list of items with columns for Name, Price, and Quantity.

Name	Price	Quantity
Apple	1.20	10
Banana	0.50	20
Orange	1.50	5
Apple (Total)	1.20	10
Banana (Total)	0.50	20
Orange (Total)	1.50	5
Grand Total	3.20	35

sch

Prevenção de crimes virtuais contra crianças e adolescentes

Prevention of virtual crimes against children and teenagers

Rodrigo Pereira Moreira
Professor de Direito do Instituto Luterano de Ensino Superior de Itumbiara-GO (ILES/ULBRA)
Professor de Direito da Universidade Estadual de Goiás
rodrigop.moreira@yahoo.com.br

Leonardo Martins Pereira
Professor de Direito do Instituto Luterano de Ensino Superior de Itumbiara-GO (ILES/ULBRA)
leonardo_martins_pereira@hotmail.com

Suziani de Cássia Almeida Lemos
Professora de Psicologia do Instituto Luterano de Ensino Superior de Itumbiara-GO (ILES/ULBRA)
suzianilemos@gmail.com

Roger Amandio Luz
Professor de Sistema de Informação do Instituto Luterano de Ensino Superior de Itumbiara-GO (ILES/ULBRA)
luzroger@gmail.com

Arianny Maria Gonçalves Vieira
Graduada em Direito pelo Instituto Luterano de Ensino Superior de Itumbiara-GO (ILES/ULBRA)
ariannyg.vieira@gmail.com

RESUMO

O projeto de extensão comunitária possui como tema os meios de conscientizar a sociedade das formas de prevenção contra a prática de crimes virtuais contra crianças e adolescentes. O projeto é interdisciplinar e foi desenvolvido por professores dos Cursos de Direito, Psicologia e Sistema de Informação do Instituto Luterano de Ensino Superior de Itumbiara (ILES/ULBRA), integrando ensino, pesquisa e extensão, atendendo crianças, adolescentes, pais, professores e conselheiros tutelares. Tem-se como objetivo estudar os perigos virtuais existentes na internet e os métodos necessários para a proteção da criança e do adolescente, sem perder de vista a especificidade de cada área de atuação. Com isso, busca-se a prevenção dos malefícios que podem surgir da utilização inadequada da rede mundial de computadores pelas crianças e adolescentes, principalmente em razão da vulnerabilidade destes grupos sociais, abordando a questão do Cyberbullying, da pedofilia, da pornografia infantil e do sexting.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Crianças e Adolescentes; Proteção Integral.

ABSTRACT

The community extension project has as its theme the means to make society aware of the ways of preventing against the practice of virtual crimes against children and teenagers. The interdisciplinary project was developed by professors from the Law, Psychology and Information System of the Lutheran Institute of Higher Education of Itumbiara (ILES/ULBRA), integrating teaching, research and extension, attending children, adolescents, parents, teachers and guardians. The objective is to study the virtual dangers that exist on the Internet and the methods necessary for the protection of children and teenagers, without losing sight of the specificity of each area of activity. It seeks to prevent harm that may arise from misuse of the global network of computers by children and adolescents, mainly due to the vulnerability of these social groups, approaching the issue of cyberbullying, pedophilia, child pornography and sexting.

Keywords: Human Rights; Children and Adolescents; Integral Protection.

INTRODUÇÃO

Os objetivos do projeto comunitário no Instituto Luterano de Ensino Superior são a promoção, a garantia e a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes contra determinadas ameaças existentes no mundo virtual, desde o bullying eletrônico, à pornografia infantil, à pedofilia, entre outras formas de cibercrime. Os participantes do projeto atuaram nas escolas do município de Itumbiara-GO para capacitar professores e pais, bem como instruir crianças e adolescentes, com o intuito de formar uma sociedade capaz de lidar com os novos desafios da sociedade digital.

O projeto é essencialmente uma contramedida objetiva ao uso e acesso livre de computadores, celulares e aplicativos tais como jogos e as redes sociais por crianças e adolescentes, expostas em uma rede fim a fim de aparente normalidade, mas suscetíveis a serem vítimas de crimes virtuais.

A abordagem é interdisciplinar e desenvolvida por professores e alunos de graduação dos Cursos de Direito, Psicologia e Sistema de Informação do ILES/ULBRA de Itumbiara, integrando ensino, pesquisa e extensão, atendendo crianças, adolescentes, pais, professores e conselheiros tutelares.

As etapas metodológicas da execução do projeto são definidas da seguinte forma: 1) leitura da bibliografia como guia e suporte teórico para a pesquisa; 2) estudo e discussão interdisciplinar; 3) reforço de material auxiliar; 4) visitação e conhecimento da realidade da comunidade/entidade; 5) cotejo de todo estudo realizado anteriormente com a pesquisa; 6) círculos de palestras nas entidades; 7) cursos de aperfeiçoamentos de professores, pais, cuidadores e conselheiros tutelares; 8) curso de extensão para alunos dos cursos de direito, psicologia e sistemas de informação do Instituto Luterano de Ensino Superior de Itumbiara (ILES/ULBRA).

O projeto nasceu com o interesse da comunidade procurando a Universidade para ministrar palestras sobre o tema nas escolas públicas e particulares da cidade de Itumbiara-GO. Um pedido de ajuda da comunidade fez com que a Universidade buscasse planejar, analisar e trabalhar em equipe multiprofissional e interdisciplinar para colaborar com a proteção das crianças e adolescentes. Assim, o projeto se justifica pela necessidade de se discutir o tema com a sociedade, para que proteja a população infantil e adolescente que, por negligência ou desconhecimento dos perigos existentes na rede e aplicativos, em geral, fica exposta aos riscos da utilização inadequada da internet.

A abordagem do presente artigo se dá em duas partes. Na primeira, será realizada uma pesquisa teórica a respeito da internet, direitos das crianças e dos adolescentes e os crimes virtuais. A segunda demonstrará o desenvolvimento do projeto junto à comunidade de Itumbiara-GO, em especial nos trabalhos desenvolvidos em escolas públicas e particulares tendo como público alvo as crianças, os adolescentes e os responsáveis.

PERIGOS DA INTERNET EM RELAÇÃO ÀS CRIANÇAS E AOS ADOLESCENTES

A sociedade da informação representa uma forma de organização da sociedade baseada no uso recorrente de tecnologias da informação para a coleta, armazenamento, processamento e transmissão deste recurso. A informação, consistente em algum dado que possa produzir conhecimento, é a principal riqueza desta nova sociedade, haja vista que atualmente tudo depende de sua existência (VIEIRA, 2007, p. 159-160). Esta sociedade contemporânea é marcada pela inserção da informação na vida política, econômica e social, afetando as formas de relações sociais que travamos no dia a dia (GONÇALVES, 2003, p. 7). A principal característica deste tipo de sociedade é a informação atuar como a matéria prima principal do desenvolvimento social e econômico. Os avanços tecnológicos são balizados pela busca da evolução das formas de gestão e incremento das comunicações (VIEIRA, 2007, p. 159-160).

Levando em consideração o nível de sociabilidade humana e o desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação, a sociedade se tornou dependente da informação. Esta representa o meio para a formação de ideias, concepções e difusão de notícias (PEREIRA, 2008, p. 141). O que possibilitou o crescimento exponencial da sociedade informacional foi a criação da internet, no final da década de 60, que posteriormente invadiu a casa dos cidadãos no século XXI. A internet foi criada baseada em uma ideologia de liberdade, seja liberdade de comunicação, de expressão ou de criação intelectual (CASTELLS, 2003, p. 139).

A internet é um planejamento tecnológico, político e social americano, que se iniciou em ambientes estudantis, sendo a sua finalidade, na época em que foi idealizada, criar uma rede afastada de qualquer hierarquia que não se extinguisse com uma guerra nuclear, mantendo desta forma a comunicação entre os demais usuários de tal rede (ALBUQUERQUE, 2006). A internet é formada a partir da cooperação dos seus milhões de usuários espalhados por todo o mundo, permitindo uma grande interatividade, troca de informações (MADALENA, 2014) e reduzindo as dificuldades de espaço e de tempo nas comunicações humanas.

Entre as várias definições possíveis de internet, uma das mais frequentes e mais plausível é a que a considera como uma "(...) cadeia mundial de redes de computadores públicos ou privados, ligados uns aos outros por equipamentos informáticos heterogêneos e que fornecem os mais variados serviços." (ZANELLATO, 2003, p. 369-370). Essa heterogeneidade de conexão entre aparelhos se acentuou na sociedade atual na medida em que os celulares, TVs, reprodutores de DVDs e BLU-RAYS também passaram a possuir a capacidade de se conectarem com a internet. Essa facilidade de conexão também aumentou a dependência do ser humano em relação a este recurso. Ocorre que, por ser

uma ferramenta, a internet pode ser utilizada tanto para o progresso econômico e social, quanto para a prática de condutas ilícitas que violam os direitos da pessoa humana.

As condutas ilícitas na internet podem acontecer de diversas maneiras, como a prática de cyberbullying (ataques pessoais na internet com a intenção de denegrir a honra e a imagem), pedofilia (transtorno de preferência sexual por crianças e adolescentes), pornografia infantil (fotos ou vídeos de crianças e adolescentes com conotação sexual)¹, sexting (troca de mensagens com conotação sexual via comunicadores digitais como celulares e computadores).

No âmbito penal, é imprescindível destacar outros conceitos ligados ao ambiente cibernético, quais sejam: (I) hacker, o qual é um programador que possui conhecimento técnico sobre sistemas operacionais, que não possui o propósito de causar danos e em alguns casos ele trabalha para a própria polícia na investigação ou na criação de sistemas que limitem as quebras de segurança; e (II) cracker, que é o verdadeiro criminoso, o qual tem como alvo senhas de acesso a redes, quebras de sistema de segurança e códigos de criptografia, para de maneira ilegal sabotar e invadir contas bancárias, sistemas de segurança nacional, dentre outros. São estes, os cibercriminosos (BARROS, 2007). Os crimes virtuais, eletrônicos, digitais ou cibercrimes são as condutas delituosas em que um computador, tablet ou smartphone são utilizados como ferramenta para a prática dessas condutas na rede, é o meio do crime, o qual deixa de ser apenas físico e passa a ser cibernético, no âmbito da Internet (FURNALETO NETO; GIMENES; SANTOS, 2012). Os crimes cibernéticos já vêm sendo configurados há um tempo, e podem referir-se a uma diversidade de condutas, são elas:

Aquelas que violam gravemente determinados bens de titularidade individual - de pessoas físicas e, também, de pessoas jurídicas -, que apresentam uma configuração específica, e exclusiva, da atividade de informática e telemática, e foram submetidas a uma tipificação técnico-criminológica: acesso, alteração, ocultação ou destruição, não autorizadas ou não consentidas, de dados armazenados em um sistema de informática; reprodução completa ou parcial de dados contidos em um sistema de informática, bem como a distribuição ou comercialização destes. Em outras hipóteses, todos estes elementos e sistemas eram tidos como um mero instrumento para cometer delitos, já tipificados no Código Penal. O que configura a originalidade do delito é, mais especificamente, a especialidade da prática que este instrumento, ou meio de ataque, oferece, consistente em uma elevada capacidade agressiva ou multiplicadora de seus efeitos. Neste grupo estariam os delitos contra a intimidade e contra dados de caráter pessoal. Por último, existem outras condutas nas quais são lesionados o meio ou instrumento de informática (software, hardware) como objeto do co-

1. Lei nº 8.069/1990 - Art. 240. Produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente:

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

mércio ilegal: direitos de propriedade intelectual e industrial, posse pacífica do meio de informática ou sua integridade (delito de dano) etc. (CASABONA, 2006).

A Constituição Federal, no art. 227², determina que toda a sociedade possui responsabilidade na proteção integral das crianças e dos adolescentes, principalmente para colocá-los a salvo de qualquer violação dos seus direitos. Contudo, como bem observa Rita Silva (2009, p. 321):

A crescente forma criminosa de agir que envolve as práticas de desvio comportamental como a pedofilia e a rede mundial de computadores tem se mostrado uma fonte inesgotável de ofensas a bens relevantes para a sociedade, principalmente afetando as crianças e os adolescentes, talvez até por causa de sua vulnerabilidade comum e natural decorrente da idade.

Complementando a proteção constitucional, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90 - art. 4º) garante a este grupo de vulneráveis a proteção dos seus direitos mais básicos como a vida, a saúde, a alimentação, a dignidade, a educação, o esporte, o lazer, a cultura e a liberdade. Tal lei reforça ainda o papel da família e da sociedade na promoção e realização dos direitos previstos³.

Além disto, a legislação se preocupa em prever a punição de condutas que atentem contra estes direitos das crianças e dos adolescentes no meio digital, a exemplo do crime de pornografia infantil em que apenas o armazenamento de material que contenha criança ou adolescente exposta sexualmente é motivo de punição com pena de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa⁴.

Dessa maneira, o projeto prevenção a crimes virtuais praticados contra crianças e adolescentes foi pensado, estruturado e desenvolvido partindo da necessidade de conscientizar e preparar a comunidade para lidar com esses problemas.

DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE EXTENSÃO

2. Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

3. Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

4. Art. 241-B. Adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente: Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

No primeiro semestre de 2016, o desenvolvimento do projeto se concentrou na capacitação dos alunos de graduação para a realização do trabalho junto à comunidade. Além disto, iniciou-se o cadastro das escolas e instituições parceiras que tinham o interesse de receber as apresentações dos alunos. Em relação a este primeiro ponto, foi pedido a leitura de bibliografia específica da área de atuação do projeto, que consistia nas obras de Lobaczewski (2008), Robert Hare (2013), Matthew Huss (2011) e Liliana Paesani (2002). Ademais, os professores orientadores proferiram palestras de capacitação relacionadas à responsabilidade civil e penal na internet (professor do Direito) e instrumentos de informática que podem ser utilizados para a proteção da pessoa no meio digital (professor do curso de Sistemas de Informação).

Após o ciclo de formação do material humano necessário para o desenvolvimento com duração de 6 (seis) meses, os participantes foram divididos em 3 (três) grupos que trabalhariam determinados tipos de público alvo. Esta divisão foi necessária na medida em que as crianças, os adolescentes e os adultos precisam de uma linguagem específica para que a comunicação possa ser completada da melhor maneira possível.

A orientação do grupo voltado para o trabalho com as crianças ficou sob a coordenação da professora de Psicologia, haja vista que a forma de abordagem com este público merece a atenção de um profissional especializado em desenvolvimento e comportamento infantil. As crianças foram trabalhadas em pequenos grupos nas escolas parceiras do projeto, de forma a alcançar o objetivo através de atividades lúdicas que seriam realizadas em casa juntamente com os pais. Com cada grupo foram realizados três encontros de 30 minutos e ao final de cada um deles era apresentado um vídeo infantil que apontava para os riscos do uso indevido da internet. O objetivo foi sensibilizar as crianças quanto às situações de exposição nas redes sociais e à necessidade de informar os pais sobre toda e qualquer situação de risco e vulnerabilidade.

O grupo dos adolescentes ficou sobre a responsabilidade do professor de Direito. Utilizou-se uma didática voltada para transmissão da mensagem de proteção da internet através de uma peça teatral criada pelos alunos, vídeos com matérias sobre pedofilia, vídeo de blog famoso entre os adolescentes como a da Julia Tolezano (Jout Jout); dinâmica de descontração, papo aberto (conversa informal com os adolescentes) para orientação e troca de experiências. Para cumprir todo o material garantindo a efetivação dos objetivos foram necessários de 2 a 3 encontros de tempo não superior a 60 minutos.

O terceiro grupo, responsável pela abordagem com os adultos (responsáveis pelas crianças e adolescentes), foi coordenado por um professor do Direito e um professor do curso de Sistemas de Informação. Em um primeiro momento foram realizadas reuniões para discutir a construção do material a ser utilizado nas apresentações. Optou-se por uma abordagem com a linguagem mais clara possível, inclusive com a utilização de imagens e vídeos durante as apresentações.

Finda a preparação dos grupos, iniciou-se o ciclo de apresentações nas escolas de Itumbiara-GO. Estas apresentações foram realizadas em escolas

públicas e particulares. Todas as escolas que solicitaram a presença do projeto foram atendidas, sem distinção de qualquer natureza.

Figura 1 - Trabalho realizado com as crianças.



Fonte: Acervo do projeto.

Durante as explanações, percebeu-se que as crianças, apesar da pouca idade, conhecem e estão inseridas no mundo digital, contudo não estão totalmente conscientes dos riscos que a utilização do celular, tablet ou computador podem causar. Foi comum que os participantes fizessem perguntas e comentassem os vídeos e explicações realizadas pelos alunos, demonstrando o interesse das crianças pelo tema, principalmente em relação à necessidade de contar aos responsáveis todas as situações que ocorrerem durante o uso da internet.

Figura 2 - Trabalho realizado com os adolescentes.



Fonte: Acervo do projeto.

Nesta dinâmica, os alunos apresentaram uma peça teatral, onde foi encenado um abuso cometido por um psicopata que conquista uma garota para conseguir fotos íntimas (nudes), as quais são expostas na internet. A vítima perde sua autoestima, sofre cyberbullying das amigas e se afasta da família. No dinâmico desenrolar da peça, surge um amigo, que serve de elo entre a vítima, sua família e as amigas. Após a peça, uma discussão é feita com todos os adolescentes que assistiram.

Figura 3 - Trabalho realizado com os adultos.



Fonte: Acervo do projeto.

Neste ponto todas as apresentações ocorreram dentro do esperado. No início os ouvintes ficaram relutantes em interagir com os alunos, contudo, na medida em que a palestra caminhava, as pessoas começavam a responder as indagações, sendo que em alguns casos foram realizadas perguntas para os palestrantes. Percebeu-se que o público entendeu a importância de se prevenir em relação aos males da internet, bem como a necessidade de conversar com as crianças e adolescentes sobre a forma de utilização da rede mundial de computadores.

CONCLUSÃO

A partir da indissociável relação entre ensino, pesquisa e extensão, o projeto de extensão buscou aproximar a Universidade da comunidade itumbiareense, permitindo que os alunos de graduação levassem às escolas o conhecimento interdisciplinar adquirido na unidade de ensino. Com a distribuição do projeto em grupos de trabalho, conseguiu-se alcançar o maior público possível nos diversos níveis de maturidade e conhecimento. Percebeu-se que a utilização de uma linguagem próxima de cada idade facilitou o entendimento e a transmissão da mensagem em relação aos perigos da internet. Cada grupo se preparou otimizando sua abordagem em relação ao público alvo.

Em relação aos alunos extensionistas, ficou clara a percepção do desenvolvimento das competências relacionadas à criatividade, liderança, comunicação e expressão. A cada apresentação os extensionistas avaliavam os erros e acertos, melhorando a sua abordagem para a próxima palestra ou dinâmica.

Quanto à comunidade, foi possível observar um grande interesse em relação ao tema. Isso porque, seja criança, adolescente ou adulto, todos estão inseridos em uma sociedade cada vez mais dependente da internet. Ao toma-

rem conhecimento da forma como agem as pessoas com má intenção na rede mundial de computadores, torna-se possível a adoção de medidas que possam evitar que práticas ilícitas (pedofilia, pornografia infantil, sexting, cyberbullying) possam ocorrer em relação às crianças e adolescentes.

No ano de 2016 foram atendidos 360 (trezentos e sessenta) alunos dos colégios entre crianças e adolescentes. Também foram atendidos 225 (duzentos e vinte e cinco) adultos, entre pais, responsáveis e professores. Foram realizadas 20 (vinte) reuniões internas e reuniões com os colégios e 5 (cinco) entrevistas em rádios e emissoras de televisão, com programações regionais. No ano de 2017 foram atendidas 9 (nove) escolas públicas e 1 (uma) escolar particular, perfazendo um total aproximado de 200 (duzentas) crianças e 700 (setecentos) adolescentes de forma presencial. Considerando, ainda, os teatros apresentados ao público aberto (como no ILES/ULBRA Itumbiara durante as semanas acadêmicas), a atuação através da página no Facebook e as entrevistas em outras redes de comunicação, mais de 5.000 (cinco mil) pessoas foram atingidas pela mensagem do projeto comunitário.

O projeto contou com a participação direta de 4 (quatro) professores do ILES/ULBRA Itumbiara, 1 (um) aluno com bolsa para o projeto e 20 (vinte) alunos voluntários, todos dos cursos de direito, sistema de informação e psicologia.

Assim, desde a preparação até a execução nas escolas, o projeto alcançou o seu objetivo de aproximar o ensino, a pesquisa e a extensão universitária junto à comunidade trabalhando um tema crucial na sociedade em que vivemos atualmente.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

COSTA, Chirstian. Curso de Psicologia Criminal. Belém: PlanejaRH, 2008.

DONEDA, Danilo. Da privacidade à proteção dos dados pessoais. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

FONSECA, Antônio Fernandes da. Psiquiatria e Psicopatologia. São Paulo: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.

GONÇALVES, Maria Eduarda. Direito da informação: novos direitos e formas de regulação na sociedade da informação. Coimbra: Almedina, 2003.

HARE, Robert D. Sem Consciência: O mundo Pertubador dos Psicopatas que vivem entre nós. Porto Alegre: Artmed, 2013.

HOLANDA, DANIELLE. Direito à privacidade: uma análise sob a ótica da nova sociedade da informação. 168 f. Dissertação (Mestrado em Direito). Faculdade de Direito do Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

HUSS, Matthew T. Psicologia Forense: Pesquisa, Prática Clínica e Aplicações. Porto Alegre: Artmed, 2011.

LOBACZEWSKI, Andrew N., Ponerologia: psicopatas no poder. Tradução: GO-DOY, Adeline. Campinas: Vide, 2014.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Porto Alegre: Artmed, 1993.

PAESANI, Líliliana Minardi. Direito e Informática. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. Manual esquemático de criminologia. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

PEREIRA, Marcelo Cardoso. Direito à intimidade na internet. Curitiba: Juruá, 2008.

SHINE, Sidney Kiyoshi. Psicopatia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

SILVA, Rita de Cássia Lopes da Silva. Crimes contra a criança e o adolescente e as inovações do Estatuto da Criança e do Adolescente. Ciências Penais. Vol. 10,

p. 320-346. São Paulo: Revista dos Tribunais, jan.-jun., 2008.

SOEIRO, Cristina; GONCALVES, Rui Abrunhosa. O estado de arte do conceito de psicopatia. *Aná. Psicológica*, Lisboa, v. 28, n. 1, p. 227-240, jan. 2010. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312010000100016&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 27 mar. 2017.

VIEIRA, Tatiana Malta. O direito à privacidade na sociedade da informação: efetividade desse direito fundamental diante dos avanços da tecnologia da informação. 297 f. Dissertação (Mestre em Direito). Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

ZANELLATO, Marco Antonio. Condutas ilícitas na sociedade digital. In: DINIZ, Maria Helena; LISBOA, Roberto Senise (coordenadores). *O direito civil no século XXI*. São Paulo: Saraiva, 2003.

MADALENA, Juliano. Comentários ao marco civil da internet - Lei 12.965, de 23 de abril de 2014. *Revista de Direito do Consumidor*. Vol. 94, p. 329-350. São Paulo: Revista dos Tribunais, jul.-ago., 2014 [recurso eletrônico].

ALBUQUERQUE, Roberto Chacon de. *A Criminalidade Informática*. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2006.

BARROS, Marco Antonio de. Crimes informáticos e a proposição legislativa: Considerações para uma reflexão preliminar. *Revista dos Tribunais*. Vol. 865, p. 399-433. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

FURNALETO NETO, Mário; GIMENES, Eron Veríssimo; SANTOS, José Eduardo Lourenço dos. *Crimes na Internet e Inquérito Policial Eletrônico*. São Paulo: Edipro, 2012.

CASABONA, Carlos Maria Romeo. Dos delitos informáticos ao crime cibernético: uma aproximação conceitual e político-criminal. *Ciências Penais*. Vol. 4, p. 83-121. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.



Humanização na saúde: reflexões sobre as relações de trabalho por meio de ações extensionistas

Humanization in health: reflections about work relations through extension acts

Kátia Lilian Sedrez Celich
Docente do Curso de Enfermagem da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS
katia.celich@uffs.edu.br

Larissa Hermes Thomas Tombini
Docente do Curso de Enfermagem da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS
larissa.tombini@uffs.edu.br

Jeane Barros de Souza
Docente do Curso de Enfermagem da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS
jeane.souza@uffs.edu.br

Valéria Silvana Faganello Madureira
Docente do Curso de Enfermagem da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS
valeria.madureira@uffs.edu.br

Liane Colliselli
Docente do Curso de Enfermagem da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS
liane.colliselli@uffs.edu.br

Sílvia Silva de Souza
Docente do Curso de Enfermagem da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS

RESUMO

Tem-se como objetivo deste trabalho, compartilhar a experiência do programa de extensão "Humanização nas práticas de atenção à saúde: ressignificando as relações de trabalho", na perspectiva dos docentes que participaram do processo de construção, planejamento, execução e avaliação das atividades propostas. Trata-se de um relato de experiência, vivenciado durante três oficinas desenvolvidas de agosto de 2017 a junho de 2018, por 18 docentes dos cursos de Enfermagem e Medicina da Universidade Federal da Fronteira Sul, em 9 unidades básicas de saúde do município de Chapecó-SC, com a participação de aproximadamente 210 profissionais do serviço. A experiência foi percebida como positiva para os docentes e enfatizou a importância de ações extensionistas no âmbito acadêmico com vistas a integrar e fortalecer a relação entre Instituições de Ensino Superior e serviços de saúde, além de agregar, transformar e (re) organizar as práticas em saúde, repercutindo na qualificação dos envolvidos e na assistência em saúde.

Palavras-chave: Humanização; Relações interpessoais; Trabalho; Educação Permanente.

ABSTRACT

The objective of this paper is to share the experience of the extension program "Humanization in health care practices: re-signification of work relations", from the perspective of teachers who participated in the whole process of construction, planning, execution and evaluation of activities proposals. This is an experience report, which was carried out during three workshops held from August 2017 to June 2018 by 18 professors of Nursing and Medicine courses of the Federal University of the Southern Frontier, in nine basic health units in the municipality of Chapecó- SC, with the participation of approximately 210 professionals of the service. The experience was perceived as positive for teachers and emphasized the importance of extension activities in the academic field in order to integrate and strengthen the relationship between Higher Education Institutions and health services, as well as to aggregate, transform and (re) organize health, impacting the qualification of those involved and health care.

Keywords: Humanization; Interpersonal relations; Work; Permanent Education.

INTRODUÇÃO

A humanização das práticas de atenção e de gestão no Sistema Único de Saúde (SUS) não é tema novo de discussão e proposições, no entanto, continua sendo uma preocupação recorrente e atual de gestores, profissionais, usuários e das instituições de ensino em saúde, na busca pela consolidação e qualificação do SUS.

A Política Nacional de Humanização (PNH), lançada em 2003 pelo Ministério da Saúde, objetiva efetivar os princípios do SUS no cotidiano das práticas de atenção e gestão, qualificando a saúde pública no Brasil e incentivando trocas solidárias entre os usuários, trabalhadores e gestores no processo de produção de saúde (BRASIL, 2013).

A humanização é a valorização dos usuários, trabalhadores e gestores no processo de produção de saúde, oportunizando uma maior autonomia, a ampliação da capacidade de transformar a realidade em que vivem por meio da responsabilidade compartilhada, da criação de vínculos solidários e da participação coletiva (BRASIL, 2013).

No entanto, sabe-se que a distância entre aquilo que se considera o ideal teórico posto em documentos oficiais e o cotidiano das práticas e processos de trabalho desenvolvidos nos serviços de saúde constitui desafio, persistindo a abordagem recorrente da humanização nos processos de desenvolvimento e educação permanente dos trabalhadores para atuação no SUS.

Nessa perspectiva, em 2007 o Ministério da Saúde propôs a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) como estratégia do SUS para a formação e o desenvolvimento dos seus trabalhadores, buscando articular a integração entre ensino, serviço e comunidade (BRASIL, 2009). A PNEPS surgiu com o intuito de promover transformações nas práticas do trabalho, com base em reflexões críticas, propondo o encontro entre o mundo da formação e o mundo do trabalho, por meio da interseção entre o aprender e o ensinar na realidade dos serviços (BRASIL, 2009).

Para tanto, o papel das Instituições de Ensino Superior (IES) é proporcionar ferramentas que permitam o empoderamento dos profissionais para o desenvolvimento de um pensamento crítico-reflexivo nos processos de trabalho. Diante desta prerrogativa, despontam ações que resultam no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, incorporadas ao cotidiano profissional (BOMFIM et al, 2017).

As IES podem contribuir para o aprimoramento da educação permanente em saúde por meio de ações extensionistas, pois a extensão configura-se em um recurso educativo, cultural e científico que articula a universidade com as demandas dos segmentos majoritários da população (SILVA et al., 2013). Aliado ao exposto, a extensão universitária surge como uma possibilidade para o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias para promover um aprendizado capaz de superar os limites impostos de forma a auxiliar os profissionais no gerenciamento do cuidado, além de proporcionar uma atuação

qualificada junto à equipe interdisciplinar de saúde. Tais iniciativas buscam integrar as IES e os serviços de saúde (COLLISELLI et al., 2016).

Destarte, em 2017, surgiu o programa de extensão "Humanização nas práticas de atenção à saúde: ressignificando as relações de trabalho", uma parceria estabelecida entre a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e a Secretaria Municipal de Saúde (SESAU) de Chapecó-SC, com a finalidade de desenvolver atividades de educação permanente acerca dos processos de trabalho como uma necessidade contínua, na perspectiva da Política Nacional de Humanização (PNH), a partir da realidade da equipe multiprofissional e das necessidades de saúde dos usuários e dos serviços ofertados.

O município de Chapecó possui uma rede estruturada composta por 26 Unidades Básicas de Saúde (UBS), além de unidades especializadas e de apoio, somando mais de 40 serviços em toda a rede própria, e possui um quadro de pessoal composto por 1.529 servidores. É importante destacar que a Rede de Atenção à Saúde (RAS) é considerada uma estratégia para organizar a atenção e a gestão dentro do Sistema Único de Saúde (SUS), com a finalidade de garantir ao usuário efetividade e eficiência no serviço de saúde a ser prestado, como também, assegurar a integralidade do cuidado através de ações dentro de diversos meios tecnológicos, tendo a atenção básica como a porta de entrada no serviço (BRASIL, 2010).

Ao vislumbrar resultados positivos na vivência das ações extensionistas, nasceu esse artigo com o objetivo de compartilhar a experiência do programa de extensão "Humanização nas práticas de atenção à saúde: ressignificando as relações de trabalho", na perspectiva dos docentes que participaram de todo o processo de construção, planejamento, execução e avaliação das atividades propostas.

METODOLOGIA

A criação do programa de extensão surgiu a partir de reuniões realizadas para a construção dos Contratos Organizativos de Ação Pública Ensino Saúde (COAPES), momento em que foi apresentada pela SESAU de Chapecó, a necessidade de qualificar o processo de trabalho em saúde, na perspectiva da PNH, conforme a realidade da equipe multiprofissional e das necessidades de saúde dos usuários e das ações e serviços ofertados.

Assim, docentes da área da saúde de três IES, do município de Chapecó, se reuniram com o intuito de estabelecer estratégias de atuação nas 26 UBS. A partir de então, os docentes do Curso de Enfermagem e Medicina da UFFS passaram a realizar reuniões internas para discutir a temática, definindo metodologias a serem utilizadas e as unidades de saúde onde cada docente iria desenvolver as ações, dando preferência para atuar no local onde desenvolviam as atividades teórico práticas.

Após a sensibilização com a temática, os docentes do Curso de Enferma-

gem e Medicina da UFFS organizaram o programa de extensão "Humanização nas práticas de atenção à saúde: ressignificando as relações de trabalho", e assim, realizaram três oficinas, de agosto de 2017 a junho de 2018, em nove unidades de saúde do município de Chapecó, onde a universidade realizava atividades teórico práticas.

As oficinas foram organizadas a fim de discutir a humanização no serviço e maneiras de melhorar as ações no trabalho e no atendimento aos usuários. Contou-se com a participação de 18 docentes e aproximadamente 210 profissionais atuantes nas equipes das UBSs, entre médicos, odontólogos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, agentes comunitários, auxiliares de consultório dentário e membros do Núcleo de Apoio em Saúde (NASF) como psicólogos, educadores físicos, nutricionistas, farmacêuticos e assistentes sociais.

As oficinas foram realizadas no próprio espaço das UBS, em dias previamente agendados, nos momentos de reunião de equipe, com a participação ativa dos profissionais.

RESULTADOS E DICUSSÃO

O processo de construção e o planejamento das ações

A partir da Portaria Interministerial nº 1.127/MEC/MS que institui as diretrizes para a celebração dos COAPES com o intuito de fortalecer a integração entre ensino, serviço e comunidade no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), surgiu a necessidade de articular as IES aos serviços de saúde (BRASIL, 2015). O COAPES pretende garantir o acesso do ensino superior aos estabelecimentos de saúde como cenário de prática e direcionar esforços para que os programas de formação contemplem compromissos da educação superior com a melhoria dos indicadores de saúde e do desenvolvimento dos trabalhadores de saúde do território (BRASIL, 2015).

Com o objetivo de implementar a Portaria Interministerial nº 1.127/MEC/MS, foi criado um grupo de trabalho constituído por docentes das três IES e da SESAU, no município de Chapecó, em julho de 2016. A partir de então, encontros foram agendados para discutir as melhores estratégias de atuação e, nesses momentos, os representantes da SESAU discorreram sobre algumas lacunas e/ou distanciamentos percebidos no cotidiano de trabalho e que, com a aproximação entre ensino e serviço, poderiam ser preenchidas e/ou minimizados.

Em 2017 foi organizado o Projeto Humaniza, uma parceria entre a SESAU e as IES da área da saúde no município de Chapecó. Para divulgar o projeto no município, a SESAU organizou uma abertura oficial do Projeto Humaniza, que integrou as ações em comemoração ao centenário de Chapecó, com a parti-

cipação de todos os servidores da saúde no Centro de Eventos do município, com a presença do prefeito, secretário municipal de saúde, vereadores e demais autoridades, introduzindo as ações que seriam desenvolvidas no decorrer dos próximos meses nas UBSs, com apoio do Conselho Municipal de Saúde, incentivando a participação de todos os trabalhadores do setor, divulgando o projeto para a comunidade geral.

Assim, as IES se responsabilizaram em realizar atividades nas UBSs onde atuavam, a fim de refletir sobre as necessidades e dificuldades evidenciadas no setor saúde do município, de modo a exercer seu papel social na comunidade.

As reuniões foram desenvolvidas para traçar um plano de ação, que pudesse refletir a humanização nas relações de trabalho com os profissionais do setor saúde, surgindo a ideia de realizar três oficinas em cada unidade de saúde. Então, a UFFS, envolvendo docentes dos cursos de Medicina e da Enfermagem, iniciou o trabalho de sensibilização, realizando primeiramente as oficinas entre os docentes, para posteriormente executar as três oficinas nas nove UBSs.

A execução das oficinas

As oficinas foram conduzidas por docentes, potencializando o arcabouço teórico e sustentando as atividades práticas desenvolvidas. Para estimular o processo crítico-reflexivo, a interpelação inicial dos encontros se deu a partir da problematização de uma situação vivenciada na prática dos profissionais, o que oportunizou uma atmosfera de troca de saberes, possibilitando aos profissionais apresentarem vivências do seu cotidiano laboral ao ilustrar aspectos relacionados às diversas situações e contextos da prática.

A problematização de uma situação vivenciada na prática dos profissionais, além de aproximar os docentes do público participante, estimulou a reflexão acerca de uma realidade, de um fato ocorrido, além de contribuir para a construção de profissionais críticos (FUJITA et al., 2016).

As ações de educação desenvolvidas entre ensino e serviço podem evidenciar alternativas que resultem em transformação das práticas em saúde a partir da problematização coletiva (BRASIL, 2004). O processo educativo na prática possui múltiplas facetas, sendo dinâmico e complexo, pois se desenvolve com base nas trocas entre os atores envolvidos. Quando se trata de qualificar pessoas que trazem experiências profissionais para o contexto da aprendizagem, o desafio é valorizar seu conhecimento e as vivências do seu cotidiano (SILVA e DUARTE, 2015).

A primeira oficina foi um momento de estabelecer vínculo com os profissionais da saúde e apresentar a maneira que os encontros seriam trabalhados dali para frente, buscando organizar a agenda das próximas oficinas. Nesse primeiro encontro buscou-se refletir sobre os sentidos da humanização, com todos os participantes sentaram-se em círculo ao redor de uma mandala que continha panos estendidos de várias cores, velas acesas, corações coloridos,

plantas, entre outros.

Os participantes receberam uma folha em branco e foram convidados a escrever o significado de "humanização", ao som de uma música instrumental suave. Então, cada participante apresentou seu significado ao grande grupo e colocou seu papel no meio da mandala. Após, os docentes instigaram os participantes a refletir sobre os significados da roda, tendo como referencial teórico a PNH, do Ministério da Saúde.

Para encerrar esse momento, os participantes foram convidados a fazer a dança circular, considerando a importância do trabalho em equipe no setor saúde. A dança circular desenvolve o equilíbrio entre a pessoa e o coletivo, com a experiência de enraizamento e de união, onde os componentes do grupo percebem que não estão sozinhos, pelo contrário, encontram-se amparados e reconhecem a igualdade no centro da roda, visualizando a presença singular e insubstituível de cada componente ali presente (LEONARDI, 2007).

Na segunda oficina, buscou-se refletir sobre a humanização na atenção e gestão do SUS. Para tanto, foi utilizada a técnica do "World Café", que é um método participativo para a criação de uma rede de diálogo colaborativo com conversações significativas e relevantes, que buscam estimular a inteligência coletiva, possibilitando estabelecimento de vínculos, na busca pela responsabilidade social (VALLONE et al, 2017).

Para a realização do "World Café", os profissionais das equipes saúde da família foram divididos em três grupos. Em cada grupo, havia um estudo de caso e os participantes foram convidados a responder "O que eu vejo?", "O que eu penso do que eu vejo?", "O que eu faço com o que eu penso do que eu vejo?" Após as discussões geradas pelos questionamentos, houve um momento de socialização de cada grupo, com fechamento à luz da PNH. A segunda oficina encerrou-se com um lanche comunitário, que foi preparado pelos envolvidos no processo, entre docentes e equipe de saúde.

Na terceira oficina, os docentes iniciaram apresentando a música "Nunca deixe de sonhar", de autoria de Piska e decoraram a mesa principal da sala com muitos bombons "Sonho de Valsa". Os profissionais de saúde foram convidados a degustar os bombons ao som da música, buscando refletir que é preciso sonhar com novas possibilidades no setor saúde.

Em seguida, os docentes apresentaram uma tabela adaptada de avaliação do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade na Atenção Básica (PMAQ-AB), do Ministério da Saúde, que os profissionais já estavam habituados a utilizar, e a partir de então, os participantes, divididos em pequenos grupos, foram convidados a responder as seguintes questões: Qual(is) seu(s) sonho(s) para o bom andamento dos trabalhos no serviço de saúde?; Objetivo/meta; Estratégias para alcançar os objetivos/meta; Atividades a serem desenvolvidas; Recursos necessários para o desenvolvimento das atividades propostas; Resultados esperados; Profissionais responsáveis.

Os pequenos grupos apresentaram suas respostas para todos os participantes, havendo intensa participação e discussão, gerando grandes possibilidades de atuação, tanto a nível local, como em ações envolvendo toda a rede

de atenção do município de Chapecó.

A avaliação dos encontros

No decorrer das oficinas observou-se que os profissionais participaram de forma interativa, comprometida, motivada e dialógica, repercutindo de forma positiva no envolvimento e satisfação dos docentes. É importante salientar que após o término de cada oficina realizada, houve um momento destinado para avaliar as vivências, sendo que os profissionais da saúde avaliaram de forma positiva, demonstrando interesse em continuar participando das atividades.

No entanto, alguns servidores da saúde questionaram a falta da participação dos gestores da SESAU nas oficinas realizadas, pois por diversas vezes evidenciaram que eram cobrados em atender os usuários do SUS com humanização, mas não se sentiam acolhidos de tal forma pela própria SESAU.

É importante destacar que os profissionais das UBSs, que integram a Estratégia Saúde da Família, já vem realizando avaliações dos serviços prestados, por meio do PMAQ-AB, que tem como objetivo incentivar os gestores e as equipes a melhorar a qualidade dos serviços de saúde oferecidos a comunidade, propondo estratégias de qualificação, acompanhamento e avaliação do trabalho (BRASIL, 2015).

Na terceira oficina, ao utilizar uma avaliação adaptada, conforme a realidade do PMAQ, foi possível extrair sugestões interessantes para o aprimoramento da assistência em saúde no local de trabalho, bem como na rede de atenção em saúde, envolvendo ações em diversas áreas da SESAU, em busca do aprimoramento e da qualidade do cuidado, possibilitando ações reais de transformação da atual realidade.

Todas as sugestões e reivindicações discutidas nas oficinas foram ouvidas atentamente pelos docentes, que encaminharam de forma escrita para os gestores da SESAU, como uma devolutiva das ações realizadas. Porém, não se pode negar que as docentes, por vezes, sentiram-se impotentes, pois algumas sugestões e principalmente reclamações não dependiam delas nem dos profissionais da saúde que estavam participando das atividades, mas de fato, dependia exclusivamente da mudança de atitude dos gestores.

Nas avaliações ficou evidente o quanto cada profissional precisa se autoavaliar e exercer seu papel na equipe de saúde, para o bom andamento das ações. Foi possível estabelecer metas, principalmente na última oficina, para alcançar a humanização nos serviços de saúde, refletindo que cada integrante da equipe é muito importante para o resultado final e que seja na comunidade ou dentro de um consultório, se faz necessário prestar uma assistência humanizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização das oficinas possibilitou que todos os profissionais da saúde pudessem se expressar, sendo valorizados seus discursos, independente das funções que exerciam no serviço. Ainda, foi oportunizado momentos de reflexão sobre a importância do papel individual de cada profissional para o aprimoramento e qualificação do trabalho da equipe de saúde.

Os profissionais puderam discutir entre si, em prol da resolutividade e agilidade das ações em saúde, realizando sugestões para o aprimoramento do serviço na atenção primária em saúde e na rede de atenção, envolvendo também o setor secundário e terciário. Além disso, foram oportunizados ricos momentos de reflexão sobre a importância do trabalho em equipe para se atingir a humanização nos serviços de saúde.

Por meio do programa foi possível estreitar mais os laços entre a equipe da SESAU e os docentes da UFFS, bem como entre os docentes e os profissionais da saúde das UBS, evidenciando a importância em realizar ações extensionistas, a fim de manter o vínculo da universidade com a comunidade.

A experiência de extensão, somada às vivências no ensino e pesquisa, despertaram um sentimento de satisfação nos docentes. De forma empírica, observou-se que os profissionais da saúde manifestaram motivação para implementar na prática o aprendizado dos encontros, aperfeiçoando e refletindo o seu saber fazer.

Tem-se como desafio a maior integração entre as três IES do município, bem como a integração entre cada universidade com o serviço de saúde. Outra questão que ainda necessita de aperfeiçoamento é a participação dos profissionais em todos os encontros, pois devido às escalas de trabalho ininterruptas, nem sempre foi possível contar com todos os integrantes da equipe de saúde.

Recomenda-se que outros projetos de extensão sejam realizados devido ao potencial de agregar, transformar e (re)organizar a prática em saúde, repercutindo na qualificação dos envolvidos e na assistência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação em Saúde. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em:

<<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/volume9.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Portaria nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010. Disponível em: < http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saude-legis/gm/2017/prc0003_03_10_2017.html>. Acesso em: 30 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. Manual de Apoio aos Gestores do SUS para a implementação do COAPES [Recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão da Educação na Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 27 p. Disponível em: < <http://www.ufjf.br/icvgv/files/2017/06/3.-Manual-de-Apoio-aos-Gestores-do-SUS-para-implementa%C3%A7%C3%A3o-do-COAPES.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Manual instrutivo do PMAQ para as equipes de Atenção Básica (Saúde da Família, Saúde Bucal e Equipes Parametrizadas) e Nasf / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: < http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_instrutivo_pmaq_atencao_basica.pdf>. Acesso em: 31 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. HumanizaSUS: Política Nacional de Humanização (PNH). 1 ed. Brasília, 2013. Disponível em: < http://bvsms.saude.gov.br/bvs/folder/politica_nacional_humanizacao_pnh_1ed.pdf>. Acesso em: 31 out. 2018.

BOMFIM, E.S. et al. Educação permanente no cotidiano das equipes de saúde da família: utopia, intenção ou realidade? Revista Online de Pesquisa Cuidado É Fundamental, 2017. abr./jun. 9(2): 526-535. Disponível em: < <http://seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/5464>>. Acesso em: 31 out. 2018.

COLLISELLI, L. et al. Ensino e cuidado na saúde: limites e possibilidades vivenciadas durante o aprender fazendo. In: KLEBA M.E., PRADO M.L. do, REIBNITZ K.S.. Diálogos sobre o ensino na educação: vivências de reorientação na formação profissional em saúde. Chapecó -SC Argos, 2016, p.75-96.

FUJITA, J.A.L.M. et al. Uso da metodologia da problematização com o Arco de Maguerez no ensino sobre brinquedo terapêutico. *Rev Port Educação*. 2016, 29(1):229-58. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0871-91872016000100011&lng=pt&nrm=iso>. <http://dx.doi.org/10.21814/rpe.5966>>. Acesso em: 31 out. 2018.

LEONARDI, J. O caminho noético: o canto e as danças circulares como veículos da saúde existencial no cuidar. 2007. 140p. Dissertação (Mestrado em Enfermagem Psiquiátrica). - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22131/tde-19102007-131820/pt-br.php>>. Acesso em: 29 out. 2018.

SILVA, D. S.J.R.; DUARTE, L.R. Educação permanente em saúde. *Rev. Fac. Ciênc. Méd. Sorocaba*, v. 17, n. 2, p. 104 - 105, 2015. Disponível em: <<file:///C:/Users/home/Downloads/23470-61162-1-PB.pdf>>. Acesso em: 31 set. 2018.

SILVA, O.M. et al. A educação em saúde como instrumento para prevenção de doenças. *Rev. Udesc em Ação*. v.7, n.1, 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/cidadaniaemacao/article/view/3170>>. Acesso em: 31 out. 2018.

VALLONE, M.L. et al. Construindo a rede de extensão da PUC Minas: o uso da metodologia do "Café com Ideias" Conecte-se! *Revista Interdisciplinar de Extensão*. v. 1. nº 1. 2017. Disponível em: <<file:///C:/Users/home/Downloads/16169-57188-1-PB.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2018.



Projeto Rondon - operação Tocantins: mamãe de primeira viagem e cuidados com o RN

Rondon Project - Tocantins operation: mommy of first travel and care with the RN

Camila Kuhn Vieira
Mestranda do Programa de Pós-Graduação (PPG) em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, UNICRUZ.
Bolsista da CAPES. Graduação em Enfermagem – UNICRUZ, Cruz Alta - RS
camilakuhn1994@hotmail.com

Carine Nascimento da Silva
Mestranda do Programa de Pós-Graduação (PPG) em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, UNICRUZ.
Bolsista da CAPES. Graduação em Fisioterapia – UNICRUZ, Cruz Alta - RS
kaca_nascimento@hotmail.com

Luana Possamai Menezes
Enfermeira, Mestra em Enfermagem. Docente do Curso de Enfermagem da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ.
Membro do Grupo de Pesquisa Enfermagem no contexto da Assistência à Saúde - ENFAS, vinculado ao Curso de
Enfermagem da UNICRUZ. Membro do Núcleo do Projeto Rondon. Cruz Alta- RS, Brasil
luamenezes@unicruz.edu.br

RESUMO

O objetivo do presente estudo é o relatar a experiência dos rondonistas da Universidade de Cruz Alta - RS, na Operação Tocantins, na oficina de 'Mamãe de primeira viagem'. A metodologia adotada foi um relato de experiência, vivenciadas pelos acadêmicos/rondonistas do Projeto Rondon da Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ, na Operação Tocantins, no município de Nova Rosalândia no Estado do Tocantins. Nessa oficina foram apresentadas temáticas relacionadas às posições corretas da amamentação, aos cuidados gerais da criança, ao pré-natal, à puericultura. Em seguida, foi realizada uma atividade prática sobre a maneira correta de dar banho no RN, a limpeza do coto umbilical e a troca de fralda. Logo, conclui-se que essa oficina mostrou-se um ferramenta de aprendizagem da teoria com a prática, trazendo a ação de transformação social e de saúde, fortalecendo as práticas de promoção e prevenção da saúde, estimulando essa adolescente a procurar os serviços de saúde, com o propósito de prevenir-se.

Palavras-chave: Gravidez na Adolescência; Saúde Materno-Infantil; Promoção da Saúde.

ABSTRACT

The objective of the present study is to report the experience of the rondonistas of the University of Cruz Alta - RS, in Operation Tocantins, in the workshop of 'Mommy of first trip'. The methodology adopted was an experience report, lived by the scholars / rondonists of the Rondon Project of the University of Cruz Alta - UNICRUZ, in Operation Tocantins, in the municipality of Nova Rosalândia, State of Tocantins. This workshop presented topics such as the correct positions of breastfeeding, general childcare, prenatal care, childcare. Afterwards a practical activity was performed on the correct way of bathing in the newborn, cleaning the umbilical stump and diaper change. Therefore, it is concluded that this workshop has shown to be a tool to learn from theory to practice, bringing the action of social and health transformation, strengthening practices of health promotion and prevention, encouraging this adolescent to seek health services, for the purpose of prevention.

Keywords: Pregnancy in Adolescence; Maternal and Child Health; Health promotion.

INTRODUÇÃO

Atualmente, deve-se sempre se preocupar em preparar os acadêmicos não somente para o mercado de trabalho, mas também para o efetivo exercício da cidadania, podendo a extensão universitária ser uma forma de estímulo e assim a educação seja efetivamente um mecanismo de transformação social.

Um meio de realizar esse preparo dos acadêmicos, é o Projeto Rondon, desenvolvido pelo Ministério da Defesa, em parceria com governos estaduais, municipais e Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas, o qual contribui para a formação do jovem universitário como cidadão e para o desenvolvimento sustentável nas comunidades carentes, sendo de suma importância na melhoria da qualidade de ensino e na formação acadêmica-cidadã. O Rondon é um projeto de extensão universitária, extremamente importante pois promove a socialização de experiências regionais, incentivando a criação de projetos inovadores em benefício das comunidades mais necessitadas de todo o Brasil (PROJETO RONDON, 2017).

O Projeto Rondon (2017), é coordenado pelo do Ministério da Defesa e conduzido em estreita parceria com o Ministério da Educação, o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, o Ministério da Saúde, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Integração Nacional, o Ministério do Esporte e a Secretaria de Governo da Presidência da República. Possui uma ação interministerial do Governo Federal realizada em coordenação com os Governos Estadual e Municipal, que em parceria com as Instituições de Ensino Superior, reconhecidas pelo Ministério da Educação, buscando somar esforços com as lideranças comunitárias e a população, objetivando contribuir com o desenvolvimento sustentável e na construção e promoção da cidadania.

Sabendo-se disso, o Projeto Rondon representa uma oportunidade de formar futuros profissionais capacitados com o exercício da cidadania, que futuramente, compreenderão, julgarão, defenderão e contribuirão de alguma forma para a construção da sociedade das próximas gerações. Portanto, o projeto é um meio poderoso de transformação, de universitários e das comunidades beneficiadas, incentivando a formação de multiplicadores entre produtores, agentes públicos, professores e lideranças locais, isso possibilita que as ações tenham efeitos duradouros, favorecendo no longo prazo a população, a economia, o meio ambiente e a administração locais. (PROJETO RONDON, 2017).

A realização de projetos com o objetivo de cidadania aproxima o universitário da diversidade brasileira, criando bases para que possam contribuir, através das atividades voluntárias, para o desenvolvimento das comunidades. Contudo, esse projeto de ação torna a capacitar e enviar alunos e professores para empreender, interagir e motivar as comunidades locais, desenvolvendo práticas e teorias voltadas para a formação de multiplicadores, sendo replicadores das ações no território buscando o desenvolvimento e melhoria do local onde vivem.

Para que isso ocorra, após a seleção da equipe e região onde as IES irão

atuar, acontece um aprofundado estudo em todas as áreas do município selecionado. Esse estudo relata a atuação da equipe do conjunto A da Universidade de Cruz Alta na operação Tocantins do Projeto Rondon, destacando a área da saúde, com um enfoque maior, a necessidade de apoio ao combate a zoonoses, à farmácia básica, o acesso à formação e ao atendimento de especialidades, à saúde da mulher em todas as faixas etárias (adolescente, adulta e idosa) e a descentralização das capacitações dos profissionais de saúde.

Apesar do Estado de Tocantins ter ampla cobertura no âmbito de saúde, a Atenção Básica à Saúde do país, possui números relevantes de internações sensíveis à atenção básica (34% em 2013), baixa cobertura de homogeneidade das vacinas de rotina, além de continuar endêmico para dengue, leishmaniose visceral e hanseníase, apontando sérias lacunas na operacionalização de ações e serviços (PORTAL TOCANTINS, 2016).

Foi observado que houveram avanços significativos no número de consultas de pré-natal, redução da mortalidade infantil, o sucesso no controle da malária e erradicação do sarampo (PORTAL TOCANTINS, 2016). Sendo assim, para que esses índices de avanços continuem a se elevar, é importante uma capacitação das gestantes, muitas vezes mães adolescentes. A gravidez na adolescência caracteriza-se como uma situação de risco psicossocial para jovens que iniciam uma vida familiar não intencionada, diante da gravidez, é enfrentado um processo de amadurecimento precoce (BARROSO et. al, 2015).

Informação e esclarecimento para a mãe de primeira viagem é muito importante, principalmente que o recém-nascido precisa ser estimulado desde os primeiros minutos de vida, a amamentação correta e o contato pele a pele imediato, pois contribui para sucção eficaz, aumentando a duração da lactação, além de influenciar de forma positiva a relação mãe e filho (FUCKS et. al, 2015). Os saberes e a prática dos cuidados com o bebê se iniciam a partir da concepção, porém, se fortalecem após o nascimento, quando o recém-nascido é totalmente dependente, requerendo vários cuidados. A prática ensinada para a mamãe de primeira viagem, de cuidado ao filho, amamentação, busca ser estabelecida conforme o meio cultural, econômico, social e relacional (TOMELERI, MARCON, 2009).

Estima-se que as mães adolescentes devido à inexperiência e à falta de informação afetam os benefícios do estímulo e cuidado precoce, proporcionado para si e seu bebê. Por esses motivos que a equipe A da Universidade de Cruz Alta, desenvolveu uma oficina para mamães de primeira viagem, buscando a reflexão e prática sobre a importância na construção de conhecimentos que forneçam benefícios e compreensão para ações nos cuidados de recém-nascidos de mães adolescentes.

O presente estudo tem como objetivo relatar a experiência dos rondonistas da Universidade de Cruz Alta- RS, na operação Tocantins, sobre uma das oficinas ministradas de conhecimento e orientação realizadas junto as mamães de primeira viagem da cidade de Nova Rosalândia no Estado do Tocantins.

MÉTODO

A pesquisa é caracterizada como um estudo exploratório e descritivo, do tipo relato de experiência. As pesquisas descritivas têm como objetivo descrever as características de uma determinada população, fenômeno ou estabelecimento de relação entre as variáveis, sendo sua característica mais relevante é a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados (GIL, 2008).

O estudo relatará a vivência dos Rondonistas do conjunto A da Universidade de Cruz Alta- UNICRUZ, Rio Grande do Sul – RS, e do conjunto B da Universidade do Vale do Paraíba – UNIVAP, São Paulo – SP, a partir das experiências que obtiveram na Operação Tocantins pelo Projeto RONDON, no município de Nova Rosalândia, executada no período entre 19 de janeiro e 05 de fevereiro de 2017. O município possuía aproximadamente 4.000 habitantes, com uma área de 516,308 km², localizado às margens da BR-153, Belém-Brasília.

O professor-coordenador de cada conjunto, A e B, participaram da chamada Viagem Precursora, na qual conhecem a realidade e as necessidades do município que os demais integrantes desenvolverão suas ações. Assim, trazendo um pouco da realidade da cidade onde as atividades seriam realizadas, passando para os acadêmicos para desenvolvimento e aperfeiçoamento das oficinas em cima das necessidades relatadas pelo professor.

A fase preparatória caracteriza-se em reunir materiais necessários à realização das oficinas e comunicação com a liderança do município. Essa fase ocorreu alguns meses anteriores à Operação, de setembro de 2016 a janeiro de 2017, foram realizadas capacitações dos alunos que foram a campo para desenvolver as atividades, além disso, metodologias dos temas foram debatidas entre a equipe em cada encontro.

As equipes que participaram da Operação Tocantins foram recepcionadas pelo 22º Batalhão de Infantaria de Palmas - TO, antes do início das atividades no município de destino (Nova Rosalândia). Lá foram passadas instruções sobre o clima e sobre como proceder em situações de riscos. Após as orientações, os rondonistas foram distribuídos para o município de ação.

Foi realizada o encontro/oficina "Mamãe de Primeira Viagem (Cuidados com o recém-nascido)" nos dias 26, 01 e 02 de janeiro, respectivamente, no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e na Escola Pedro Teixeira, totalizando 34 participantes, com um ótimo rendimento, com perguntas, dúvidas e discussões. Nessa oficina foram trabalhadas as posições corretas da amamentação, os cuidados gerais da criança, a importância de fazer o pré-natal, a puericultura, e também foram discutidos alguns hábitos alimentares, tanto para a mãe quanto para o recém-nascidos, finalmente, foi ensinada a maneira correta de dar banho no recém-nascido.

A coleta e análise dos dados se realizou através de relatórios de experiências e debates durante as atividades da oficina ministrado pelos acadêmicos do conjunto A da Universidade de Cruz Alta/RS, avaliando a situação do município perante os temas propostos.

RESULTADOS E DICUSSÕES

Primeiramente, torna-se pertinente destacar o processo populacional contemporâneo, pois mesmo ocorrendo uma transição demográfica de âmbito global, com declínio na natalidade e redução da taxa de mortalidade, o índice no Brasil de gravidez na adolescência encontra-se superior ao da média latino-americana (65,5), prevalecendo em 68,4 bebês nascidos a cada mil meninas de 15 a 19 anos (OPAS/OMS, 2018).

De acordo com o DATASUS (2014), o percentual de gravidez na adolescência (10 a 17 anos) no estado de TO atingiu 4,09%. Apesar da redução nas taxa de mortalidade infantil em dez anos (de 28,5 mortes por mil crianças nascidas vivas para 20,5), em 2013 este número voltou a crescer, principalmente por falta de atenção ao recém-nascido (31,5%), ao parto (10,8%) e à gestação (13,2%). Portanto, a ideia de discorrer a gravidez da adolescência tornou-se necessária e emergente.

A fase da adolescência é marcada por um período de mudanças e início da vida sexual. A gravidez precoce torna-se um problema sociocultural e geralmente afeta um grupo da população em situação de vulnerabilidade social, trazendo assim, problemas de saúde materno-infantil.

É nessa perspectiva, que a atenção materno-infantil é um direito de toda a população, em que a Atenção Primária à Saúde (APS) atua de forma direta com o planejamento familiar, o pré-natal, e a puericultura, abrangendo os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), com promoção, prevenção, tratamento e recuperação da saúde.

Na oficina ofertada, "Mamãe de Primeira Viagem (Cuidados com o recém-nascido)", foram apresentadas algumas temáticas como:

- As posições corretas da amamentação;
- Os cuidados gerais da criança e RN;
- O pré-natal;
- Puericultura.

O Ministério da Saúde preconiza o aleitamento materno exclusivo até os seis meses de idade da criança, e ressalta algumas dicas sobre a posição para amamentação e a pega correta da mama: o bebê deve estar virado para a mãe, bem junto de seu corpo, completamente apoiado e com os braços livres; a cabeça do bebê deve ficar de frente para o peito e o nariz bem na frente do mamilo; só coloque o bebê para sugar quando ele abrir bem a boca; quando o bebê pega o peito, o queixo deve encostar na mama, os lábios ficam virados para fora e o nariz fica livre; ele deve abocanhar, além do mamilo, o máximo possível da parte escura da mama (aréola); cada bebê tem seu próprio ritmo de mamar, o que deve ser respeitado (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017, p. 01).

Segunda Cordoba (2013) os benefícios do aleitamento materno **para a mulher são:**

- Previne as complicações hemorrágicas do pós-parto e favorece a regressão uterina ao tamanho normal;
- Estabelece o vínculo afetivo mãe-filho;
- Contribui para o retorno mais rápido do peso pré-gestacional.

Para a criança:

- Facilita a eliminação de mecônio e diminui o risco de icterícia;
- Colabora efetivamente para diminuir a taxa de desnutrição proteico-calórica;
- Protege contra infecções (essencialmente diarreia e pneumonias);
- Diminui a probabilidade de desencadear processos alérgicos.

Desta forma, a consulta do pré-natal é essencial, pois torna-se um momento de interação do profissional de saúde e da gestante, motivando-as para a amamentação exclusiva, simulando técnicas de posicionamentos, e também é realizado o histórico do paciente (gestante), com o exame físico, exames e testes rápidos obrigatórios e necessários para verificar o histórico clínico da paciente.

A puericultura é uma prática do enfermeiro e/ou médico da APS, fundamental para tirar algumas dúvidas que surgem ao longo desta jornada materna, também a puericultura faz um avaliação do crescimento e desenvolvimento da criança, com orientações sobre o calendário vacinal, e demais orientações para a mãe e seu bebê.

Com isso, os fatores que influenciam o crescimento infantil foram apresentados e discutidos, conforme o esquema a seguir:

Figura 1 - Fatores que influenciam o crescimento infantil.



Fonte: Acervo das autoras.

Nesse sentido, destaca-se que as participantes da presente oficina refletiram sobre a relevância da APS, a Estratégia Saúde da Família (ESF) para com o cuidado com a gestante, o RN e nas fases essenciais da criança, proporcionan-

do a Atenção Integral à Saúde.

Na presente oficina, também foi realizada uma atividade com as participantes, sobre a maneira correta para dar banho no RN, a limpeza do coto umbilical e a troca de fralda, sendo uma forma de socialização e exposição da prática adequada. É importante destacar que essa oficina teve o intuito de mostrar para o público-alvo a responsabilidade e o cuidado de ter uma criança, e as práticas essenciais para a gestante e o RN.

Imagem 1 - Oficina 'Mamãe de primeira viagem' aplicada em uma das escolas de Nova Rosalândia - TO.



Fonte: Acervo das autoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente oficina tornou-se uma atividade efetiva para a preparação da gestante-adolescente, que se encontrava despreparada para a chegada do RN. Assim, essa proposta de oficina mostrou-se um ferramenta de aprendizagem da teoria com a prática, trazendo a ação de transformação social e de saúde, fortalecendo as práticas de promoção e prevenção da saúde, transmitindo os princípios fundamentais da APS e estimulando essa adolescente a procurar os serviços de saúde, com o propósito de prevenir-se.

Diante disso, pode-se concluir que o Projeto Rondon é um mediador do desenvolvimento sustentável em comunidades carentes e com a ação das IES torna-se então, um promotor de saúde, como exposto nesse trabalho.

REFERÊNCIAS

CORDOBA, Elisabete. Sistema único de saúde e estratégia saúde da família-SUS e ESF, São Paulo: Rideel, 2013.

DATASUS. Departamento de Informática do SUS. Indicadores de Saúde 2014. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0201>>. Acesso em: 01/07/2016.

BARROSO, Monique Linhares et. al. Consequências da prematuridade no estabelecimento do vínculo afetivo entre mãe adolescente e recém-nascido. Rev Rene. 2015 mar-abr; 16(2):168-75.

FUCKS, Ingrid dos Santos et al. A sala de parto: o contato pele a pele e as ações para o estímulo ao vínculo entre mãe-bebê. Avances en Enfermería, [S.l.], v. 33, n. 1, p. 29-37, ene. 2015. ISSN 2346-0261.

GIL, A. C. Métodos e Técnicas de pesquisa social. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008. Ministério da Defesa. PROJETO RONDON. Brasil, 2017. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/programas-sociais/projeto-rondon>>. Acesso: 22 de outubro de 2017.

Ministério da Saúde. Biblioteca Virtual em Saúde. AMAMENTAÇÃO. Brasil, 2017. Disponível em: <<http://bvsmis.saude.gov.br/dicas-em-saude/2415-amamentacao>>. Acesso: 11 de junho de 2019.

PORTAL TOCANTINS. Governo do Estado do Tocantins. Informações gerais. Disponível em: <<http://to.gov.br/servicos/saude/>>. Acesso em 01/07/2016.

TOMELERI, Keli Regiane; MARCON, Sonia Silva Mar. Mãe adolescente cuidando do filho na primeira semana de vida. Sistema de Información Científica, 2009.

OPAS, Organização Pan-Americana da Saúde; OMS, Organização Mundial da Saúde. América Latina e Caribe têm a segunda taxa mais alta de gravidez na adolescência no mundo, 28 de fev de 2018. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5604:america-latina-e-caribe-tem-a-segunda-taxa-mais-alta-de-gravidez-na-adolescencia-no-mundo&Itemid=820>. Acesso em: 12 abr 2019.



Estratégias de construção da paz numa escola quilombola

Strategies for peacemaking in a quilombola school

Vanessa Cedraz dos Santos
Graduanda do curso de Enfermagem, Departamento de Saúde - DSAU - UEFS, Bolsista PIBEX do Núcleo Interdisciplinar de Estudo sobre Vulnerabilidades em Saúde - NIEVS/UEFS
vanessacedraz@gmail.com

Aisiane Cedraz Morais
Doutora em Enfermagem, Professora Adjunta, Departamento de Saúde
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)
aisicedraz@hotmail.com

Sinara Lima Souza
Doutora em Enfermagem, Professora Adjunta, Departamento de Saúde
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)
sinarals@uefs.com

Rosely Cabral Carvalho
Professora Titular, Departamento de Saúde, Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)
elcarose@uol.com.br

RESUMO

Trata-se de um relato de experiência do Programa "Diagnóstico da violência e estratégias de construção da paz nas escolas municipais de Feira de Santana", desenvolvido pelo Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Vulnerabilidades e Saúde (NIEVS) da Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia. Esta extensão destaca-se pelo recorte inédito de desenvolvermos ações em uma comunidade rural e quilombola, envolvendo 508 adolescentes. Foram realizadas oficinas com os temas: adolescência, violência e violência escolar, raça, racismo e identidade quilombola e construção da Paz. Foi possível compreender a importância das atividades extensionistas, seja para a comunidade envolvida ou para o graduando, na medida em que contribuem para uma formação de uma visão mais crítica e holística das necessidades de comunidades específicas. Observou-se a participação ativa dos adolescentes nas atividades, inclusive sugerindo temas que não estavam inclusos no projeto, como sexualidade; sexo e saúde. Acima de tudo, esta atividade possibilitou interação da universidade com uma comunidade quilombola.

Palavras-chave: Extensão Comunitária; Adolescente; População Negra; Direitos Humanos Coletivos.

ABSTRACT

This is an experience report of the Program "Diagnosis of Violence and Peace-Building Strategies in Feira de Santana Municipal Schools," developed by the Interdisciplinary Center for Vulnerability and Health Studies (NIEVS) at Feira de Santana State University, Bahia. This extension stands out for the unprecedented approach of developing actions in a rural and quilombola community, involving 508 adolescents. Workshops were held with the themes: adolescence, violence and school violence, race, racism and quilombola identity and peacebuilding. It was possible to understand the importance of extension activities, both for the involved and graduating community, as it contributes to a formation of a more critical and holistic view of the needs of specific communities. There was active participation of adolescents in the activities, including suggesting themes that were not included in the project, such as sexuality; sex and health. Above all, this activity enabled the university to interact with a quilombola community.

Keywords: Community-Institutional Relations. Adolescent. African Continental Ancestry Group. Collective Human Rights.

INTRODUÇÃO

Segundo Vieira Netto e Deslandes (2016), devido a sua relevância social, a violência foi reconhecida a partir dos anos 90 como um problema de saúde pública pela Organização Mundial (OMS) e a Organização Pan Americana de Saúde (OPAS). A violência é definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) "como o uso intencional da força ou poder físico, em forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa ou um grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesões, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações" (GREGÓRIO; AMPARO, 2013, p.114-115). Para Netto-Maia et al (2013), a violência caracteriza-se como um evento de difícil resolatividade e comumente relacionada às desigualdades econômicas, fatores socioculturais e o que cada sociedade apresenta sobre particularidades comportamentais e todos estão sujeitos a violência, independentemente de cor, raça ou status social. Porém, grupos específicos estão mais expostos aos atos de violência.

No âmbito escolar, a violência fomenta a elaboração e a implantação de atividades com o objetivo de promover a percepção e a reflexão de como os atos violentos se expressam, quais as causas e suas consequências na rotina das entidades em suas variadas conjunturas sociais, além da prevenção de atos violentos e o incentivo ao enfrentamento (KAPPEL et al., 2014). Para Pereira e Williams (2010), "a escola é fundamental para o pleno desenvolvimento do indivíduo, devendo ser um dos contextos sociais que estimulem as habilidades intelectuais, as habilidades sociais e a absorção crítica dos conhecimentos produzidos em nossa sociedade" (p. 47). Entretanto, referindo-se a uma comunidade quilombola de predominância negra, a violência escolar torna-se mais presente, com maior intensidade e nas suas diversas apresentações, tendo em vista que os negros são as maiores vítimas por causas externas no intervalo etático (10 a 44 anos), sendo que o enfoque maior dessas causas é a violência. Diferente de outras fases da vida, a adolescência é considerada um período saudável e de menor intercorrências em relação a sua saúde, apesar disso, observa-se o crescimento da violência e dos óbitos por causas externas entre os adolescentes (NUNES et al., 2015).

Segundo Araújo (2014), todos os cidadãos estão suscetíveis à violência no Brasil, porém, a população pobre e, sobretudo negra sofre com as diversas ações violentas reconhecidas como atos físicos e/ou simbólicos. Nesse contexto, assim como menciona Leão (2016), a Educação para a Paz configura-se como um recurso contínuo, de execução complexa e primordial, que perpassa por todas as faixas etárias. Não apenas na esfera escolar, mas a Educação para a Paz deve-se fazer parte também do dia-a-dia das pessoas, tanto no ambiente familiar, quanto nos relacionamentos pessoais, nos processos institucionais e meios de comunicação.

Nos últimos anos, a violência nas escolas vem sendo abordada e discutida como um problema educacional, social e de saúde pública. Diversos

fatores são apontados como influenciadores dos atos violentos. Diante deste contexto, a Educação para a Paz surge como uma possibilidade de combater a violência nas escolas, proporcionando a inclusão de projetos socioeducativos no ambiente escolar. Evidencia-se que a escola é um espaço de convivência no qual promove aos estudantes o desenvolvimento de relacionamentos e concepções. A escola é essencial como um espaço proveitoso e favorável para a realização de atividades educativas e reflexivas (CREMONESE et al., 2014).

Este trabalho é um relato de experiência sobre a vivência de uma estudante de enfermagem e integrante do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Vulnerabilidades e Saúde (NIEVS) durante seu trabalho como bolsista de extensão em uma escola Municipal de comunidade quilombola, na sede do distrito da Matinha na cidade de Feira de Santana-BA. Nessa experiência, a estudante traz as percepções e considerações sobre as atividades que abordavam os temas: adolescência, violência/violência escolar, raça/racismo e identidade quilombola.

O plano de trabalho destas ações foi desenvolvido propondo atividades pautadas na educação em saúde e na divulgação de estratégias de Construção da Paz entre adolescentes de uma comunidade quilombola, com finalidade de combater a violência na escola e fora dela, assim como resgatar a identidade e autonomia do adolescente negro, favorecendo o seu empoderamento para enfrentar o racismo/violência. As atividades extensionista foram norteadas pelos princípios da indissociabilidade entre ensino/extensão voltadas à sociedade, proporcionando articulação entre a academia e comunidade, reforçando o compromisso social da universidade e especialmente, através desta proposta de trabalho, um retorno para uma população que foi historicamente excluída e negligenciada.

OBJETIVO

Relatar a experiência durante o desenvolvimento de uma atividade de extensão com Promoção da Paz em uma escola de Comunidade Quilombola no interior da Bahia, compartilhando a experiência como na promoção e orientação diante das ações de Educação em Saúde entre adolescentes quilombolas.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Caracterização do projeto

Trata-se de um relato de experiência de um plano de trabalho de extensão entre julho de 2017 a julho de 2018, vinculado ao Programa "Diagnóstico da violência e estratégias de construção da paz nas escolas municipais de Feira

de Santana-BA", desenvolvido desde 2010 pelo NIEVS (UEFS) entre 32 escolas públicas municipais urbanas deste referido município. Este plano de trabalho traz um recorte inédito de desenvolvermos ações em uma comunidade rural e quilombola.

Etapas da execução

Inicialmente foi feita uma reunião envolvendo docente, discente da UEFS e professores da escola pública Rosa Maria Espiridião Leite, da comunidade Matinha dos Pretos, distrito da zona rural de Feira de Santana, com certificação de Comunidade remanescente Quilombola. O público alvo era formado por 508 alunos com idades entre 11 e 19 anos, do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, distribuídos em 07 turmas do turno matutino.

As atividades aconteceram após a aluna fazer uma revisão bibliográfica sobre cada tema, ter sessões de discussão com orientadora e posteriormente se montava o material didático de cada oficina. Assim, todas as atividades foram realizadas individualmente com cada turma, com carga horária definida (máximo de 2 horas). Os encontros foram marcados de acordo a disponibilidade de horário da escola e de cada turma. Adotamos a seguinte sequência para aproximação com os adolescentes:

1. Oficina sobre Adolescência:

Para a realização dessa oficina foi utilizado o recurso audiovisual de slides projetados por data-show e filmes tipo curta metragem. Resgatando o método participativo, foi questionado para as turmas sobre: "O que é a adolescência?" e em seguida, sendo apresentado o seu conceito. Logo após, iniciou-se a discussão do tema puberdade com a apresentação da sua etapa (Início: 10 a 13 ano e Término: 16 a 19 anos), o conceito e as principais alterações que acontecem com os meninos, tais como: adrencia, gonadarca, semenarca, poluição noturna, pubarca e aumento do volume testicular. Já para as meninas, apresenta-se a adrencia, gonadarca, telarca, menarca e pubarca. Também foram apresentados os critérios de Tanner e seus estágios para ambos os sexos.

Foi abordado o termo "Síndrome da adolescência normal" que tem suas manifestações psicológicas, sociais e biológicas, dentre elas, a necessidade de privacidade, o distanciamento dos pais, as alterações do humor, preocupações com as mudanças pubertárias, etc. Outro ponto discutido foi a morbidade na adolescência, destacando-se: a violência física, IST's, gravidez indesejada, abuso de substâncias, depressão, etc e os riscos que os adolescentes sofrem no cotidiano, como: abuso físico e sexual, atividades sexuais sem proteção, hábitos alimentares pobres, abuso de álcool e outras drogas, o convívio com gangues, fracasso escolar, entre outros. Para finalizar, foi apresentado um vídeo temático. Durante a apresentação fomos questionadas sobre sexualidade, relações homoafetivas, risco de gravidez e masturbação.

Imagem 1 - Adolescência



Fonte: Acervo do projeto.

2. Oficina sobre violência e violência escolar:

Contemplando a participação dos alunos, iniciou-se a oficina com a indagação "O que é violência?". Em seguida, houve a apresentação do conceito, os tipos de violências e a referência do Art. 5º da Lei do ECA, que diz: "Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais".

Dando seguimento, foi percorrido sobre a violência escolar, onde foram apresentados os tipos e seus conceitos (violência da escola; contra a escola e na escola) e os alunos foram questionados sobre o que eles achavam que provocava a violência escolar, sendo justificada pelas principais causas: desestruturação e negligência familiar; a influência da mídia; violência doméstica; baixa autoestima; fracasso escolar; influência dos grupos de pares e as características da personalidade. Foram referidos pelas palestrantes alguns fenômenos da violência (agressões físicas e verbais, discriminação, insultos racistas, depredação, bullying e cyberbullying), além das principais consequências para os adolescentes, como: transtornos emocionais, depressão, ansiedade, perda de interesse pelo estudo, fracasso escolar e até mesmo pensamentos suicidas. O bullying vem ganhando destaque entre os tipos de violência escolar, apresentamos o seu conceito, as características do agressor e vítima e as possíveis consequências para as vítimas.

Além disso, discutimos sobre a Cultura de Paz e como ela pode ser abordada com a prevenção e resolução não violenta dos conflitos, baseada em tolerância e solidariedade, respeito dos direitos individuais, liberdade de opinião e suas ferramentas que são: as medidas de reflexão e reconhecimento dos equívocos mútuos e conciliação. Para finalizar, utilizamos um vídeo temático e educativo sobre os tipos de bullying. Os alunos relataram as experiências vivenciadas no âmbito escolar em relação às agressões físicas e principalmente ao bullying.

Figura 2 - Violência e violência escolar



Fonte: Acervo do projeto.

3. Oficina sobre raça, racismo, identidade quilombola e a Construção da Paz:

Na abordagem do tema raça e racismo, os alunos foram questionados sobre "O que é raça?" apresentando divergência com a definição do tema etnia. Foi discorrido sobre os conceitos de raças e racismo; a distinção das 3 raças no processo histórico de formação do Brasil: a indígena, a negra e a branca portuguesa e a classificação (segundo o IBGE) das raças em relação a "cor": branco, preto, pardo, amarelo e índio; as representações para a construção do racismo no Brasil (o índio preguiçoso, puro e ingênuo, o negro selvagem e indomável e a mulata sensual e provocadora) e os tipos de racismo.

Figura 3 - Raça e racismo



Fonte: Acervo do projeto.

Os alunos foram provocados com a seguinte pergunta: "E se você fosse vítima de racismo?". Alguns alunos responderam que teriam atitudes violentas como: agressão e xingamentos. Sobre os temas quilombos e remanescentes de quilombos, foram apresentados os seus conceitos e características. Para a identidade quilombola realizou-se três perguntas, dentre elas: 1. Qual a sua cor?

2. Como você se percebe? 3. Qual a sua origem? Os alunos se autodeclaravam pardos ou negros, responderam que tinham uma boa percepção e que gostavam das suas características físicas, e alguns dos alunos eram da própria comunidade quilombola da Matinha dos Pretos.

A ação foi finalizada com a participação dos alunos declarando que, no âmbito escolar, não sofreram com o racismo, mas relataram casos de discriminação devido a sua cor em ambientes fora da escola.

Figura 4 - Raça/racismo e identidade quilombola



Fonte: Acervo do projeto.

Durante a realização das atividades com os adolescentes, buscou-se a promoção do pensamento crítico, participação e dinamicidade nas atividades elaboradas através das discussões, questionamentos e exposição, utilizando a metodologia participativa, com uso de recursos pedagógicos como imagens e vídeos temáticos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através das atividades desenvolvidas, possibilitamos momentos de discussões sobre os temas: adolescência; violência/violência escolar; raça/racismo, identidade quilombola e Construção da Paz. Fazendo o resgate histórico, trabalhando a autonomia e a identidade do ser quilombola e, conseqüentemente, a autoestima desses adolescentes, pois esses elementos também influenciam o enfrentamento da violência em diversos contextos, considerando que influenciam diretamente no empoderamento destes.

Conforme Kappel et al (2014), a violência envolvendo adolescentes representa um problema de saúde pública e a violência escolar pode se caracterizar como uma violência explícita ou simbólica. Considerando os delitos e os atos violentos nos quais os adolescentes estão inseridos e que se apresentam no âmbito escolar, em conjunto com as propostas de definição da violência, criou-se teorias sobre os fatores de risco que comprometem os jovens, e, através

desses, são averiguados: fatores psicológicos (relação violência e personalidade); fatores familiares (agressividade e conflitos entre os pais, monitoramento parenteral insatisfatório); fatores referentes à condição socioeconômica, bem como elos com colegas e vizinhos; e fatores casuais (agressor motivado e vítima oportuna) (SEGAL, 2014).

De acordo com Mattos e Castro (2011), os atos violentos reverberam em efeitos e comprometimento no desenvolvimento das vítimas e dos agressores, no entanto, algumas ações não são configuradas violentas, dentre elas: a discriminação, humilhação e desrespeito. Conforme o art. 5 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA):

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (BRASIL, 2008,p.10).

A ação extensionista favoreceu a identificação dos tipos de violência mais comuns ocorridos no ambiente escolar, tais como: violência física, vandalismo e bullying. O bullying tem um destaque em relação aos atos violentos cometidos pelos alunos no âmbito escolar. Devido a esse fato, a diretora da escola solicitou a realização de uma intervenção com as turmas do turno vespertino com o respectivo tema.

No que diz respeito ao tema violência escolar, é importante esclarecer sobre a descrição do termo violência e conseqüentemente violência escolar, os protagonistas incluídos nesse fenômeno e as formas de violência atribuídas dentro da escola, além dos fatores e suas conseqüências. A violência escolar é classificada como: violência da escola, violência à escola e violência na escola (SEGAL, 2014).

Dentro da definição da violência, existe uma subcategoria chamada bullying, que se apresenta através de ações onde o agressor possui a característica de liderança e poder, agressividade e de atos repetitivos. Para Weimer e Moreira (2014), no ambiente escolar o bullying transcorre de maneira silenciosa e encoberta, acarretando transtornos aos envolvidos. Na ocorrência do bullying, tanto vítima quanto agressor, necessariamente, mantêm „no mesmo ambiente, uma coexistência de longo período (PIGOZI; MACHADO, 2015).

Durante as atividades foi possível constatar que o bullying é o principal fator de risco para a ocorrência de outros tipos de violências no contexto escolar, mas a indisciplina e mau comportamento também destacam-se como fatores para a ocorrência de violências. O bullying acontece de três maneiras: agressões físicas diretas; agressões verbais diretas; agressões indiretas. Na agressão física direta são realizados ataques abertos à vítima compreendendo atos individuais ou em grupos a um único alvo, como: empurrões, roubos, danos a itens, etc; a agressão verbal direta envolve ameaças, ofensas, comentários racistas, xingamentos, entre outros; na agressão indireta observa-se boatos, a exclusão

e isolamentos do grupo.

Na literatura, outros tipos de bullying vêm sendo relatados, como a agressão sexual, a extorsão, e o cyberbullying (ZEQUINÃO et al., 2016). Com a finalidade de prevenção e combate à prática de bullying e cyberbullying, em março de 2015, o Senado aprovou o projeto que cria o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (PLC 68/2013) (SILVA, 2015).

A percepção moderna do espaço escolar é compreendida pela violência e o mau comportamento, sendo para a mídia uma ferramenta que promove a delinquência juvenil e os delitos (OLIVEIRA, 2012). Com a oportunidade das palestras desenvolvidas, propiciou-se a realização da Educação pela Paz e o incentivo à Cultura da Paz, apresentando as causas dos principais tipos de violência que ocorrem na escola e as consequências da violência, possibilitou a reflexão e reforço das estratégias da Construção da Paz no ambiente escolar, dentre elas: a prevenção da violência, a resolução não violenta dos conflitos, o respeito dos direitos individuais, liberdade de opinião, o reconhecimento dos equívocos mútuos e a conciliação.

O artigo 4º da Declaração sobre uma cultura de paz reza que "a educação, em todos os níveis, é um dos meios fundamentais para construir uma Cultura de Paz" (REICHENBACH; FONSECA, 2016, p. 336). Para LEÃO (2016), a Paz é a resolução dos desentendimentos e discordâncias, sem agressividade e o uso da força e sem a intenção de se sobrepor em relação ao que é distinto. Sobre esse aspecto, Kappel et al (2014) declara que em relação aos atos de violência no ambiente escolar, é imprescindível a reflexão sobre as estratégias para o enfrentamento da violência na perspectiva da proteção dos adolescentes, que pode ser firmado através do diálogo entre os envolvidos, a construção do vínculo entre os adolescentes e os pais, o desenvolvimento e a implementação de ações por parte da escola que influenciem os adolescentes a adotarem condutas não violentas e não discriminatórias.

A Organização das Nações Unidas (ONU) definiu em Cultura da Paz, em 1999:

Como um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida de pessoas, grupos e nações baseados no respeito pleno à vida e na promoção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, na prática da não-violência por meio da educação, do diálogo e da cooperação, podendo ser uma estratégia política para a transformação da realidade social (BRASIL, 2009, p.5).

Compreendendo que as divergências envolvem as pessoas no seu cotidiano, a Educação para a Paz surge como uma maneira sadia de resolução. A continuidade ao enfrentamento dos conflitos é considerada como a rejeição a violência (LEÃO, 2016).

A relação racismo e violência foi referida pelos adolescentes por experiências vividas fora do ambiente escolar. Todos os relatos feitos pelos adoles-

centes em relação ao bullying no contexto escolar, não é destacado o racismo.

Com o estabelecimento do vínculo entre a escola, bolsista e orientadora, vê-se a necessidade da continuidade das atividades sócio-educativas na comunidade escolar, reforçando a demanda existente de articulação entre o ensino e o serviço na área da saúde. Percebemos que a escola, através dos diferentes sujeitos (diretoria, coordenação, professores e alunos) aceitou facilmente a proposta dessa ação de extensão por meio da boa interação, flexibilidade de horários para possibilitar as atividades do projeto e participação da escola com a execução do projeto favorecendo a adequação e flexibilidade das turmas em organização de salas para prover o momento das atividades. Ainda, percebemos a disponibilidade da escola em auxiliar na utilização dos recursos audiovisuais.

Outro aspecto positivo refere-se à atuação da escola, no sentido de sempre disponibilizar uma professora ou auxiliar de classe nos momentos das atividades, condição que facilitava a interação dos palestrantes com os adolescentes. Ademais, percebemos que esses adolescentes, em diversos momentos, interagiram com perguntas e comentários de questões relativas à violência e adolescência e manifestaram interesse por outras temáticas, como sexualidade, saúde e sexo, que não eram assuntos que estavam previamente incluídos no plano de trabalho, mas, que suscitam a continuidade das atividades nesta escola na Matinha dos Pretos.

Outro aspecto que nos chamou atenção foi a solicitação da pré-escola infantil municipal desta comunidade em desenvolvermos algumas ações como momento de natal e encontro com as mães, as quais foram prontamente atendidas, com a participação de alunos e pesquisadores do NIEVS (Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Vulnerabilidades e Saúde), do qual fazem parte a bolsista e professora.

As atividades contribuíram para a compreensão da importância de ações nas comunidades buscando a percepção das pessoas para quem as atividades foram ofertadas e a comunidade acadêmica em relação aos temas propostos e dessa forma contribuindo para um olhar crítico e holístico das suas necessidades, bem como o entendimento pelos discentes e docentes sobre a realidade dessas comunidades.

Como estudante, relata-se que foi possível entender as necessidades de uma comunidade escolar inserida em um grupo populacional específico, com tantas necessidades sociais evidentes, que não seria possível perceber estando somente em atividade acadêmicas, restritas ao espaço da universidade. Assim, a estudante e professora puderam experienciar discussões educativas e/ou reflexivas sobre a adolescência, violência e a violência escolar e perceber a motivação para os professores trabalharem a temática de violência e raça, associando ao fato da escola estar inserida numa comunidade quilombola.

De acordo com publicações da Organização das Nações Unidas (ONU), afirma-se que a cor dos jovens tem relação direta com o risco a vulnerabilidade à violência (NASCIMENTO et al., 2017). No caso em particular dos adolescentes negros, precisa-se valorizar a identidade racial, estimular a autoestima, empo-

derá-los no sentido de enfrentamento da violência nos diversos contextos e configurações, assim como elaborar junto a eles estratégias diversas de Construção da Paz.

Reichenbach e Fonseca (2016) corroboram com a ideia de Landim e Araújo (2013) quando afirmam que a escola não possui a capacidade de realizar o "milagre" na solução integral da problemática da violência na escola, mas tem atuação fundamental para transformar a realidade independente do seu protagonismo, sendo eles, vítima, executor ou cenário da violência. Neste sentido, destacamos a importância de abordar sobre o tema da violência e preveni-la através das estratégias de Construção da Paz entre adolescentes de uma comunidade quilombola, uma vez que dados públicos nacionais apontam serem os adolescentes negros as maiores vítimas de violência, das mais diversas formas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das atividades realizadas, foi possível compreender a importância das atividades extensionistas, seja para a comunidade envolvida, por meio do aprendizado e discussões, como também para a comunidade acadêmica, na medida em que contribui para uma formação mais crítica e holística das necessidades de comunidades específicas, possibilitando a aproximação de discentes e docentes com a realidade de grupos populacionais e, nesse caso, tradicional remanescente quilombola.

Essa experiência possibilitou à discente o entendimento das necessidades de uma comunidade escolar inserida em um grupo populacional específico com tantas necessidades, vulnerabilidades sociais e históricas, que não seria possível por meio de atividade acadêmica, restrita ao espaço da universidade.

Assim, a aluna e a professora puderam experienciar discussões educativas e/ou reflexivas sobre a adolescência, violência e a violência escolar, perceber a motivação para os professores trabalharem a temática de violência e raça, associando o fato da escola estar inserida numa comunidade quilombola, considerando que alguns professores manifestaram inclusive o desconhecimento sobre essa identidade histórico-cultural. Puderam ainda observar manifestações pelos adolescentes com perguntas e comentários de questões relativas à violência, adolescência e inclusive de temas que não estavam inclusos no projeto, como sexualidade; sexo e saúde.

E, acima de tudo, as atividades possibilitaram a interação da bolsista e professora com coordenação e adolescentes da escola; permitindo, desta forma, a interação da universidade com a comunidade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, J. de A. Racismo, violência e direitos humanos: pontos para o debate. RIDH | Bauu, v. 2, n. 2, p. 75-96, jun. 2014. Disponível em: <<http://www2.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/177/93>> Acesso em: 25 mar.2018.

BRASIL. Ministério da saúde. Estatuto da Criança e do Adolescente. 3.ed., 2 reimpressão. Série E. Legislação de Saúde. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008.96 p.

-----, Ministério da saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Por uma cultura da paz, a promoção da saúde e a prevenção da violência. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 44 p.

CREMONESE, L et al. Atividades educativas na escola: abordando as temáticas drogas e violência. Rev. Ciênc. Ext. v.10, n.3, p.198-209, 2014. Disponível em< http://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/982> Acesso em: 06 ago. 2018.

GREGÓRIO, G. de S.; AMPARO, D. M. do. A violência adolescente e as complexidades do agir. INTERACÇÕES NO. 26, PP. 113-128 (2013 – Número Especial). Disponível em: < revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/viewFile/3360/2687>. Acesso em: 25 mar. 2018.

KAPPEL, VB et al. Enfrentamento da violência no ambiente escolar na perspectiva dos diferentes autores. Interface - Comunicação saúde educação 2014; 18(51):723-35. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/icse/v18n51/1807-5762-icse-18-51-0723.pdf> > Acesso em: 05 fev.2017.

LEÃO, D. S. de. Educação para a paz, um caminho possível para combater a violência e o bullying na escola. FRAGMENTOS DE CULTURA, Goiânia, v. 26, n. 1, p. 67-75, jan/mar. 2016. Disponível em: < <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/4705/2636> > Acesso em: 25 mar. 2018.

MATTOS, C. L.G; CASTRO, P.A (Org.). Etnografia e educação: conceitos e usos. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

NASCIMENTO, C. C. C. et al. Aspectos associados com a ocorrência da violência na população negra. Ciências Biológicas e de Saúde Unit | Aracaju | v. 4 | n. 1 | p. 99-112 | Maio 2017 | periodicos.set.edu.br. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/index.php/fitsbiosauade/article/view/3896/2274>> Acesso em: 25 mar. 2018.

NETTO-MAIA, L.L.Q.G. et al. O professor também vivencia a violência escolar? R. Enferm. Cent. O. Min. 2013 set/dez; 3(3):797-803. Disponível em: < <http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/recom/article/view/400/526>> Acesso em: 06 ago. 2018.

NUNES, B. P. et al. Utilização dos serviços de saúde por adolescentes: estudo transversal de base populacional, Pelotas-RS, 2012. Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, 24(3):411-420, jul-set 2015. Disponível em: <<http://scielo.iec.gov.br/pdf/ess/v24n3/v24n3a07.pdf>> Acesso em: 24 mar. 2018.

OLIVEIRA, J. E. C. Violência escolar: os gestores, as interfaces com as unidades de apoio e as dificuldades de enfrentamento. São Paulo: Seven System Internacional Ltda, 2012.

PEREIRA, A. N.S; WILLIAMS, L. C. A. Reflexões sobre o conceito de violência escolar e a busca por uma definição abrangente. Temas em Psicologia - 2010, Vol. 18, no 1, 45 - 55. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v18n1/v18n1a05.pdf>> Acesso em: 06 fev. 2017.

PIGOZI, P.L; MACHADO, A.L. Bullying na adolescência: visão panorâmica do Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, 20(11):3509-3522, 2015. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/csc/v20n11/1413-8123-csc-20-11-3509.pdf>> Acesso em: 06 ago. 2018.

REICHENBACH, J.P; FONSECA, D. G. A cultura de paz na percepção dos professores de Educação Física de uma escola da rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul. Motrivivência v. 28,n.48, p. 331-346,setembro/2016. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2016v28n48p331> > Acesso em: 07 fev. 2017.

SEGAL, R. Violência escolar: perspectivas contemporâneas. 1.ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

SILVA, A.B.B. Bullying: mentes perigosas nas escolas. 2. ed. São Paulo: Globo, 2015.

VIEIRA NETTO, M. F.; DESLANDES, S. F. As Estratégias da Saúde da Família no enfrentamento das violências envolvendo adolescentes. Ciência & Saúde Coletiva, 21(5):1583-1595, 2016. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/csc/v21n5/1413-8123-csc-21-05-1583.pdf>> Acesso em: 25 mar. 2018.

WEIMER, W. R.; MOREIRA, E.C. Violência e bullying: Manifestações e consequências nas Aulas de educação física escolar. Rev. Bras. Ciênc. Esporte, Florianópolis, v. 36, n. 1, p. 257-274, jan./mar. 2014. Disponível em: < rbce.cbce.org.br/>

index.php/RBCE/article/download/1462/923> Acesso em: 06 fev. 2017.

ZEQUINÃO, M.A et al. Bullying escolar: um fenômeno multifacetado. Educ. Pesqui., São

Paulo, v. 42, n. 1, p. 181-198, jan./mar. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v42n1/1517-9702-ep-42-1-0181.pdf>> Acesso em: 06 fev. 2017.



Protocolo de pneumonia associada à assistência à saúde: educação em saúde com acompanhantes na atenção terciária

Pneumonia protocol associated with health care: health education with companions in tertiary care

Keila Maria de Azevedo Ponte
Enfermeira. Universidade Estadual Vale do Acaraú
keilinhaponte@hotmail.com

Joaquim Ismael de Sousa Teixeira
Acadêmico de Enfermagem. Universidade Estadual Vale do Acaraú
joaquimismaeldesousateixeira@gmail.com

Isabelly Oliveira Ferreira
Acadêmica de Enfermagem. Universidade Estadual Vale do Acaraú
isabelly@hotmail.com.br

Paloma Macedo de Farias
Acadêmica de Enfermagem. Universidade Estadual Vale do Acaraú
palomafarias789@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objetivo relatar uma estratégia de educação em saúde sobre o Protocolo de Pneumonia Associada à Assistência à Saúde (PRAS) com acompanhantes de pacientes de um hospital da região norte do Ceará. Trata-se de um relato de experiência, realizado de maio a junho de 2019 acerca de uma ação educativa sobre o protocolo PRAS realizada por acadêmicos de Enfermagem da Universidade Estadual Vale do Acaraú. Utilizou-se do jogo verdadeiro ou falso e foram confeccionadas plaquinhas com as assertivas, sendo elaboradas afirmações para serem julgadas como certas ou erradas. Muitos dos acompanhantes não conheciam o protocolo, nem sabiam dos riscos da broncoaspiração. Aqueles que relataram ter conhecimento sobre o PRAS, eram acompanhantes de pacientes internados a mais tempo. Compreende-se que práticas educativas devem ter agenda cativa nos serviços hospitalares, contribuindo para um melhor entendimento do cuidado a partir do repasse de informações importantes.

Palavras-chave: Atenção Terciária à Saúde; Educação em Saúde; Pneumonia.

ABSTRACT

This article aims to report a health education strategy on the protocol of Pneumonia associated with health care (PRAS) with companions of patients from a hospital in the northern region of Ceará. This is an experience report, carried out from May to June 2019 on an educative action on the PRAS protocol performed by nursing academics at the Vale do Acaraú State University. We used the true or false game and made signs with the assertives, being elaborated affirmations to be judged as right or wrong. Many of the companions did not know the protocol, nor knew the risks of bronchoaspiration. Those who reported having knowledge about the PRAS were companions of patients hospitalized for a longer period. It is understood that educative practices should have a captive agenda in hospital services, contributing to a better understanding of care from the transfer of important information.

Keywords: Tertiary Health Care; Health education; Pneumonia.

INTRODUÇÃO

Atualmente o termo Infecção Hospitalar, também denominado de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde (IRAS), define toda infecção adquirida após a internação hospitalar num prazo de 48 a 72 horas e que não esteja no seu período de incubação. Além destas, são consideradas IRAS infecções adquiridas no hospital, mas que se manifestaram após a alta, além de todas as infecções em neonatos nascidos em ambiente hospitalar, exceto aquelas transmitidas por via transplacentária (MANSANO et al., 2017).

Em virtude da alta incidência e letalidade relacionada às IRAS, estas são consideradas graves problemas de saúde pública, constituindo-se como uma das principais causas de morbimortalidade entre pessoas submetidas a procedimentos de assistência à saúde. Assim, é de grande importância que os profissionais de saúde, pacientes e seus cuidadores tenham conhecimento sobre infecção hospitalar, sua cadeia de transmissão, precauções padrão, medidas de prevenção e biossegurança, para que medidas adequadas de prevenção sejam instituídas, visando a redução da sua incidência e, conseqüentemente, a minimização dos agravos e complicações clínicas relacionadas a ela (OLIVEIRA; SILVA, 2013).

Entre as IRAS mais frequentemente encontradas, a pneumonia relacionada à assistência à saúde surge como a principal delas. Sua patogênese envolve a interação entre patógeno, hospedeiro e variáveis epidemiológicas. São muitos os mecanismos que contribuem para a ocorrência dessas infecções e seus fatores são multáveis de acordo com a população e o agente causador. Sabe-se, porém, que sua origem é sobretudo relacionada à broncoaspiração, ou seja, às secreções das vias aéreas superiores, seguida pela inoculação exógena de material contaminado ou pelo refluxo do trato gastrointestinal (ANVISA, 2017).

Os pacientes internados e, especialmente, os pacientes em ventilação mecânica são considerados grupos de risco para a pneumonia, devido essencialmente a três fatores: diminuição das defesas do paciente; risco elevado de ter vias aéreas inoculadas com grande quantidade de material contaminado; e presença de microrganismos mais agressivos e resistentes aos antimicrobianos no ambiente. Além disso, a presença de doenças de base, como neoplasias, doenças pulmonares agudas ou crônicas, doenças autoimunes, uso de drogas imunossupressoras e prótese traqueais, são algumas causas da diminuição da defesa pulmonar do indivíduo (SACHETTI et al., 2014).

Pensando nisso, visando a prevenção desses casos de pneumonia, foi criado por um grupo de trabalho de um hospital da região norte do Estado do Ceará, o Protocolo de Pneumonia Associada a Assistência à Saúde, Protocolo PRAS/ Broncoaspiração. Nele, os profissionais de saúde do serviço têm todas as orientações a serem seguidas em casos onde o paciente apresente pelo menos um critério para inserção no protocolo (TEÓFILO; FROTA, 2017).

Diante do exposto, internos do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) juntamente com a coordenação

dos serviços do hospital foi elaborado uma intervenção de educação em saúde a fim de informar os acompanhantes e familiares dos pacientes internados a respeito dos cuidados provenientes do protocolo PRAS. Dessa forma, justificase a relevância desse trabalho pela ênfase à educação em saúde praticada em ambiente hospitalar, vista muitas vezes como desafiadora pelos inúmeros processos que tomam o tempo da equipe de saúde e limita momentos como esse.

O presente estudo tem o objetivo de descrever uma estratégia de educação em saúde sobre o Protocolo de Pneumonia Associada a Assistência à Saúde com acompanhantes dos pacientes de um hospital da região norte do Ceará.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência que descreve acerca de uma estratégia educativa realizada por internos do Curso de Enfermagem da UVA para acompanhantes de pacientes internados em um hospital público da região norte do estado do Ceará.

O relato de experiência é definido por Dyniewicz (2009) como um tipo de metodologia de observação sistemática da realidade, sem a necessidade de testar hipóteses, mas estabelecer relações entre os achados dessa realidade e bases teóricas pertinentes. Esse tipo de estudo é importante para que as práticas em saúde sejam aprimoradas a partir da análise crítica do cotidiano de trabalho e um olhar apurado para os pontos aonde o cuidado pode ser qualificado.

O processo educativo teve como assunto principal o Protocolo PRAS e o público alvo foram os acompanhantes de pacientes admitidos no setor da clínica pediátrica e clínica cirúrgica do referido hospital. A ação foi desenvolvida no período de maio a junho de 2019, sendo realizado em maio na clínica cirúrgica e em junho na clínica pediátrica. A escolha dos dois setores se deu pela presença dos internos nos mesmos, e por serem estes locais aonde o protocolo já havia sido implementado e sendo realizado pela equipe.

A ação foi dividida em quatro etapas. O primeiro momento foi de delimitamento do assunto a partir da vivência dos acadêmicos no hospital e da sugestão das coordenadoras de enfermagem dos setores supracitados, que sugeriram o assunto para ser abordado com os acompanhantes, visto a necessidade do acompanhante/familiar estar ciente dos cuidados prestados com o paciente para que estes pudessem contribuir na prestação dos cuidados.

Como segundo momento, para realização da intervenção, os acadêmicos se apropriaram do protocolo para assim definir a metodologia a ser utilizada, sendo então escolhido um método que permitisse a participação do público e esclarecimento de dúvidas. Assim foi escolhido o jogo "verdadeiro ou falso", onde foram confeccionadas plaquinhas com as assertivas: verdadeiro e falso; e elaboradas duas perguntas e doze afirmações para serem julgadas como certo

ou errado de acordo com o conhecimento do público.

As perguntas eram: o que significa PRAS? E o que é broncoaspiração? E as afirmativas foram: o paciente com risco de broncoaspiração deve ser colocado em leitos distantes do posto de enfermagem; pacientes obesos têm maior risco de desenvolver uma pneumonia; você como acompanhante pode observar e comunicar à equipe sinais de intolerância a dieta como: distensão abdominal, náuseas ou vômitos e cólicas intensas; O uso de antibióticos por um longo período de tempo não traz riscos ao paciente; A dificuldade para engolir alimentos pode ser um fator de risco para o paciente; Sempre que for alimentar o paciente é preciso que a cabeceira da cama esteja elevada; Não é necessário lavar as mãos quando for manipular o paciente; Você pode alimentar o paciente sem supervisão de nenhum profissional; Elevar a cabeceira do paciente é uma medida importante para a prevenção da pneumonia; Escovar os dentes não interfere no cuidado do paciente internado; Sinais de alerta como: tosse, engasgos, suor intenso, cianose, queda de saturação, escape de alimento para fora da boca e desconforto respiratório quando relacionados a alimentação devem ser comunicados a equipe de saúde; Diante de um episódio de vômito, elevar a cabeceira e lateralizar a cabeça do paciente são medidas que podem ser tomadas.

O terceiro momento foi a realização do processo educativo com os acompanhantes. Contou-se com o apoio do serviço de assistência social para convidar e reunir o público para a ação. Esse momento foi dividido em etapas, na primeira delas foi explicado ao público sobre a ação educativa e indagado se eles tinham conhecimento do protocolo PRAS.

Na segunda etapa foi entregue as plaquinhas de verdadeiro ou falso para cada participante e explicado como ocorreria o jogo; inicialmente foram feitas as duas perguntas e dado a palavra para quem se dispusesse a falar, em seguida foi explicado o que era o protocolo e respondido as duas perguntas tomando como exemplo as respostas dadas pelos participantes; posteriormente foram feitas as perguntas onde os acompanhantes levantavam a plaquinha para julgar a afirmação como verdadeiro ou falso. Para cada afirmativa eram dadas orientações e, também, era explicado o motivo de estar certo ou errado, dessa forma, o público pôde fazer perguntas e esclarecer suas dúvidas.

O quarto momento foi de avaliação dos participantes sobre a ação, a palavra ficou aberta para quem quisesse se posicionar sobre a importância da ação. Também foram entregues plaquinhas com carinhas de emoticons de alegria e raiva para avaliação do momento. As placas com cara feliz significavam que o momento tinha sido importante e as com semblante triste seriam para julgar o momento como sem importância. Nos dois setores supracitados onde o processo educativo foi realizado utilizou-se da mesma metodologia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para melhor entendimento a seguinte sessão foi dividida em dois tópicos, a saber: A importância do protocolo PRAS para a prática em saúde e O desafio de educar em saúde nos ambientes de cuidado terciário, tratando dos resultados e discussão a partir da literatura científica.

A importância do protocolo PRAS para a prática em saúde

No caso da estratégia educativa descrita nesse estudo foi preciso articular com o serviço social do hospital a participação no momento que já ocorre em todas as semanas com os acompanhantes para o repasse de informes e solução de dúvidas. Assim utilizamos alguns minutos para explicar sobre o protocolo PRAS que é instituído nos setores do serviço.

Os critérios para inserção do paciente no protocolo PRAS são definidos como: alto risco de broncoaspiração, história de estase venosa, imobilização prolongada, sangramento digestivo prévio, politraumatismo, coagulopatias, uso de corticoides e anti-inflamatórios ou imunossupressores, dieta zero por mais de 24 horas, obesidade e antibioticoterapia prolongada. A partir daí o médico prescreve a inserção do paciente no protocolo PRAS, o enfermeiro abre o checklist, indica os cuidados realizados e sinaliza o risco no plano terapêutico e no leito. Posteriormente é solicitado avaliação do fonoaudiólogo em até 24 horas para avaliar a presença de disfagia orofaríngea (TEÓFILO; FROTA, 2017).

Alguns critérios são levados em conta no protocolo para que a equipe de saúde esteja alerta quanto ao alto risco de haver uma broncoaspiração, entre eles destaca-se: idade igual ou superior a 65 anos, traqueostomia, disfagia, reflexo de tosse diminuído ou ausente; vias alternativas de alimentação, Glasgow menor que 12 (com ou sem uso de sedativos), doenças e cirurgia de cabeça e pescoço e cirurgia de grande porte, demora no esvaziamento gástrico, ausência de decúbito elevado por indicação clínica, refluxo gastresofágico, vômitos, higiene oral inadequada com formação de placas orofaríngeas, doenças esofágicas, neurológicas e/ou gástricas, desconforto respiratório, desnutrição ou desidratação (TEÓFILO; FROTA, 2017).

Além disso, medidas preventivas são tomadas pela equipe multiprofissional para a prevenção desse agravo, tais como: elevação da cabeceira de 30 a 45° e igual ou superior a 60° para pacientes em dieta via oral, higiene oral 3 vezes ao dia, aspiração de vias aéreas, aferição da pressão de Cuff da traqueostomia entre 25 a 30 centímetros de água, nos turnos da manhã, tarde e noite e verificação diária da indicação de permanência da via alternativa de alimentação (SILVA et al., 2017).

Embora já posto na rotina do serviço, com horários pré-estabelecidos para a observação dos técnicos de enfermagem quanto a elevação da cabe-

ceira e higiene oral de todos os pacientes, nos horários de 8, 14 e 20 horas, essas medidas ainda sofrem certa resistência por parte de alguns profissionais, principalmente com relação a higiene oral três vezes ao dia.

Medidas semelhantes ao protocolo PRAS vem sendo bastante utilizadas por outros hospitais em todo o Brasil, como é o caso da estratégia do bundle. Voltado principalmente aos pacientes em ventilação mecânica, o bundle é definido como um conjunto de medidas para a prevenção da pneumonia associada a ventilação mecânica (PAV) baseada em evidências científicas. Trata-se de um checklist que deve ser preenchido de forma multidisciplinar, composto por algumas medidas que, uma vez realizadas em conjunto, tendem a diminuir a incidências de PAV (SACHETTI et al., 2014).

Enquanto internos do serviço, a ação proporcionou o desenvolvimento de competências indispensáveis para a formação profissional. Foi possível ainda ter autonomia e responsabilidade no planejamento e realização da intervenção, além da apropriação e estudo do tema, considerado de grande importância para a assistência ao paciente internado.

Além disso, a percepção do acadêmico a partir do cenário do estudo possibilitou uma visão crítica do ambiente do cuidado, identificação de fragilidades e, dessa forma, proposição de estratégias que sanassem esse problema. Assim, os internos puderam colaborar com o serviço, por meio de um olhar mais amplo do cuidado, pautado por bases científicas, como forma de potencializar e disseminar um protocolo que começou a ser instituído no hospital recentemente, e ainda requer ações de conscientização como essa para a consolidar a sua implementação nos outros setores.

O desafio de educar em saúde nos ambientes de cuidado terciário

A atividade educativa realizada com o referido público contribuiu de maneira positiva para o conhecimento do acompanhante diante a assistência prestada a seu familiar/paciente, visto que foram repassadas informações importantes em relação aos cuidados que devem ser ofertados, medidas de prevenção e fatores de risco. Além disso abriu espaço para que os participantes pudessem fazer perguntas e esclarecer dúvidas pertinentes sobre os cuidados prestados para a prevenção da pneumonia adquirida no ambiente hospitalar, visto que eles participaram ativamente do momento e avaliaram como positiva a proposta. Assim o acompanhante pode torna-se mais colaborativo nos cuidados prestados possibilitando um melhor prognóstico do paciente.

Muitos dos acompanhantes não conheciam o protocolo, nem sabiam dos riscos da broncoaspiração. Aqueles que relataram já ter conhecimento sobre o PRAS, eram acompanhantes de pacientes que já estavam internados a mais tempos nas clínicas e por isso já haviam visto as ações relacionadas a prevenção desse tipo de pneumonia.

Segundo Nepomuceno et al. (2014) a assistência prestada de modo in-

tegral deve estar centrada no paciente, com vistas a atingir todos os aspectos que estão a sua volta e influenciam em seu processo de recuperação. Entre esses aspectos diretamente relacionados ao paciente internado está a figura do acompanhante, muitas vezes negligenciado pela equipe de saúde, e que por vezes acaba por tornar-se um fator de adoecimento ao paciente, quando não orientado adequadamente e pela atenção insuficiente ofertada pelos profissionais.

As informações desencontradas ou ineficientes que são dirigidas aos acompanhantes chegam até os pacientes que são afetadas por estas. O doente vê em seu familiar a pessoa mais próxima a ele naquele momento de dificuldade e acaba por creditar a este, em sua maioria leigos na prestação do cuidado, a confiança do que está sendo feito em prol de sua saúde. Dessa forma, aquilo que o acompanhante repassa a pessoa internada, passar a ter uma significância maior, até mesmo em relação aquilo que é dito pela equipe de saúde (RODRIGUES et al., 2016).

Por isso, a importância de ações de educação em saúde com esse público específico, para que tenham em posse informações fidedignas do cuidado em saúde, sabendo que possuem o suporte dos profissionais quanto as dúvidas que possuem em relação os processos e intervenções realizadas no paciente. E, apropriados desses conhecimentos possam colaborar com a equipe de saúde na atenção aos fatores de risco que envolvem o processo de internamento (SILVA et al., 2017).

A Educação em Saúde é considerada um elemento essencial na prestação do cuidado em Enfermagem. A partir dela, o enfermeiro dispõe da possibilidade de desenvolver habilidades de gerenciamento e educador, levando momentos de aprendizado e conhecimento acerca de informações que são necessárias a população (SOUZA et al., 2015).

Essas atividades tornam-se desafiadoras devido o tempo, muitas vezes escasso no ambiente de trabalho do enfermeiro, necessário a ser designado para a sua concepção e desenvolvimento, além da adequação dos métodos e linguagem de acordo com os saberes, grau de instrução e interesse do público alvo, o que gera a necessidade de uma estratégia que seja chamativa e desperte a atenção das pessoas e o uso de uma comunicação que facilite a emissão da mensagem de modo que ela seja compreendida por todos. Dessa forma, a educação em saúde deve fazer parte dos processos de trabalho de todo serviço que busque prestar um cuidado qualificado e integral (MANSANO et al., 2017).

A prática de momentos educativos ainda apresenta resistência e limitações em cenários como os hospitais e serviços de atenção terciária. Isso porque são locais onde os protocolos, as papeladas a se preencher e assistência 24 horas dadas ao paciente requerem dos profissionais um tempo e atenção que muitas vezes os sobrecarregam e tornam o trabalho quase mecânico. Por isso é preciso sistematizar momentos de educação em saúde inseridos no próprio processo de trabalho da equipe hospitalar, de forma que todos tenham ciência de datas e horários, que não necessitam e nem podem ocupar tanto o tempo

de profissionais e acompanhantes/pacientes, mas que sejam eficientes e eficazes no repasse de informações importantes (OLIVEIRA; SILVA, 2013).

Educar a população, atribuí-la de corresponsabilidade quanto ao seu autocuidado, prevenção e promoção da saúde, é uma tarefa sumariamente necessária. Essa dever cabe a toda uma equipe multiprofissional que trabalhe em conjunto na identificação de necessidades de conhecimento por parte das pessoas, a fim de se trabalhar temas que sejam relevantes no desenvolvimento da assistência prestada e contribuam para o melhor desenvolvimento do trabalho na saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atividades de educação em saúde para acompanhantes de pacientes internados em hospitais terciários devem fazer parte do planejamento da equipe multiprofissional de saúde, pois estes devem ser corresponsabilizados pelos cuidados ofertados ao paciente, permitindo a preservação da autonomia do acompanhante enquanto o principal cuidador, além de garantir conhecimento e informações diante de sinais de alerta para que possam comunicar a equipe de saúde em tempo oportuno.

A proposta foi muito bem aceita pela coordenação e equipe de saúde, com o apoio necessário e suporte teórico e técnico, a fim de respaldar a ação como parte integrante dos processos de trabalho nos setores. A presença da interdisciplinaridade também é um ponto a se destacar, onde Enfermagem e Serviço Social trabalharam em conjunto para que a educação em saúde pudessem acontecer. Porém, é válido ressaltar que a participação de outras categorias poderia ter enriquecido ainda mais a intervenção. Nesse caso, não foi possível, pela falta de tempo hábil, a interação com as mesmas para o planejamento e execução do momento, sendo, tal fato, visto como limitação da pesquisa.

Ademais, a ação realizada foi avaliada de forma positiva e acrescentou sobretudo o componente de educador do enfermeiro, como forma de aprimorar o cuidado em saúde embasado em teorias científicas e protocolos, fomentando a importância de se disseminar tais saberes e apropriar a família e cuidadores de informações relevantes quanto ao estado de saúde do paciente.

Sugere-se que novos estudos possam ser realizados no sentido de disseminar a importância de práticas educativas em saúde, publicizando ações bem-sucedidas em ambientes hospitalares como forma de serem estimuladas e multiplicadas em número nos serviços de saúde com vistas a qualificar a assistência prestada.

REFERÊNCIAS

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Medidas de Prevenção de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde. Série Segurança do Paciente e Qualidade em Serviços de Saúde. Brasília –DF. 2017.

DYNIWICZ, A.M. Metodologia da Pesquisa em Saúde para iniciantes. Ed. Difusão, 2009.

MANSANO F.P.N. et al. Impacto de ação educativa na manutenção do decúbito elevado como medida preventiva de pneumonia associada à ventilação mecânica em Unidade de Terapia Intensiva. ABCS Health Sciences, v.42, n.1, p.21-26, 2017.

NEPOMUCENO, R.M. et al. Fatores de risco modificáveis para pneumonia associada à ventilação mecânica em terapia intensiva. Revista de Epidemiologia e Controle de Infecção, v.4, n.1, p.23-27, 2014. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/epidemiologia/article/view/3933/3381>

OLIVEIRA, A.C; SILVA, M.D.M. Caracterização epidemiológica dos microrganismos presentes em jalecos dos profissionais de saúde. Revista Eletrônica de Enfermagem, v.15, n.1. p.80-87, 2013. Disponível em: <https://www.fen.ufg.br/revista/v15/n1/pdf/v15n1a09.pdf>

RODRIGUES, A.N. et al. Impactos e fatores determinantes no bundle de pneumonia associada à ventilação mecânica. Revista Brasileira de Enfermagem, v.69, n.6, p. 1108-1114, nov-dez 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v69n6/0034-7167-reben-69-06-1108.pdf>

SACHETTI, A. et al. Adesão às medidas de um bundle para prevenção de pneumonia associada à ventilação mecânica. Revista Brasileira de Terapia Intensiva, v.26, n.4, p.355-359, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbti/v26n4/0103-507X-rbti-26-04-0355.pdf>

SILVA, T.G. et al. Incidência de pneumonia associada à ventilação mecânica em uma Unidade de Terapia Intensiva. Revista Online de Pesquisa Cuidado é Fundamental, v.9, n.4, p.1121-1125, out-nov 2017. Disponível em: http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/5899/pdf_1

SOUZA, E.S. et al. Mortalidade e riscos associados a infecção relacionada à assistência à saúde. Texto Contexto Enfermagem, v.24, n.1, p.220-228, 2015.

TEÓFILO, J.K.S; FROTA, M.C.M. Protocolo PRAS/Broncoaspiração. Hospital Regional Norte, 2018.



Promoção de saúde multidisciplinar e a deficiência intelectual: interagindo com os indivíduos e seus cuidadores

Multidisciplinary health promotion and intellectual disability: interacting with individuals and caregivers

Lina Naomi Hashizume
Departamento de Odontologia Preventiva e Social, Faculdade de Odontologia
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
lhashizume@yahoo.com

Julia Bauer Marques
Departamento de Odontologia Preventiva e Social, Faculdade de Odontologia
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
juliabauer@gmail.com

Bruna Ackermann Schardong
Departamento de Odontologia Preventiva e Social, Faculdade de Odontologia
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
bruna.ackermann@yahoo.com.br

Camila Oliveira da Costa
Departamento de Odontologia Preventiva e Social, Faculdade de Odontologia
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
camila.oliveiradacosta@gmail.com

RESUMO

A inclusão social dos indivíduos com deficiência intelectual e de seus cuidadores se relaciona diretamente à sua qualidade de vida. Sendo assim, ações que visem à promoção de saúde de forma multidisciplinar nesta população são importantes. O objetivo do presente programa de extensão foi realizar ações multidisciplinares de promoção de saúde para indivíduos com deficiência intelectual e para os seus cuidadores. Participaram do programa: profissionais, pós-graduandos e acadêmicos dos cursos de Medicina, Odontologia e Fonoaudiologia, que realizaram atividades multidisciplinares de promoção de saúde para o público alvo nas APAEs da região metropolitana de Porto Alegre, RS. Os objetivos foram alcançados, pois promoveu-se saúde de forma multidisciplinar, melhorando a qualidade de vida e inclusão social dos indivíduos com deficiência intelectual e de seus pais/cuidadores. Além disso, o programa proporcionou vivências e experiências únicas aos integrantes da equipe que vão muito além do aprendizado convencional.

Palavras-chave: Promoção de Saúde. Deficiência Intelectual. Inclusão Social.

ABSTRACT

The social inclusion of individuals with intellectual disabilities and their caregivers is directly related to their quality of life. Therefore, actions aimed at promoting health in a multidisciplinary manner in this population are important. The objective of this extension program was to carry out multidisciplinary health promotion actions for individuals with intellectual disabilities and for their caregivers. Participated in the program: professionals, postgraduates and academics from the courses of Medicine, Dentistry and Speech Therapy, who carried out multidisciplinary health promotion activities for the target public in the APAEs of the metropolitan region of Porto Alegre, RS. The objectives were achieved because health was promoted in a multidisciplinary way, improving the quality of life and social inclusion of individuals with intellectual disabilities and their parents / caregivers. In addition, the program provided unique experiences for team members that go far beyond conventional learning.

Keywords: Health promotion. Intellectual disability. Social inclusion.

INTRODUÇÃO

Os indivíduos com deficiência intelectual apresentam diferentes níveis de cognição e independência. Muitas vezes, eles dependem de outra pessoa para realizarem as tarefas mais básicas do dia-a-dia. Como consequência disso, sua qualidade de vida está intimamente relacionada com a da pessoa que o cuida (OLIVEIRA, LIMONGI, 2011). Devido à sua extensa jornada, vários cuidadores deixam de cuidar de si mesmos em prol do cuidado do indivíduo deficiente. Somado a isso, a sobrecarga a que são submetidos diariamente muitas vezes acarreta sintomas depressivos e ansiosos, afetando diretamente a sua qualidade de vida e a do deficiente intelectual cuidado (CARDOSO et al., 2012).

Além disso, a inclusão social dessas pessoas se relaciona diretamente com a sua qualidade de vida. Ações que visem à promoção de saúde de maneira multidisciplinar são, portanto, muito importantes. Para falar de multidisciplinaridade, é importante entendê-la desde o conceito. São profissionais de diversas áreas, com formações acadêmicas diferentes e que trabalham em prol de um único objetivo. Há uma necessidade de uma inter-relação entre os diferentes profissionais, que devem ver o indivíduo como um todo, numa atitude humanizada, e não trabalhar de forma isolada sua especialidade, compreendendo a necessidade real do indivíduo e de seus tutores naquele momento ou caso específico.

Logo, o objetivo do presente programa de extensão foi propor e realizar ações multidisciplinares de promoção de saúde para indivíduos com deficiência intelectual e para os seus cuidadores.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O público alvo do presente programa de extensão foi composto por indivíduos com deficiência intelectual e seus pais/cuidadores. Para atingir tal público, foram realizadas visitas mensais às instituições de amparo ao indivíduo com deficiência intelectual como Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) da região metropolitana de Porto Alegre, e outras instituições como Kinder e INAMEX (Instituto de Amparo ao Excepcional). Nesses locais foram desenvolvidas atividades envolvendo as seguintes áreas da saúde: Odontologia, Fonoaudiologia e Medicina. Todos os materiais utilizados nas atividades como incluindo banners, folders, panfletos e jogos lúdico-educativos foram desenvolvidos pela própria equipe do programa.

Na área da Odontologia, para os pais e cuidadores foram realizadas palestras sobre as principais doenças bucais abordando causas, consequências e formas de prevenção. Além disso, foram dadas orientações sobre como manter sua própria saúde bucal e a do indivíduo cuidado. Em todas as instituições foi aberto um espaço para o esclarecimento de dúvidas. Se detectada a demanda,

os pais e cuidadores eram orientados a respeito de possíveis locais para buscarem tratamento odontológico. Para indivíduos com deficiência intelectual, foram desenvolvidas atividades lúdico-educativas, como teatro de bonecos de EVA, jogos e atividades de colorir com ênfase na saúde bucal e na prevenção de doenças orais. Para pais, cuidadores e indivíduos com deficiência intelectual, foi realizada uma instrução de higiene bucal, sendo ela específica e individualizada.

Na área da Fonoaudiologia, foram desenvolvidas atividades em torno de temas como alimentação, mastigação, sucção, hábitos orais e respiração. Foi realizada uma palestra para os cuidadores e professores sobre a importância da retirada de hábitos orais deletérios para o desenvolvimento normal da mastigação e da respiração. Após a palestra, foi realizada uma oficina de alimentação e mastigação, que consistia na oferta, preparo e observação do momento em que os indivíduos se alimentavam, percebendo hábitos orais deletérios e alterações miofuncionais que foram discutidas posteriormente.

Na área da Medicina, a equipe priorizou a Síndrome de Down (SD) que é alteração genética mais prevalente na população. Através de rodas de conversa, foi dado esclarecimento para os familiares de alunos das APAEs sobre a SD abordando questões como causa, características clínicas e genéticas, evolução dos indivíduos sindrômicos, cuidados durante o desenvolvimento e as dificuldades vivenciadas pelos cuidadores.

Ao final de cada visita, foi aplicado um questionário de satisfação, a fim de aprimorar futuras visitas do projeto.

Figura 1 – Atividades realizadas durante as visitas do programa de extensão. Equipe de acadêmicas em frente de uma das instituições visitadas (A); palestra realizada pelo grupo para os alunos da instituição e seus pais ou cuidadores (B); instrução de higiene bucal individualizada (C); aplicação de jogos sobre alimentação saudável (D); equipe de extensionistas e o público alvo logo após a realização do teatro de bonecos (E); mesa demonstrativa sobre a quantidade de açúcar contida em cada produto alimentício e guloseimas (F).





Fonte: Acervo do projeto.

DISCUSSÃO

Os comprometimentos e problemas da saúde física e mental do cuidador interferem de forma negativa no processo de reabilitação da pessoa cuidada. Uma vez que a sobrecarga testa os limites físicos, psicológicos, e a postura de enfrentamento do cuidador perante a vida (LUZARDO, GORINI, SILVA, 2006). Para que o cuidador não abandone o seu papel junto à pessoa acometida, mantendo-se saudável e com qualidade de vida, é de fundamental importância que ele aprenda a adaptar-se a essa nova condição (GOMEZ, 2007).

Tem-se destacado cada vez mais a importância da atividade dos cuidadores para a recuperação e a melhoria da qualidade de vida das pessoas que necessitam de acompanhamento cotidiano em saúde. No Brasil, os estudos existentes sobre o tema retratam, principalmente, experiências de cuidadores de idosos e cuidadores familiares - parentes ou amigos - que assistem voluntariamente pessoas doentes em seu domicílio. Fala-se também sobre as técnicas de cuidado que devem ser utilizadas e as doenças encontradas entre os que recebem a assistência, abordando as atribuições e tarefas realizadas no cotidiano, pouco evocando o seu embate com a realidade, os conhecimentos mobilizados e as experiências utilizadas na atividade de cuidado, bem como sua relação com a saúde de quem cuida (BOCCHI, 2005; MELLO, 2002; MADUREIRA, 2002).

Os cuidadores de crianças com necessidades especiais relatam frequentemente a ocorrência de sintomas de estresse e ansiedade (DUNN et al., 2001; HASTINGS et al., 2005; YIRMIYA, SHAKED, 2005). No caso do cuidado de crianças com deficiência a situação é ainda mais extrema, uma vez que a figura do cuidador é representada, na maioria das vezes, por suas mães, que se dedicam exclusivamente aos seus filhos, algumas apresentando déficit de autocuidado, esquecendo-se de si próprias na tentativa de proporcionar o melhor para essas crianças. (BECK, LOPES, 2007). Preocupações quanto ao futuro de tais crianças, bem como o cansaço que essas causam perante suas demandas, estão relacionados ao estresse parental e as demandas do dia-a-dia (FARIAS et al., 2014).

A maioria dos cuidadores de crianças com Síndrome de Down são suas mães, com idade média de 40 anos. Apresentam um baixo nível socioeconômico e uma baixa escolaridade. A maior parte não indicou alguém como pessoa

suportiva/de referência, nem exerce outras atividades remuneradas, indicando um isolamento social. Se sentem desconfortáveis e solitárias quando percebem a falta de apoio da família, associado à sobrecarga, aos efeitos psicossociais relacionados à síndrome e ao estresse a que são submetidos diariamente (REZENDE, ASSIS, BARCA, 2014).

O projeto piloto existe há quatro anos e abordava a saúde bucal de indivíduos com Síndrome de Down. Entretanto, com o decorrer das atividades, foi percebida a necessidade de trabalhar com outras deficiências cognitivas, bem como seus cuidadores, uma vez que esse público relatava ser esquecido pela sociedade e manifestava grande desejo de ser cuidado.

A fim de incluir no projeto as demandas percebidas na primeira edição, no segundo e no terceiro ano do projeto, foram abordadas questões de saúde bucal de crianças com deficiência cognitiva e de seus cuidadores, que estavam sempre ocupados com os cuidados dos indivíduos com deficiência e acabavam não tendo tempo de cuidarem da sua própria saúde. Foi percebido, entretanto, que faltava trabalhar a saúde de uma forma mais abrangente e integral, buscando olhar o indivíduo como um todo, não somente para questões bucais. Assim, surgiu o programa de promoção de saúde aqui relatado. Procurou-se parcerias com demais cursos da área da saúde, dos quais Medicina e Fonoaudiologia demonstraram interesse e foram incluídas, dando o caráter multidisciplinar ao programa. Para o futuro, prospecta-se a inclusão de outras áreas, como Nutrição, Psicologia e Educação Física, ampliando ainda mais a multidisciplinaridade do programa e a abordagem integral da saúde.

CONCLUSÃO

O programa de extensão aqui relatado possibilitou uma convivência com indivíduos de diferentes realidades, gerando uma grande troca de experiências e conhecimentos. A partir das atividades multidisciplinares, os indivíduos com deficiência intelectual e seus cuidadores puderam compreender mais sobre sua própria saúde e formas de como prevenir doenças, melhorando sua qualidade de vida e contribuindo para sua inclusão social. Para os extensionistas, possibilitou-se conhecer as mais diversas realidades, tendo uma visão mais ampla e integral em relação aos cuidadores e indivíduos com deficiência intelectual, sendo cada visita uma oportunidade de aprendizado e troca de conhecimento. Além disso, a experiência permitiu ao grupo aprender a trabalhar em equipe multidisciplinar, coordenando todas as atividades em prol de um objetivo: a promoção de saúde para indivíduos com deficiência intelectual e seus pais e cuidadores.

REFERÊNCIAS

BECK, A. R. M.; LOPES, M. H. B. M. Cuidadores de crianças com câncer: aspectos da vida afetados pela atividade de cuidador. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 60, n. 6, p. 670-675, nov./dez 2007.

BOCCHI, S.C.M. Interação cuidador familiar – pessoa com AVC: autonomia compartilhada. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 10, n. 3, p. 729-738, 2005.

CARDOSO, L. et al. Perspectivas atuais sobre a sobrecarga do cuidador em saúde mental. *Revista da Escola de Enfermagem da USP, São Paulo*, v. 46, n. 2, p. 513-517, abr. 2012

DUNN, M.E. et al. Moderators of stress in parents of children with autism. *Community Mental Health Journal*, v. 37, p. 39-52, 2001.

FARIAS, C. A. et al. Sobrecarga em cuidadores de usuários de um centro de atenção psicossocial infanto-juvenil no sul do Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 6, p. 4819-4827, 2014.

GOMEZ, M.M.G. Estar ahí, al cuidado de un paciente con demencia. *Investigación y Educación en Enfermería*, v. 25, n. 2, p. 60-71, 2007.

HASTINGS, R.P. et al. Coping strategies in mothers and fathers of preschool and school-age children with autism. *Autism*, v. 9, p. 377-391, 2005.

LUZARDO, A.R.; GORINI, M.I.P.C.; CATTANNI, R.B.; PERLINI, N.M.O. Cuidar do idoso doente no domicílio na voz de cuidadores familiares. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, v. 6, n. 2, p. 254-271, 2004.

MADUREIRA, N. C. M. O saber-fazer do cuidador familiar da pessoa com deficiência física: um estudo no pré e trans reabilitação. 2002. Dissertação - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MELLO, R. A. P. Só quem cuida é que sabe: o vivido pelo cuidador domiciliar da pessoa com doença crônica. 2002. Dissertação - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

OLIVEIRA, E. F.; LIMONGI, S. C. O. Qualidade de vida de pais/cuidadores de crianças e adolescentes com síndrome de Down. *Jornal da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia*, São Paulo, v. 23, n. 4, p. 321-327, dez. 2011.

REZENDE, L. K.; ASSIS, S. M. B.; BARCA, L. F. Suporte social de cuidadores de crianças com Síndrome de Down. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 27,

n. 48, p. 111-126, jan./abr. 2014.

YIRMIYA, N.; SHAKED, M. Psychiatric disorders in parents of children with autism: A meta-analysis. *Journal of Child Psychology & Psychiatry*, v. 46, p. 69-83, 2005.

A Interfaces - Revista de Extensão da UFMG convida pesquisadoras e pesquisadores envolvidos em pesquisas, projetos e ações extensionistas a submeterem artigos e relatos de experiência para os próximos números.

Os textos deverão ser enviados através do nosso endereço na web, **www.ufmg.br/revistainterfaces**. Nesse site, que contém a versão on-line da revista, estão disponíveis as normas para publicação e outras informações sobre o projeto. Vale ressaltar que os autores poderão acompanhar todo o processo de submissão do material enviado através desse site e que o recebimento de submissões possui fluxo contínuo.

Contato: revistainterfaces@proex.ufmg.br